

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Miguel Sgarbi Pachioni

Os ganhos sociais decorrentes da interiorização laboral
de mulheres venezuelanas no Brasil

Doutorado em Relações Internacionais
Programa San Tiago Dantas

São Paulo

2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Secretaria Acadêmica de Pós-Graduação

Miguel Sgarbi Pachioni

Os ganhos sociais decorrentes da interiorização laboral
de mulheres venezuelanas no Brasil

Doutorado em Relações Internacionais
Programa San Tiago Dantas

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser, tendo como coorientador o Prof. Dr. William Torres Laureano da Rosa.

São Paulo

2023

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pachioni, Miguel Sgarbi.

P116 Os ganhos sociais decorrentes da interiorização laboral de
mulheres venezuelanas no Brasil / Miguel Sgarbi Pachioni. – São
Paulo, 2023.

193 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Coorientador: William Torres Laureano da Rosa.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2023.

1. Venezuelanos – Brasil. 2. Refugiados – Emprego – Brasil. 3.
Mulheres – Emprego – Brasil. I. Título.

CDD 325.2870981



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Recredenciada pela Portaria do MEC Nº622 de 17 de maio de 2012, DOU de 18/05/2012.

Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação

ATA DE DEFESA: TESE DE DOUTORADO DO(A) ALUNO(A)

Miguel Sgarbi Pachioni

Ao(s) vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três realizou-se no ambiente remoto a sessão pública de defesa da(o) Tese intitulada "A CONQUISTA DE DIREITOS DECORRENTE DA INTERIORIZAÇÃO LABORAL DE MULHERES VENEZUELANAS NO BRASIL" apresentada pelo(a) aluno(a) Miguel Sgarbi Pachioni, MESTRE EM COMUNICAÇÃO pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - CURITIBA-PR, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de "DOUTOR(A) EM Relações Internacionais - Área de Concentração - PAZ, DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL", segundo encaminhamento do(a) PROF(A). DR(A).Reginaldo Mattar Nasser, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados pelo(a) PROF(A). DR(A).Reginaldo Mattar Nasser, Presidente(a) da Banca Examinadora, que foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: Giuliana Redin, Doutor(a) em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ; Hermes Moreira Junior, Doutor(a) em Relações Internacionais pelo(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; Pietro de Jesus Lora Alarcon, Doutor(a) em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; Rossana Rocha Reis, Doutor(a) em Ciência Política pelo(a) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; Reginaldo Mattar Nasser, Doutor(a) em Ciências Sociais pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, sendo o(a) Orientador(a) do(a) candidato(a). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a(o) Tese, passou à arguição pública do candidato. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a(o) Tese.

Excepcionalmente esta defesa foi realizada em ambiente remoto.

O(A) candidato(a) foi ☒ aprovado(a) ☐ reprovado(a)

Proclamados os resultados pelo(a) PROF(A) DR(A) Reginaldo Mattar Nasser, Presidente(a) da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e a Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação lavrou a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e por essa Secretaria.

São Paulo, 28 de abril de 2023

Documento assinado digitalmente
Prof(a) Dr(a) Giuliana Redin gov.br
GIULIANA REDIN
Data: 02/05/2023 11:42:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof(a) Dr(a) Hermes Moreira Junior

Prof(a) Dr(a) Pietro de Jesus Lora Alarcon

Prof(a) Dr(a) Rossana Rocha Reis

Prof(a) Dr(a) Reginaldo Mattar Nasser
Presidente(a) da Banca Examinadora



Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação

RESUMO

A presente década é caracterizada pelo expressivo e contínuo movimento forçado de pessoas em decorrência de conflitos armados, violação dos direitos humanos e perseguições por diferentes naturezas. No Brasil, a chegada de pessoas em situação de refúgio tem se intensificado desde 2017, em especial de venezuelanos – que representam cerca de 80% dos refugiados reconhecidos. Como resposta humanitária ao tema, o governo federal brasileiro estruturou em 2018 a Operação Acolhida, centrada em três pilares: ordenamento de fronteira e documentação; abrigamento e assistência humanitária; e interiorização voluntária. Em março de 2023, atingiu-se mais de 100 mil pessoas interiorizadas de Boa Vista/RR e Manaus/AM para cerca de 950 municípios brasileiros, em quatro diferentes modalidades. Dentre estas, a “Vaga de Emprego Sinalizada” (VES) promove a empregabilidade de profissionais venezuelanas/os contratadas/os, mas esse fator em si garante a integração local de sua família? O estudo de caso realizado por meio de entrevistas virtuais com três mulheres venezuelanas empregadas usa o *process tracing* para avaliar os desdobramentos de sua empregabilidade como elemento central para a reinserção laboral dos demais membros familiares, buscando compreender em que medida o emprego formal de uma mulher venezuelana interiorizada possibilita ganhos sociais de sua rede próxima – ainda que as oportunidades de trabalho estejam aquém de suas capacidades, elas constroem um planejamento familiar sustentável ao fortalecer a estrutura protetiva, ampliar a renda e facilitar o acesso a serviços e direitos.

Palavras-chave: Integração local. Refugiados venezuelanos. Resposta humanitária. Interiorização.

ABSTRACT

The present decade is characterized by the expressive and continuous forced movement of people as a result of armed conflicts, violation of human rights and persecutions of different natures. In Brazil, the arrival of people as refugees has intensified since 2017, especially Venezuelans – who represent about 80% of recognized refugees. As a humanitarian response to the issue, the Brazilian federal government structured in 2018 the Welcome Operation, centered on three pillars: border planning and documentation; shelter and humanitarian assistance; and voluntary interiorization. In March 2023, more than 100,000 people were transferred from Boa Vista/RR and Manaus/AM to approximately 950 Brazilian municipalities, in four different modalities. Among these, the “Signaled Job Vacancy” (VES) promotes the employability of Venezuelan professionals hired, but does this factor itself guarantee the local integration of their family members? The case study carried out through virtual interviews with three employed Venezuelan women uses process tracing to assess the consequences of their employability as a central element for the labor reintegration of other family members, seeking to understand to what extent the formal employment of a Venezuelan woman interiorization enables social gains from their close network – even if job opportunities are below their capabilities, they build sustainable family planning by strengthening the protective structure, increasing income and facilitating access to services and rights.

Keywords: Local integration. Venezuelan refugees. Humanitarian response. Interiorization.

RESUMEN

La presente década se caracteriza por el expresivo y continuo movimiento forzado de personas como consecuencia de conflictos armados, violación de derechos humanos y persecuciones de diversa índole. En Brasil, la llegada de personas en situación de refugio se ha intensificado desde 2017, especialmente de venezolanos, que representan alrededor del 80% de los refugiados reconocidos. Como respuesta humanitaria al problema, el gobierno federal brasileño estructuró en 2018 la Operación Acogida, centrada en tres pilares: planificación y documentación de fronteras; albergue y asistencia humanitaria; y la internalización voluntaria. En marzo de 2023, más de 100.000 personas fueron trasladadas de Boa Vista/RR y Manaus/AM a aproximadamente 950 municipios brasileños, en cuatro modalidades diferentes. Entre estas, la “Oferta de Empleo Señalizada” (VES) promueve la empleabilidad de los profesionales venezolanos contratados, pero ¿este factor por sí solo garantiza la integración local de su familia? El estudio de caso realizado a través de entrevistas virtuales a tres mujeres venezolanas empleadas utiliza el rastreo de procesos para evaluar las consecuencias de su empleabilidad como elemento central para la reinserción laboral de otros miembros de la familia, buscando comprender en qué medida la inserción laboral formal de una mujer venezolana interiorizada permite ganancias sociales para su red cercana – aun que las oportunidades laborales están abajo de sus capacidades, ellas construyen una planificación familiar sostenible al fortalecer la estructura de protección, aumentar los ingresos y facilitar el acceso a servicios y derechos.

Palabras clave: Integración local. Refugiados venezolanos. Respuesta humanitaria. Interiorización.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Deslocamentos e perfil de venezuelanos interiorizados	29
Mapa 1	Recorte regional de venezuelanos interiorizados	30
Gráfico 2	Domicílios com renda mensal de até 2 salários mínimos	47
Gráfico 3	Chefes de domicílio trabalhando na informalidade	48
Gráfico 4	Entrada de não brasileiros pelos postos fronteiriços em 2020	77
Gráfico 5	Número de solicitações de refúgio por mês	79
Gráfico 6	Pessoas venezuelanas interiorizadas pela modalidade VES	81
Gráfico 7	Dados globais de deslocados forçados (por categorias e ano)	88
Gráfico 8	Número de venezuelanos refugiados e migrantes	89
Gráfico 9	Solicitação da condição de refugiado no Brasil (por nacionalidade	91
Gráfico 10	Percepção de prostituição/delinquência entre venezuelanos/as .	101
Gráfico 11	Número de entradas e saídas de venezuelanos no Brasil	105
Gráfico 12	Venezuelanos solicitantes de refúgio e de residência no Brasil .	106
Gráfico 13	Perfil e distribuição de venezuelanos no Brasil (março 2020)	108
Gráfico 14	Arranjos familiares de venezuelanos abrigados em Boa Vista ...	111
Gráfico 15	Distribuição por sexo e idade dos entrevistados	112
Gráfico 16	Principais estados de origem dos venezuelanos	112
Mapa 2	Estado de interesse em permanecer no Brasil.....	113
Gráfico 17	Nível educacional dos entrevistados	114
Gráfico 18	Situação laboral na Venezuela (esquerda) e no Brasil (direita) ..	115
Gráfico 19	Remuneração dos venezuelanos no Brasil	115
Gráfico 20	Temas prioritários mencionados por venezuelanos no Brasil	116
Gráfico 21	Situação da força de trabalho de venezuelanos no Brasil	117
Gráfico 22	Distribuição da renda per capita em categorias	118
Gráfico 23	Renda média mensal de refugiados e migrantes (2010 e 2019)	119
Gráfico 24	Necessidades prioritárias das famílias venezuelanas	125
Gráfico 25	Nuvem de palavras sobre as lacunas da Operação Acolhida	140
Gráfico 26	Mercado de trabalho de pessoas venezuelanas interiorizadas ..	142
Gráfico 27	Rendimento médio mensal (R\$) por perfil	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Lista de estratégia condizente para determinadas situações sociais	36
Tabela 2	Resumo das diferenças entre as três variantes de <i>process tracing</i>	43
Tabela 3	Impactos salariais decorrentes da imigração	68
Tabela 4	Movimentos de não brasileiros pelos postos de fronteira	78
Tabela 5	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por mês	80
Tabela 6	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por nacionalidade	81
Tabela 7	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por gênero	82
Tabela 8	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por escolaridade	83
Tabela 9	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por região	84
Tabela 10	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por setores de atividade	84
Tabela 11	Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por ocupações	86
Tabela 12	Barreiras à empregabilidade de venezuelanos em Manaus (AM)	95
Tabela 13	Principais ocupações laborais de venezuelanos	117
Tabela 14	Movimentação de trabalhadoras formal de acordo com a instrução ..	121
Tabela 15	Movimentação de trabalhadoras formal de acordo com a ocupação .	121
Tabela 16	Refugiados, de acordo com grupos de atividades econômicas	123
Tabela 17	Tipo de contrato por localidade de venezuelanos	124
Tabela 18	Tipo de emprego de venezuelanos por nível de escolaridade	129
Tabela 19	Histórico da Operação Acolhida no Brasil	132
Tabela 20	Registro processual da Vaga de Emprego Sinalizada	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CadÚnico	Cadastro Único
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FT Log Hum	Força Tarefa Logística Humanitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
OA	Operação Acolhida
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
SM	Salário Mínimo (brasileiro)
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade da Federação
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
VES	Vaga de Emprego Sinalizada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Conceitos e premissas iniciais	18
1.2	Relevância da pesquisa e metodologia	24
1.3	Dados e estrutura dos capítulos	46
2	O PAPEL DO TRABALHO NA INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS	52
2.1	As relações entre perfil, trabalho e renda	60
2.2	A Covid-19 e os impactos no fluxo de pessoas venezuelanas no Brasil ...	76
3	O FLUXO DE VENEZUELANOS E A RESPOSTA NO BRASIL	87
3.1	Perfil da população refugiada e empregabilidade no Brasil	102
3.2	A Operação Acolhida e a interiorização laboral de venezuelanos	132
4	ESTUDO DE CASO: A INTERIORIZAÇÃO LABORAL DE MULHERES	150
5	CONCLUSÕES	169
	REFERÊNCIAS	181

1 INTRODUÇÃO

O deslocamento forçado de pessoas venezuelanas para outros países, em especial a partir de 2016, tem feito com que mais de 7,1 milhões de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela tenham buscado proteção internacional e melhores condições de vida em diversos países, em especial na América Latina (R4V, 2023) – dados referentes a dezembro de 2022. No Brasil, de acordo com a mesma fonte, mais de 414 mil pessoas venezuelanas estão vivendo no país sob o *status* de refugiados reconhecidos (13%), solicitantes de refúgio (23%) ou com residência temporária (83%).

A contínua chegada de pessoas venezuelanas aos países vizinhos e da região tem impactado as diferentes sociedades de acolhida em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e legais, exigindo dos Estados a adoção de múltiplas respostas ao presente contexto, sem que haja uma única fórmula que garanta resultados efetivos de integração local. Tais ações de responsabilidade dos Estados, sob a alegação do prolongamento das instabilidades na Venezuela e decorrente do permanente fluxo desta população, também trazem em cena diferentes atores que, na teoria, trabalhariam de forma articulada para responder às necessidades emergenciais existentes, complementando-se em esforços conjuntos, o que apenas ocasionalmente se nota das relações de interesse entre os governos e a sociedade civil organizada, empresas, instituições religiosas, doadores internacionais e agências humanitárias.

São os Estados que têm a responsabilidade primária de regular suas fronteiras e de conceder direitos civis amplos para se reivindicar a participação em uma comunidade política¹. Os Estados têm a seu favor, em caráter restritivo, o discurso sobre sua soberania e o impacto em diversos setores (como nos campos da economia, emprego e renda, saúde, educação, moradia, assistência social) diante ao

¹ Alguns pesquisadores, no entanto, têm apontado atores não estatais, como companhias aéreas, assumem alguns aspectos de atividades de controle de fronteira que é papel do Estado. Para referências sobre estes casos, pode-se consultar Gallya Lahav, "The Rise of Non-state Actors in Migration Regulation in the United States and Europe," in Nancy Foner, Ruben G. Rumbaut, and Steven J. Gold, eds., *Immigration Research for a New Century: Multidisciplinary Perspectives* (New York: Russell Sage, 2000); Gallya Lahav and Virginie Guiraudon, "Comparative Perspectives on Border Control: Away from the Border and Outside the State," in Andreas and Snyder, *The Wall around the West*, pp. 55-77).

fluxo do deslocamento forçado de pessoas, respondendo – em muitos casos de forma populista – às pressões decorrentes do aumento do transnacionalismo (KRASNER, 1999), tendo nas urnas um importante balizador dos discursos e das atitudes públicas, nem sempre republicanas. Porém, da mesma forma que os Estados são os principais gestores desse complexo contexto em razão de seu capital político, os mesmos não são capazes de gerenciar, de forma isolada, os desafios decorrentes do deslocamento forçado de pessoas, ainda mais em grande contingente, refletido em duas áreas de influência concomitantes: o controle de fronteiras e a identidade nacional, sendo estas, na visão de alguns estatistas, pré-condições necessárias para a manutenção da segurança do Estado (ADAMSON, 2006), o que reduz a perspectiva de integração dos recém-chegados que buscam o exercício de seus direitos, como trabalho e renda.

Na busca por proteção internacional, da garantia de direitos e de meios dignos de vida, as pessoas venezuelanas que chegam aos diferentes países de acolhida trazem consigo diversas perdas materiais, afetivas e simbólicas, ocasionando inúmeras rupturas na reconstrução social – seja no deslocamento em si, por toda a insegurança associado à esta trajetória, seja na acolhida promovida por sociedades e governos de interesses escusos, tendo apenas como vitrine para uma janela internacional a sua vocação humanitária. A reinserção das pessoas refugiadas em uma nova cultura é um fator complexo, pois as formas pelas quais cada uma delas reage a este processo de deslocamento forçado é diverso e mesmo imprevisível do ponto de sua integração local – a depender das circunstâncias de como se dá o processo de integração, pode-se acarretar um ciclo vicioso de vulnerabilidades e insegurança ao invés do círculo virtuoso de possibilidades de desenvolvimento comunitário e econômico, contexto este que tem se tornado ainda mais limitado em razão da das consequências da pandemia de Covid-19.

Como parte da resposta aos fluxo de pessoas refugiadas almejada por entidades internacionais e membros da sociedade civil, o conceito de “integração local”² é comumente referido como uma das três "soluções duradouras" acessíveis aos refugiados, sendo as outras duas a repatriação voluntária para o país de origem (por ser voluntária se opõem à devolução compulsória) e o reassentamento para um

² A rigor, pode-se argumentar que o processo de integração local passa a ser uma solução duradoura apenas a partir do momento em que o refugiado se torna cidadão naturalizado no seu país de refúgio e, conseqüentemente, deixa de requerer a proteção internacional.

outro país (com cotas limitadas de acesso, sendo um processo extremamente seletivo, a depender dos interesses do Estado de acolhida). Ainda que não haja um consenso sobre a definição de “integração local”, a descrição proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011) é conciliadora por explicar como um processo bidirecional de incorporação de práticas e vivências por refugiados e pelas sociedades de acolhida, que inclui os direitos, obrigações, acesso a diferentes tipos de serviços e ao mercado de trabalho, junto com a identificação e respeito por um conjunto básico de valores que os unem (refugiados e locais) para o bem comum – para muito além da perspectiva de adaptabilidade.

A definição utilizada neste trabalho enfatiza a natureza multidimensional da integração local e lança algumas dúvidas sobre uma interpretação tão restritiva do conceito, pois é perfeitamente possível que uma pessoa refugiada possa adquirir e exercer amplamente seus direitos, tornando-se autossuficiente e com meios de desenvolvimento de laços sociais estreitos com o país e a comunidade de acolhimento sem necessariamente se tornar um cidadão naturalizado do estado de refúgio. Como um processo social, a integração local requer compromissos para a sociedade de acolhimento e para as pessoas de outras origens, sendo tais responsabilidades não substitutas nem tampouco conflitantes, mas sim complementares (DE HASS, 2010).

No âmbito legal, tanto a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 como seu Protocolo de 1967³ não definem os papéis dos Estados relativos à integração em seus territórios por parte das pessoas em situação de refúgio. A Lei Brasileira de Refúgio (9474/97), considerada por especialistas moderna em muitos aspectos, por sua composição ampla de direitos e por sua própria construção colaborativa, tampouco contempla uma orientação sobre os deveres do Estado relacionado ao processo de integração local.

A lei nacional do refúgio considera a definição ampliada da condição de refugiado – contemplando às pessoas que se deslocam forçadamente devido a

³ Com o tempo e a emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os novos fluxos de refugiados sob a proteção das provisões da Convenção. Assim, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, entrando em vigor em outubro de 1967. Com a ratificação do Protocolo pelos países, passou-se a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados enquadrados na definição da carta, mas sem limite de datas e de espaço geográfico. Embora relacionado com a Convenção, o Protocolo é um instrumento independente, cuja ratificação não é restrita aos Estados signatários da Convenção de 1951.

violência generalizada e violação dos direitos humanos nos seus países de origem, incorporando em si a Declaração de Cartagena⁴. Em seu capítulo II, referente à integração local, traz dois artigos, 43 e 44⁵, que se colocam apenas como facilitadores da integração, no sentido de possibilitar ações de inclusão referentes ao reconhecimento da documentação do país de origem e de certificados e diplomas, respectivamente. Ambas as indicações, em si, apenas margeiam o que efetivamente se entende por integração local, requerendo muitos mais esforços por parte do Estado.

A perspectiva de integração local de refugiados dialoga diretamente com um procedimento fundamental junto aos solicitantes da condição de refugiado no Brasil são assegurados dois direitos fundamentais de sua proteção: a regularização de seu processo, evitando assim qualquer irregularidade em sua permanência no território nacional e a consequente deportação; e o acesso imediato ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) como documentos fundamentais para o usufruto de direitos indistintamente de sua nacionalidade. Dessa forma, assegura-se alguns direitos fundamentais, como a permanência no território durante o processo de análise do pedido, a livre circulação por entre estados e municípios, acesso aos sistemas públicos de saúde e educação, assim como a possibilidade de trabalho e geração de renda – embora haja inúmeras dificuldades para a devida inclusão econômica-laboral, como as barreiras linguísticas, culturais, de reconhecimento de suas experiências prévias de trabalho, e da desinformação associada ao contexto dos recém chegados, assim como da discriminação, xenofobia e de traços estruturais de sexismo.

Especificamente sobre as barreiras relacionadas à empregabilidade de

⁴ A Declaração de Cartagena de 1984, do qual o Brasil é signatário, reconhece a definição ampliada dos motivos que levam ao reconhecimento como refugiada, envolvendo também a violência generalizada e violação maciça dos direitos humanos. O governo brasileiro adotou pela primeira vez a definição ampliada de refugiado para analisar solicitações de reconhecimento de condição de refugiado de cidadãos venezuelanos em junho de 2019. A decisão possibilitou a adoção de procedimento simplificado no processo de determinação da condição de refugiado para nacionais venezuelanos, agilizando a análise dos pedidos de refúgio. Não por acaso os refugiados da Venezuela são os que obtiveram maior quantidade de reconhecimento desta forma, gerando tensão política entre os governos do Brasil e venezuelano.

⁵ O Artigo 43 assim está descrito. “No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares”. Já o Artigo 44, transcreve-se da seguinte forma. “O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados”.

peessoas refugiadas no Brasil (ACNUR, 2019), além dos limitadores das questões linguísticas e culturais, as pessoas recém-chegadas geralmente não possuem uma ampla rede local de apoio, não estão familiarizadas com as dinâmicas locais do mercado de trabalho e apresentam ainda dificuldade de reconhecer seus conhecimentos e formação prévias, como por meio da revalidação de seus diplomas. Outro fator complicador, de difícil registro, porém, recorrente entre os meios existentes de denúncias por parte das organizações não-governamentais, refere-se à discriminação e xenofobia relacionados ao estigma em torno dos refugiados. Conciliado a tais fatores, há também a necessidade imediata por parte dessa população de geração de renda, pois muitas famílias dependem do envio de remessas por parte das pessoas refugiadas que foram enviadas ao país de destino para que possam prover a subsistência de seus parentes. De forma ampla, os profissionais refugiados têm maior disponibilidade de mobilidade para irem até onde os empregos são ofertados, agregando ganhos de resultado pelo comprometimento com a oportunidade ofertada (menor rotatividade) conciliado aos conhecimentos e experiências profissionais diversificadas existentes. Porém, não basta ter conhecimento e experiência profissional, predisposição em partir e meios para realizar tal deslocamento.

Ao se considerar o perfil da população venezuelana residente em Boa Vista-RR, de acordo com a pesquisa R4V (2021), 30% dos refugiados e migrantes venezuelanos entrevistados relataram não saber onde estariam morando no mês seguinte. Apesar de haver abrigos na capital roraimense, com capacidade estimada de 7,2 mil pessoas abrigadas pela Operação Acolhida, cerca de 6 mil refugiados e migrantes vivem nas ruas, ocupações ou em assentamentos espontâneos superlotados, sem acesso a serviços adequados de infraestrutura, incluindo água potável. Essa situação, que também é vivida por refugiados e migrantes da Venezuela em outras regiões do norte do Brasil, aumenta seus riscos de contrair doenças como o COVID-19 e sofrer violência doméstica, exploração sexual e tráfico de pessoas, além de aumentar os riscos de recorrer à mendicância e ao sexo de sobrevivência para grupos particularmente em situação de vulnerabilidade. Enquanto a maioria dos refugiados e migrantes que vivem em abrigos em Roraima deseja participar do programa de realocação interna, 27% preferem permanecer perto da fronteira e mais perto da Venezuela, para facilitar um eventual retorno e evitar o rompimento dos laços

com o país, evidenciando uma percepção de que a situação naquele país tenderia a melhorar em um futuro próximo (R4V, 2021). Assim, além de ser preciso superar o estigma das barreiras apresentadas, como se justificando para a sociedade que de fato não pertencem a esta nova localidade, desta suplica para que haja oportunidades em que possam se reinventar.

Enquanto a economia brasileira buscava se recuperar dos efeitos da pandemia, cerca de 26% dos entrevistados pela R4V (2021) estavam sem fontes de renda. No estado de Roraima – em que se torna importante destacar ser um dos mais pobres da federação – 60% das pessoas refugiadas e migrantes ganham menos do que o salário mínimo legal, o equivalente a US\$ 200 por mês. Devido aos baixos níveis de renda, juntamente com o aumento dos preços dos bens de uso diário, esta população está sujeita às ações do estado para ter as suas necessidades básicas atendidas, especialmente nos recortes de alimentação e aluguel. Ainda de acordo com a mencionada pesquisa (R4V, 2021), enquanto mais de 52% das famílias venezuelanas pesquisadas experimentam algum grau de insegurança alimentar, famílias incluindo mulheres grávidas e crianças abaixo de cinco anos são as mais afetadas (64%), em uma situação que as expõe à desnutrição, atraso no crescimento, doenças e prejuízos ao seu desenvolvimento físico e cognitivo.

A presente tese busca preencher uma importante lacuna existente dentre os estudos que contemplam a integração local de pessoas que foram forçadas a se deslocar de seus países, especificamente sobre a perspectiva da empregabilidade de pessoas venezuelanas que passaram a residir no Brasil, tendo se movido no território brasileiro por meio da interiorização promovida pelo governo federal. Para além da questão da empregabilidade em si – contemplando renda, tipo de contrato, perfil do posto de trabalho e ganhos direitos, sendo o trabalho o fator de maior interesse por parte dos venezuelanos adultos predispostos a se mudar de cidade (REACH, 2019) – o interesse da pesquisa está em analisar os desdobramentos da chegada a uma nova localidade por parte das mulheres venezuelanas que foram interiorizadas já com emprego formal indicado. Como o fator trabalho é parte fundamental do processo de integração local de pessoas refugiadas no novo território (ACNUR e ALDEIAS INFANTIS, 2021; REACH, 2019), o objetivo da pesquisa é de analisar os desdobramentos da interiorização de mulheres contratadas pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES) da Operação Acolhida (OA),

buscando compreender como e de que forma a empregabilidade das mulheres contribui para a integração local e de ganhos sociais de seus respectivos membros familiares e pares sociais (conhecidos, não membros de uma mesma família). A pesquisa centrada em mulheres venezuelanas reconhece as dificuldades adicionais da empregabilidade delas e sobre esta questão busca gerar pontos de reflexão sobre a ordem social vigente, de que homens solteiros têm mais chance de contratação no mercado formal do que mulheres, em especial mães solas com bebês e crianças em idade pré-escolar.

Desta maneira, o problema de pesquisa levantado por este trabalho se propõe a elucidar de que forma a interiorização de viés laboral, promovida pela Operação Acolhida⁶, contribui para a efetiva integração local – em seu sentido mais amplo, para além da empregabilidade, mas em função dela – não só da mulher venezuelana que é empregada, mas também de seus pares sociais e familiares que chegaram à nova localidade por influência dela neste processo, em razão de sua empregabilidade. Como hipótese da pesquisa, tendo-se por base um amplo levantamento prévio das pesquisas existentes, acredita-se que o emprego formal de uma mulher venezuelana contribua para a garantia do exercício de direitos, ampliação da renda e maior bem-estar social de seus familiares e conhecidos, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico local ao ampliar as divisas das receitas e o fluxo financeiro, além de somar conhecimentos, comprometimento e entregas às empresas contratantes.

Para tanto, um estudo de caso⁷ foi implementado para avaliar este cenário, decorrendo do contato com as empresas que ofertam vagas de trabalho diretamente para o núcleo da Operação Acolhida, sendo por esta indicada em razão da continuidade de contratações de profissionais da Venezuela, limitando-se aos estados

⁶ A Operação Acolhida é a resposta humanitária promovida pelo governo federal brasileiro diante à contínua chegada de pessoas venezuelanas em Boa Vista (RR), sendo uma ação coordenada até 2022 pela Casa Civil e articulada entre diversos ministérios, agências humanitárias, organizações não governamentais e instituições parceiras. Mais informações serão detalhadas no respectivo capítulo.

⁷ O estudo de caso é um método de pesquisa empírica que investiga a ocorrência de um dado fenômeno contemporâneo, recortando um determinado espaço/localidade e durante um certo período/tempo, em profundidade de análise especialmente quando os limites entre o fenômeno em si e o contexto ao qual está inserido não estão claramente definidos (VAUS, 2001; BENNETT e CHECKEL, 2015; YIN, 2015; CRESWELL, 2007).

do Paraná e de Santa Catarina⁸, tendo-se como elemento principal a expressividade destas localidades em função da modalidade de interiorização pesquisada. Como método de pesquisa para elucidar as questões apresentadas, o *process tracing* se mostra uma ferramenta adequada de inferências causais, sendo analítico do contexto em que se insere e explicativo da causa e consequências advindas do objeto pesquisado (interiorização), dialogando com o estudo de caso proposto, pois é um método de pesquisa qualitativa de identificação de mecanismos causais, tendo suas partes constituintes e a conexão entre elas (e como elas interagem ao longo do tempo) por meio da observação e acompanhamento de evidências selecionadas em processos sequenciais, da conjunturas de eventos que possibilitam desenvolver ou testar hipóteses a fim de verificar a ocorrência e o funcionamento de determinados mecanismos ou eventos já transcorridos (BEACH e PEDERSEN, 2013; BEFANI e STEDMAN, 2017; BENNETT, 2005; COLLIER, 2011).

Por se tratar de um campo pouco estruturado para a acolhida e integração de pessoas refugiadas que chegam em busca de trabalho e autossuficiência, considerando ainda a dificuldade de acesso às empresas pela finalidade de seus trabalhos ainda no vigente contexto de pandemia, sugere-se indicações que sejam premissas para a formulação e ampliação de políticas públicas nos municípios que passam a acolher a população venezuelana e das relações institucionais das empresas em seu papel privado e social de se atentar à realidade de contratação de profissionais de outras nacionalidades que buscam se recolocar no mercado de trabalho brasileiro – entre abril de 2018 e dezembro de 2022, foram interiorizadas . 91.952 pessoas para 914 municípios brasileiros (OIM, 2022).

Dentre as quatro modalidades existentes do programa de interiorização, conforme destacado pelo Dashboard de Interiorização (2022), a maior discrepância de gênero (entre homens e mulheres venezuelanas interiorizadas) se dá justamente na Vaga de Emprego Sinalizada. Esta modalidade representa apenas 11% das realocações realizadas, sendo que do total de pessoas interiorizadas, 71% do total são homens e apenas 29% mulheres, refletindo já nas estatísticas gerais as dificuldades adicionais que mulheres enfrentam para o acesso ao mercado formal, em

⁸ As localidades escolhidas se fazem de interesse pelo fato de serem cidades de acolhida de profissionais empregados pela modalidade VES e por não haver um histórico anterior, já consolidado, de acolhida de refugiados, facilitando assim a análise de contexto em decorrência da interiorização laboral de venezuelanos e não por meio de outros serviços e fatores existentes previamente à interiorização.

especial as mães solteiras, as mulheres gestantes e as mulheres com deficiência, embora este recorte mais específico das mulheres não tenha sido condicionado para a realização da presente pesquisa.

Torna-se importante também destacar a dificuldade de aceitar das empresas em se expor abertamente ao tema da contratação de profissionais refugiados, pois o que tenderia a ser uma prática positiva de engajamento social, publicamente pode ser percebido sob uma ótica de privilégio deste grupo específico, o que na percepção pública desencadearia uma lógica de disputa pelos postos de trabalho, queda dos salários e sobrecarga nos serviços públicos de atenção às pessoas. Tais percepções serão confrontadas nas próximas páginas com a realidade dos fatos em si, tema este em que a narrativa de lideranças políticas, dentro e fora do Brasil tendem a ter uma consonância convincente para além da realidade em si.

1.1 Conceitos e premissas iniciais

O campo de estudo do deslocamento forçado é desafiador de várias maneiras: seja conceitualmente, metodologicamente ou mesmo de acesso às fontes de informação, considerando o constante movimento por diversos territórios e as subnotificações dos órgãos responsáveis. Em especial, a temática do refúgio é um recorte específico e complexo de análise dentro do campo do deslocamento forçado por envolver disputas, interesses e influências políticas entre diferentes atores que interagem diretamente com o tema: estados e as diferentes instâncias de poder institucional, doadores internacionais, organizações humanitárias e não governamentais, sociedade civil e instituições religiosas e de caridade, setor privado, academia, meios de comunicação e, em alguns casos – como no brasileiro, as forças armadas. Cada um dos atores elencados tem interesses e tomam decisões que, estando articuladas ou não entre si, definem as escalas de influência que tais poderes exercem sob a população que busca proteção internacional.

A complexidade dos movimentos forçados de pessoas em diferentes partes do mundo denota as dificuldades de proposição de soluções imediatas e assertivas, pois a integração dessas pessoas não se encaixa em uma única categoria sujeita aos interesses políticos, econômicos e sociais dos Estados (SASSEN, 2013; 2016). Por parte do poder público, a construção de políticas públicas que enfatizem a importância dos mecanismos de integração local e a participação dessas pessoas nessa

articulação contribuirá para a construção de soluções duradouras, onde as diversidades exercem um papel central na conciliação das necessidades e das potencialidades existentes (GUIZARDI, 2014).

O Pacto Global sobre Refugiados⁹, promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), é um marco dos compromissos internacionais para a integração local de refugiados em função do crescente número de pessoas nessa condição. O incentivo dos Estados para a geração de renda de forma a facilitar a autossuficiência¹⁰ dessa população é uma das diretrizes principais recomendadas pela agência aos setores públicos, privados e organizações. Portanto, além das complicações do deslocamento em si, no local de acolhida há um agravante fundamental (e transversal) nas respostas humanitárias existentes: o modelo de garantir meios de da população refugiada.

Como a autossuficiência está diretamente relacionada com a consolidação de mecanismos produtivos de renda, seja por meios autônomos (empreendedorismo) ou pelo viés da empregabilidade (como funcionários em empresas/setores da economia), a análise do recente contexto de geração de recursos laboral por parte de pessoas venezuelanas no continente sul-americano reflete variadas influências e percepções que tornam evidente as limitações existentes nos países de acolhida da região. Por um lado, muito do potencial de conhecimentos e das experiências dos profissionais venezuelanos são subaproveitados ao passo que, na outra ponta, estereótipos e preconceitos dificultam a real integração de quem tem muito a contribuir para o desenvolvimento local (MCKINSEY, 2020; SHIERHOLZ, 2010; TENT, 2018).

Ainda que a Lei do Refúgio brasileira seja considerada avançada em diversos

⁹ O Pacto Global sobre Refugiados, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, estabeleceu um modelo mais abrangente de resposta às demandas emergenciais e de longo prazo por parte das pessoas refugiadas. O documento prevê ações mais previsíveis e sustentáveis para: (1) aliviar as pressões sobre os países que acolhem refugiados; (2) propiciar meios para que os refugiados se tornem autossuficientes; (3) ampliar o acesso ao reassentamento de refugiados em outros países e outras vias complementares de proteção e integração; (4) apoiar os países de origem dos refugiados para que eles possam regressar em segurança. O Pacto estabelece mecanismos para garantir que as pessoas refugiadas e as comunidades de acolhida possam se beneficiar desse apoio.

¹⁰ O conceito de autossuficiência aqui utilizado se baseia na definição do ACNUR, significando a capacidade econômica e social da pessoa refugiada, de sua família e da comunidade de acolhida para atender às necessidades essenciais, individual ou do grupo social/familiar que a integra, de maneira sustentável e com respeito aos aspectos sociais e culturais. Na prática, a autossuficiência condiz com o acesso aos refugiados aos meios de produção e geração de renda do país de acolhida de forma equânime aos nacionais, em especial por meio do acesso ao mercado de trabalho formal e por meio de mecanismos que considerem suas experiências e conhecimentos prévios.

aspectos ¹¹ (JUBILUT e GODOY, 2017), as pessoas venezuelanas refugiadas enfrentam vários desafios para que possam ser plenamente inseridos no contexto laboral brasileiro, passando desde a desinformação de gestores de recursos humanos (CARVALHO, 2017) até procedimentos responsivos de registro durante o período de pandemia (BAENINGER e FERNANDES, 2020). O elevado contingente de recém-chegados no período pré-pandêmico somado ao rebaixamento ocupacional dos postos de trabalho exercidos por profissionais venezuelanos, entre tantos outros fatores concomitantes, reforçam as dificuldades de venezuelanos em acessar o mercado de trabalho formal. Como parte deste processo, aliado ao fator histórico das desigualdades estruturais da sociedade brasileira (SOUZA, 2018), venezuelanos que se cadastram para acesso a programas sociais também são mais pobres do que os brasileiros, na medida em que a concentração espacial dessas pessoas em um determinado território tende a não favorecer a sua integração, em especial devido ao efeito de xenofobia e barreiras linguísticas¹² (WORLD BANK, 2021).

Conceitualmente, torna-se importante discutir a maneira pela qual o termo “refugiado” tem sido utilizado, em especial por considerar argumentos de origem ideológicos, a depender dos interesses políticos dos Estados, contemplando temas como a liberdade da população impactada, a soberania sobre o poder de decisões (ou narrativas) nacionalistas e autoritarismo do que se considera regimes ditatoriais.

Enquanto Arendt (2012) identificou refugiados como pessoas inseridas em contextos complexos, sendo o resultado de questões sociopolíticas de conflito, aos quais deveriam ser entendidos por referência de sua relação direta com os Estados-Nação e com agendas e interesses destes agentes, Chatty e Marfleet (2013) vão dizer que, antes de 1980, os refugiados raramente eram estudados como uma questão de

¹¹ A Lei Brasileira de Refúgio (9.474/1997) representa um marco no desenvolvimento do sistema de proteção brasileiro ao refletir as dimensões internacionais do Estatuto do Refugiado, de seu Protocolo e da Declaração de Cartagena, sendo um modelo por (1) incorporar a definição ampliada do conceito de refugiado; (2) agregar elementos que contemplam o processo de integração local de refugiados; (3) possibilitar a concessão de CPF e carteira de trabalho aos solicitantes da condição de refugiado; (4) reconhecer o protagonismo da sociedade civil na defesa e promoção dos direitos dessa população. Em síntese, a lei brasileira reflete diversos avanços fundamentais para a proteção para essa população e converge com a Lei de Migração (13.445/2007) na perspectiva de ampla garantia de direitos.

¹² A barreira do idioma pode explicar parcialmente não só a degradação nas notas e ocupações, mas também a menor taxa de matrícula no Cadastro Único. A hostilidade para com os refugiados e migrantes é outra barreira, tendo em vista que o Brasil ocupa o 50º lugar no índice de aceitação de migrantes (ESIPOVA *et al.*, 2017), publicado pela Gallup Poll, abaixo de muitos dos outros países anfitriões da América Latina.

interesse intrínseco – suas experiências foram raramente registradas e quase nunca examinadas como meio de obter conhecimentos sobre a consequência do deslocamento em geral.

Isso pelo fato do contexto de deslocamento forçado ter passado a ser visto – e instrumentalizado – como um espaço de poder ao incorporar práticas humanitárias seletivas que refletem o exercício da hegemonia e das relações institucionais entre os Estados. No caso específico do Brasil, este contexto é evidente quando, em dezembro de 2019, o governo federal passa a reconhecer as solicitações de refúgio de pessoas venezuelanas pela aplicação da Declaração de Cartagena, derivada do contexto de grave e generalizada violação dos direitos humanos (*prima-facie*)¹³, associando assim o posicionamento político à prática do confronto ideológico.

Mesmo havendo graves violações de direitos humanos na Venezuela, de acordo com dados da organização Human Rights Watch (2018), o governo Bolsonaro politizou o tema do refúgio e o correlaciona, em seus discursos oficiais, a uma ideologia decorrente de um “regime ditatorial comunista”, inclusive suscitando ideias intervencionistas naquele país. Em um discurso na abertura da 74^a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque no dia 24 de setembro de 2019, por exemplo, afirmou o ex-presidente:

“O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de 4 milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito a nossa parte para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército Brasileiro e elogiada mundialmente. Trabalhamos com outros países, entre eles os EUA (da gestão Trump), para que a democracia seja restabelecida na Venezuela, mas também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse nefasto regime” (BOLSONARO, 2019).

Por ser uma questão multifacetada, de inúmeras influências e desdobramentos em face da continuidade dos conflitos armados e das instabilidades políticas vigentes em diferentes partes do mundo (ACNUR, 2021), a integração local de pessoas forçadas a se deslocar – que em 2022 somou mais de 100 milhões de pessoas, o que

¹³ Em dezembro de 2019, cerca de 21 mil pessoas venezuelanas que viviam no Brasil se beneficiaram da decisão tomada pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), sendo reconhecidas efetivamente como refugiadas. Por meio deste mecanismo, em janeiro de 2020, mais 17 mil venezuelanos foram reconhecidas como refugiadas pelo procedimento facilitado, tornando o Brasil o país com maior número de refugiados reconhecidos na América Latina – somando mais de 37 mil refugiados venezuelanos no território brasileiro. Para mais informações sobre o mecanismo de reconhecimento da condição de refugiado via *prima facie*, acesse: www.acnur.org/5c6c387a4.pdf

seria o 14º país mais populoso do mundo (ACNUR, 2022a) – não traz para si soluções que sejam equânimes e de forma similar em diferentes partes do mundo, em face da crescente realidade e continuidade do deslocamento forçado.

Se, por um lado, existem fatores que ‘forçam’ os deslocamentos, por outro os indivíduos continuam a exercer a sua capacidade de resistência ao procurar caminhos concretos. Independentemente dessa questão, a verdade é que o caráter endêmico e tendencialmente crescente dos conflitos armados, resultantes de problemas geopolíticos ou de tensões étnicas locais, bem como das perturbações causadas por razões ambientais, sugere que o número de pessoas em movimento irá continuar a aumentar, em modalidades por vezes maciças e também inesperadas. (PEIXOTO, 2019, p.151).

É evidente, mesmo atualmente, a correlação entre refugiados com a (in)segurança nacional, sendo os resultados “desagradáveis” e mais notáveis dos conflitos. Se por um lado os Estados tradicionalmente forjam suas políticas nacionais de refúgio e migração de acordo com seus amplos interesses (econômicos, políticos, sociais e de segurança) e, em muitos casos, circunstanciais (a depender da nacionalidade que busca a proteção internacional em um novo território), por outro lado, há de se considerar neste contexto que “os fluxos populacionais de refugiados produzidos pelo deslocamento forçado têm sido o produto da ação estatal, e não de forças privadas ou de mercado” (ADAMSON, 2006, p.172). Ou seja, trata-se sim de uma questão de Estado, de política e de humanidade.

Zetter (1988) reforça que as “imagens convenientes” de refugiados, desenhadas dentro de um discurso e práticas humanitárias construídas no passado, foram substituídas pela necessidade dos Estados de gerenciar a globalização e os decorrentes padrões de migração e do deslocamento forçado, em específico. Com isso, novas categorizações foram sendo criadas e, conseqüentemente, limitou-se o acesso aos direitos na medida em que estes mesmos Estados controlam a entrada e a permanência em seus territórios, gerando medidas de restrição e exclusão pelos recursos legais adotados que, em muitos casos, limitam a garantia dos direitos, normalizando o caráter discricionário destas medidas.

Como exemplo dessa situação, em agosto de 2018, a então governadora de Roraima, Suely Campos, publicou um decreto que limitou o acesso a serviços públicos para venezuelanos no Estado – um ato inconstitucional. Como justificativa, alegou que

o aumento de atendimentos para venezuelanos na área de saúde e segurança havia sobrecarregado os serviços públicos do Estado, devendo ser uma responsabilidade da federação. A questão da interlocução entre os municípios, estados e a federação, em especial pela perspectiva do orçamento público e dos repasses, é um evidente ponto de tensão não apenas pela perspectiva financeira, mas em especial pelas questões político-partidárias que envolvem as alianças entre as diferentes siglas, politizando uma questão que é intrinsecamente humanitária.

Adamson (2006) conclui que os fluxos massivos transfronteiriços afetam os interesses do Estado em três áreas principais, associadas à segurança: a soberania ou capacidade e autonomia dos atores estatais; o equilíbrio de poder entre os Estados; e a natureza da violência do conflito no sistema internacional. Como cenário transversal deste contexto, a globalização tem transformado o ambiente em que os Estados operam, inclusive como eles formulam suas políticas de segurança (KIRSHNER, 2006). A gestão dos fluxos dos deslocamentos internacionais é uma área em que os gestores e formuladores de políticas públicas estão tendo que pesar os custos e benefícios políticos, atentos às implicações gerais para a segurança e em outras áreas de políticas, como o bem-estar social, saúde, educação e emprego. Este conjunto de fatores delimita o contexto e a forma pelo qual as pessoas refugiadas têm o potencial de se integrarem à sociedade, ou não.

A dualidade entre as medidas de restrição, conforme descritas acima, e as legislações de acolhida garantidora de direitos fez Wood (1985) concluir que, por meio da implementação de leis e políticas de Estado, interpretações altamente politizadas passaram a estar de forma mais intrinsecamente associadas ao termo, desde as mais emergenciais (referente às medidas de abrigo e fornecimento de alimentos) como também a temas que o ACNUR descreve como “soluções duradouras”, sendo estas o retorno voluntário (referente ao processo de retorno ao país de origem em condições de segurança minimamente propícias e de forma voluntária), a integração local (referente ao processo de inserção jurídica, social, econômica, social e cultural no país de acolhida, tendo seus direitos garantidos e assegurados, em consonância com os nacionais) e o reassentamento (implementado para quem não pode retornar ao país de origem nem permanecer no país de acolhida pelas mesmas questões que os fizeram partir, possibilitando assim que a pessoa realocada seja levada a um terceiro país de acolhida).

Com base nos conceitos apresentados, fica evidente a tensão existente entre as esferas políticas-partidárias que lidam com o tema do fluxo de pessoas em deslocamento forçado em busca de proteção, associado a uma instrumentalização desde movimento de acordo com as orientações ideológicas dos chefes de estado como forma de reforçar, em muitos casos, estereótipos ao invés do caráter inclusivo e humanitário derivado dos serviços públicos prestados. Um elemento adicional nesta “zona de tensão” condiz na forma e conteúdo de como tais ações são anunciadas pelos representantes públicos, pois deste anúncio deriva-se a formação da opinião pública que, subvertendo-se a lógica das políticas públicas, enraíza-se na política eleitoral, tornando as pessoas venezuelanas uma massa de manobra.

1.2 Relevância da pesquisa e metodologia

A presente pesquisa busca preencher uma importante lacuna existente nos estudos que contemplam a integração local de pessoas refugiadas, especificamente sobre o contexto da interiorização laboral de pessoas venezuelanas para diversas cidades brasileiras. Para além da questão da empregabilidade – sendo este o fator de interesse por parte de 75% das pessoas venezuelanas adultas abrigadas em Boa Vista (RR), predispostos a mudar de cidade (REACH, 2019) –, o interesse da pesquisa está em analisar os desdobramentos da integração local sob a perspectiva das mulheres interiorizadas pela conquista de uma vaga de emprego pela modalidade VES da Operação Acolhida, questionando de que forma seu acesso ao mercado de trabalho formal contribui para a garantia de direitos e para a chegada de novos membros familiares e/ou conhecidos a nova localidade e para a sua devida integração local em termos econômicos.

Faz-se importante, portanto, investigar o quão integrados estão as cônjuges dos venezuelanos que foram interiorizados junto com seus pares pela modalidade “Vaga de Emprego Sinalizada”, realizada pela Operação Acolhida – ação humanitária promovida pelo governo federal brasileiro em resposta ao fluxo de pessoas venezuelanas em Boa Vista (RR). Há de se considerar a geração de renda como o elemento de maior interesse por parte da população venezuelana e, concomitantemente, um dos principais fatores que asseguram o bem-estar e a

autonomia dessa população.

Outra relevante contribuição da pesquisa se refere a análise de um campo (cidades do interior do Paraná) que, por não haver estrutura pública de acolhida e de serviços especializados à população refugiada e migrante, sem mesmo que haja uma referência histórica de atuação em outros fluxos de deslocados de outros países, apresenta notórias percepções, por meio da fala de gestores do setor privado que exercem o poder de influência pública nestas localidades, sobre como as pessoas venezuelanas são vistas e creditadas.

A análise deste processo contínuo exige uma série de referências (ou influências/inferências) a partir da qual os resultados da pesquisa possam ser avaliados à luz da realidade, em um determinado período em que passam a se consolidar as chegadas dos profissionais venezuelanos à cidade. As medidas a serem apresentadas indicam que, apesar das poucas barreiras no âmbito jurídico/legal, as pessoas venezuelanas enfrentam, no cotidiano, desafios no acesso à empregos formais e aos mecanismos para sua integração local – o que, sem dúvida, transpassa a realidade das realidade pesquisada.

De acordo com um estudo produzido pelo Banco Mundial e pelo ACNUR (2021), os venezuelanos têm menos possibilidade do que os brasileiros em processos de integração local: considerando 1 como 100%, os venezuelanos têm 0,9 vez chance de estar empregado no setor formal; 0,8 vez probabilidade de estar na escola; e 0,7 vez de estar registrado em cadastro único em comparação com brasileiros do mesmo perfil. Os resultados desse estudo sugerem que, sobre o mercado de trabalho formal, o emprego conquistado pelo profissional venezuelano é de qualidade consideravelmente inferior ao do brasileiro, caracterizado por alta temporalidade, maior jornada de trabalho e menores salários, apesar dos níveis de escolaridade mais elevados, indicando uma degradação ocupacional no Brasil. Consequentemente, venezuelanos com maior escolaridade e maior número de filhos têm maior probabilidade de se registrar no CAD Único do que seus colegas brasileiros.

De acordo com uma pesquisa do FMI (2022), os gastos mencionados para atender às necessidades dos migrantes venezuelanos variam entre 0,1% e 0,5% do PIB, dependendo do país. Estima-se que entre 2020 e 2025 ficará em torno de 0,4% no caso da Colômbia; em 0,25% para Equador e Peru e 0,1%, para o Chile, conforme mencionado no relatório. A chegada expressiva de pessoas venezuelanas aos países

da região também tem impacto no mercado de trabalho, pois à medida que a maioria dos migrantes consegue um emprego – mesmo que este não corresponda às suas qualificações – o emprego total aumenta e os salários reais caem. Como o salários mais baixos desencorajam alguns trabalhadores locais de assumir postos inferiores, tais vagas tendem a ser ocupadas pelos refugiados e migrantes. Em outro cenário, quando o desemprego geral aumenta ligeiramente, a taxa de desemprego desta população excede a de trabalhadores locais. Ainda de acordo com o estudo, o impacto no PIB é maior nos países que receberam os maiores fluxos migratórios em idade produtiva e onde os migrantes são mais qualificados em relação à população local, como justamente é o caso do Brasil.

No Brasil, embora refugiados e migrantes da Venezuela em situação regular tenham acesso a vistos de trabalho e tenham os mesmos direitos trabalhistas que qualquer outro trabalhador no Brasil, eles enfrentam vários desafios para sua integração socioeconômica. De acordo com a pesquisa R4V (2021), 26% dos venezuelanos estavam desempregados e/ou sem conseguirem gerar renda. Considerando que, em comparação com a população anfitriã, os profissionais refugiados e migrantes da Venezuela têm 30% menos probabilidade de se beneficiar de programas de assistência social e 64% menos probabilidade de serem empregados formalmente, a almejada integração econômica se torna um desafio de limitada superação – ainda mais no estado de Roraima, em que até 90% dos venezuelanos têm empregos informais e 61% recebem salários abaixo do salário mínimo (R4v, 2021). Os desafios para a integração socioeconômica em estados como Roraima destacam a necessidade contínua do programa de interiorização por meio do qual refugiados e migrantes podem ter acesso a melhores oportunidades de subsistência em todo o país, sendo que o deslocamento para outra localidade por meio da Operação Acolhida nem sempre se dá com o acompanhamento das devidas garantias, como exposto nos próximos capítulos.

Considerando uma breve revisão da literatura (LAZAER, 1999; CARNEIRO et al., 2020), em linhas gerais, a integração local de venezuelanos parece ser maior onde há a presença menos representativa de cidadãos desta nacionalidade. Sendo os estados de Santa Catarina e do Paraná as Unidades da Federação (UFs) que mais recebem pessoas venezuelanas interiorizadas (16.118 e 14.667 respectivamente, até setembro de 2022) e na modalidade de emprego, Santa Catarina segue na liderança

(com 2.935 profissionais venezuelanos contratados), enquanto o Paraná é o quarto estado com mais contratos formais firmados (753), a diversificação de sua fonte de emprego conciliada à chegada desta nova população aos municípios do interior contribui para uma análise assertiva da realidade de pequenas cidades que não detém qualquer estrutura pública de acolhida e referência específica a este novo fluxo. Na modalidade de Reunificação Familiar da interiorização, tendo como forte indício o fator da empregabilidade dos cônjuges pela modalidade VES, os estados de Santa Catarina (3.054 pessoas) e do Paraná (2.312 pessoas) representam novamente as duas principais UF's país que mais receberam pessoas interiorizadas por vínculos familiares.

Em face da necessidade de se avaliar o processo de integração local das mulheres interiorizadas junto com seus pares familiares pela Operação Acolhida, nota-se a evidente falta de uma metodologia específica e de pesquisas que analisem o programa de interiorização após a chegada das famílias venezuelanas às novas cidades de acolhida sob a perspectiva das demais pessoas interiorizadas (para além da responsável pela principal renda familiar) e com o recorte específico de gênero. Busca-se, por meio da presente pesquisa, levantar dados e avaliar os resultados de integração local dos núcleos familiares de forma qualitativa.

O foco da análise em questão está em explorar o amplo conjunto de dados existentes (estado da arte) sobre o programa de interiorização do governo federal brasileiro pelo viés da empregabilidade de venezuelanos para então inferir um estudo de caso que avalie como a empregabilidade de profissionais mulheres se converte em ganhos sociais para os demais membros familiares – campo este bastante desafiador de consolidação de dados em decorrência dos constantes deslocamentos da população pesquisada, que parte em busca das oportunidades de geração de renda.

Como objetivo, a pesquisa aqui proposta busca avaliar os desdobramentos da resposta humanitária do governo brasileiro sobre o processo de integração laboral de mulheres e famílias venezuelanas provida pela Operação Acolhida, mais especificamente sobre a modalidade Vaga de Emprego Sinalizada e suas consequências em relação à garantia de direitos dessa população.

O problema de pesquisa levantado na presente tese visa, portanto, elucidar de que forma a interiorização de viés laboral, promovida pela Operação Acolhida, contribui para a efetiva integração local das mulheres venezuelanas empregadas e

como tal processo se traduz para seus familiares que chegam a nova localidade por meio do emprego dela, no contexto de cidades do interior dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Embora haja estudos que confirmam a elevação da renda de pessoas refugiadas que foram interiorizadas para diferentes cidades brasileiras (ACNUR e Aldeias Infantis, 2021; PÓLIS, 2021; REACH, 2019), nenhum contempla de que forma a renda gerada por um membro (em especial as mulheres) impacta no processo de integração local dos demais membros familiares. Dessa forma, busca-se confirmar (ou refutar) uma teoria de que o acesso ao trabalho formal é o principal meio facilitador da integração familiar como um todo - não apenas da profissional empregada, mas de todos os demais membros, pois o fator da renda é redistribuído em garantia ampla de direitos (crianças matriculadas em escolas; adultos gerando renda e adquirindo conhecimentos; pessoas idosas com doenças tendo acesso aos serviços públicos de saúde, etc).

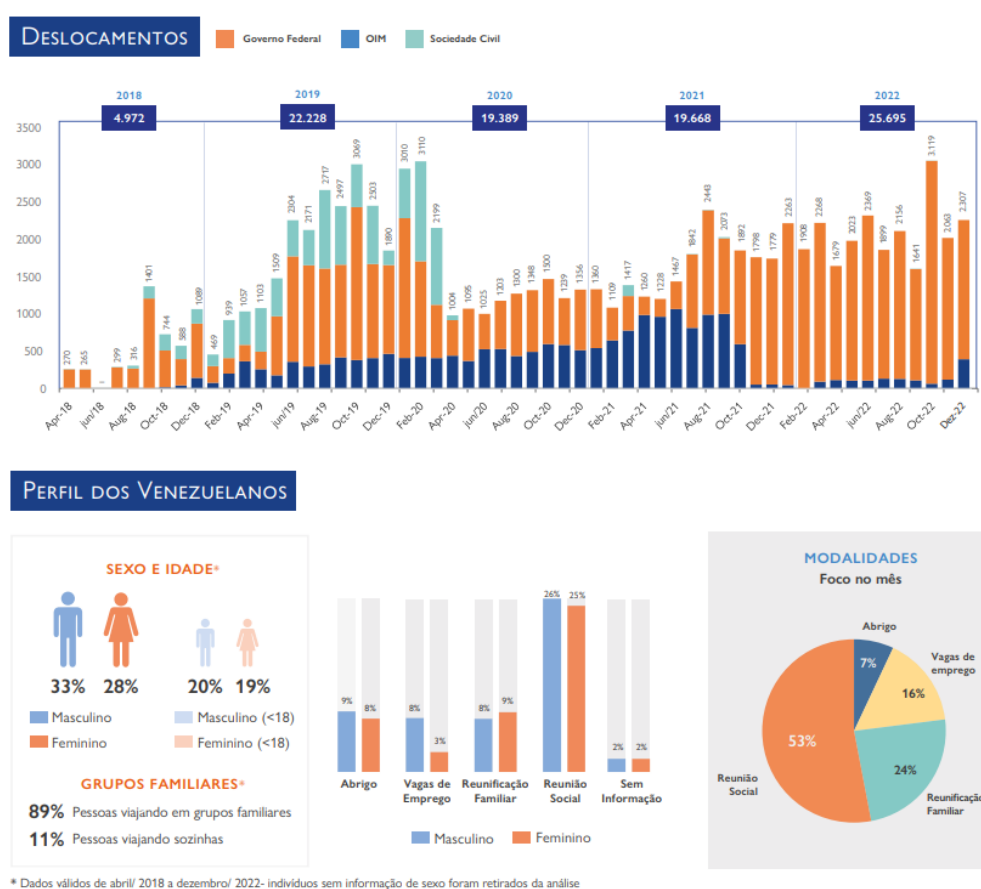
A análise proposta se dá para além da estrutural dinâmica de mensuração dos postos de trabalho, da renda gerada e da aplicação desta no consumo familiar, mas sim busca entender como o emprego de uma pessoa se relaciona com a efetiva integração local de seus familiares no âmbito da comunidade de acolhida.

Devido as dificuldades de se encontrar emprego formal no contexto recente da economia brasileira, seja pela conjuntura estrutural em si ou agravamento em decorrência da pandemia de Covid-19, a modalidade VES, embora seja a de maior interesse por parte da população venezuelana, representa entre abril de 2018 e dezembro de 2022 (OIM, 2022) apenas 11% do total de pessoas realocadas voluntariamente desde Boa Vista, sendo portanto a que translada menos pessoas em relação às demais modalidades (Reunião Social representa 51% do total; Abrigo-Abrigo (Institucional) e Reunificação Familiar, 17% cada – outros 4% representam dados sem informação), de acordo com os dados descritos no Gráfico1 e no Mapa1.

Como hipótese da presente pesquisa, pelas referências analisadas em outros estudos e por meio das informações obtidas em entrevistas com atores que lidam diretamente com a interiorização por parte das Forças Armadas e da integração local de refugiados das organizações da sociedade civil nas localidades de destino, acredita-se que o emprego formal de uma profissional venezuelana efetivamente contribua para o bem-estar familiar não apenas no âmbito econômico, mas também

das demais garantias sociais, além de promover diversificação da renda familiar por meio da geração de recursos por parte dos cônjuges interiorizados e do acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, facilitando assim o processo de integração local e de garantia de direitos dessas pessoas na nova localidade, além de ampliar os ganhos da economia local e a produtividade/receita das empresas contratantes em especial pelo comprometimento e menor rotatividade.

Gráfico 1 – Deslocamentos e perfil de venezuelanos interiorizados

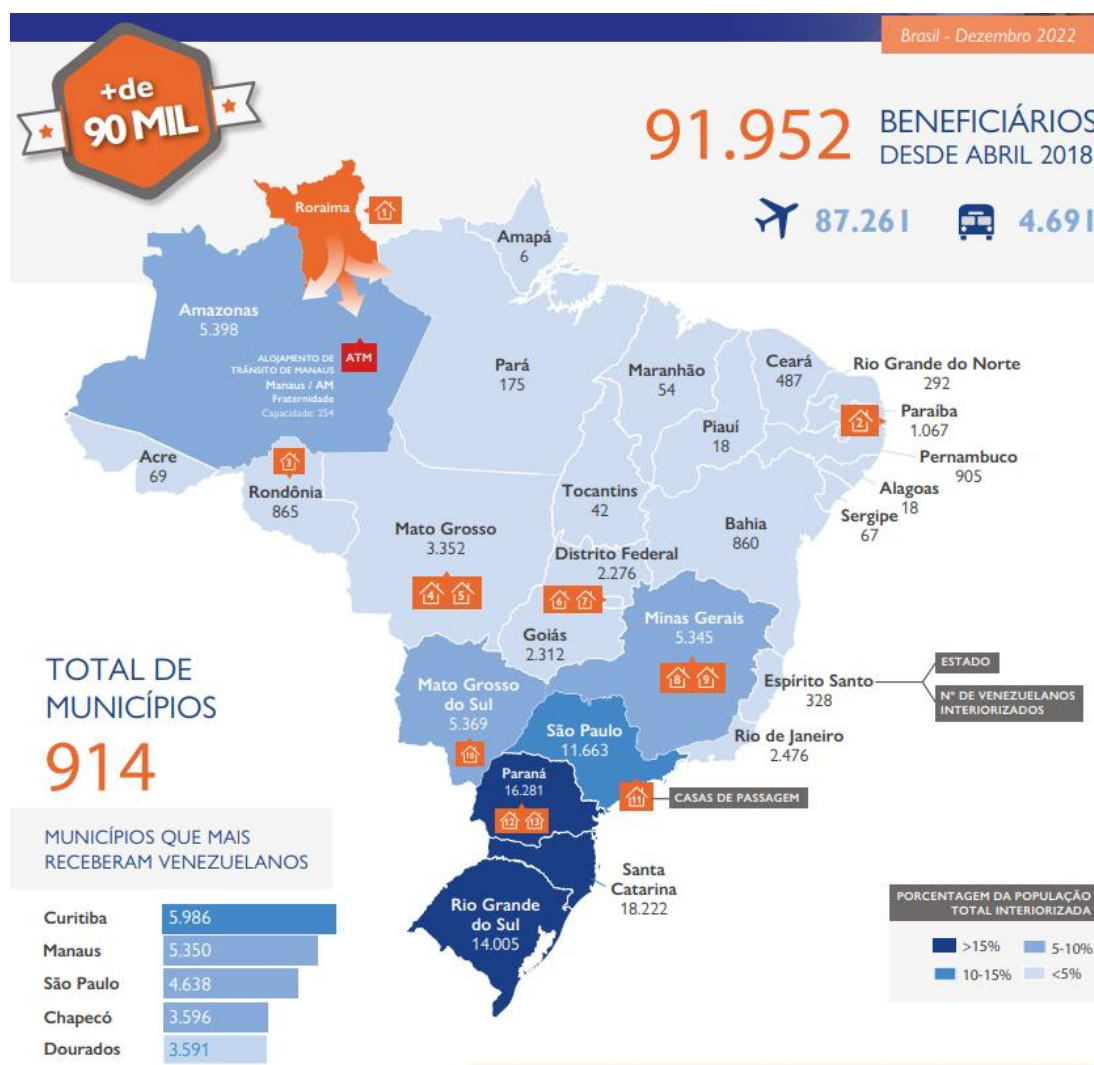


Fonte: Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2023)

Ainda que o processo de empregabilidade de profissionais venezuelanos pela VES não aproveite plenamente o potencial de maior valor agregado por parte da pessoa venezuelana interiorizada em função dos postos de trabalho efetivados, empregando tais profissionais em postos aquém de suas capacidades, o fato de haver um membro empregado formalmente no mercado brasileiro tende a contribuir para a integração local de seus pares e, conseqüentemente, do efetivo desenvolvimento da comunidade de acolhida por meio da redistribuição da receita em impostos e

movimentação do comércio local¹⁴ (MCKINSEY, 2020).

Mapa 1 – Recorte regional de venezuelanos interiorizados no Brasil



Fonte: OIM (2023)

A interiorização pela modalidade VES promove também maior possibilidade de deslocamento voluntário de pessoas venezuelanas por outras modalidades, como a de reunião familiar e de reunião social junto aos membros já empregados (REACH, 2019). Por isso, o fator trabalho promove efetivamente um elevado ganho do potencial

¹⁴ No contexto da empresa privada, há diversos fatores que contribuem para uma representatividade positiva de profissionais refugiados. De acordo com os dados da McKinsey (2020), os profissionais refugiados contratados apresentam menor rotatividade e elevada produtividade, agregando inovação e gerando um melhor ambiente interno. No contexto social, os membros familiares e parentes/amigos próximos também se beneficiam diretamente do emprego formal conquistado por este profissional, ocasionando um ganho geral múltiplo (receitas para o município, diversidade da economia local, novos postos de trabalho, acesso equitativo à educação, maior investimento público e ganhos de rentabilidade do setor privado, entre outros fatores).

de integração local e de diversificação da economia local no longo prazo, possivelmente gerando uma cadeia positiva que amplia os ganhos sociais e econômicos tanto para as famílias interiorizadas, como para a sociedade de acolhida, governos locais e para as empresas contratantes.

O entendimento do processo de empregabilidade formal de profissionais venezuelanos no país deve ser considerado sob a perspectiva de quatro fatores fundamentais:

1) a necessidade imediata das pessoas venezuelanas em um novo território de gerar recursos (pois qualquer fonte de renda, no menor espaço de tempo, é crucial para assegurar a remessa de dinheiro para as famílias que seguem no país de origem e garantir o sustento de sua rede já acolhida no país receptor);

2) a disponibilidade de se deslocarem para onde haja trabalho, com apoio logístico da Operação Acolhida e de instituições parceiras que permitem a adaptação inicial para a chegada de profissionais empregados (e de sua família);

3) o contínuo fluxo de venezuelanos ao longo dos anos mensura uma maior vulnerabilidade dos recém-chegados em relação aos grupos anteriores, depreciando os postos de trabalho mais atuais (pré-pandemia);

4) há interesse do setor privado em ter funcionários comprometidos, com conhecimento prévio e de menor rotatividade, além de exercerem uma ação reconhecida de responsabilidade social corporativa.

Como objetivos da tese, tem-se como prioridade compreender quais são os desdobramentos gerados no âmbito da empregabilidade de profissionais mulheres interiorizados pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada, buscando compreender as decorrências do emprego formal da profissional para a integração local de seus familiares.

Como objetivos secundários, são listados os seguintes interesses:

a) Avaliar o potencial de diversificação de fontes de renda por parte dos cônjuges interiorizados e de sua relação com a garantia de direitos (integração local) de seus familiares, refletindo em múltiplos ganhos sociais;

b) Analisar as considerações feitas pelos gestores das empresas

contratantes sobre o processo de interiorização de vínculo empregatício, considerando a visão do setor privado sobre o perfil das profissionais venezuelanas, suas interrelações, papéis assumidos e seus interesses;

c) Avaliar as lacunas existentes de integração local para pautar políticas públicas que sejam eficientes na resposta de longo prazo ao processo de interiorização, referenciando possíveis boas práticas da sociedade civil, da academia ou mesmo do setor privado.

Com a proposta de realizar uma análise do estado da arte sobre a temática da integração de refugiados, as seguintes constatações fundamentais são apresentadas como elementos estruturantes da pesquisa em questão:

1) Dados globais revelam que 77% das pessoas refugiadas vivem em situação prolongada de refúgio (há mais de cinco anos) e mais da metade dos refugiados vive em centros urbanos (ACNUR, 2022a);

2) A população refugiada no Brasil é mais qualificada e com maior potencial para empreender do que a média brasileira, com necessidade imediata de geração de renda (ACNUR, 2019a);

3) Quanto mais uma crise humanitária se prolonga, mais vulnerável é a situação dos refugiados que chegam, e com menor qualificação profissional e de formação (BANCO MUNDIAL e ACNUR, 2021; SIMÕES, 2017);

4) A situação de vulnerabilidade social não é um déficit dos indivíduos, mas sim com a organização da sociedade, do mercado hierarquizado e da base salarial, sendo um produto da restrita inserção dos indivíduos na sociedade laboral/salarial (IPEA, 2018);

5) O trabalho formal é a principal demanda da população venezuelana acolhida em Boa Vista, sendo que refugiados apresentam menor rotatividade nos postos de trabalho, maior assiduidade, potencial de inovação e de motivação interna (PÓLIS, 2021; TENT, 2018; MCKINSEY, 2020);

6) Imigrantes contribuem efetivamente para ganhos econômicos dos países de acolhida, ampliando as receitas locais, diversificando a economia e competindo mais entre eles do que com os nacionais, ainda que tal realidade tenha percepções diferentes (FGV, 2020; FMI, 2022; ACNUR, 2020; OXFAM,

2020; SHIERHOLZ, 2010, 2013);

7) A interiorização gera maior renda aos venezuelanos pelo acesso ao mercado de trabalho, mas também um potencial maior endividamento quando não há um planejamento financeiro estruturado (REACH, 2018, 2019);

8) Desinformação e burocracia são entraves à integração – saber sobre onde buscar emprego e de meios para revalidar diplomas são fundamentais, embora haja muita desinformação entre gestores de RHs (ACNUR, 2019a; CARVALHO, 2017);

9) Redes de apoio (como compostas por instituições religiosas) têm um papel fundamental em assistência e integração após a interiorização, uma vez que a Operação Acolhida deixa de estar presente (REDIN, 2020; ACNUR E SJMR, 2021);

10) Dentre a população migrante no Brasil, mulheres recebem cerca de 70% do valor dos rendimentos de trabalhadores do sexo masculino (e são menos interiorizadas) e pretos e latinos recebem proporcionalmente menos que brancos e amarelos (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2019 e 2020; HALLAK e SIMÕES, 2020);

11) Famílias com filhos, em especial monoparentais, tendem a ter menos oportunidade de trabalho do que pessoas solteiras ou casais sem filhos, permanecendo por mais tempos nos abrigos de Boa Vista (PÓLIS, 2021; FMI, 2022).

Com o acesso a dados secundários já mapeados e recortados ao devido interesse de contextualizar a situação, torna-se ainda mais relevante a presente pesquisa para se somar aos estudos implementados com a proposta de indicar outras possíveis abordagens sobre a interiorização, convergindo para um campo ainda não pesquisado. Desta maneira, busca-se otimizar os recursos investidos para a integração de pessoas refugiadas pelo viés do acesso ao mercado de trabalho, buscando sistematizar os meios propícios para a empregabilidade de profissionais venezuelanos.

Tendo-se por base os possíveis atributos da pesquisa, um de seus objetivos primordiais é o da inferência causal, que se fundamenta por meio de informações empíricas sobre o contexto estudado a partir de evidências sistematicamente

coletadas, sendo, portanto, conclusiva sobre o que não é apenas diretamente observado. Assim, a proposta do presente estudo deriva de atingir inferências válidas, entendidas como o “processo de usar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos desconhecidos” (KING, KEOHANE e VERBA, 1994, p.46).

Considerando ainda questões sobre os objetivos, a lógica e a natureza dos métodos, assim como suas ferramentas e a devida aplicabilidade destas, o *process tracing* se mostra um método efetivo na construção de inferências causais em estudos de caso como o apresentado nesta presente pesquisa, sendo analítico do contexto em que se insere e explicativo da causa e consequências advindas do objeto pesquisado: o programa de interiorização, na modalidade de viés laboral, promovido pela Operação Acolhida, na promoção da integração local dos familiares de profissionais venezuelanos realocados para determinadas localidades (no interior dos estados de Santa Catarina e Paraná).

Isso porque as pesquisas sociais buscam produzir representações da vida social por meio da interação sistemática entre pressupostos e evidências, entre teorias e dados (RAGIN, 1994), gerando vínculos entre a causa e seus efeitos. De acordo com King, Keohane e Verba (1994), parte-se para investigar fenômenos sociais significativos, considerando sua singularidade, extraordinariedade ou por sua relevância pública/social, como aqui apresentado. Em comum, as pesquisas sociais apresentam a produção de inferências válidas, ainda que possam ter desenhos distintos em relação a sua operacionalização, apontando para contribuições específicas sobre o objeto pesquisado (SÁTYRO e REIS, 2014).

Predominam, nas pesquisas sociais, os estudos com lógica dedutiva (CRASNOW, 2011), que partem de generalizações de premissas verdadeiras para verificar a ocorrências delas em casos particulares, buscando assim atingir a “certeza” (LAKATOS e MARCONI, 2006). Dessa forma, os estudos indutivos têm o propósito de explicitar o conteúdo dessas premissas e, assim, formular conclusões definitivas. A combinação entre elementos que caracterizam a presente pesquisa como quantitativa (extensivas, que buscam regularidades do fenômeno social estudado, como o aumento geral da renda das pessoas empregadas) e qualitativa (intensiva, buscando estudar diversos aspectos de um caso específico, como a consequência da interiorização para os demais membros familiares não empregados) é considerada, embora não representativa do universo da população venezuelana interiorizada para

o estado do Paraná. Há de se destacar, no entanto, que em ciências sociais, tanto pesquisas qualitativas como quantitativas não conseguem controlar todas as variáveis existentes, enfrentando assim problemas de inferência relacionados a dados observacionais.

O estudo de caso é um método de pesquisa empírica que investiga a ocorrência de um dado fenômeno contemporâneo, recortando um determinado espaço/localidade e durante um certo período/tempo, em profundidade de análise especialmente quando os limites entre o fenômeno em si e o contexto ao qual está inserido não estão claramente definidos (VAUS, 2001; CRESWELL, 2007; BENNETT e CHECKEL, 2015). Em meio ao grande número de possíveis variáveis e das múltiplas fontes de informações, contando ainda com as proposições teóricas que orientam a coleta e a análise de dados, os estudos de caso “permitem uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2015, p.13). Ao deter o potencial para prover elevada validade conceitual e meios úteis para examinar com proximidade o papel de mecanismos causais no contexto de casos singulares, os estudos de caso têm a capacidade para lidar com a complexidade da causalidade (BENNETT e GEORGE, 2005), indo muito além de ser apenas uma estratégia exploratória ou descritiva de um caso concreto para se posicionar (também) como um estudo explanatório.

Na medida em que um estudo exploratório pode cobrir uma variedade de objetos, quando o objetivo da pesquisa for descrever a incidência ou relevar a predominância de um dado fenômeno, as estratégias de levantamento de dados ou análise de arquivos tornam-se mais bem alinhadas para as respostas adequadas. As questões “como” e “por que” requerem mais explicações das causas sociais que trazem em si ligações intrínsecas que necessitam ser traçadas ao longo de um período e, mesmo inseridas em um único contexto, requerem análises individualizadas pois o pesquisador tem pouco ou nenhum controle dos fatos – os diferentes fatores sociais impactam diferentemente a vida das pessoas por uma série de variáveis como composição familiar, escolaridade, atividade remunerada exercida, entre outros.

Enquanto as pesquisas históricas são mais eficientes quando não há um acesso atual aos casos estudados, o estudo de caso é a estratégia ideal para se examinar acontecimentos contemporâneos “quando não se podem manipular comportamentos relevantes” (YIN, 2015, p.18), buscando melhor compreensão do

caso estudado. O estudo de caso acrescenta ao repertório das fontes de evidência a observação direta (in loco) e a realização sistemática de entrevistas, ampliando assim as evidências da pesquisa.

Tabela 1: Lista de estratégia condizente para determinadas situações sociais

Estratégia	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	como, por que	sim	sim
Levantamento de dados	quem, o que, onde, quanto(s)	não	sim
Análise de arquivos	quem, o que, onde, quanto(s)	não	sim/não
Pesquisa histórica	como, por que	não	não
Estudo de caso	como, por que	não	sim

Fonte: Yin, 2015

Outro ponto fundamental da pesquisa, e ponto crítico em relação ao estudo de caso, refere-se à dimensão da representatividade. Para além da importância do tamanho do grupo de caso estudado – refletindo diretamente na validade (interpretações consideradas corretas em razão dos procedimentos adotados) e confiabilidade (possibilidade de replicação de um estudo com resultados semelhantes) da pesquisa, há de se considerar também como elemento estruturante a multiplicidade das variantes de interesse que surgem até mesmo no campo, na observação/vivência dos casos estudados. Por isso, em pesquisas qualitativas, a ênfase se volta à observação de fenômenos e seus contextos, não se limitando a um conjunto de dados de finalidade meramente estatística (COLLIER, BRADY e SEAWRIGHT, 2010; YIN, 2015). Atentando-se ao “estiramento conceitual” descrito por SARTORI (1970), é preciso ter em mente que quanto maior a amplitude, proporcionalmente será menor a acurácia (BENNETT e GEORGE, 2005).

Em relação próxima a esta, YIN (2015) afirma que os estudos de caso, de forma similar aos experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Dessa forma, o estudo de caso não representa uma amostragem sem que o objetivo do pesquisador seja propor generalização estatística (análise “particularizante”), mas sim generalizar teorias (a chamada “generalização

analítica” ou análise “generalizante”). Diferentemente de experimentos, onde há pretensões de se realizar generalizações a partir de resultados onde haja condições semelhantes e controladas do objeto, mais de finalidade estatística e separadora do fenômeno de seu objeto, a generalização no estudo de caso é de cunho analítico-teórico, buscando conferir a capacidade explicativa de uma proposição teórica a casos semelhantes, derivado de uma pesquisa abrangente (MARTINS, 2006).

Pelas características próprias dos estudos de caso, uma de suas principais vantagens em relação a outras metodologias é justamente o apoio à validade conceitual que emprega, considerando situações em que as variáveis de interesse da pesquisa não são facilmente mensuráveis, de modo a ser compensada por análises realizadas no âmbito local, considerando fatores contextuais (BENNETT e GEORGE, 2005). Outro ganho provido dos estudos de caso condiz com sua capacidade de diminuir as hipóteses rivais plausíveis, elevando-se a validade interna pesquisado – ainda que haja problemas de representatividade dos casos, ou mesmo de um único caso (GERRING, 2007).

Dentro dos estudos de caso, a seleção de um caso único pode ser relevante, especialmente quando o caso analisado se trata de um evento raro, servindo a um propósito relevador por si. Porém, o enfoque mais adequado à presente pesquisa se refere a análise de casos múltiplos por ser mais robusto em questões argumentativas pelas diferentes narrativas coletadas em face de confirmar ou refutar a hipótese dentro de uma lógica da replicação¹⁵ – e não da amostragem, como no caso dos experimentos. Aliás, a lógica da amostragem aplicada ao presente estudo de caso (ou de qualquer outro) não dialogaria em termos de método de pesquisa, pois no estudo de caso cada um dos casos analisados consiste em um estudo completo, no qual se procuram provas convergentes com respeito aos fatos e às conclusões do recorte.

“Os estudos de caso, em geral, não devem ser utilizados para avaliar a incidência dos fenômenos. Um estudo de caso teria que tratar tanto do fenômeno de interesse quanto de seu contexto, produzindo um grande número de variáveis potencialmente relevantes. Isso acabaria exigindo,

¹⁵ De acordo com YIN (2015), a abordagem da replicação aos estudos de casos múltiplos (como o conduzido nesta tese) condiz com o desenvolvimento da teoria da pesquisa e, na sequência, demonstra-se que a seleção do caso a ser estudado e a definição das medidas específicas de análise tornem-se etapas de fundamental relevância para o processo de planejamento e coleta de dados. Cada caso em particular consiste em um estudo completo, no qual se procuram provas convergentes em relação aos fatos e às conclusões para o caso.

sucessivamente, um número inconcebivelmente grande de casos – grande demais para permitir qualquer avaliação estatística das variáveis relevantes” (YIN, 2015, p.57).

Considerando-se a complexidade dos fenômenos sociais e das amplas influências possíveis sobre o objeto pesquisado, tornando praticamente impossível aferir por completo as diversas manifestações empíricas existentes, a presente pesquisa busca inferir uma proposição a partir de um conjunto de recortes empíricos para construção de uma explicação. COLLIER, BRADY e SEAWRIGHT (2010), assim como DUNNING (2015), afirmam haver duas formas principais de realizar observações para prover os fundamentos da pesquisa: as observações de conjunto de dados (*data-set observations*, ou DSO), centradas no conjunto de dados que permitem realizar análises estatísticas; e as observações de processos causais (*casual process observations*, ou CPO), voltadas mais para o contexto, processo ou mecanismo ao ligar a causa ao efeito em um determinado caso, sendo “peças diagnósticas de evidências que possibilitam insights para conexões e mecanismos causais” (COLLIER, BRADY e SEAWRIGHT, 2010, p.506).

A partir das análises de dados e das observações feitas em campo, busca-se produzir inferências que tendem a ser descritivas (utilizadas para aprofundar os conhecimentos sobre fatos não observados) ou causais (cuja proposta é de explorar uma causalidade para então produzir uma descrição ou uma relação sinérgica, de acordo com KING, KEOHANE e VERBA, 1994). Tanto na inferência descritiva como na causal, não haverá uma única certeza sobre a realidade pesquisada, fazendo com que as conclusões sejam potencialmente incertas por depender das diversas variáveis que a compõem e do contexto ao qual estão inseridas (SÁTYRO e REIS, 2014; HALL, 2006). As inferências a serem produzidas pelo pesquisador sobre as causalidades de um determinado fenômeno devem orientar a escolha do método que possibilitará verificar, por exemplo, regularidade ou singularidade (CUNHA e ARAÚJO, 2018).

Como parte deste processo de análise dos dados a serem coletados, o *process tracing* se refere a um método de pesquisa qualitativa de identificação de mecanismos causais¹⁶, tendo suas partes constituintes e a conexão entre elas (e como elas

¹⁶ Em termos de estrutura, os mecanismos causais se relacionam com a constatação da existência de um processo que produz determinados resultados que, por sua vez, sofrem a influência de mecanismos específicos conectados

interagem ao longo do tempo) por meio da observação e acompanhamento de evidências selecionadas em processos sequenciais, da conjunturas de eventos que possibilitam desenvolver ou testar hipóteses a fim de verificar a ocorrência e o funcionamento de determinados mecanismos ou eventos já transcorridos (BEACH e PEDERSEN, 2013; BEFANI e STEDMAN, 2017; BENNETT, 2005; COLLIER, 2011; MAHONEY, 2012). A aplicabilidade mais comum do *process tracing* se relaciona com estudos de caso em profundidade, situados um determinado espaço e recorte temporal, buscando efetivamente testar hipótese acerca de mecanismos causais e como eles se relacionaram para gerar determinado efeito ou resultado específico, conjugando-os em ação – como no caso da presente pesquisa, as resultantes da interiorização de viés laboral, com foco no consequente processo de integração local dos cônjuges dos profissionais venezuelanas empregados pela modalidade VES.

O *process tracing* decorre do uso de observações de processos causais em conjunto com generalizações. Como embasado pelas referências citadas na presente pesquisa, essas generalizações são “entendimentos elementares decorrentes de pesquisas já existentes de associações que são quase universalmente consideradas verdadeiras” (MAHONEY, 2012, p.2). Já em outros casos, como no caso da presente pesquisa sobre a integração local de membros familiares interiorizados para cidades do interior do estado do Paraná, as generalizações das quais se baseiam o *process tracing* assumem a forma de inferências derivadas de análises científicas: como há a confirmação científica do aumento da renda por parte das pessoas interiorizadas pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (REACH, 2019), deduz-se que haja uma consequente facilitação do processo de integração local (por meio da geração de renda) dos demais membros familiares interiorizados junto ao profissional venezuelano empregado, sem que o objeto da pesquisa reflita uma amostra para que se tenha conclusões de um todo, mas sim revela uma tendência de que há mais oportunidades para seus familiares e conhecidos advindas com a interiorização de

em uma cadeia, responsáveis pela causalidade do fenômeno (CUNHA e ARAÚJO, 2018). Ainda que haja diversas definições sobre os mecanismos causais, BEACH e PEDERSEN (2013) consideram que uma das características dos mecanismos causais é que a causalidade adquire uma perspectiva determinística, ou seja, não se exige o critério de regularidade ou de associação regular dos acontecimentos, mas o de influência interativa de causas que se interligam e produzem resultados. Assim, mecanismos causais são partes de um todo, consequência de interações que contribuirão para explicar o resultado, sendo mecanismos que justificam associações entre determinados eventos que produzem os resultados verificados. Há de se considerar, entretanto, que os resultados dos fenômenos são invariavelmente contingentes e relacionados ao contexto e aos atores diretamente envolvidos nos processos (KAY e BAKER, 2015), havendo variações significativas entre os mecanismos causais – a depender dos agentes envolvidos, das correlações teóricas geradas, do existente grau de especificidade e do seu alcance temporal.

mulheres venezuelanas empregadas.

O método do *process tracing* se diferencia do método estatístico, pois enquanto este tenta definir efeitos causais (calculando o percentual das margens de influência), o *process tracing* identifica os mecanismos causais que conectam causas e efeitos¹⁷. De forma similar, o *process tracing* se difere de métodos que buscam estruturar narrativas históricas sem preocupações com a causalidade ou investigar a correlação entre uma ação (a interiorização de profissionais venezuelanos) e sua consequência (o processo de integração econômica dos demais membros familiares adultos). Por este perfil, seu uso está diretamente relacionado à produção de inferências causais baseadas em informações empíricas, evidências selecionadas que contribuem para identificar e analisar os mecanismos causais presentes no caso estudado, como interagem as partes, bem como a cadeia causal e a conexão entre tais mecanismos para a produção dos resultados encontrados no caso estudado (BEACH e PEDERSEN, 2013; BENNET e CHECKEL, 2015; CUNHA e ARAÚJO, 2018).

O *process tracing* envolve “tentativas de identificar o processo causal interveniente – a cadeia causal e o mecanismo causal – entre uma variável independente (ou variáveis) e o resultado da variável dependente” (GEORGE e BENNETT, 2005, p.206). Investigar in loco tais mecanismos permite “examinar as opções de causalidades para localizar os fatores interrelacionados entre alguma causa estrutural e seu suposto efeito” (GERRING, 2007, p.45). No presente caso, a interiorização pelo viés laboral permite uma maior renda pelo posto de trabalho na nova localidade e, conseqüentemente, deduz-se que esta maior renda se traduza em maior oportunidade de integração dos membros familiares que chegam ao novo destino junto com a profissional contratada, sendo este o interesse da pesquisa.

Em decorrência das análises sobre os processos causais, Faletti (2016) sugere uma distinção entre dois tipos, aos ela denomina intensivos e extensivos. Os primeiros são constituídos por processos transformadores subjacentes à unidade de análise, ou seja, “sequências de eventos conceitualmente e estreitamente conectadas que são

¹⁷ Enquanto a maioria dos métodos *small-n* se realiza por meio de inferências cruzadas sobre relações causais, o método do *process tracing* busca fazer inferências internas sobre a presença ou ausência de mecanismos causais em estudos de caso específicos. Esta abordagem distingue o *process tracing* de outras ferramentas inferenciais usadas em outros métodos de ciências sociais – como o método da congruência. Entretanto, uma deficiência na literatura existente sobre *process tracing* é a ausência de exposição suficiente dos fundamentos lógicos do método ou de uma referência de uso mais comum do método entre os diferentes campos de pesquisa.

consequentes para o resultado de interesse” (2016, p.459). Ou seja, o elemento central para a pesquisa não é a análise da causa pesquisada, nem a consequência do processo causal (efeito) – o objetivo é entender o sequenciamento de eventos do processo, sendo um movimento que parte do efeito para a causa. Já os processos extensivos conectam causas e resultados por meio de variáveis intervenientes, onde a causa e o efeito geralmente referem-se a complexos processos sociais que podem ser divididos em seus múltiplos eventos constitutivos.

Dada a complexidade do processo em análise, não há a necessidade de se detalhar todos os eventos interrelacionados, mas atentar-se para todos aqueles que são relevantes, tendo em conta a hipotética conexão de variáveis intervenientes (CUNHA e ARAÚJO, 2018). Na presente pesquisa, argumenta-se que a interiorização de mulheres venezuelanas (causa) leva à integração econômica de seus pares familiares (efeito) por meio da variável de acesso ao emprego formal¹⁸ conciliado à garantia de direitos e conquista de novos postos de trabalho pelas competências da mulher contratada, contribuindo para o desenvolvimento local (variável interveniente).

Ainda que haja dúvidas entre os pesquisadores sobre a aplicabilidade do *process tracing* na prática, Beach e Pedersen (2013) apresentam três diferentes variantes dentro das ciências sociais do qual o método é mais indicado, conforme resumido na Tabela 2. Estas variantes estão relacionadas entre ter o objetivo de pesquisa de testar se um mecanismo causal está presente em um caso (“teste de teoria”), construir um mecanismo teórico (“construção de teoria”) ou elaborar uma explicação que dê conta de um determinado resultado (“explicação de resultado”).

Há uma divisão clara entre o *process tracing* centrado na teoria e no caso, refletindo uma escolha entre construir/testar mecanismos causais que podem ser generalizados em um contexto limitado de casos e com foco na explicação de resultados específicos através do uso pragmático de explicações para dar conta dos aspectos importantes do caso. “As diferenças entre cada variante incluem dúvidas se são teoria ou caso, os tipos de inferências que estão sendo feitas, como eles

¹⁸ Ao abordar a inserção laboral das profissionais venezuelanas, é importante considerar a formalização da relação de trabalho (Magalhães, 2016; Cavalcanti e Oliveira, 2020). A formalização, neste caso, consiste no contrato de trabalho que, além de facilitar o acesso aos direitos garantidos por lei, certifica a relação de trabalho, o que por sua vez contribui para a inserção social e o acesso a serviços, como fundo de garantia e férias remunerada. Ressalta-se que as pessoas venezuelanas no Brasil, seja por meio da residência temporária ou pelo recorte da solicitação da condição de refugiado, ou seja, todos aqueles em idade produtiva, têm acesso à carteira de trabalho, que pode ser permanente ou documento temporário, dependendo do status legal.

entendem os mecanismos causais e se/como eles podem ser relacionados com métodos mistos” (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.3).

Entre o *process tracing* de teste de teoria, de explicação do resultado e de construção de teoria, esta é a vertente utilizada neste trabalho, pois busca-se construir uma explicação teórica, que pode ser generalizada, a partir de evidências empíricas, inferindo que um mecanismo causal mais amplo exista a partir dos fatos de um caso específico. Esta vertente envolve a construção de uma teoria sobre um mecanismo causal entre X e Y (a interiorização laboral e o reflexo desta junto ao processo de integração local dos membros familiares da profissional contratada) que pode ser generalizado para uma esfera de um dado fenômeno, a partir de uma situação em que não há muita clareza sobre o mecanismo em si. Embora esse tipo de *process tracing* seja analiticamente útil, Beach e Pedersen (2013, p.3) afirmam que “a literatura não oferece diretrizes sobre como proceder com essa abordagem”.

É justamente na vertente da construção de teoria que a presente pesquisa se efetiva na medida em que a análise dos casos selecionados se dá com o advento do programa de interiorização pela modalidade VES, analisando de que forma, ao serem interiorizados por meio desta modalidade, os cônjuges da pessoa venezuelana empregada se inserem no processo de integração econômica – justamente pelo componente da empregabilidade associada à chegada da família ao novo destino. A análise de casos específicos de trabalho e renda derivados da interiorização de venezuelanos confirma a elevação de renda, mas de que forma este fator contribui para a integração local de seus familiares?

Como a pergunta de pesquisa desta tese é avaliar como a interiorização pelo viés laboral, por meio da empregabilidade formal de um membro familiar, possibilita a integração local dos cônjuges no âmbito da chegada a uma nova localidade, a metodologia do *process tracing* se aplica perfeitamente à análise da explicação de resultado (de que a interiorização de viés laboral eleva os ganhos econômicos, ainda que esteja aquém das capacidades existentes), atentando-se ao processo de chegadas de venezuelanos já realizada em uma cidade de grande representatividade desta modalidade de interiorização.

Há ainda que se considerar para a pesquisa as dificuldades de acesso às famílias interiorizadas por meio da indicação da Operação Acolhida e de organizações parceiras deste programa, assim como, adicionalmente, o contexto adverso causado

pela atual situação de pandemia. Para além de construir conclusões que possam ser generalizadas, a proposta da pesquisa é de explicar resultados particularmente de interesse público para que, a partir deste conhecimento gerado, possa-se identificar correlações com outras localidades e fatores para o devido aprimoramento da resposta humanitária em si, sendo esta a grande contribuição da presente pesquisa, buscando avaliar o quanto o fator “emprego formal” de um/a profissional venezuelana/o configura um ganho exponencial de integração não apenas da pessoa empregada, mas também transpassa aos âmbitos familiares pois recursos são garantidores de divisas e, conseqüentemente, de direitos.

Tabela 2 – Resumo das principais diferenças entre as variantes de *process tracing*

	Theory-Testing	Theory-Building	Explaining-Outcome
Purpose of analysis—research situation	<i>Situation one</i> Correlation has been found between X and Y, but is there evidence that there exists a causal mechanism linking X and Y?	<i>Situation two</i> Build a plausible causal mechanism linking X:Y based on evidence in case	<i>Situation three</i> Explain particularly puzzling historical outcome by building minimally sufficient explanation in case study
Ambitions of study	Theory-centric	Theory-centric	Case-centric
Understanding of causal mechanisms	Systematic (generalizable within context)	Systematic (generalizable within context)	Systematic, nonsystematic (case-specific) mechanisms and case-specific conglomerates
What are we actually tracing?	Single, generalizable mechanism	Single, generalizable mechanism	Case-specific, composite mechanism that explains the case
Types of inferences made	(1) Parts of causal mechanism present/absent (2) Causal mechanism is present/absent in case	Observable manifestations reflect underlying mechanism	Minimal sufficiency of explanation

Fonte: Beach e Pedersen (2013)

Desta maneira, a empregabilidade seria senão o fator mais relevante da resposta humanitária possível por todo os desdobramentos que estão diretamente relacionados à conquista do trabalho formal, possivelmente derivando-se dela a

matrícula de crianças em escolas, o uso de serviços de saúde, acesso à moradia, sociabilidade comunitária e mesmo a viabilidade da reunião familiar e social de outros conterrâneos venezuelanos, sendo estas outras duas modalidades da interiorização promovida por parte da Operação Acolhida e que podem ser beneficiadas justamente pela garantia de um emprego formal a um/a profissional venezuelano/a.

Na presente pesquisa, as decisões tomadas sobre o campo (empresas do interior dos estados do Paraná e de Santa Catarina) e o período (segundo semestre de 2022, após os índices mais elevados da pandemia de Covid-19 e durante a campanha eleitoral federal) da pesquisa se fundamentam em análises de dados secundários previamente selecionados, considerando a conjuntura do objeto pesquisado (Operação Acolhida pelo viés da interiorização laboral), justificando estas escolhas e mesmo da metodologia (estudo de caso) e do método utilizado (*process tracing*) como coerentes entre si, de forma lógica e objetiva, para responder a hipótese levantada. Aliás, a abordagem da hipótese levantada não é estatística, mas sim explicativa, e sua construção se deu com base em entrevistas abertas feitas posteriormente à sua formulação, requerendo então que a pesquisa de campo seja implementada.

Dessa maneira, o método do *process tracing* contribui para que a pesquisa possa caminhar entre três vias determinísticas possíveis: (1) um evento ou processo específico ocorreu; (2) um evento ou processo diferente ocorreu após o evento ou processo inicial; e (3) o primeiro evento ou processo causou o último (MAHONEY, 2012). No presente contexto, o segundo ponto apresentado por Mahoney (2012) confere à esta pesquisa as evidências necessárias de que um processo diferente decorreu com a interiorização de venezuelanos: houve um considerável acréscimo da renda média advindo da modalidade de vaga de trabalho sinalizada (de R\$ 532,00 na amostra pré-partida para R\$ 1.758,00 mensais) e, ao longo do tempo, as pessoas venezuelanas conseguem emprego – a média temporal para que membros familiares encontrassem emprego foi de aproximadamente 1,2 mês (REACH, 2019). Assim, as explicações são específicas do caso e não podem ser separadas do caso particular (HUMPHREYS, 2010).

Em síntese, tem-se na presente pesquisa o método do estudo de caso, tendo como campo cidades do interior do estado do Paraná e de Santa Catarina, tendo como método de análise o *process tracing* pela explicação do resultado em face da

descrição de narrativas (de venezuelanos interiorizados) para avaliar, com a chegada do/da profissional empregado pela interiorização laboral, as transformações ocorridas no âmbito familiar (integração econômica dos cônjuges em decorrência da interiorização), pelo recorte da diversificação das fontes de renda no contexto local.

A metodologia do *process tracing* se insere como meio qualitativo de geração de inferências causais, elucidando dados históricos sobre o tema (da chegada à Boa Vista e a consequente interiorização para outras cidades) com a sistematização das evidências advindas da pesquisa de campo aplicada. Por meio do *process tracing*, torna-se possível a combinação de generalizações preexistentes (a interiorização pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada seria uma facilitadora da integração local familiar) com observações específicas de um único caso (estudo de campo em cidades do interior) para fazer inferências causais sobre este determinado recorte dos cônjuges, como resultado de um processo já iniciado (a interiorização em si) ao longo de um determinado tempo que têm valor probatório para apoiar ou derrubar hipóteses descritivas e explicativas (MAHONEY, 2012).

Isto posto, realizou-se uma ampla consulta junto às organizações da sociedade civil para a indicação de empresas no interior dos estados de Santa Catarina e do Paraná que empregam profissionais venezuelanas, já considerando como premissa do contato o recorte de gênero pela relevância para os dados da pesquisa. Por meio do contato com os gestores de recursos humanos das empresas – mantendo-se o sigilo tanto das empresas como de todos os entrevistados (gestores e profissionais empregadas), foram realizadas três entrevistas semiestruturadas de forma virtual – com um roteiro prévio compartilhado e que contou com a participação na mesma sala virtual das profissionais e dos gestores de recursos humanos de cada empresa. O seguinte roteiro da entrevista foi aplicado às profissionais contratadas e aos gestores:

Entrevista com a profissional contratada:

- . Perfil (origem, idade, estado civil, composição familiar, instrução e formação);
- . Trajetória (motivos da partida, data e forma de chegada ao Brasil, deslocamentos internos, desafios enfrentados, chegada à cidade de trabalho);
- . Experiência profissional (ofícios realizados, contexto familiar de renda, formas de contrato, processo de seleção, transição de carreira);

- . Destino (adaptações, contexto familiar, relação com a Operação Acolhida e organizações, interiorização e o novo trabalho, formas de despesas, sociabilidades);
- . Projeções futuras.

Entrevista com os gestores de recursos humanos:

- . Motivos de integrar a Operação Acolhida e como se deu este processo internamente, considerando os interesses das unidades de negócio interno;
- . Razões pela empregabilidade de profissionais venezuelanos e diferenciais deste contingente profissional para a empresa (inclusive meios de adaptação);
- . Relação entre a formação e experiência profissional com o exercício do posto, assim como relacionamento entre os pares de trabalho e questões de informação;
- . Mecanismos de contratação de outros profissionais, via indicação/referência.

1.3 Dados e estrutura dos capítulos

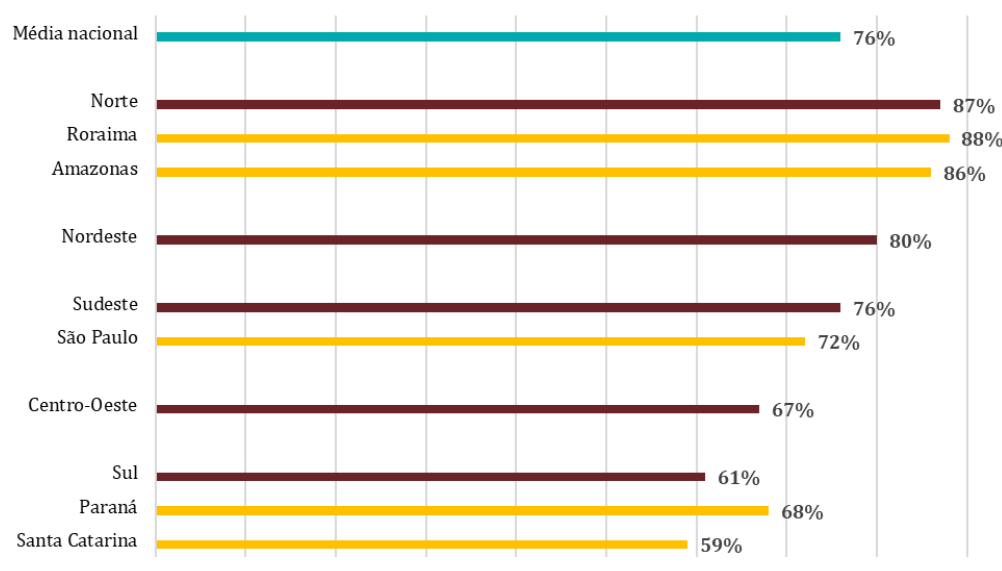
Como forma de construir a estrutura dos capítulos da presente tese, diversas pesquisas aplicadas no contexto latino-americano sobre o contexto de integração local de venezuelanos (ACNUR, 2019a e 2020; BANCO MUNDIAL e ACNUR, 2021; PÓLIS, 2021; TENT, 2018; FGV, 2020; FMI, 2022; OXFAM, 2020; REACH, 2018 e 2019; CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2019 e 2020) foram tomadas como base para que se pudesse avançar no recorte específico coberto pela tese.

Dentre outros efeitos decorrentes da deterioração do cenário econômico brasileiro em razão da pandemia e da condução do modelo econômico adotado pelo país na última gestão completa, houve um severo impacto na capacidade de refugiados e migrantes cobrirem os custos de aluguel, de concluírem cursos de formação técnico-profissional e de se manterem em postos de trabalhos formais (BANCO MUNDIAL e ACNUR, 2021; FMI, 2022). Sob tais circunstâncias, a variável que mais parece afetar a capacidade dos refugiados e migrantes construir um futuro digno e estável condiz com a situação laboral da/do chefe de domicílio, reforçando os dados que apenas 25% dos domicílios cujo chefe conta com fonte formal de renda (emprego formal ou negócio autônomo registrado formalmente) enfrenta insegurança habitacional, contra 32% dos domicílios onde os chefes são

trabalhadores informais. Da mesma forma, o acesso à alimentação adequada é altamente dependente da situação de trabalho do/da chefe do domicílio – grupos que dependem de fontes informais de renda enfrentam níveis muito mais elevados de insegurança alimentar (64%) quando comparados com aqueles em situação formal de trabalho (42%), reforçando a extrema importância do acesso e continuidade do trabalho formal na vida das pessoas refugiadas e migrantes (R4V, 2021). A relevância do acesso ao trabalho formal está diretamente relacionada com a perspectiva da interiorização laboral de profissionais venezuelanas no Brasil que, conforme ilustrado no Gráfico 2, as famílias integradas a partir do Norte tendem a ter maior renda em decorrência da formalização dos postos de trabalho conquistados (Gráfico 3). Com um tamanho médio de 4,4 pessoas, 76% dos domicílios venezuelanos ganham até dois salários-mínimos brasileiros (R\$ 2.400), com diferenças relevantes com base na distribuição geográfica de refugiados e migrantes pelo país.

Enquanto na região Norte, principal porta de entrada de pessoas venezuelanas, a maioria (54%) ganha até um salário-mínimo (R\$ 1.200), com parcela significativa (34%) ganhando entre um e dois salários-mínimos e apenas 4% ganhando até três salários-mínimos, nas regiões Sul e Sudeste – principal destino da estratégia de interiorização – a maioria ganha entre um e dois salários-mínimos (45% e 44% respectivamente), seguida por um número importante de domicílios com renda de até um salário-mínimo (17% e 32% e até três salários-mínimos 22% e 14%).

Gráfico 2 – Domicílios com renda mensal de até 2 salários mínimos



Fonte: R4V (2021)

Gráfico 3 – Chefes de domicílio trabalhando na informalidade



Fonte: R4V (2021)

Dentre as/os chefes de domicílio desempregados, 90% possuem níveis de escolaridade elevados (64% com ensino médio completo e 25% com nível superior), evidenciando que trabalhadores altamente qualificados podem hesitar em se envolver em atividades econômicas que não correspondam ao seu perfil e experiência. Por outro lado, ao se analisar de forma mais profunda o perfil dos trabalhadores assalariados e independentes, 43% dependem de atividades econômicas informais, de natureza bastante precária e volátil, expondo-os a riscos e violação de direitos, incluindo a exploração laboral e possível tráfico de seres humanos. No escopo nacional, a informalidade atinge 32% dos trabalhadores e 90% dos autônomos venezuelanos, que na maioria dos casos vendem comida caseira e outros artigos nas ruas. Além disso, há uma incidência maior de trabalho informal em moradores das capitais (52%), contra os que moram no interior (29%), assim como nos domicílios com presença de crianças e adolescentes (46%), contra os que consistem apenas de membros adultos (33%) – tais dados revelados pela pesquisa R4V (2021) reforçam a relevância da presente tese, centrada na análise da integração econômico em um grupo específico que requer ampla atenção de inclusão das políticas públicas, o das trabalhadoras venezuelanas.

Para que se possa contextualizar e apresentar os dados da presente pesquisa, contemplando-se a estrutura teórica sobre o tema e recentes dados já levantados em outras pesquisas, o trabalho contempla a estruturação de capítulos e de seus respectivos conteúdos de forma a referenciar as fontes dos conceitos e estudos já realizados nas áreas correlacionadas para que se possa concentrar esforços e aprofundar as informações sobre o que é a particularidade da tese: a pesquisa em si, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com um membro da Operação

Acolhida, gestores das empresas contratantes de profissionais da Venezuela por meio da interiorização e das próprias profissionais venezuelanas contratadas. Desta maneira, na introdução, busca-se apresentar uma síntese da proposta do trabalho e, conceitualmente, apresentar os desafios mais amplos relacionados ao tema dos refugiados no mundo, adentrando-se à relevância da presente pesquisa e à realidade da Operação Acolhida, apresentando a problemática, hipótese e objetivos, assim como discorrendo sobre a metodologia e o método de análise aplicados.

No capítulo seguinte, é apresentado o conceito central da tese, referente ao processo de integração local de refugiados na sociedade por meio do recorte específico da questão do trabalho e renda, pois se trata do maior ponto de interesse por parte da população refugiada e migrante venezuelana adulta abrigada em Boa Vista-RR, como também é um dos principais elementos para a garantia de direitos e da autossuficiência desta população. Aprofunda-se neste capítulo os recortes de perfis nacionais sobre o tema, considerando pesquisas e relatórios já publicados como indicativo das hipóteses deste trabalho de pesquisa, contextualizando as dificuldades adicionais relacionadas ao perfil de profissionais refugiados e migrantes da Venezuela em busca de empregos dignos e condizentes com suas formações e conhecimentos. Apresenta-se aqui o conceito de “elasticidade da substituição”, que sugere o potencial de revitalização de áreas economicamente em declínio e do rejuvenescimento da força de trabalho, agregando as disparidades salariais no Brasil entre os profissionais nacionais e venezuelanos, a dificuldade de profissionais venezuelanos em acessar postos de trabalhos de maior qualificação e a propensão de trabalharem mais horas, mesmo em postos inferiores em razão da necessidade de se gerar renda imediata.

Já no terceiro capítulo a análise discorre sobre o contexto brasileiro da resposta humanitária ao fluxo de pessoas venezuelanas para o país. Descreve-se a Operação Acolhida, sendo analisada sua implementação, estruturação e seus resultados, especificamente sobre o recorte da interiorização e, dentro desta, a modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES). Neste mesmo capítulo faz-se um recorte do perfil da população venezuelana no Brasil, mostrando dados atualizados sobre os números e perfil da população venezuelana no Brasil e na América do Sul. Apresenta-se também percepções públicas sobre a população venezuelana – de baixa escolaridade, de situação irregular no país e de indisposição ao trabalho – e desta sobre as dificuldades de acesso ao mercado formal, em especial quando se refere à empregabilidade das mulheres, vistas em diferentes países como não dispostas a

cumprir os horários de trabalho, uma verdadeira falácia, como aponta a pesquisa deste trabalho. Da mesma forma, como será mais explorado no capítulo seguinte, as pessoas venezuelanas são mais qualificadas do que as brasileiras e as mulheres ainda mais que os homens, porém elas têm menos oportunidades de empregabilidade e como revela a pesquisa desta tese, assim que tenham um emprego formal, a consequência é que os demais membros familiares elevam seus patamares de integração laboral. Da mesma forma que as mulheres com filhos enfrentam dificuldades adicionais de empregabilidade, uma vez que a oportunidade lhes é dada, os filhos passam a usufruir de seus direitos básicos (como acesso à educação) enquanto a mãe, empregada formalmente, garante seu desenvolvimento profissional e amplia as oportunidades para suas redes familiares e sociais, como evidenciado na pesquisa da presente tese.

No penúltimo capítulo, portanto, adentram-se as questões pragmáticas da tese, evidenciando o estudo de caso de mulheres venezuelanas que foram interiorizadas pela modalidade VES por meio da coleta de dados via entrevistas virtuais, análise da situação vigente do público de interesse (cônjuges/parceiros acompanhantes dos/das profissionais venezuelanos/as interiorizados) e do diálogo entre o problema de pesquisa e a hipótese apresentada, de maneira a compreender o contexto pesquisado em relação ao levantamento teórico apresentado. Evidencia-se, para a implementação da pesquisa, a relevância da escolha metodológica do *process tracing*, pois a análise se dá em decorrência de fatos consumados em uma sequência lógica que prevê determinar a proposição de uma teoria que tende a se validar por meio do levantamento de informações da entrevista: uma profissional venezuelana empregada formalmente amplia a garantia de direitos para seus pares e facilita consequentes processos de empregabilidade para os demais membros familiares, muito em razão de seu empenho, dedicação e dos conhecimentos que agrega, independentemente de seu estado civil, mesmo que seja mãe sola – ainda que responsável por crianças pequenas. Com isso, o estudo de caso associado ao *process tracing* abre margens para a construção de uma explicação teórica, que pode ser parcialmente generalizada, a partir de evidências empíricas ainda que tal amostra não seja representativa do todo, pois trata-se de estudos de caso em profundidade.

Por fim, o capítulo de conclusões consolida os principais encaminhamentos da relação entre os conceitos e a prática derivada da análise do contexto pesquisado, tendo-se como principal interesse deste estudo propor encaminhamentos para tais

dados e informações sejam utilizadas como ponto de partida – e em alguns casos (conclusivos) de chegada – para a estruturação de redes de apoio às pessoas refugiadas e migrantes nas mais diversas cidades brasileiras, avançando para orientações de relevância para a formulação ou aprimoramento de políticas públicas, assim como da consolidação de mecanismos efetivos para a contratação destes profissionais que agregam saberes e resultados efetivos. Esta é a realidade do recorte feito para a tese, envolvendo a interiorização laboral de mulheres em um contexto de pré e durante a pandemia, pois mesmo em um cenário mais drástico como este, as mulheres venezuelanas empregadas ampliam o usufruto de direitos aos seus pares familiares e sociais, ainda que haja percepções públicas contrárias à conclusão da tese, resumida da seguinte forma: onde quer que haja oportunidade para uma mulher venezuelana trabalhar formalmente, decorre-se o acesso a direitos em sua rede.

Na sequência, são apresentadas as referências bibliográficas como componente que consolida o embasamento teórico/conceitual da tese, servindo de referência para futuras pesquisas sobre o campo de estudo.

2 O PAPEL DO TRABALHO NA INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS

O processo de integração local de pessoas refugiadas que chegam a uma nova sociedade transpõe a uma série de desafios desde o início da chegada para que não seus pertences sejam qualificados, mas sim seus conhecimentos e a necessidade de prontamente estarem reinseridos no principal meio de autossuficiência: o trabalho. Para compreender sua importância na integração, há de se considerar o perfil da população refugiada e, especificamente neste trabalho, o de pessoas venezuelanas que vivem no Brasil. Como será apresentado neste capítulo, há uma série de barreiras ideológicas e restritivas à efetiva integração dos profissionais venezuelanos ao mercado de trabalho formal no Brasil, o que não deve ser satisfeito apenas por um processo de inclusão ou inserção desqualificada em postos de trabalho inferior aos condizentes com o perfil desta população.

A razão para uma pessoa deixar o seu país de origem pode se dar por motivos econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais, e em muitos casos, uma combinação de mais de um fator (SASSEN, 2016). O deslocamento pode se dar por um movimento planejado ou que requeira uma decisão mais drástica, seja por caminhos seguros ou por rotas mais desafiadoras e imprevisíveis, havendo pessoas à espera da chegada (reunificação familiar), uma rede de instituições e de conterrâneos de apoio minimamente articulada para a acolhida ou partindo-se para um território completamente novo, sem que se tenha muitas referências, em razão dos deslocamentos forçados.

Enquanto os migrantes partem em busca de emprego ou outras oportunidades de cunho relacionado à geração de renda ou acadêmica, por exemplo, solicitantes da condição de refugiado ¹⁹ por outro lado, ainda que também almejem ganhos econômicos e melhores condições de vida, tiveram que deixar seus locais de origem

¹⁹ No Brasil, o marco legal que normatiza a situação dos solicitantes da condição de refugiado e refugiados é a Lei Nº 9.474/97, lei esta que instituiu o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). De acordo com este marco legal, a pessoa solicitante de refúgio poderá requerer o reconhecimento da condição de refugiado assim que cruzar a fronteira do território nacional, sendo que não há qualquer impedimento para a solicitação deste reconhecimento uma vez que a pessoa já esteja em território brasileiro. Podem solicitar refúgio no Brasil pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opinião política e não podem ou não querem valer-se da proteção de seu país. De acordo com o marco legal do refúgio, em sua definição mais ampla, são também refugiadas as pessoas obrigadas a deixar seu país de nacionalidade devido a grave e generalizada violação de direitos humanos.

pelas ameaças de perseguições de diferentes naturezas, devido à violência generalizada e violações de direitos humanos ou mesmo por vivenciarem situações de conflitos armados.

Na prática, desembaraçar os fatores que ensejam o fluxo de pessoas para diferentes países geralmente envolve uma série de fatores entrelaçados (NEUMAYER, 2005), refletidos no que conceitualmente se define como fluxos mistos. Os migrantes econômicos podem se sentir compelidos a deixar seus países de origem devido às duras condições que enfrentam, podendo exercer um certo grau de escolha de seu destino, que pode ser influenciado por fatores econômicos, laços familiares e/ou de amizade, fluxos já existentes, facilidade de visto, entre outros. Já as pessoas que partem em busca de proteção internacional têm seu poder de escolha muito mais limitado – e com um poder de negociação dentre as possibilidades existentes também reduzido²⁰.

De acordo com a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados²¹, são reconhecidas como refugiadas as pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política. Na atualidade, o fluxo do deslocamento forçado de pessoas tem sido registrado recorrentemente como o maior registrado desde a II Guerra Mundial (ACNUR, 2022a). Enquanto mais de 27 milhões de pessoas estão em situação de refúgio, muitos governos de orientação política conservadora, nos diferentes continentes, colocam-se dispostos a dificultarem a proteção e assistência a estas pessoas, mesmo sendo signatários da Convenção. Diante dos desafios postos, de acordo com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (GRANDI, 2021), o existente regime global para refugiados requer coordenação internacional e responsabilidade

²⁰ De acordo com dados do relatório Global Trends do ACNUR (2022a), 86% das pessoas refugiadas vivem em países em desenvolvimento, sendo 73% países vizinhos e 27% em países pobres, ou seja, o deslocamento forçado se dá em especial pela fronteira mais próxima e acessível. Outra preocupação em torno do deslocamento forçado de pessoas é que 77% da população refugiada está em situação prolongada de deslocamento, há mais de cinco anos no exílio, refletindo o prolongamento dos conflitos e as dificuldades do retorno voluntário ao país de origem.

²¹ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados está disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

compartilhada²² entre os diversos articuladores, tornando incerto as perspectivas de longo prazo na provisão e articulação de respostas efetivas ao deslocamento forçado sob a ótica do humanitarismo²³.

O humanitarismo e a ajuda humanitária se tornaram na atualidade um sistema massivo de recursos financeiros e humanos, formado por um amplo conjunto de organizações internacionais, nacionais e locais com relação direta aos governos nacionais. De acordo com Whittall (2015), as mudanças na dimensão das operações humanitárias ocorreram em paralelo com mudanças em práticas e uma interpretação alargada dos princípios e das funções básicas da ajuda humanitária. Quando os doadores internacionais começaram a financiar a ajuda humanitária junto com a ajuda ao desenvolvimento, o panorama, as condutas e as ações de ajuda humanitária ficaram enredados com intenções e uma agenda inerentemente politizada.

Pedersen (2016) enumera três problemas decorrentes dessas mudanças da ajuda humanitária em si ao desenvolvimentismo e no modo como elas aconteceram. Primeiro, as intenções que informam a noção e o desejo de construir a paz e o Estado vêm de uma narrativa da democracia liberal, patrocinada por doadores ocidentais com objetivos políticos e ideológicos já direcionados antes mesmo da chegada ao contexto. Em segundo lugar, independentemente da ideologia que embasa a agenda, quando as agências e a ação humanitária se tornam os proponentes de um processo que favorece um dos lados do conflito em nome da construção da paz, um lado foi escolhido, comprometendo assim a imparcialidade. O terceiro problema é a trajetória

²² O conceito de “responsabilidade compartilhada” deriva das discussões do Pacto Global sobre Refugiados, uma estrutura para compartilhamento de responsabilidades mais previsível e equitativo em torno das ações direcionadas aos refugiados globalmente, reconhecendo que uma solução sustentável para situações de refugiados não pode ser alcançada sem cooperação internacional. A responsabilidade compartilhada recorre à comunidade internacional no seu conjunto, incluindo Estados, o setor privado, academia, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas que integram o Pacto Global sobre Refugiados em suas variadas formas de atuação.

²³ O humanitarismo pode ser resumidamente definido como agir para salvar vidas e aliviar o sofrimento durante conflitos, instabilidades sociais e desastres naturais (Global Humanitarian Assistance, 2017). A ação humanitária institucional – representada principalmente por ONGs e agências humanitárias das Nações Unidas – se caracteriza por três princípios conjugados: imparcialidade, neutralidade e independência. De acordo com os princípios e as boas práticas da ajuda humanitária, “neutralidade” pode ser definida como “a prestação de assistência humanitária sem se envolver em hostilidades ou tomar partido em controvérsias de natureza política, religiosa ou ideológica”. Já a “imparcialidade” deve ser entendida como “a prestação de assistência humanitária sem discriminação entre beneficiários e orientada exclusivamente pelas necessidades, com prioridade dada aos casos de sofrimento mais urgentes”. Já a “independência” é vista como “a prestação de assistência humanitária com base em políticas formuladas e implementadas independentemente das partes envolvidas no conflito ou partes que tenham um interesse no resultado” (Featherstone, 2012, p. 4). Esses princípios se tornaram um tipo de código moral para agentes humanitários, tendo suas diretrizes traçadas e alinhadas, em maior ou menor escala, junto aos Estados.

que o humanitarismo tomou em alguns casos, cujas escolhas diluem os princípios ao expandir o papel e a dimensão da assistência e de suas interrelações com os Estados.

As respostas convencionais dos Estados para as pessoas que buscam proteção internacional em seus territórios, contando com o apoio de agências humanitárias internacionais e possivelmente da sociedade civil organizada, voltam-se em especial para atender as necessidades emergenciais/imediatas como provisão de alimentos, abrigo e atendimentos emergenciais de saúde – em muitos casos, a documentação como garantidora de direitos é concomitante. A abordagem de resposta humanitária existente é multifacetada, havendo diferentes formas de ação (e interesses) entre os diversos atores, a depender da circunstância e do cenário político-social onde acontece. Porém, no longo prazo, torna-se quase uma estratégia comum aos Estados deixar para a pessoa refugiada o papel de sua própria integração local²⁴.

Desde a criação do sistema moderno de atuação em prol das pessoas refugiadas, sob o mandato do ACNUR por meio da Convenção de 1951, tem havido uma discrepante forma de ação entre uma norma fortemente institucionalizada de “refúgio” e uma norma fracamente institucionalizada de “divisão de responsabilidades”. Enquanto as obrigações dos Estados para com os refugiados que estão em seu território são relativamente definidas pelas leis federais sobre o tema, as obrigações dos Estados de apoiar os refugiados que estão em outro território, mesmo os vizinhos ou de trânsito, são muito limitadas. Consequentemente, enquanto a lei moldou o refúgio, a política definiu a divisão de responsabilidades (BETTS, 2018). Isso há muito tempo leva a uma grande assimetria de poder dentro do sistema do refúgio, em que a geografia e a proximidade da crise de fato definem a responsabilidade do Estado.

Em um contexto de emergência humanitária, as operações de respostas humanitárias focam inicialmente em soluções de curto prazo (emergenciais e assistenciais), sendo que um plano mais sistemático e abrangente, de longo prazo, geralmente é pensado com as dinâmicas do fluxo de chegadas já acontecendo – como

²⁴ O conceito de “integração local” trabalhado pelo ACNUR e utilizado nesta tese se refere aos meios pelos quais as pessoas refugiadas tenham plena inserção jurídica, social, política, econômica e cultural no país de acolhida, assim como tenham seus direitos amplos garantidos. Tal concepção requer um status legal de longa duração, que inclua o acesso a direitos, serviços de apoio e às redes sociais existentes, sem qualquer discriminação – podendo acessar integralmente e imparcialmente as políticas públicas disponíveis a todos os cidadãos nacionais. Por englobar as dimensões legal, econômica e sociocultural, possibilita que a pessoa refugiada não perca sua identidade cultural e, portanto, distingue-se da ideia de assimilação (onde não há interações/trocas entre a pessoa refugiada e o meio ao qual ela se inseriu, mas sim apenas uma absorção dos códigos e vivências sociais).

de fato se deu com a Operação Acolhida, a ser tratado no próximo capítulo. Associado à continuidade e mesmo adaptações/mudanças necessárias para o plano de longo prazo, fatores políticos (como a transição de governos ocorrida entre as gestões Temer e Bolsonaro no Brasil), econômicos (dinâmicas da macro e da microeconomia economia, do mercado internacional e da economia local/circular), conjunturais (visões sobre o multilateralismo e autonomia dos poderes/hegemonia) e institucionais (como o posicionamento ideológico de governos sobre o contexto de crise da Venezuela) se entrelaçam na perspectiva de construção de sólidas bases para que a resposta humanitária seja verdadeiramente estruturada em princípios e compromissos que assegurem a efetiva integração local da população beneficiária.

Não apenas na esfera nacional, mas em especial é nas cidades, capitais ou em municípios do interior, que o impacto do fluxo de pessoas em situação de deslocamento forçado tem tornado este tema global uma realidade local que requer um conjunto de práticas, articulações e respostas por parte dos atores de base local. Em muitas situações, as estruturas de resposta imediata (referente aos serviços sociais que envolvem saúde, educação, trabalho e moradia, por exemplo) não estão preparadas para a acolhida deste público e não raras ocasiões, há diferentes interesses entre os atores, por vezes conflitantes, assim como sobreposição dos serviços – que reduzem a eficiência da resposta e tendem a diminuir na medida em que a articulação avança.

Fato desta realidade de dificuldade da integração local e inserção laboral de refugiados, um levantamento do IBGE (2019) consta que, do total de 5.570 municípios do país, 3.876 municípios (ou 70%) registram presença de imigrantes ou refugiados, embora apenas 215 oferecem algum serviço de gestão migratória, o que representa 4,1% do total. Em síntese, apenas 75 municípios têm mecanismos de cooperação na promoção e desenvolvimento das políticas públicas locais voltadas a essa população, 48 municípios de 11 unidades da federação (UF) promovem ensino de português e apenas 25 municípios (distribuídos em 12 UF) possuem atendimento multilíngue nos serviços públicos para orientação de refugiados e imigrantes.

Como já apontado por pesquisadores (CRISP, 2003; JACOBSEN, 2005; ZETTER, 2007), a ajuda humanitária aos refugiados nunca é dada de forma contínua ao longo dos anos, no mesmo volume e intensidade de investimentos. À medida que as situações que geram fluxo de pessoas refugiadas se prolongam, as comunidades doadoras muitas vezes perdem o interesse em ajudar o alongado contexto de

dependência de recursos, notando-se que os níveis de ajuda internacional para eles são significativamente reduzidos ou totalmente cortados na medida em que soluções efetivas de respostas humanitárias não se concretizam. Com o declínio do comprometimento financeiro por parte da comunidade doadora internacional, tornou-se evidente que o ACNUR é incapaz de garantir as necessidades essenciais de todas as populações refugiadas em situação de deslocamento prolongado, cabendo aos estados proverem mecanismos para sua devida integração local, considerando a dificuldade de consenso entre o papel dos entes públicos, as percepções da opinião pública e os interesses do setor privado.

A percepção que se tem sobre a população refugiada, como nos dados trazidos pela pesquisa da Oxfam (2020) na América do Sul, revelam que há uma correlação entre a chegada de pessoas venezuelanas em três dos principais países latino-americanos (Colômbia, Equador e Peru) acolhedores dessa população com o crescimento da delinquência e da insegurança. Ainda que as pessoas refugiadas sejam vistas como totalmente dependentes da assistência por parte dos entes públicos nas sociedades em geral, há muitas evidências das formas criativas e empreendedoras pelas quais as pessoas refugiadas desenvolvem estratégias de subsistência sustentáveis (Betts et al, 2014). Enquanto muitos refugiados incorporam ajudas governamentais em suas estratégias de sobrevivência, eles frequentemente encontram um equilíbrio sinérgico em suas estratégias de subsistência, gerenciando carteiras diversificadas de renda e de fontes de alimentos. Essas pessoas, individualmente ou em família, dependem de ajuda para complementar certas oscilações em sua renda, ao mesmo tempo em que buscam estratégias de autossuficiência econômica por meios complementares. Essa realidade matizada destaca as limitações de simplificações binárias como “dependente” ou “autossuficiente”. Fato é que os refugiados não “esperam sentados”, de forma passiva, a assistência financeira (Betts et al, 2014).

Algumas lacunas para a devida implantação de ações efetivas de autossuficiência, em algumas ocasiões, devem-se à resistência dos governos anfitriões, à relutância dos atores humanitários e de desenvolvimento em trabalhar juntos ou à falta de financiamento para abordagens baseadas no desenvolvimento para refugiados. Em outros casos, foi porque tais abordagens foram mal concebidas, deixando de tornar os “desafios das respostas humanitárias em oportunidades sustentáveis” (Betts et al, 2014, p.6). Para tanto, construir oportunidades sobre o que

já existe, sobre os mercados vigentes, é um dos princípios fundamentais para assegurar não apenas o acesso ao trabalho, mas também para que se tenha continuidade no exercício de suas funções e, assim, adquira-se experiências e novos conhecimentos, somando-se a estes.

A chegada de pessoas refugiadas a uma determinada localidade trazem impactos em diversos setores da economia, envolvendo as áreas de educação, saúde, segurança, transporte, alimentos, moradia, entre outras, direta e indiretamente relacionadas com a geração de renda e circulação de capitais (Jacobsen 2005; Kibread, 1997; Milner e Loescher, 2011; Singh et al., 2005; Mabiso et al., 2014). Para além do contexto local, há também impactos no nível nacional. Se por um lado diversos governos nacionais têm mostrado publicamente preocupações sobre as medidas e investimentos necessários para a acolhida de pessoas refugiadas em grande escala – como forma inclusive de impulsionar mais investimentos internacionais –, por outro lado a chegada de refugiado a um novo país pode, já no médio prazo – havendo mecanismos facilitadores de sua integração local –, estimular o crescimento econômico, elevando-se o PIB dos estados e mesmo do país pelo aumento na demanda e consumo de bens e serviços, além dos investimentos feitos pelas agências e doadores internacionais em ajuda humanitária de emergência, contribuindo inclusive para o desenvolvimento de longo prazo, como infraestrutura urbana e rodoviária (Kuhlman, 1990; Enghoff et al., 2010; Czaika, 2005; Zetter, 2014).

Zetter (2012a) afirma que embora muito dos “custos” da acolhida de pessoas refugiadas recaem sobre os investimentos públicos, sob o pretexto e responsabilidade de que os gestores públicos devem assumir seus papéis na prestação de serviços também a esta população, a maioria dos “benefícios” desta acolhida são usufruídos pelo setor privado, cujos ganhos são distribuídos à sociedade de forma desigual em países já socialmente discrepantes, como o Brasil.

Um relatório da *Tent Foundation* e do *Fiscal Policy Institute* (FPI) cobrindo quatro regiões geográficas dos Estados Unidos, publicado em maio de 2018, buscou delimitar a experiência que diferentes setores de negócio têm ao contratar pessoas refugiadas. Como principais resultados, em sua maioria, os empregadores entrevistados ressaltaram as semelhanças, e não as diferenças, entre os profissionais refugiados e os demais empregados. Em linhas gerais, “eles vêm para o trabalho e fazem o que deve ser feito” (2018, p.9). Os profissionais refugiados contratados, da mesma forma que os demais profissionais, enfatizam a importância de assegurar seus

salários e também as condições de trabalho necessárias para que suas tarefas diárias possam ser devidamente cumpridas.

O referente estudo identifica duas claras evidências que refletem os ganhos que empresários se beneficiam quando realizam a contratação de refugiados para integrar suas equipes. A primeira evidência é que os profissionais refugiados tendem a permanecer no emprego por períodos mais longos do que os demais empregados, ou seja, a rotatividade entre os refugiados é menor – 73% dos empresários entrevistados reportaram uma maior retenção de profissionais refugiados em relação aos demais empregados.

Para que a retenção de profissionais refugiados seja elevada, os empresários devem promover não grandes investimentos em adaptações de sua estrutura ou mesmo junto aos times de profissionais existentes, mas sim em processos de melhor integração dos refugiados ao novo ambiente corporativo. Vários fatores são condicionantes de uma elevada taxa de retenção entre os funcionários refugiados: todos os trabalhadores valorizam os empregadores que os fazem se sentir bem-vindos e respeitados, mas os profissionais refugiados são especialmente receptivos a um ambiente que lhes é acolhedor. Nesse sentido, refugiados se sentem melhor no trabalho quando há a possibilidade de desenvolverem conhecimentos sobre o novo idioma e quando podem trabalhar com profissionais de outras nacionalidades, em especial com seus conterrâneos. Aliás, o simples fato de ter refugiados na equipe faz com que o time como um todo passe a se comunicar com mais clareza e assertividade, transpondo este efeito benéfico na comunicação interna para toda a empresa.

A segunda evidência diz respeito ao processo de ampliação de interesse pelas vagas das quais esta empresa contratante passa a ter, repercutindo positivamente entre outros profissionais refugiados e grupos sociais. Quando os refugiados encontram um local de trabalho em que se sentem bem-vindos, tendem a contar aos outros refugiados e à sua comunidade e, com isso, outros pedidos de emprego chegam à empresa – e mesmo de outros profissionais (não-refugiados) que têm relação com a/o profissional contratado ou também que se interessam pelo posicionamento institucional da empresa.

Porém, quando o empregador contrata um ou mais refugiados para trabalhar em sua empresa, torna-se necessário um processo de adaptação mútua, facilmente manejável, como a fala com mais clareza de superiores ou colegas de trabalho, tendo em vista que em muitas ocasiões o profissional refugiado requererá o aprimoramento

do idioma. As empresas que conseguem sanar os temas relacionados à adaptação inicial são duplamente recompensadas no longo prazo: tanto pela retenção de empregados refugiados qualificados e comprometidos, como também pelo interesse de impulsionar o ambiente do qual estão inseridos para se tornar mais produtivo, focado nos resultados e no bem-estar institucional. Dessa maneira, a empresa se torna um polo de interesse por parte da comunidade de profissionais engajados e inovadores, comprometidos com causas e cientes de seus papéis em escala local, regional e global, parametrizando impactos e escalando resultados.

Da mesma forma, outra vantagem citada pelo relatório se refere ao comportamento determinado por parte dos profissionais refugiados, por respeitarem as políticas internas e se sentirem gratos à oportunidade que lhes foi dada. Tais ganhos extrapolam os recortes de nacionalidade, pois uma vez que as empresas estão comprometidas em empregar profissionais refugiados, elas também passam a adotar critérios similares para outros grupos sociais, ampliando assim a diversidade institucional e consequentemente seu potencial de inovação e alcance dos resultados nas diversas frentes de atuação. A consequência é de ganhos múltiplos: “empregadores frequentemente dizem ter aprendido e crescido por meio da experiência de integrar profissionais refugiados de forma que os tornaram não somente melhores chefes de profissionais refugiados, mas de todo o time” (TENT e FPI, 2018, p.13).

Em síntese, ainda que progressos significativos tenham sido alcançados em escala global, na adoção de políticas que proporcionam um ambiente propício para o avanço de soluções duradouras que possam assegurar os direitos das pessoas refugiadas, “somente se as pessoas refugiadas tenham acesso a todos os mesmos direitos e serviços que os nacionais desse país se pode então ser considerado uma solução” (GARDI, 2001, p.6).

2.1 As relações entre perfil, trabalho e renda

Desde a década de 1980 até estudos mais recentes (CHAMBERS, 1986; ZETTER et al. 2014), tem-se indicado que as comunidades mais pobres ou em situação de maior vulnerabilidade apresentam índices mais elevados de serem negativamente impactadas pela presença de refugiados. Por outro lado, empresários do setor privado podem se beneficiar da qualificação (conhecimentos e experiências

profissionais) dos profissionais refugiados para sua empregabilidade em setores de contínuas demandas e alta rotatividades (como trabalhos técnicos em segmentos de tecnologia ou extração de recursos naturais e abatedouros de animais) ou na comercialização de bens e serviços para essa população, advinda com os investimentos em ajuda humanitária (BETTS et al, 2014) – e que pode ocasionar alta na inflação e consequentemente tensão social entre as pessoas nacionais e refugiadas²⁵.

Portanto, considerar a dinamicidade da economia local e a perspectiva da autossuficiência das pessoas refugiadas são fatores inevitáveis quando se busca prover seus direitos plenos, assegurando que possa haver liberdade de movimento no país de acolhida, direito irrestrito ao trabalho e apoio na busca de suas próprias oportunidades econômicas na medida em que tal direito lhes sejam garantidos. Da mesma forma, há de se considerar também a perspectiva crítica de se enxergar o empreendedorismo como um “mito” que se fortalece diante ao alto índice de desemprego no Brasil, ao enfraquecimento das políticas sociais do Estado e à presença das novas tecnologias como delimitadoras dos postos e modelos de trabalho (ANTUNES, 2013). Neste sentido, em uma sociedade na qual o desemprego, o subemprego e a precarização são elevados, como no caso brasileiro, há uma propensão social que permite projetar o empreendedorismo como solução dos problemas da empregabilidade formal. Porém, isso ocorre em face a um ideal neoliberal – um cenário onde a desregulamentação do trabalho e a perda de direitos sociais é um *modus operandi* das corporações que, por sua vez, buscam vantagens competitivas de um grupo de corporações em relação a outro. Ou seja, evidencia-se aqui o quanto os ganhos sociais advindos da interiorização estão intrinsecamente ligados ao acesso ao mercado formal de trabalho, ainda que vivenciado em um contexto de precariedade laboral (e de direitos).

²⁵ Enquanto alguns estudos correlacionam o aumento do número de pessoas refugiadas em uma determinada localidade com a elevação dos preços locais (ALIX-GARCIA e SAAH, 2009; MAYSTADT e VERWIMP, 2009; RUIZ e VARGAS-SILVA, 2013), tais correlações têm sido contestadas por outras pesquisas sobre o mesmo tema (LANDAU, 2004; ENGHOFF et al, 2010). Complementarmente, a participação da ajuda humanitária e a entrada em cena de profissionais humanitários podem agregar uma elevação nos preços de aluguel, preço dos alimentos e na prestação de diversos serviços locais (MAYSTADT E VERWIMP, 2009; ZETTER et al., 2014). Em muitos contextos, a presença prolongada de refugiados precipita investimentos em infraestrutura e na expansão sustentável de serviços públicos. Da mesma forma, aumentos de transferências sociais diretamente para refugiados, ou mesmo subsídios para acesso a serviços públicos, tendem a aumentar a receita e a demanda nos mercados consumidores, podendo atrair novos investimentos e o desenvolvimento da economia local (VERME e SCHUETTER, 2019).

Os impactos econômicos advindos da chegada de pessoas refugiadas são distribuídos de forma desigual e inconstante nas sociedades de acolhida, havendo simultaneamente neste contexto tanto ganhos quanto perdas aos diferentes atores sociais, entre empregadores e empregados, gestores públicos e privados, junto aos diferentes estratos sociais. Isso por conta das diferentes variáveis existentes sobre o fluxo de pessoas refugiadas, considerando tanto o perfil desta população recém-chegada como também o seu tempo de permanência em uma determinada localidade (WHITAKER, 2002). Adicionalmente, a localização geográfica, a capacidade local de absorção de novos residentes (em termos de serviços públicos – saúde e educação, por exemplo, e privados – como aluguel e consumo de alimentos) também devem ser consideradas na análise de impacto da chegada de refugiados na sociedade de acolhida, assim como o potencial de abertura de novos negócios, considerando as novas demandas de consumo – por hábito, frequência e variedade destes (CALLAMARD, 1994).

Em contextos rurais, por exemplo, diversos estudos (WHITAKER, 2022; MAYSTADTAND VERWIMP, 2009; ALIX-GARCIA e SAHH, 2009) têm demonstrado que, na sequência de um grande fluxo de pessoas refugiadas, o aumento da força de trabalho disponível resulta na efetiva diminuição dos salários para a população local. Os profissionais refugiados são frequentemente percebidos como dispostos a receberem salários menores e realizar trabalhos não tão desejados pelos nacionais – muito em função da necessidade de geração de renda para o envio de remessas aos seus familiares, embora via VES não foi o que a presente pesquisa constatou.

A depender da natureza do fluxo de pessoas refugiadas (perfil e destino), estudos mais centrados em ambientes urbanos e de grandes centros (WHITAKER, 2002; ALIX-GARCIA e SAHH, 2009; LANDAU, 2003) também têm demonstrado que trabalhadores locais qualificados podem se beneficiar efetivamente da chegada de refugiados tanto pelo acréscimo dos salários como pela ampliação das possibilidades de outros trabalhos pelo aquecimento da economia local.

Muitas pessoas refugiadas buscam estar próximas entre si e buscam se engajar em atividades de geração de renda e comércio junto aos locais, aproveitando-se das estruturas existentes (BETTS et al., 2014; GRABSKA, 2006; JACOBSEN, 2002; WERKER, 2007). Desta maneira, “ao mesmo tempo em que refugiados impõem uma variedade de pressões econômicas e de segurança nas comunidades de acolhida, também promovem uma significativa movimentação de capitais financeiros,

humano e social” (JACOBSEN, 2002, p.577), muito em função da ajuda humanitária que os acompanham.

“Mesmo no caso de fluxos massivos de pessoas refugiadas, permanece difícil determinar com precisão o impacto, ou mesmo os indicadores apropriados para promover essa mensuração. (...) Em contextos locais, tais impactos podem variar drasticamente de acordo com os recortes de classes socioeconômicas, sexo, idade e localização, considerando-se tanto as comunidades de acolhida como também dos refugiados, assim como as atuações dos governos locais e das intervenções internacionais” (OMATA e WEAVER, 2015).

Nos recentes debates acadêmicos e políticos sobre deslocamento forçado, a questão de como entender e apoiar os meios de subsistência dos refugiados emerge como uma agenda premente devido ao prolongamento das instabilidades nos países de origem e da esfera política que abrange esta agenda – em alguns momentos apresentada como “janela de oportunidades”, em outros como “gastos públicos de recursos já escassos”. Ainda que seja evidente a vocação das pessoas refugiadas para contribuir economicamente e também sócio culturalmente para o desenvolvimento de suas comunidades de acolhida, o estado da arte sobre estudos econômicos destas populações cobrem basicamente os resultados de mecanismos existentes em duas grandes categorias: 1) pesquisa sobre meios de subsistência de refugiados, que busca descritivamente entender as diferentes atividades de geração de renda por refugiados; e 2) estudos de retorno, que buscam avaliar quantitativamente os impactos econômicos que os refugiados exercem nos locais de acolhida.

Embora ambas as perspectivas sejam importantes, nenhuma explora a questão da variação nos resultados econômicos dos próprios refugiados em razão de seus conhecimentos prévios à chegada ao novo país. Aproveitando-se da proposta teórica apresentada pela Universidade de Oxford em torno do conceito da "economias de refugiados"²⁶, assume-se, do ponto de vista conceitual, que os refugiados não são

²⁶ O conceito “economia de refugiados” é definido pelo Centro de Estudos sobre Refugiados, da Universidade de Oxford, como o sistema de alocação de recursos relacionados à vida dos refugiados. Representa uma tentativa de olhar holisticamente o que molda a produção, consumo, finanças e atividades de trocas de refugiados, para então começar a explicar a variação nos resultados econômicos dos próprios refugiados. O objetivo é de examinar as

diferentes de qualquer outra pessoa enquanto profissionais. Porém, de acordo com Haddah (2008), a vida econômica dos refugiados é institucionalmente distinta de três maneiras. Eles se encontram (I) entre o Estado acolhedor e a governança internacional, já que estão parcialmente sob a autoridade deste Estado anfitrião e parcialmente sob a autoridade da proteção regida pela Convenção dos Refugiados; (II) entre os setores formal e informal, tendo uma série de dificuldades de acesso legítimo à economia formal pela falta de informação sobre os processos de contratação em comparação com os cidadãos nacionais – que, no caso brasileiro sobre este ponto especificamente, em nada difere – ainda que a informalidade seja um considerável meio de geração insegura de renda; e (III) entre economias nacionais e transnacionais, pois as fontes primárias de transações e de trocas de capital entre as pessoas refugiadas e suas famílias são transfronteiriças e, em muitos casos, ditam as formas de contrato de trabalho pela necessidade de gerar renda imediata.

O recente interesse no aspecto econômico da vida dos refugiados pela academia fez prosperar a literatura sobre os meios de subsistência dos deslocados forçados. Como reflexo do transnacionalismo, nos últimos anos foram feitos numerosos estudos sobre o papel das remessas feitas por pessoas refugiadas (HORST 2004 e 2006b; MONSUTTI, 2005; LINDLEY 2006, 2007 e 2010). As remessas não apenas podem complementar a renda dos destinatários, mas também fortalecer suas capacidades econômicas ao prover investimentos diretamente em atividades geradoras de renda (DURAND et al. 1996; TAYLOR 1999; OROZCO, 2003). No caso da presente pesquisa, as remessas compõem uma importante parcela do investimento feito pelas profissionais venezuelanas contratadas, como se discorrerá mais adiante.

Também pelas remessas, um argumento cada vez mais presente em discurso de autoridades públicas e de opiniões populares é de que refugiados representariam um fardo para os países de acolhida, em especial pela percepção de demandarem investimentos específicos e representarem um baixo retorno econômico imediato, tornando mais deficitária a máquina pública por “competirem” pelos mesmos recursos públicos – desconsiderando-se as contribuições positivas (reais ou potenciais) que essa população promove a medida em que se tornam mais integradas à sociedade.

interações dos refugiados com os mercados como um meio de entender como os programas humanitários direcionados externamente podem se recriar diante o que já existe, em vez de se basear em intervenções arbitrárias e mesmo abstratas.

Considerando o recorte da migração voluntária, a economista Heidi Shierholtz (2010) rebate com fundamentos a afirmação de que a imigração leva inexoravelmente a salários mais baixos para os trabalhadores nativos. Essa percepção se dá com base na visão da economia como um jogo de soma zero, onde se supõe que os ganhos dos imigrantes exigem uma perda correspondente entre os nativos. A autora, entretanto, demonstra que a imigração tem um impacto pequeno, porém positivo, sobre os salários dos trabalhadores nativos em geral: embora os novos trabalhadores imigrantes aumentem a oferta de trabalho, eles também consomem bens e serviços, o que inevitavelmente contribui para a criação de mais empregos por fomentar o consumo de bens e a economia local. Dessa forma, a abordagem “você ganha / eu perco” para imigração e salários é excessivamente simplista, porque negligencia a crescente demanda por bens e serviços ocasionada pelo crescimento da força de trabalho que, em muitas ocasiões, é mais qualificado do que a média nacional.

Examinando dados estatísticos de 1994 a 2007, Shierholz (2010) constatou que a imigração realmente aumentou os salários dos trabalhadores nativos dos Estados Unidos em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades em 0,4%, assim como reduziu os salários dos trabalhadores nascidos no exterior (em comparação com os trabalhadores nascidos nos EUA) em 4,6%. Isso significa que os efeitos negativos da nova imigração durante esse período pesquisado foram sentidos em grande parte pelos trabalhadores que são mais substituíveis por novos imigrantes – ou seja, outros imigrantes, vindos em fluxos anteriores. Mesmo os trabalhadores nativos menos qualificados experimentaram um modesto acréscimo de salários devido à imigração nesse período. De acordo com seus estudos, esses trabalhadores aumentaram em 0,3% seus salários em comparação com os trabalhadores estrangeiros, enquanto seus colegas estrangeiros perderam 3,7% em salários.

Estudos realizados por Shierholtz no mercado norte-americano confirmam que a imigração em si eleva os salários dos trabalhadores nativos e tem pouco a ver com a queda na qualidade dos empregos. Distanciando-se do acalorado debate político sobre a imigração, a pesquisadora afirma haver uma aceitação entre economistas de que a imigração tem um impacto pequeno, mas positivo, sobre os salários dos trabalhadores nativos em geral. Isso porque os recém-chegados trabalhadores imigrantes aumentam a oferta de trabalho, mas também consomem bens e serviços, sendo que tais gastos criariam mais empregos. De forma lógica e coerente, a pesquisadora conclui que a competição por emprego não é um jogo de adição ou

subtração meramente numérica entre imigrantes e trabalhadores que já estão nos Estados Unidos.

As pesquisas conduzidas por Shierholz incorporam avanços recentes na metodologia que explicam, entre outras coisas, o fato dos trabalhadores de outras nacionalidades já residentes nos EUA – cujas habilidades (por exemplo, conhecimento de outros idiomas) espelharem mais de perto os conhecimentos dos novos imigrantes serem os competidores mais prováveis aos novos imigrantes do que propriamente os trabalhadores nativos. Suas pesquisas concluem que a imigração aumentou ligeiramente os salários semanais dos trabalhadores nativos em todos os níveis de ensino, incluindo aqueles de baixa escolaridade no mercado norte-americano. Assim, os efeitos negativos da nova imigração seriam mais amplamente sentidos pelos trabalhadores que são os mais substituíveis pelos novos imigrantes – os imigrantes anteriores. E para esses trabalhadores, os efeitos negativos da imigração sobre os salários não são triviais.

A pesquisadora rebate com fundamentos a afirmação de que “imigrantes deveriam ser vistos como uma preocupação pelos trabalhadores locais que procuram emprego por serem concorrentes”. A pesquisadora afirma que, em muitos casos, os profissionais imigrantes desempenham um papel importante em promover o crescimento das economias locais. O estudo apresentado pela autora evidencia, de forma consistente, que os imigrantes em geral ajudam a expandir a economia local e não desalojam os trabalhadores locais das oportunidades de emprego. Ottaviano e Peri (2008) constata, por exemplo, um aumento no salário relativo de 0,3% no longo prazo dos trabalhadores de baixa escolaridade devido à imigração entre 1990 e 2006, mas uma queda no salário relativo no curto prazo de 0,7%. Há outras evidências de que a imigração é um fator positivo para a economia e isso é cada vez mais difícil de ignorar (CARD, 2007; CARD e DINARDO, 2000; OTTAVIANO e PERRI, 2006 e 2007; PERI e SPARBER, 2008; STEVEN e RONCONI, 2007).

O recorrente mito de que a imigração leva inexoravelmente a salários mais baixos para os trabalhadores nativos seria, portanto, um equívoco²⁷. Essa percepção se dá com base na visão da economia como um jogo de soma zero, onde se supõe

²⁷ Segmento de políticos, da mídia e do público em geral expressam preocupação que as pessoas refugiadas possam efetivamente diminuir os salários nacionais ao competir diretamente com os nativos trabalhadores. Porém, Peri (2012) afirma que, em mais de 30 anos de pesquisa empírica, há pouca evidência de apoio a essa alegação. A maioria dos estudos realizados em países industrializados não encontraram efeito sobre os salários, em média, e apenas efeitos modestos nas diferentes rendas salariais entre imigrantes menos instruídos e nativos trabalhadores.

que os ganhos dos imigrantes exigem uma perda correspondente entre os nativos. Shierholz (2010), entretanto, afirma existir um consenso entre economistas acadêmicos de que a imigração tem um impacto pequeno, mas positivo, sobre os salários dos trabalhadores nativos em geral: embora os novos trabalhadores imigrantes aumentem a oferta de trabalho, eles também consomem bens e serviços, o que cria mais empregos." Dessa forma, a abordagem "você ganha / eu perco" para imigração e salários é excessivamente simplista, porque negligencia a crescente demanda por bens e serviços ocasionada pelo crescimento da força de trabalho.

Examinando dados estatísticos de 1994 a 2007, Shierholz (2010) constatou que a imigração realmente aumentou os salários dos trabalhadores nascidos nos Estados Unidos, em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades em 0,4%, assim como reduziu os salários dos trabalhadores nascidos no exterior (em comparação com os trabalhadores nascidos nos EUA) em 4,6%. Isso significa que os efeitos negativos da nova imigração durante esse período pesquisado foram sentidos em grande parte pelos trabalhadores que são mais substituíveis por novos imigrantes – ou seja, outros imigrantes, vindos em fluxos anteriores. Mesmo os trabalhadores nativos menos qualificados experimentaram um modesto acréscimo de salários devido à imigração nesse período. De acordo com os estudos, esses trabalhadores aumentaram em 0,3% seus salários em comparação com os trabalhadores estrangeiros, enquanto seus colegas estrangeiros perderam 3,7% em salários. Portanto, os trabalhadores nascidos no exterior se deslocaram e sofreram as consequências econômicas na forma de salários mais baixos, enquanto os trabalhadores nascidos nos Estados Unidos, com menos de um diploma de ensino médio, viram seu salário aumentar.

Em recortes específicos, o aumento da imigração entre trabalhadores com menos escolaridade (abaixo do ensino médio) serviu para diminuir os salários relativos de outros trabalhadores imigrantes, mas não trabalhadores nativos com os mesmos perfis. Na linguagem econômica, isso se deve, em parte, ao fato de que "trabalhadores e imigrantes nativos não são substitutos perfeitos", porque muitos imigrantes não têm fluência em inglês – um notório fundamento para quem busca oportunidades de emprego em mercados competitivos e globais. Em síntese, Peri (2012) propõe a Tabela 3 sobre os impactos advindos da imigração.

Tabela 3 – Impactos salariais decorrentes da imigração

Impactos positivos	Impactos negativos
A imigração tem um efeito muito pequeno na média salários dos trabalhadores nativos.	Há alguma evidência de um efeito negativo com a chegada de novos imigrantes nos salários de imigrantes mais antigos.
Há pouca evidência científica relacionando a imigração com a redução de salários de trabalhadores nativos menos instruídos.	Os efeitos salariais positivos da imigração são mais fracos em países com mercados de trabalho rígidos, que pode até ter algum efeito negativo na empregabilidade.
No longo prazo, a imigração, especialmente de trabalhadores altamente qualificados, aumenta a inovação e agrega efeitos potencialmente positivos de produtividade.	Em alguns países do sul da Europa, imigrantes têm se concentrado entre os trabalhadores de menor qualificação.
Em muitos países, a parcela de trabalhadores com graduação e pós-graduação é maior entre os imigrantes do que para os trabalhadores nativos.	
As empresas absorveram os profissionais imigrantes ao adotar tecnologias apropriadas, expansão da produção e movendo os trabalhadores nativos para cargos onde a comunicação é mais necessária.	

Fonte: Peri (2012)

Há de se considerar o conceito de “elasticidade da substituição” para melhor entender o processo de integração laboral de pessoas refugiadas e, conseqüentemente, os resultados decorrentes desta assimilação de capital cultural. Basicamente, quanto mais substituíveis forem dois trabalhadores, maior a elasticidade da substituição entre eles. A elasticidade de substituição tem grande importância nas estimativas de mudanças na oferta de mão-de-obra. Se dois tipos de trabalhadores são substituíveis um pelo outro, ou seja, se a elasticidade de substituição entre eles é alta, então um aumento na oferta de trabalho de um tipo pode causar uma redução nos salários, não apenas nesse tipo, mas também no tipo pelo qual eles são substitutos. Por outro lado, se dois tipos de trabalhadores não são bons substitutos, um aumento na oferta de trabalho de um tipo provavelmente não causará uma redução nos salários do outro. De fato, pode aumentar o salário do outro se os dois

tipos de trabalhadores forem complementares de alguma forma, de modo que, à medida que a oferta de um tipo aumenta, a demanda pelo outro tipo também aumente.

Nesse sentido, a elasticidade de substituição entre trabalhadores nativos e refugiados é imperfeita, ainda que ambos possuam níveis semelhantes de educação e experiência profissional. Tal característica é descrita, ainda que não seja aprofundada, em diferentes estudos mais recentes (Ottaviano e Peri, 2008; Card, 2007; e Manacorda et al., 2006). Com isso, fica evidente que trabalhadores refugiados e nativos, ainda que detenham os mesmos níveis de educação e experiência profissional, não são perfeitamente substituíveis.

Caracterizar precisamente a elasticidade da substituição entre profissionais refugiados e nativos é de enorme importância pois, caso os profissionais nativos e refugiados fossem perfeitamente substituíveis, um aumento na imigração em uma determinada formação e experiência tenderia a reduzir os salários deste perfil de trabalhador como um todo, inclusive dos trabalhadores nativos. No entanto, como demonstrado por Shierholz (2010), imigrantes e nativos da mesma classe de educação / experiência profissional são substitutos imperfeitos. Consequentemente, um aumento na imigração em uma determinada classe terá um forte efeito adverso sobre os salários dos imigrantes anteriores deste mesmo perfil (desde que sejam substitutos diretos), mas têm um efeito menor nos trabalhadores nativos dessa classe.

Sobre esta diferença, na perspectiva das pessoas refugiadas, há recorrentemente a percepção de que o fator de preconceito/xenofobia velada seria um importante elemento segregador das oportunidades profissionais entre trabalhadores refugiados e nativos de um mesmo perfil (em termos de formação e conhecimentos técnicos ou experiência de trabalho), conforme demonstrado pela pesquisa do ACNUR (2019). Na outra ponta, na perspectiva do empregador, há algumas diferenças que, no momento de contratação, fazem com que o profissional refugiado esteja uma escala abaixo dos nativos de mesmo perfil, podendo ser justificado pela não fluência no idioma local ou mesmo desconhecimento prático da vivência corporativa nacional, o que requereria um período de adaptação e, portanto, aprendizado prático para o devido nivelamento entre os perfis. Ambos os pontos são confirmados pelas entrevistas realizadas com as mulheres venezuelanas empregadas pela Operação Acolhida, trazendo em suas estatísticas as evidências da discriminação – inclusive de gênero – e nas narrativas dos empregadores o potencial dos ganhos advindos com a contratação destas profissionais.

Ainda assim, o fluxo de pessoas de outras nacionalidades tem o potencial de revitalizar áreas economicamente em declínio e de reduzir o envelhecimento da força de trabalho, além de ampliar a força de trabalho e, conseqüentemente, elevar também os ganhos econômicos locais e o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em números, trabalhadores de outras nacionalidades constituem cerca de 16% da força de trabalho dos Estados Unidos e contabilizam cerca de 50% do crescimento da força de trabalho desde os anos 1990 (TOOSSI, 2002). Trabalhadores considerados de baixa qualificação também contribuem diretamente para a economia, seja por assumirem postos em que trabalhadores norte-americanos estão menos propensos, por assumirem agendas de trabalho circunstanciais (e mesmo instáveis), ou por se deslocarem até onde haja os empregos.

Diante dos desafios existentes, o regime internacional de apoio aos refugiados percebeu que essas pessoas devem “estar inseridas nas políticas locais e assistidas por si mesmas” (HORST, 2006a), sendo necessário, de acordo com Crisp (2003), colocar um novo enfoque sobre a capacidade econômica dos refugiados. A mais recente abordagem, orientada pela autossuficiência, deve ser compreendida pela perspectiva de que refugiados têm as habilidades e o potencial para se sustentar e dinamizar as economias locais (JACOBSEN, 2005).

Nesse contexto, o tema de “meios de vida”, ou seja, formas pelas quais as pessoas refugiadas buscam sua autossuficiência, tornou-se uma agenda importante no campo da integração de longo prazo dos refugiados, contemplado por um crescente corpo de pesquisa sobre os meios de subsistência das pessoas deslocadas de forma forçada (JACOBSEN, 2002 e 2005; VRIESE, 2006; YOUNG et al., 2007; HORST, 2006a; DICK, 2002; ANDREWS, 2006; AL-SHARMANI, 2004). Em comum, as pesquisas destacam a importância de haver meios para o desenvolvimento econômico considerando a chegada de novos profissionais e os laços sociais e familiares, assim como das estruturas de apoio existentes, para permitir que refugiados possam construir seus próprios meios de subsistência, com a devida orientação.

Como Frelick (1997, p.151) aponta, “a sugestão de que desenvolvimento é um componente indispensável para resolver o dilema dos refugiados implica que o fundamento para a resposta ao deslocamento seja econômico”. Entretanto, as organizações internacionais que atuam para o desenvolvimento dos sistemas de proteção e integração não têm poder de endereçar os problemas estruturais

econômicos tanto dos países de origem quanto nos de acolhida de refugiados. Chimni (1999) avalia que tais problemas deveriam ser resolvidos pela comunidade internacional, em particular aqueles poderes que formulam políticas globais, de impactos econômicos. Se no primeiro momento seria preciso fornecer ajuda de larga escala ao país de acolhida dos refugiados (receitas provenientes de países economicamente desenvolvidos com destino aos países vizinhos dos grandes fluxos), em um segundo momento far-se-ia também necessário abordar a questão dos fatores econômicos, sociais e culturais para a devida integração plena dessa população.

Porém, há entraves mais urgentes. O ACNUR (2020a) estima que 70% dos refugiados vivendo em países de acolhida tenham alguma restrição do direito ao trabalho, incluindo trabalho autônomo (empreendedorismo) e emprego assalariado (formal). Mesmo em países onde os profissionais refugiados têm permissão legal para trabalhar (como no caso do Brasil), “seu acesso aos mercados de trabalho formal é muitas vezes limitado por uma série de obstáculos, incluindo políticas de acampamento, restrições de movimento ou obstáculos burocráticos para obter autorizações de trabalho” (SARZIN, 2021, p.4). Consequentemente, o trabalho informal passa a ser um meio em face da imediata de geração de recursos, mercado este evidente na maioria dos países anfitriões, onde refugiados e a comunidade anfitriã de menor formação educacional e recursos trabalham independentemente de direitos formais – e onde as restrições ao direito ao trabalho não são aplicadas (Banco Mundial, 2017).

Tais restrições de acesso ao mercado formal, aplicadas especificamente às pessoas em situação de refúgio, são motivadas pelas preocupações mencionadas acima, de que a inclusão econômica de refugiados afetaria negativamente os resultados do mercado de trabalho e o bem-estar das populações de acolhimento, ou que a formalização da integração econômica de refugiados funcionaria como um desincentivo para que eles retornem aos seus países de origem (ZETTER e RUAUDEL, 2016) – como se a condição do retorno voluntário dependesse apenas da autossuficiência econômica no país de acolhimento.

Confrontando a essa percepção, Perea (2019) demonstra como as atividades econômicas formais e informais dos venezuelanos contribuíram com mais de US\$ 600 milhões para o PIB do Peru, representando 0,3% do PIB peruano em 2019, o que ajudou a dinamizar a economia e manter os níveis de crescimento do país. O mesmo estudo destaca características positivas da chegada de venezuelanos no país: em

muitos casos, eles têm formação técnica e profissional acima da média nacional, além de dominarem línguas e outras competências que contribuem para a qualidade, competitividade e inovação na indústria, no comércio e nos serviços. Porém, 89% dos trabalhadores venezuelanos não tinham contrato formal de trabalho, 76% trabalhavam em microempresas (de até 10 trabalhadores) e 97% não tinham seguro de saúde – trabalhando em média 60 horas por semana (19 horas semanais a mais que os trabalhadores peruanos). Com acesso adequado à oferta de trabalho e salários e direitos garantidos, os profissionais venezuelanos podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento das sociedades anfitriãs e do país que os acolhe como um todo, conciliando suas capacidades com o interesse de se deslocar onde quer que haja trabalho.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em dezembro de 2019 havia cerca de 58 mil venezuelanos registrados e destes, cerca de 39 mil estavam empregados (ou 67%). Dentre os empregados nos mercados formal e informal, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial e ACNUR (2021), em média um venezuelano empregado ganha cerca de 2,4 pontos percentuais a menos de salário por hora do que um brasileiro. A diferença salarial entre ambos aumenta na medida em que os anos de estudo progridem, com uma diferença de cerca de 16 pontos percentuais entre os graduados, embora a diferença salarial é praticamente indistinguível nos níveis mais baixos de educação. Ou seja, as pessoas venezuelanas com mais formação têm mais dificuldade de acessar postos de trabalhos condizentes com seus conhecimentos.

Em relação ao perfil dessa população, de acordo com o Banco Mundial e ACNUR (2021), os trabalhadores formais venezuelanos são mais jovens, menos propensos a serem mulheres e brancos e mais propensos a ter concluído o ensino médio do que seus pares brasileiros. Eles também são mais propensos a trabalhar mais horas por semana e em empregos temporários do que os trabalhadores formais brasileiros – mais uma evidência do quanto os venezuelanos tendem a ser “rebaixados ocupacionalmente” do que os brasileiros: enquanto 70% dos brasileiros relatam trabalhar em uma ocupação onde a exigência de educação é menor do que o ensino superior adquirido, 85% dos venezuelanos relatam essa característica. Dados desta pesquisa revelam que os profissionais venezuelanos trabalham principalmente como trabalhadores industriais, especialmente como operadores de máquinas e veículos e

como trabalhadores na indústria hoteleira, serviços pessoais, serviços de higiene e segurança.

Como evidência da pesquisa (Banco Mundial e ACNUR, 2021), é mais difícil para os venezuelanos acessar o mercado de trabalho formal do que os brasileiros. A participação geral de trabalhadores formais no Brasil é de cerca de 45%, embora os profissionais venezuelanos tenham 0,92 vezes mais probabilidade de entrar no setor formal do que os brasileiros. Os profissionais venezuelanos ganham cerca de 39 pontos percentuais a menos que os brasileiros, sugerindo uma diferença salarial muito grande entre ambos os grupos. Além disso, os profissionais venezuelanos têm maior probabilidade de trabalhar em empresas que contratam mais trabalhadores temporários e mulheres. Essas empresas também são menos propensas a contratar pessoal com nível superior e têm mais chance de operar na indústria de construção e comércio (sendo menos propensas a trabalhar na agricultura e indústria manufatureira).

Sarzin (2021) elenca algumas maneiras pelas quais os refugiados podem afetar o bem-estar das comunidades de acolhida para além da ampliação da oferta de mão de obra. De acordo com a autora, a presença de refugiados inevitavelmente ocasiona um aumentando da demanda de consumo de determinados insumos básicos, como água, materiais de higiene e alimentos, ocasionando maior circulação de bens, movimentação da economia (receita ao comércio e município), possível elevação de preços e novos negócios de pequena escala, com importantes implicações para o bem-estar e ganhos econômicos das famílias (refugiadas e da comunidade de acolhida), assim como do município (em arrecadação/tributação). Em relação diretamente proporcional, na medida em que há um possível aumento de arrecadação pública, há também uma elevação sobre a infraestrutura e a demanda por serviços públicos, podendo levar a declínios na qualidade ou acesso aos serviços públicos, ou possíveis impactos prejudiciais nos resultados de saúde e educação para as comunidades anfitriãs, caso a gestão não esteja atenta para reinvestir os ganhos adicionais em políticas sociais.

Ainda de acordo com estudos realizados por Sarzin (2021), a existente resistência pública a políticas de refugiados mais inclusivas costuma ser mais presente, em termos restritivos, em países com altas taxas de desemprego ou crescentes e escassas oportunidades econômicas – justamente pela ótica simplista da competitividade pelos postos de trabalho. Tais medidas políticas, segregantes pelo

protecionismo nacionalista, tendem a se concentrar nos custos de curto prazo em vez dos benefícios de longo prazo decorrentes da inclusão econômica dos profissionais refugiados.

A literatura acadêmica sobre o impacto de pessoas de outras nacionalidades nos mercados de trabalho dos países receptores está relacionada com comparativos da empregabilidade, com a oferta relativa de diferentes grupos de habilidades dentro da força de trabalho e com as variações de renda dos trabalhadores nativos, principalmente realizados em países de alta renda. Como resultados das pesquisas já realizadas, evidencia-se que um aumento na oferta de trabalho devido à chegada de novos profissionais não afetará o emprego, mas mudará os salários relativos se os imigrantes alterarem a abundância relativa de diferentes grupos de habilidades na força de trabalho (DUSTMANN, GLITZ e FRATTINI, 2007). Como possível reflexo, os salários diminuirão para trabalhadores nativos com habilidades semelhantes às dos de outras nacionalidades por estes estarem mais propensos a aceitarem as condições vigentes, enquanto os salários aumentarão para trabalhadores nativos com habilidades diferentes por os destacar em meio ao todo. Se, no entanto, a distribuição de habilidades dos imigrantes for a mesma dos trabalhadores nativos, a imigração não terá efeito sobre os salários ou o emprego dos trabalhadores nativos (DUSTMANN, GLITZ e FRATTINI, 2008). De qualquer forma, em ambos os cenários descritos, a produção se expandirá, ou seja, a economia simplesmente cresce à medida que a oferta de trabalho e capital se expande.

Na maior parte dos países acolhedores de refugiados, a chegada dos fluxos massivos expande a proporção de mão de obra pouco qualificada na medida em que os anos deste fluxo avançam e diminui a proporção de trabalhadores altamente qualificados na força de trabalho, como tem se notado no caso de venezuelanos no Brasil e nos demais países sul americanos. Tal cenário prevê que os salários dos trabalhadores pouco qualificados decrescerão e, simultaneamente, a maior oferta relativa de mão de obra mais barata e pouco qualificada induzirá as empresas a expandir a produção, exigindo que também façam investimentos de capital e contratem trabalhadores mais qualificados, justamente como apresentado nas entrevistas realizadas nesta tese, quando se compara os rendimentos das profissionais contratadas em Boa Vista (RR) e nas cidades de interiorização.

Consequentemente, a estrutura apresentada por Dustmann, Glitz, & Frattini (2008) prevê que os salários dos trabalhadores altamente qualificados aumentarão.

Os salários médios não devem cair e podem até aumentar se os fluxos de entrada forem suficientemente altos. Caso, por outro lado, os profissionais refugiados expandam a abundância relativa de mão de obra qualificada, como é o caso dos países não fronteiriços ao de evasão das pessoas, o então o modelo prevê que os salários dos trabalhadores altamente qualificados cairão, enquanto os salários dos trabalhadores pouco qualificados aumentarão.

Com oportunidades sendo viáveis para a integração local, as pessoas refugiadas podem criar externalidades positivas ao aumentar a produtividade a nível local com efeitos positivos no crescimento económico (PERI, 2016). Os refugiados que são altamente qualificados importam conhecimentos que podem levar a uma maior variedade de bens e serviços fornecidos localmente e habilidades especializadas que podem incorporar inovação, abrindo novas oportunidades de negócios, elevando a densidade da atividade econômica (a chamada “economia de aglomeração”), gerando eficiências e reduções de custos (rotatividade) que impulsionam o crescimento.

Em face do atual debate sobre a inclusão econômica de refugiados e seus distintos efeitos sobre a empregabilidade e o bem-estar das comunidades de acolhida, algumas evidências empíricas são importantes referências para tais análises, considerando que os refugiados são heterogêneos entre si e inevitavelmente isso traz distintos impactos para a comunidade de acolhimento, assim como há distintas condições locais de desenvolvimento econômico e de suas respectivas capacidades de inovação.

As respostas políticas federativas e republicanas devem, portanto, visar maximizar os benefícios econômicos decorrentes da inclusão econômica de refugiados, apoiar o rápido ajuste de mão de obra e conhecimentos existentes e mitigar potenciais perdas relacionadas aos trabalhadores menos qualificados da comunidade de acolhida. Para tanto, o acesso aos mecanismos de educação e formação técnica é outro processo fundamental para as garantias futuras de desenvolvimento social e econômico.

No caso da integração local de pessoas venezuelanas no Brasil, como se abordará com mais detalhes no próximo capítulo, o acesso ao mercado de trabalho formal é uma das principais demandas da população adulta e ainda que a Operação Acolhida exerça um papel fundamental para esta inclusão, a perspectiva das mulheres venezuelanas requer uma atenção especial pelo fato de que, majoritariamente, elas

estejam sendo subvalorizadas por uma mera questão de gênero associado à desinformação e de opiniões públicas retrógradas e descriminalizadoras em sua essência.

2.2. A Covid-19 e os impactos no fluxo de pessoas venezuelanas no Brasil

Um importante fato decorrente do recente período e que gerou impactos profundos na dinâmica tanto da vida e da empregabilidade das pessoas como um todo, assim como também no processo de interiorização de venezuelanas e venezuelanos, refere-se ao contexto da pandemia de Covid-19.

Em pesquisa realizada com 198 pessoas venezuelanas em dezembro de 2020 (ACNUR e Aldeias Infantis, 2021) com a população venezuelana, 46% dos respondentes disseram que a pandemia não afetou as condições de renda de sua família, onde foi possível manter os rendimentos da mesma forma como antes da chegada da pandemia. Por outro lado, 29% responderam que a pandemia fez a família perder a renda de “diárias” (muito atrelada à economia informal) para os quais prestavam serviços, enquanto 19% perderam o próprio trabalho com carteira assinada (trabalho formal). Somados, 54% das famílias foram impactadas economicamente pela pandemia de Covid-19 e para além dos aspectos financeiros, tal realidade também surte efeito nas dimensões de garantia de direitos e em todo processo de integração local, pois documentação e renda são vínculos indissociáveis para que os direitos constitucionais possam ser exercidos na prática, sustentando assim um desenvolvimento econômico, político e social integrado, para todos – tanto para as pessoas venezuelanas como também para a população brasileira.

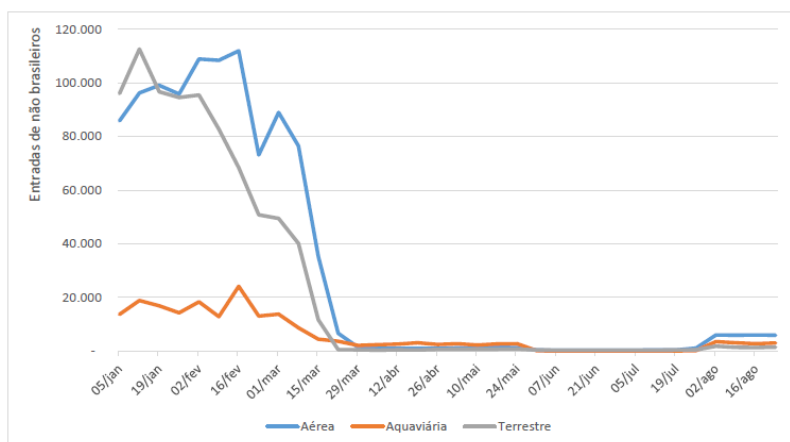
O efeito da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho é heterogêneo, afetando alguns tipos de empregos mais do que outros, tendo mais impacto em um tipo de exercício profissional do que em outro, da mesma forma impactando de maneira distinta a realidade social de famílias e pessoas que vivem no Brasil, considerando as diferentes implicações quando se tem os recortes de gênero, idade e nacionalidade, por exemplo. Em linhas gerais, o risco de perda de emprego é maior nos segmentos baseados em serviços (pela necessidade do fechamento físico de lojas do comércio) e os profissionais venezuelanos estão fortemente concentrados neste setor. Além disso, a maioria dos venezuelanos trabalha no setor informal, um agravante ainda maior (e de difícil análise quantitativa) pela precariedade das

condições derivadas desse modelo de contrato. De acordo com MAZZA (2020), os venezuelanos no Brasil estão trabalhando de forma mais intensa nos segmentos do turismo, varejo e cuidados pessoais, setores informais fortemente impactados pela pandemia.

A movimentação nas fronteiras e o registro de chegadas de venezuelanos no Brasil durante a pandemia foram drasticamente afetados, como refletem os dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) e do SisMigra. O fluxo de venezuelanos a partir de março de 2020 foi diretamente afetado por uma série de portarias interministeriais²⁸ emitidas pelo governo federal para regulamentar a entrada de pessoas no país diante da pandemia de Covid-19.

De acordo com o registro de entrada de não brasileiros pelas fronteiras terrestre, aérea e aquaviária no Brasil, ilustrados no Gráfico 4, nota-se que a queda nas entradas já era visível em fevereiro, afetando, em especial, as entradas por vias terrestres, especialmente no norte do país. A redução fica mais evidente em março, novamente sendo mais notória no caso da fronteira terrestre, cessando-se a quase zero ao longo de junho e julho. Em agosto, volta a se observar um quase irrisório aumento das entradas, em especial por via aérea, sendo que tais comportamentos são resultado das normativas emitidas pelo governo federal, que, em geral, trataram os diferentes tipos de fronteira de forma diferenciada, como é o caso da flexibilização antecipada da fronteira aérea em comparação às demais.

Gráfico 4 – Entrada de não brasileiros pelos postos fronteiriços em 2020



Fonte: ObMigra / STI (2020)

²⁸ As portarias são assinadas pelos Ministérios da Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura e da Saúde. Os atos normativos publicados pelo Governo Federal sobre a COVID-19 estão disponíveis na página http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/quadro_portaria.htm.

A análise da movimentação de venezuelanos nas fronteiras, em especial no norte do país, evidencia a expressiva queda nas entradas ao país. De acordo com dados da Polícia Federal (STI, 2020), os nacionais da Venezuela foram os que registraram maior queda de movimentação (entradas e saídas): em 2019 foram 223.163 pessoas (52% homens e 48% mulheres) e em 2020 apenas 66.956, uma drástica redução de 70% no período. Interessante notar que a diminuição dos movimentos de fronteira, embora tenha sido generalizada em todo o país, não foi uniforme pelo território brasileiro. O estado de Roraima teve a maior queda, enquanto os do Sul (Porto Alegre e Santa Catarina), as menores, mostrando a seletividade dos interesses da federação sobre as entradas de pessoas de outras nacionalidades pelo território brasileiro – enquanto em Santana do Livramento (RS) registrou-se o aumento de quase 10% dos movimentos, em Pacaraima (RR), houve queda de 71%, conforme ilustrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Movimentos de não brasileiros pelos postos de fronteira

UFs	2019	2020	Var(%)	Municípios	2019	2020	Var(%)
São Paulo	3.244.532	1.245.449	-61,6%	Guarulhos - SP	3.027.168	1.076.106	-64,5%
Rio de Janeiro	1.848.589	797.858	-56,8%	Rio de Janeiro - RJ	1.835.065	776.815	-57,7%
Rio Grande do Sul	1.339.562	1.061.379	-20,8%	Foz do Iguaçu - PR	1.230.142	570.884	-53,6%
Paraná	1.292.910	593.157	-54,1%	Uruguaiana - RS	557.498	540.870	-3,0%
Santa Catarina	362.519	304.359	-16,0%	Salvador - BA	192.313	85.647	-55,5%
Bahia	219.163	100.484	-54,2%	Sant. Livramento - RS	175.349	192.659	9,9%
Roraima	179.012	58.854	-67,1%	Florianópolis - SC	174.773	141.883	-18,8%
Pernambuco	153.944	57.377	-62,7%	Pacaraima - RR	150.789	43.170	-71,4%
Ceará	146.487	49.115	-66,5%	São Borja - RS	149.775	123.682	-17,4%
Mato Grosso do Sul	137.926	65.011	-52,9%	Fortaleza - CE	146.487	49.115	-66,5%
Demais estados	482.803	202.431	-58,1%	Demais municípios	1.768.088	934.643	-47,1%
Total	9.407.447	4.535.474	-51,8%	Total	9.407.447	4.535.474	-51,8%

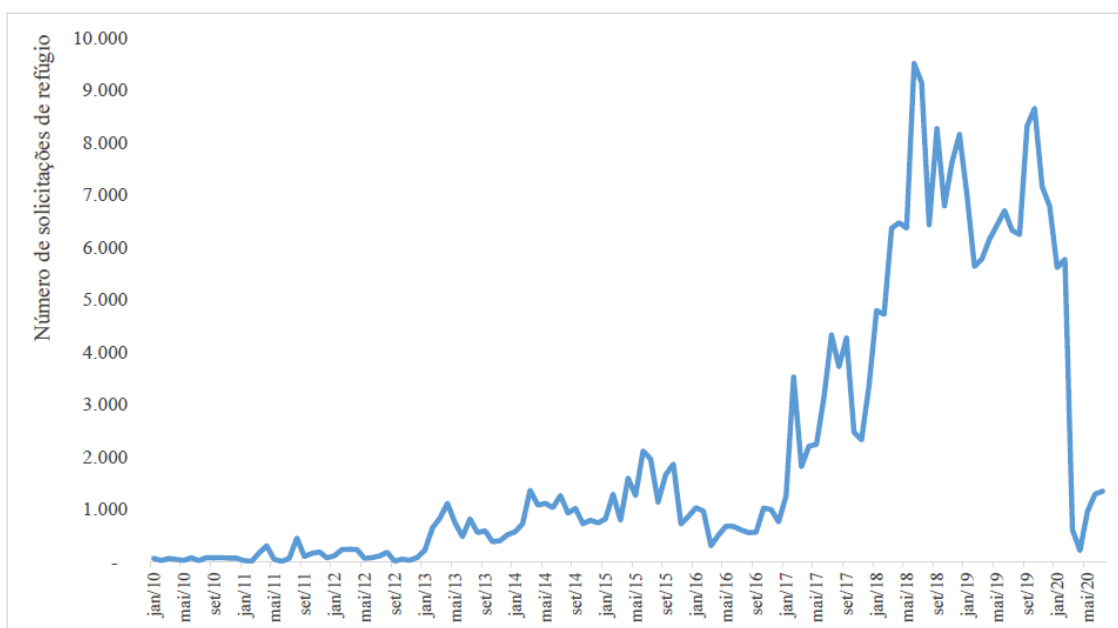
Fonte: ObMigra / STI (2020)

Segundo análise dos dados do Sistema de Tráfego Internacional – Medidas de Alertas e Restrições Ativas (STI-Mar), o início de 2018 representou um expressivo aumento do número de solicitações da condição de refugiado no Brasil, registrando média mensal de até a 9 mil solicitações, majoritariamente devido ao fluxo de venezuelanos para o país. Números elevados como este se mantiveram ao longo de 2019, fazendo com que o total de solicitações deste ano superasse o de 2018 – foram 79.831 solicitações da condição de refugiado 2018, com 61.391 (77%) solicitações

feitas por venezuelanos. Em 2019, foram 82.552 solicitações (aumento de 34%), das quais 53.713 proveniente de venezuelanos (65% do total).

Como se observa no Gráfico 5, desde novembro de 2019, o volume mensal de solicitações da condição de refugiado veio caindo, chegando a 5.614 em fevereiro e 5.771 em março de 2020, mês em que marca no Brasil o início das restrições de entrada por conta da pandemia de Covid-19. A partir de então, os números caíram bruscamente para 609 em abril e 208 em maio, voltando a subir em junho (955), julho (1.285) e agosto (1.341), mantendo-se ainda em patamares distantes da situação pré-pandemia. A queda acumulada nas solicitações de refúgio entre 2019 e 2020, considerando os meses de janeiro a agosto, foi de 56,7%, enquanto a queda acumulada entre janeiro e agosto de 2020 foi de 63,2% entre os venezuelanos.

Gráfico 5: Número de solicitações de refúgio por mês (janeiro/2010 - maio/2020)



Fonte: ObMigra / STI, 2020

Antes do início da pandemia, o momento era positivo no que se refere ao mercado de trabalho para profissionais e empreendedores refugiados e migrantes. Nos dois primeiros meses de 2020, antes da entrada em vigor da maior parte das políticas restritivas relacionadas à contenção da doença, o volume de admissões de imigrantes e refugiados foi maior em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto o volume de demissões foi menor, resultando em saldos positivos de movimentação de quase o dobro do que se observava no ano anterior, como mostra

a Tabela 5. Parte significativa do elevado volume de refugiados e migrantes observado em 2019 se converteu, no início de 2020, em uma melhor integração ao mercado de trabalho formal.

Já em março de 2020, o volume de demissões cresceu, atingindo valor semelhante ao observado em 2019, enquanto o volume de admissões permanecia maior do que no ano anterior, mas reduziu-se em relação aos meses anteriores. O impacto foi mais forte a partir de abril, quando o volume mensal de admissões caiu em quase 60%, enquanto as demissões continuaram em patamar semelhante a 2019, fazendo com o que o saldo de movimentações se tornasse negativo – só no mês de abril de 2020 foram mais de 3.000 postos de trabalho a menos para os refugiados e migrantes em geral.

Tabela 5 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por mês

Mês	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Janeiro	7.628	8.299	8,8	5.841	4.849	-17,0	1.787	3.450
Fevereiro	8.154	8.457	3,7	6.332	5.156	-18,6	1.822	3.301
Março	7.097	7.770	9,5	6.772	6.871	1,5	325	899
Abril	7.643	3.248	-57,5	6.106	6.364	4,2	1.537	-3.116
Maio	7.331	3.967	-45,9	6.755	3.997	-40,8	576	-30
Junho	7.365	4.725	-35,8	6.072	3.739	-38,4	1.293	986
Total	45.218	36.466	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

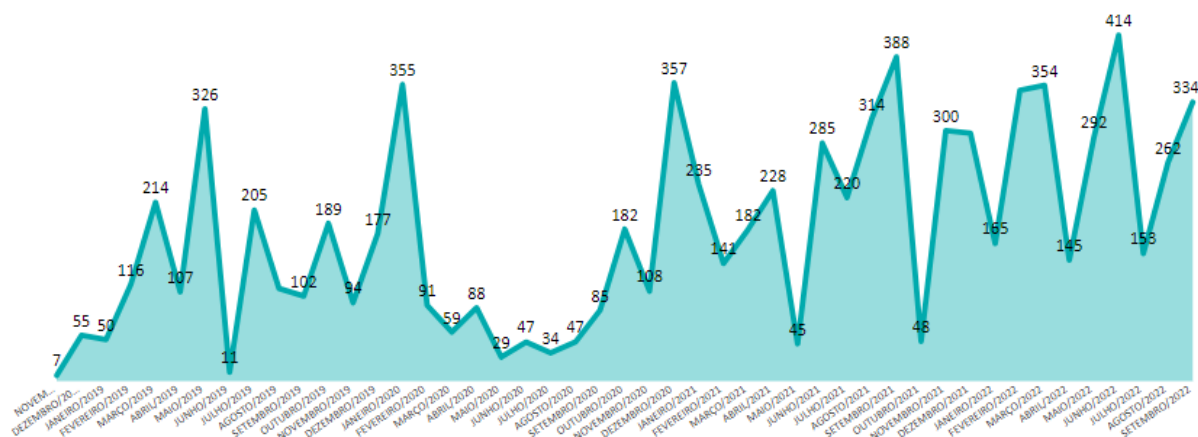
Nos meses de maio e junho, o volume de admissões voltou a crescer, mas ainda bem distante do que foi observado nos mesmos meses do ano anterior. Por outro lado, o volume de demissões também caiu, fazendo com o que o saldo voltasse a ficar positivo no mês de junho. No agregado do ano, o saldo é positivo, mas 25% menor do que no mesmo período de 2019. Esses dados indicam que o impacto da pandemia entre os refugiados e migrantes no mercado formal de trabalho parece ter sido forte, mas de curta duração, ainda que os números não tenham retornado ao patamar observado em 2019.

Os postos de trabalho de baixa qualificação indicam essa retomada mais imediata na medida em que a atividade econômica é retomada, assim também pela diversificação das atuações em diferentes setores, regiões e perfis de trabalhador, impactando-os de maneira desigual pela crise. Ainda que os voos da interiorização tenham sido mantidos pela Operação Acolhida, contemplando as diferentes

modalidades, a VES demonstrou clara desaceleração no ano de 2020, como se verifica no Gráfico 6. Apenas em outubro de 2020 houve a sólida retomada dos voos levando profissionais venezuelanos para outras cidades brasileiras, com mais de 100 contratados em um único mês.

Entre os venezuelanos, comparando-se os meses de janeiro a junho de 2019 e no mesmo período em 2020, observa-se que, apesar do aumento das admissões de 44%, houve um aumento proporcionalmente maior das demissões, de 108%. Ainda assim, o saldo do primeiro semestre de 2020 é bastante próximo do observado em 2019, como mostra a Tabela 6 na página seguinte.

Gráfico 6 – Pessoas venezuelanas interiorizadas pela modalidade VES



Fonte: ACNUR (2022b)

Tabela 6 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por nacionalidade

País de nacionalidade	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Haiti	15.581	15.032	-3,5	12.729	12.303	-3,3	2.852	2.729
Venezuela	8.335	11.975	43,7	3.498	7.271	107,9	4.837	4.704
Paraguai	3.207	907	-71,7	3.025	964	-68,1	182	-57
Argentina	2.086	914	-56,2	2.059	1.098	-46,7	27	-184
Bolívia	1.553	816	-47,5	1.560	1.014	-35,0	-7	-198
Outros	14.456	6.822	-52,8	15.007	8.326	-44,5	-551	-1.504
Total	45.218	36.466	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

No que se refere à desagregação por sexo, conforme descrito na Tabela 7, observa-se que os efeitos da pandemia foram mais intensos proporcionalmente para as mulheres do que para os homens refugiados e migrantes no mercado formal de

trabalho. O volume de admissões até junho de 2020 foi 27,5% menor para as mulheres do que em 2019, redução que foi de 16,1% para os homens. Em termos de saldo, ambos permaneceram positivos na soma de janeiro a junho de cada ano, mas a queda em relação a 2019 foi de 15,2% para os homens e 47,9% para as mulheres. Tais dados evidenciam a necessidade de se atentar a políticas de inclusão e permanência de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, pois é sobre elas que recaem o foco de atenção e cuidado dos filhos, da gestão do lar e do estigma de serem menos propícias ao trabalho, já evidenciado pelos dados da interiorização laboral e agora, pelas demissões durante a pandemia.

Tabela 7 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por gênero

Sexo	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Homens	32.131	26.973	-16,1	27.040	22.655	-16,2	5.091	4.318
Mulheres	13.087	9.493	-27,5	10.838	8.321	-23,2	2.249	1.172
Total	45.218	36.466	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

Ao desagregar por escolaridade, nota-se que refugiados e migrantes de alta escolaridade sofreram proporcionalmente mais no mercado de trabalho formal (OLIVEIRA et al., 2019). O saldo de movimentações no primeiro semestre de 2020 em comparação a 2019 é maior para os grupos dessa população de analfabetos e com grau de instrução até o fundamental completo, o que é explicado sobretudo por um menor número de demissões no grupo de pessoas com fundamental incompleto, como mostra a Tabela 8. Os grupos com ensino médio completo ou incompleto tiveram queda nos saldos, mas esses se mantiveram positivos em 2020. Já os profissionais refugiados e migrantes com ensino superior completo passaram a apresentar saldo negativo em 2020, tendo em vista que a queda nas admissões foi bem maior do que a queda nas demissões.

A relação entre maior escolaridade e impactos mais negativos no mercado de trabalho é diretamente proporcional entre a população de refugiados e migrantes no Brasil. Entre janeiro e junho de 2019, a cada 10 admissões de profissionais dessa população que possuíam ensino superior completo, contabilizou-se 8,9 demissões, proporção que passou a 10,4 demissões no mesmo período de 2020. Entre os profissionais que possuem pelo menos o ensino médio completo, mas não

completaram o ensino superior desta população, essa proporção saiu de 8,4 para 8,9. Já entre os que possuem fundamental completo, mas não completaram o médio, a proporção se manteve em 7,9 nos dois anos. Chama atenção que essa proporção se reduziu de 8,3 para 6,4 entre os dois anos no grupo que não possui nem o fundamental completo.

Tabela 8 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades (admitidos e demitidos), por escolaridade

Escolaridade	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Analfabeto	1.078	1.314	21,9	403	534	32,5	675	780
Fundamental incompleto	4.095	3.968	-3,1	3.871	2.840	-26,6	224	1.128
Fundamental completo	4.600	3.870	-15,9	3.982	3.220	-19,1	618	650
Médio incompleto	3.712	3.135	-15,5	2.566	2.311	-9,9	1.146	824
Médio completo	22.523	19.136	-15,0	18.883	16.915	-10,4	3.640	2.221
Superior incompleto	1.427	915	-35,9	1.262	872	-30,9	165	43
Superior completo	7.783	4.128	-47,0	6.911	4.284	-38,0	872	-156
Total	45.218	36.466	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

Evidentemente, quando se compara as duas últimas tabelas aqui apresentadas, fica notório a questão da vulnerabilidade associada ao perfil de mulheres menos escolarizadas, recaindo sobre elas o peso da disparidade de oportunidades e que, inevitavelmente, alimenta o ciclo das diferenças sociais já tão consolidadas na sociedade brasileira.

Regionalmente, observa-se que a pandemia teve efeitos negativos mais fortes em estados das regiões Sudeste e Nordeste, como demonstrado na Tabela 9. Em São Paulo, por exemplo, o saldo positivo do primeiro semestre de 2019, de pouco mais de 1.000 admissões a mais que demissões, deu lugar a um saldo negativo de 1.136 demissões a mais que admissões no mesmo período de 2020. Enquanto isso, todos os estados da região Sul, por exemplo, registraram aumento do saldo, que já era positivo em 2019, sendo a única que apresenta tal característica muito em função da queda mais acentuada das demissões do que das admissões nessa região.

Já no Norte, região com estados que são porta de entrada de muitos imigrantes e refugiados venezuelanos, com menor dinamicidade do mercado de trabalho formal, o volume de demissões aumentou em 3,4%, enquanto as admissões caíram 23,2%. Embora os números não apresentem tal fator, há uma tendência de que as capitais sofram mais demissões do que as cidades do interior, proporcionalmente às

respectivas populações, em razão do fato dos ofícios de trabalhos manuais (extrativistas e na indústria de processamento de alimentos) terem tido continuidade mesmo durante os momentos mais graves da pandemia.

Tabela 9 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por região

	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Grande região								
Norte	3.415	2.624	-23,2	2.161	2.234	3,4	1.254	390
Nordeste	1.296	702	-45,8	1.090	807	-26,0	206	-105
Sudeste	17.031	11.079	-34,9	15.788	12.090	-23,4	1.243	-1.011
Sul	19.345	18.640	-3,6	15.946	13.114	-17,8	3.399	5.526
Centro-Oeste	4.131	3.385	-18,1	2.893	2.725	-5,8	1.238	660
Total	14.959	12.266	-18,0	12.596	8.846	-29,8	2.363	3.420

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

A necessidade do isolamento social decorrente da pandemia teve efeitos mais severos em setores que dependem mais do consumo presencial dos consumidores, considerando a mudança de comportamento, em especial no comércio e nos serviços. Já setores associados a bens essenciais para o mercado interno ou para exportação foram menos afetados. Tal contextualização é relevante para entender as diferenças setoriais no comportamento das movimentações dos profissionais refugiados e migrantes no mercado de trabalho formal, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por setores de atividade

Setores de atividade	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Frigorífico - abate de suínos	1.952	3.065	57,0	776	732	-5,7	1.176	2.333
Abate de aves	1.685	2.755	63,5	987	1.026	4,0	698	1.729
Construção de edifícios	1.814	1.520	-16,2	1.539	1.292	-16,0	275	228
Restaurantes e similares	2.747	1.481	-46,1	2.629	2.471	-6,0	118	-990
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1.126	1.279	13,6	975	742	-23,9	151	537
Demais atividades	35.894	26.366	-26,5	30.972	24.713	-20,2	4.922	1.653
Total	45.218	36	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

O setor com mais admissões de imigrantes e refugiados em 2020 é o de frigoríficos que atuam com abate de animais, em especial suínos, atividade que admitiu 57% mais e demitiu 5,7% menos profissionais no primeiro semestre de 2020

em comparação com 2019. Comportamento semelhante foi observado nos setores de abate de aves e nos supermercados, este último em decorrência da troca da alimentação fora de casa pelo consumo doméstico. Especificamente para os profissionais refugiados e migrantes com carteira assinada nesses setores, especialmente no final da cadeia produtiva do agronegócio (frigorífico – abates de suínos, abates de aves), os dados não parecem ser de um ano de crise sistêmica, assim como também se destaca este segmento para o comércio internacional.

No outro extremo, o setor de restaurantes e similares foi duramente afetado pela pandemia. Com as portas fechadas e redução do consumo de alimentos fora de casa em geral, esse setor admitiu 46% menos profissionais refugiados e migrantes, passando a apresentar saldo negativo no primeiro semestre de 2020. O setor de construção de edifícios também registrou queda nas admissões, mas como a queda nas demissões foi similar, o saldo se manteve semelhante nos primeiros semestres de 2019 e 2020.

Em síntese, a composição das principais ocupações dos profissionais refugiados e migrantes no mercado formal de trabalho brasileiro teve pouca alteração no período comparativo entre os dois primeiros semestres de 2019 e 2020, mantendo-se predominantemente formada por ocupações de baixo grau de especialização. No entanto, refletindo a análise por setores de atividade econômica, as ocupações associadas aos setores industriais e agropecuários foram menos afetadas do que aquelas associadas aos setores de comércio e serviços, fato que tem a ver com a própria dinâmica da pandemia e do isolamento social.

A Tabela 11 mostra que as duas principais ocupações de profissionais refugiados e migrantes com carteira assinada, a saber, alimentador de linha de produção (industrial) e magarefe (pecuária), tiveram maior número de admissões no primeiro semestre de 2020 do que no mesmo período de 2019. O volume de demissões também foi maior, mas não suficiente para impactar negativamente no saldo de movimentações, que cresceu para essas duas ocupações. No caso dos magarefes, as admissões praticamente dobraram e o saldo mais que dobrou no período analisado. Por outro lado, faxineiros e auxiliares nos serviços de alimentação foram negativamente afetados, como revelado pela diminuição das admissões maior do que das demissões. No caso desses últimos, o saldo passou a ser negativo em 2020, o que também pode ser atribuído à mudança de comportamento gerada pela pandemia. Entre os serventes de obras, as admissões mantiveram patamar

semelhante a 2019, mas as demissões caíram ligeiramente, o que fez com o que o saldo de movimentações fosse maior em 2020.

Tabela 11 – Movimentação de trabalhadores de outras nacionalidades, por ocupações

Ocupações	Admitidos			Demitidos			Saldo	
	2019	2020	Var (%)	2019	2020	Var (%)	2019	2020
Alimentador de linha de produção	4.630	5.066	9,4	2.662	3.090	16,1	1.968	1.976
Magarefe	1.558	2.992	92,0	557	644	15,6	1.001	2.348
Servente de obras	2.166	2.153	-0,6	1.702	1.641	-3,6	464	512
Faxineiro	2.738	2.085	-23,8	2.160	1.805	-16,4	578	280
Auxiliar nos serviços de alimentação	1.533	1.223	-20,2	1.258	1.496	18,9	275	-273
Demais ocupações	32.593	22.947	-29,6	29.539	22.300	-24,5	3.054	647
Total	45.218	36.466	-19,4	37.878	30.976	-18,2	7.340	5.490

Fonte: ObMigra / RAIS-CAGED (2020)

Concluindo, a análise dos registros do RAIS-CAGED revela que o impacto da pandemia sobre a movimentação de trabalhadores refugiados e migrantes no mercado formal de trabalho foi bastante diferenciado a depender do perfil destes profissionais, dos postos de trabalhos assumidos e de sua segmentação em termos de idade, sexo e composição familiar. Por um lado, um perfil característico dos novos fluxos migratórios parece ter sido pouco afetado, com impactos sentidos por um curto período de tempo: venezuelanos, sobretudo homens de baixa escolaridade, predominantemente na região Sul e trabalhando em ocupações de baixo grau de especialização no final da cadeia do agronegócio. Em contraposição a este perfil, foram mais negativamente afetadas as mulheres, populações refugiadas de outras nacionalidades, profissionais de escolaridade mais elevada residindo nas regiões Nordeste e Sudeste, assim como trabalhadores dos setores de comércio e serviços, como bares, restaurantes e lanchonetes.

3 O FLUXO DE VENEZUELANOS E A RESPOSTA NO BRASIL

Após uma análise abrangente sobre a perspectiva de integração local das pessoas refugiadas por meio do acesso ao mercado de trabalho, sendo este o tema de maior interesse por parte das pessoas venezuelanas adultas que residem no Brasil, conforme descrito no capítulo anterior, no presente capítulo aborda-se o contexto da resposta humanitária no Brasil ao fluxo de pessoas venezuelanas, discorrendo-se sobre a Operação Acolhida a partir de sua estruturação, implementação em suas principais diretrizes e dos resultados alcançados, especificamente sobre o recorte da interiorização pelo viés de empregabilidade – Vaga de Emprego Sinalizada. Dessa forma, estrutura-se uma relação direta entre as perspectivas de integração local com os desafios e oportunidades estruturados pela resposta humanitária do governo brasileiro, sendo este o principal tema de discussão a partir deste capítulo. Em paralelo, apresenta-se um recorte do perfil da população venezuelana na América do Sul e em especial no Brasil, evidenciando opiniões e percepções discriminatórias sobre a população venezuelana que dificultam ainda mais o acesso destas pessoas ao mercado de trabalho formal, impactando a integração local como um todo.

O recorte de mulheres com filhos é ponto de interesse no capítulo pelas dificuldades adicionais de empregabilidade, levando-se, no capítulo seguinte, à pesquisa do trabalho que vem a corroborar para as evidências aqui apresentadas, mostrando soluções: uma vez que a mulher venezuelana conquiste uma vaga de trabalho, os ganhos de direitos associados à esta conquista transpassam aos demais membros familiares e de suas redes sociais.

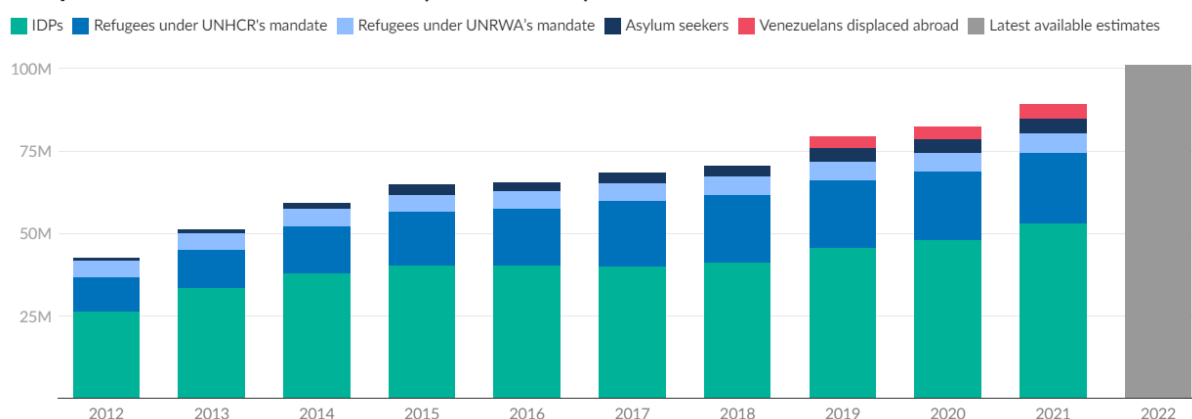
O constante aumento do número de pessoas forçadamente deslocadas em diversas partes do mundo²⁹ é evidente tanto pela perpetuação de contextos históricos, como no caso da Somália (país que segue em conflitos armados internos desde 1991), pela continuidade de situações originárias de revoltas populares contra os regimes nacionais instaurados, como na Síria (em conflito desde 2011, como parte do

²⁹ A população de refugiados, calculado pelo ACNUR (2022a), somou 27,1 milhões de refugiados reconhecidos ao término de 2021, além de 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente, 4,6 milhões de solicitantes da condição de refugiado e 4,4 milhões de pessoas venezuelanas deslocadas para outros países. Em dados atualizados pelo ACNUR, em maio de 2022 havia mais de 100 milhões de pessoas forçadamente deslocadas (em função de conflitos recentes, como na Ucrânia, e outros de mais longa data, como Afeganistão, Etiópia, Burkina Faso, Mianmar, Nigéria e República Democrática do Congo). Em dezembro de 2022, o número de pessoas venezuelanas em busca de proteção internacional atingiu mais de 7,1 milhões de pessoas.

contexto da chamada “Primavera Árabe”) e também pelos fluxos mais recentes, como o caso de venezuelanos, intensificado desde 2017 e que, pelas projeções do ACNUR, tendia a se tornar o maior fluxo de refugiados em todo o mundo ao término de 2020 – este índice não se efetivou muito por conta do fechamento das fronteiras devido a pandemia da Covid-19.

Gráfico 7 – Dados globais de deslocados forçados (por categorias e ano)

People forced to flee worldwide (2012 - 2022)



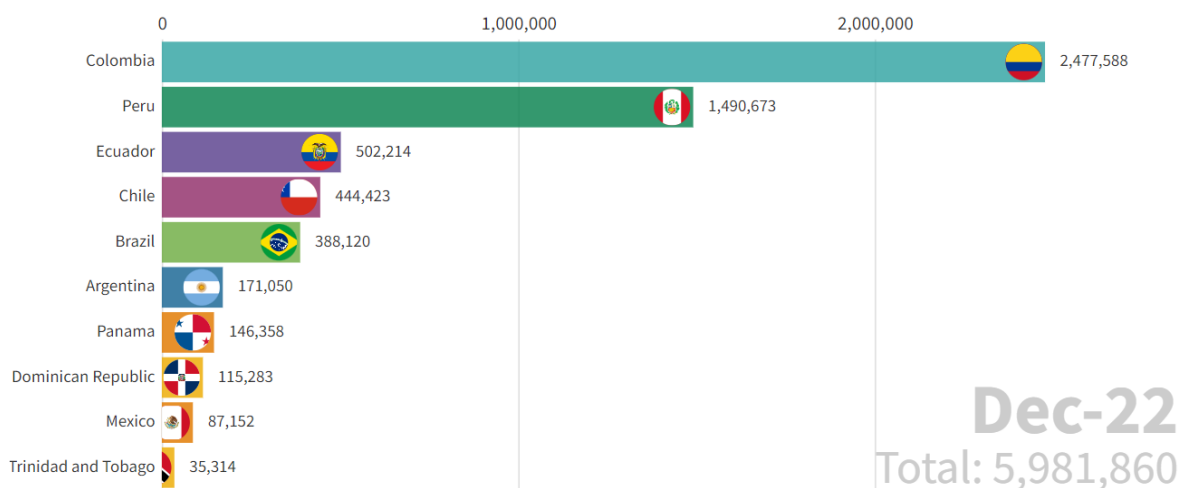
Fonte: ACNUR (2022a)

Com um recorte temporal mais recente e centrado em uma região específica, a América Latina tem se tornado um importante objeto de análises sobre as consequências das instabilidades geopolíticas, econômicas, sociais, políticas e humanas que já parecem ser um traço normalizado da região. Integram este cenário de instabilidade o maior fluxo involuntário de pessoas dentro de um mesmo país, representando cerca de oito milhões de deslocados internos na Colômbia devido aos conflitos internos entre as forças de segurança pública do governo, grupos paramilitares e a guerrilha armada que perduram desde 1985, mesmo após a assinatura de um acordo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), pois obstáculos permanecem, incluindo compensação, restituição de terras e propriedades e implementação efetiva de alguns dos pontos acordados no acordo de paz.

Por outro lado, a Colômbia se tornou nas Américas o principal país de acolhida de pessoas em deslocamento forçado de outra nacionalidade, a Venezuela. O fluxo de venezuelanos pelo continente latino-americano se tornou o maior êxodo na história recente da região, com cerca de 6 milhões de pessoas refugiadas e migrantes desde

2014 até dezembro de 2022 (Gráfico 8), exigindo novas articulações internacionais entre as agências humanitárias³⁰.

Gráfico 8 – Venezuelanos refugiados e migrantes na América Latina



Fonte: R4V (2022)

Não se pode desconsiderar também, em tempos recentes, o fluxo forçado de milhões de pessoas da América Central que tiveram que deixar seus países de origem (El Salvador, Guatemala e Honduras) devido à violência urbana alimentada por cartéis e gangues de drogas (chamadas de marras, com ações transnacionais) que, conciliadas à instituições públicas de direitos e segurança fragilizadas e crescente desigualdade social, fez com que a população civil partisse em uma longa jornada (as chamadas caravanas da América Central) em busca de proteção internacional, rumo aos países da América do Norte – em especial os Estados Unidos.

Diante a este crescente fluxo forçado de pessoas que buscam proteção internacional na região, iniciativas de resposta emergencial têm sido implementadas pelos governos, com o apoio de organizações humanitárias locais e internacionais,

³⁰ Como forma de garantir uma ampla resposta por parte das Nações Unidas e para apoiar os esforços dos principais governos acolhedores, a Plataforma Regional de Coordenação Inter Agência para a situação na Venezuela – liderada pelo ACNUR e pela OIM – lançou o Plano de Resposta Regional para Refugiados e Migrantes (RMRP) para a Venezuela em 14 de dezembro de 2018. O plano visa priorizar as necessidades emergenciais das pessoas venezuelanas em deslocamento, assim como das demandas decorrentes por parte das comunidades anfitriãs. Trata-se do primeiro desse tipo nas Américas, um projeto estratégico e operacional, um modelo de coordenação e um mecanismo de financiamento que envolve cerca de 100 parceiros de diferentes setores. Mais informações estão disponíveis na página Response for Venezuelans (R4V), disponível em www.r4v.info

instituições religiosas e de ensino superior, organizações da sociedade civil, membros do setor privado e, no caso do Brasil, também pelas forças armadas, no contexto da Operação Acolhida³¹.

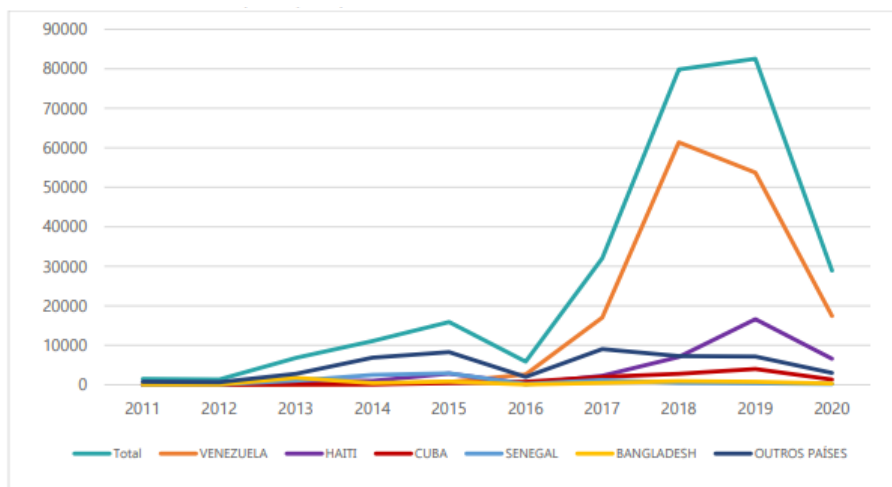
Entretanto, há de se considerar as necessárias articulações entre tais atores para que a resposta emergencial seja adequada para atender as particularidades que compõem os grupos diversificados de pessoas venezuelanas, como populações indígenas, famílias com ou sem filhos, mães solas, idosos com necessidade de atenção primária, pessoas LGBTQI+, crianças e adolescentes desacompanhados, pessoas com deficiência, entre outras. Complementarmente, as demandas existentes de integração local requerem a consolidação da garantia de direitos que, por sua vez, não deve estar atrelada ao contingente do fluxo em si, mas sim da estruturação de ações duradouras, consolidadas em políticas públicas efetivas e direcionadas para a integração local dessa população na sociedade.

No Brasil, o número de solicitações da condição de refugiado tem crescido desde 2013 (com exceção de 2016), tendo atingido o pico em 2018 – conforme destacado no Gráfico 9. Entre 2011 e 2020, 265.729 mil pessoas solicitaram refúgio no país. Neste período foram reconhecidas 94,3% do total de pessoas refugiadas no Brasil de diversas nacionalidades, com destaque para o reconhecimento de venezuelanos (46.412)³², sírios (3.594) e congoleses (1.050), de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2021).

³¹ Iniciada em março de 2018, a Operação Acolhida operacionaliza a assistência emergencial humanitária no território brasileiro para o acolhimento e integração de pessoas oriundas da Venezuela. Coordenada no âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que funciona sob a coordenação da Casa Civil, conta com a participação de 11 ministérios e com o apoio de agências da ONU e de organizações da sociedade civil. Está organizada em três eixos: 1) ordenamento de fronteira e documentação (provenido registro, vacinação e identificação de casos de vulnerabilidade para os devidos encaminhamentos); 2) acolhimento (com oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde); e 3) interiorização (processo de deslocamento voluntário de venezuelanos de Boa Vista para outras cidades brasileiras, buscando melhores oportunidades de integração). Até dezembro de 2022, mais de 91 mil pessoas venezuelanas haviam sido interiorizadas para mais de 900 municípios brasileiros, cobrindo todas as Unidades da Federação.

³² As pessoas provenientes da Venezuela foram as principais responsáveis pelo expressivo aumento de solicitações da condição de refugiado no Brasil, em razão da decisão do CONARE de 14 de junho de 2019 de reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” naquele país. Esta fundamentação foi aplicada a 93,7% do total de processos deferidos pelo CONARE no período 2011 a 2020, sendo que as pessoas refugiadas venezuelanas correspondiam a 92,8% das pessoas reconhecidas como refugiadas com base nesta fundamentação. Apenas em 2020, mesmo diante de um contexto de mais restrições à circulação de pessoas e controle de fronteiras em razão da pandemia de Covid-19, foram registrados 10,9% do total de solicitações de refúgio registradas pela Polícia Federal ao longo da última década, totalizando 28.899 pessoas nesta condição, sendo 60,2% venezuelanos, 22,9% haitianos e 4,7% cubanos (CONARE, 2021).

Gráfico 9 – Solicitação da condição de refugiado no Brasil (por nacionalidade)



Fonte: OBMIGRA (2021)

A chegada de pessoas de outras nacionalidades ao Brasil foi inversamente proporcional à renda dessa população. De acordo com dados publicados pelo Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra) da Universidade de Brasília (2021), o rendimento médio total do imigrante no Brasil foi reduzido nos últimos anos, passando de R\$ 10.926 em 2011 para R\$ 4.878 em 2020 (valores já deflacionados). O ObMigra analisa que a queda tem relação direta com a mudança na composição da força de trabalho, pois na última década houve o aumento da imigração de cidadãos de países do sul global, em especial de venezuelanos. Tais dados evidenciam a discrepância social no Brasil, também em relação ao acesso e rendimento do mercado de trabalho para pessoas de diferentes nacionalidades. Em entrevista para a Folha de São Paulo (03/02/2022), Tadeu de Oliveira, coordenador de Estatísticas do ObMigra, afirma que o Brasil tem dificuldade em assegurar uma inserção digna de imigrantes na sociedade, ainda que o país tenha se tornado mais receptivo em termos da legislação. "Embora tenham qualificação profissional, muitos imigrantes que chegam em situação de vulnerabilidade sofrem uma diferenciação. A formação profissional não é reconhecida, na maioria das vezes. Quando o tom da pele é negro, entra ainda o racismo estrutural, outro componente da xenofobia", afirmou.

A maioria dos países latino-americanos são reconhecidos por ostentarem constituições que reconhecem explicitamente a proteção dos direitos econômicos e sociais das pessoas em situação de refúgio. Eles adotaram uma abordagem baseada em direitos nas políticas de proteção social, com alguns países se comprometendo com garantias sociais explícitas (CECCHINI et al., 2015). Na Declaração e Plano de

Ação do Brasil de 2014, esses países também se comprometeram em incluir pessoas refugiadas e migrantes nos programas nacionais de proteção social.

Ainda assim, na maioria dos países, os programas nacionais de proteção social restringem-se, na melhor das hipóteses, a um subconjunto de não nacionais. Em países como Colômbia, Chile e Panamá, os venezuelanos precisam ter permissão especial ou documentos locais de identidade, enquanto no Peru e Equador, apenas cidadãos nacionais são elegíveis para programas de proteção social. O Brasil concede às pessoas de outras nacionalidades o acesso a programas de assistência social, independentemente de seu status de imigração (MAZZA, 2020), havendo globalmente outras referências interessantes de transferência de renda para refugiados³³.

O deslocamento forçado de pessoas da Venezuela para os países da região em busca de proteção e/ou melhores condições de subsistência está diretamente relacionado com a condição de vulnerabilidade, ou situação de risco, de quem chega, em especial daqueles que são afetados pela continuidade das instabilidades socioeconômicas de seu país de origem. De acordo com uma pesquisa realizada pelo ACNUR (2019b) em oito diferentes países latino-americanos e envolvendo 7.846 entrevistados, incluindo o Brasil, 50% das famílias entrevistadas disseram que ao menos um membro estava em situação de risco devido ao seu perfil demográfico ou porque teve que recorrer a graves mecanismos de adaptação, como sexo por sobrevivência, mendicância ou envio de crianças para trabalhar – todas alternativas como fonte de geração de renda. Tais riscos de proteção registrados principalmente na Venezuela estão relacionados a sequestros (95% dos incidentes), detenção arbitrária (78%), assassinatos (77%) e extorsões (74%).

Esta mesma pesquisa (ACNUR, 2019b, p.8) revelou que os três desejos prioritários desta população são acesso ao trabalho, a habitação e regularização para estadia legal. Especificamente sobre o tema mais destacado, acesso ao trabalho, 66% dos entrevistados disseram que estavam desempregados ou trabalhando informalmente quando a entrevista foi feita (nos países de trânsito ou acolhida) – destes, 29% realizavam trabalhos informais, 20% atuavam com “bicos” pelas ruas

³³ Uma pesquisa na Turquia (OZLER et al., 2020), que implementou a Rede de Segurança Social de Emergência (ESSN), o maior programa de transferência de renda para refugiados internacionais em 2016, encontrou efeitos positivos do programa no consumo de alimentos, probabilidade das crianças de frequentar a escola e diminuição da pobreza. Os autores da pesquisa descobriram que o programa causa mudanças substanciais na composição da família, com crianças em idade escolar mudando de famílias maiores inelegíveis para famílias menores elegíveis, sugerindo que o escopo do programa não é perfeito e pode ser melhorado.

como vendedores e 17% tinham trabalhos regulares – apenas 9% eram empreendedores e 17% estavam em busca de emprego. Além disso, algumas respostas revelaram que pessoas foram obrigadas a trabalhar contra suas próprias vontades (havendo, portanto, trabalho forçado), evidenciando que suas competências e conhecimentos prévios não foram considerados em suas novas “ocupações laborais”. Dentro o total de adultos entrevistados, 48% confirmaram estar empregados informalmente – destes, 19% eram vendedores ambulantes. Além disso, 18% estavam desempregados no momento da entrevista. No total, portanto, 66% das pessoas entrevistadas estavam desempregadas ou em situação precária, ampliando a possibilidade de riscos de exploração que estão diretamente conectados ao tipo de documentação provida pelos Estados.

A integração laboral da população venezuelana tem se mostrado um tema fragilizado da resposta humanitária nos países de acolhida, considerando o potencial do perfil das pessoas entrevistadas: 64% da amostra estava empregada como funcionários formais – 35% com registro na carteira de trabalho, 18% eram empreendedores, 11% funcionários públicos, 10% estudantes/pesquisadores e apenas 5% estavam desempregados na Venezuela (ACNUR, 2019b).

Desta forma, ao se comparar o tipo de trabalho que as pessoas venezuelanas tinham no seu país de origem, fica evidente que o deslocamento forçado teve um impacto extremamente negativo no acesso de trabalhadores qualificados ao novo mercado de trabalho. O acesso a empregos condizentes com suas formações acadêmicas e experiências profissionais é comprovadamente uma área em que intervenções mais efetivas por parte da resposta humanitária como um todo se fazem necessárias.

Um provável fator que tenha dificultado o acesso horizontalizado se refere a discriminação e xenofobia (ACNUR, 2019c, p.24). Ainda que 85% dos entrevistados dissessem se sentir seguros onde moravam, avaliando que seus relacionamentos com as pessoas da comunidade local como “boa” ou “muito boa” (em 80% das respostas), 43% da amostra disse que se sentiram discriminados no país de trânsito ou acolhida, principalmente devido à sua nacionalidade e, em alguns casos, por ser mulher. Uma vez instalados no país de acolhida, ainda que de forma aquém das aspirações almejadas, 48% dos entrevistados dissessem que gostariam de permanecer no local onde foram entrevistados e apenas 19% desejavam retornar à Venezuela em algum momento – 13% ainda planejavam seguir em frente a viagem ou retornar para outro

país e outros 13% queriam se mudar para outra localidade, dentro do país anfitrião. Esta perspectiva gera exatamente uma possibilidade aos governantes: a do copo meio cheio, para reter, integrar, qualificar e promover o profissional que chega ao país ou a do copo meio vazio, ao os considerar apenas estatística que deve ser somada aos demais contingentes de pessoas já existente em situação de vulnerabilidade.

Em um relatório de monitoramento de proteção publicado pelo ACNUR (2019d) especificamente sobre o fluxo de pessoas venezuelanas nas Américas, contabiliza a difícil realidade de integração local dessa população:

- 50% das famílias entrevistadas tinham pelo menos um membro que estava em situação de risco devido ao seu perfil específico ou porque teve que recorrer a mecanismos cruéis de sobrevivência, incluindo sexo, mendicância ou mandar filhos crianças para trabalhar;
- 21% dos entrevistados eram pessoas com necessidades específicas, incluindo pessoas com condições médicas críticas ou crônicas (1.838 pessoas), mulheres grávidas ou lactantes (1.104), pessoas com deficiência (581), crianças desacompanhadas ou separadas (113) e idosos em risco (103);
- 28% dos entrevistados relataram um ou mais incidentes de proteção sofridos ou testemunhados por eles próprios e / ou seus familiares, dos quais o mais prevalente foi roubo (49%), seguido de agressão física (19%) e intimidação e ameaça (17%). No total, foram registrados 2.432 incidentes de proteção em países de origem, trânsito e refúgio.
- Os riscos graves relacionados à proteção foram relatados principalmente no país de origem, com 95% dos incidentes relacionados a sequestro na Venezuela, 78% dos incidentes de detenção arbitrária, 77% dos assassinatos (testemunhados ou sofridos por familiares) e 74% de extorsão.

Os entrevistados por esta pesquisa expressaram três necessidades prioritárias:

1. Acesso ao trabalho: 66% dos entrevistados disseram que estavam desempregados ou trabalhando informalmente. As respostas apontaram para cerca de 100 incidentes em que as pessoas foram obrigadas a trabalhar contra a sua vontade ou em condições que a sua situação é considerada de exploração laboral;
2. Acesso à habitação: 43% dos entrevistados disseram ter enfrentado problemas na procura de moradia, principalmente por falta de recursos, falta de fiadores, discriminação com base na nacionalidade e falta da documentação exigida.

3. Situação legal: em 2018 e 2019, os governos das Américas implementaram uma variedade de autorizações de residência e arranjos legais de permanência para garantir a movimentação segura e regular dos venezuelanos na região. 60% dos entrevistados possuíam visto de turista, autorização temporária ou outra forma de permanência regular. No entanto, as soluções de médio e longo prazo ainda não estão totalmente implementadas em todos os lugares, deixando muitos em risco de irregularidade quando suas licenças temporárias expirarem.

Em síntese, há dois tipos de barreiras correlacionadas que dificultam a inserção laboral de refugiados e migrantes venezuelanos nas economias locais. Trata-se das “condições limitantes”, ou seja, aquelas que são específicas, particulares do público venezuelano, que o afetam de forma única; e as “características gerais do mercado de trabalho”, que são estruturais podem variar ao longo do tempo e que afetam todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, que buscam trabalho. No caso de Manaus, o levantamento realizado (OIM, 2020) indicou haver cinco condições limitantes e quatro características de mercado enfrentados pela população venezuelana na busca por trabalho, conforme compilados na Tabela 12 abaixo:

Tabela 12 – Barreiras à empregabilidade de venezuelanos em Manaus (AM)

CONDIÇÃO LIMITANTE	Dificuldades com a língua, com o português	45%
	Falta de recursos (para transporte e alimentação)	30%
	Preconceito/Desconfiança dos contratantes por eu ser imigrante	23%
CARACTERÍSTICA DE MERCADO	Muita competição, Muitas pessoas para poucas vagas	12%
CONDIÇÃO LIMITANTE	Desconhecimento sobre onde e como procurar emprego aqui	11%
CARACTERÍSTICA DE MERCADO	Falta de oportunidades na minha área de atuação aqui	10%
CONDIÇÃO LIMITANTE	Problemas com documentação, regularização da minha situação	9%
CARACTERÍSTICA DE MERCADO	Distância entre o local onde eu moro e onde existem as vagas	8%
CONDIÇÃO LIMITANTE	Não tem qualificação, cursos nas áreas em que existem vagas	7%
	Meus diplomas ou certificados não serem aceitos	6%
	Não conhecer pessoas daqui	6%
CARACTERÍSTICA DE MERCADO	Oportunidades de trabalho muito precárias	3%
	Golpes e fraudes	2%
CONDIÇÃO LIMITANTE	Não ter endereço fixo ou como comprovar meu endereço	1%

Fonte: OIM (2020)

De forma geral, refugiados venezuelanos vivem em um contexto econômico difícil no Brasil, com uma percepção geral da falta de oportunidades de emprego e

mesmo meios sustentáveis de geração de renda – agravados pelo contexto da pandemia. Essas conjunturas podem se tornar um terreno fértil para o ressentimento indevidamente direcionado por parte da comunidade anfitriã em relação aos refugiados e ao crescimento de um discurso xenófobo nas diferentes comunidades de acolhida. Uma parcela importante desta propensão à xenofobia é ocasionada pelo desconhecimento dos fatos em si. Por parte do empresariado, por exemplo, há desinformação sobre a real qualificação dos refugiados, assim como desconhecimento das leis regulatórias sobre o status de permanência e, paralelamente, preconceito em relação à disposição do venezuelano para o trabalho.

A série de entrevistas realizadas pelo CEBRAP (2020) com diversos atores da cidade de Manaus/AM resultou em uma coleta de dados qualitativos importantes sobre as percepções dos setores público, privado e terceiro setor em relação à comunidade venezuelana na cidade. Em síntese, algumas percepções negativas, decorrentes de opiniões sem fundamentos coerentes com a realidade, foram encontradas entre os três setores. Entre as mais comuns, estiveram as seguintes percepções:

a. baixa escolaridade e qualificação: embora, em média, a pessoa venezuelana seja mais instruída e mais qualificada do que o cidadão manauara, a percepção geral é inversa. Seja pela situação de extrema vulnerabilidade social, pela dificuldade de comprovação de escolaridade ou mesmo pela dificuldade de comunicação na língua portuguesa, muitos empresários e agentes públicos avaliam, de forma plenamente equivocada, o refugiado venezuelano como uma mão de obra despreparada;

b. situação documental irregular: foi denotado entre os entrevistados, em particular no setor privado, que há um grande desconhecimento das leis de refúgio e migração brasileiras. Muitos desconhecem o fato de que a simples solicitação de refúgio ou de residência temporária já garante ao refugiado ou migrante o direito a uma Carteira de Trabalho e CPF, estando, portanto, aptos ao trabalho formal. Consequentemente, muitos profissionais venezuelanos têm, portanto, a possibilidade de exercer atividades profissionais regularmente. Existem ainda preocupações infundadas com custos adicionais para documentação, ou mesmo com riscos trabalhistas inexistentes. Um dos entrevistados (CEBRAP, 2020) salienta que essa percepção tem particular ressonância no sistema bancário manauara, o que acaba criando barreiras ilegítimas para abertura de contas-salário, por exemplo;

c. pouca disposição para o trabalho: esta percepção foi encontrada com frequência nas entrevistas conduzidas pelo CEBRAP (2020), tendo aparente percepção de que a pessoa oriunda da Venezuela estaria “acostumada a se apoiar no Estado”, e de que ela “não teria força de vontade para ir atrás do que quer por conta própria”. O não-comparecimento em entrevistas de emprego ou o abandono de cursos de qualificação – muito comuns pela escassez de recursos –, são compreendidos de forma equivocada como evidências dessa pouca disposição para o trabalho.

Concomitantemente, a xenofobia em relação aos refugiados venezuelanos, além de contribuir negativamente para a busca de trabalho, aumenta sobretudo a dificuldade em encontrar trabalho decente. Isto aumenta ainda os riscos de exploração laboral, especialmente para as pessoas venezuelanas em situação de extrema vulnerabilidade social. Foram frequentes relatos sobre a “diária de 20 reais”, que costuma alegadamente ser oferecida ao público de interesse por pessoas físicas ou por pequenos empresários (OIM, 2020). Sem alternativas, muitos relataram ter-se submetido a longas jornadas de trabalho, remuneração muito abaixo da média de mercado e diversas formas de assédio.

Como reflexo das dificuldades de integração enfrentadas, Graham et al. (2020) descobriram que as pessoas venezuelanas na Colômbia, país que mais acolhe venezuelanos deslocados, trabalham em empregos mal pagos e informais e que, antes da pandemia de Covid-19, os colombianos empregados ganhavam em média 43% a mais do que os venezuelanos empregados – apesar do sabido fato de que os venezuelanos são altamente qualificados. Caruso, Canon e Mueller (2019) e Pacheco (2019) ressaltam que o fluxo dos venezuelanos no mercado de trabalho na Colômbia provoca a redução de salários, especialmente para os trabalhadores do setor informal. Olivieri et al. (2020) tem como campo de pesquisa o Equador e relata que embora os venezuelanos sejam mais educados e mais propensos a ter um emprego, eles tendem a trabalhar em empregos informais e de baixa remuneração, sofrendo uma degradação ocupacional significativa. A incorporação desses venezuelanos altamente qualificados no mercado de trabalho formal pode não apenas aumentar a produtividade do trabalho, mas também promover em longa escala o crescimento econômico (Graham et al., 2020).

Em uma pesquisa realizada no Peru, a pedido do Sistema das Nações Unidas (SNU, 2021) sobre o impacto da Covid-19 nesta população, revelou que a grande

maioria destes trabalhadores são informais. Ao longo de 2020, pouco mais de um terço das pessoas venezuelanas conseguiu de alguma maneira conservar suas atividades econômicas, porém, a um elevado custo: houve paralelamente uma severa redução nos salários e um aumento das horas diárias trabalhadas, ocasionando assim maior desgaste psicossocial e da já instável qualidade de vida.

De maneira geral, a pesquisa revelou três grupos de lacunas críticas relacionadas ao tema do trabalho por parte da população venezuelana no Peru. O primeiro grupo está associado à informalidade da economia peruana, caracterizada por seu alto nível de precariedade das relações trabalhistas (evidenciada pelas barreiras de acesso ao trabalho formal, como o questionamento por parte dos empregadores em relação à regularidade dos documentos). O segundo grupo de lacunas está associado às precárias condições de trabalho dos refugiados e migrantes venezuelanos em relação aos peruanos, reforçando o estereótipo de que venezuelanos estariam dispostos a trabalhar mais por menos. Finalmente, um terceiro grupo de lacunas está associado a oportunidades de trabalho limitadas e perdas de empregos como resultado da emergência de saúde, o que agravou ainda mais uma situação já delicada, ampliando a necessidade de apoio financeiro emergencial.

Em outra pesquisa conduzida pela INEI (2018) no Peru mostrou que o perfil da população venezuelana era composto majoritariamente por homens (52%). De acordo com os dados da INEI (2018), especificamente sobre a questão trabalhista, 91% da população venezuelana com mais de 14 anos e residente no Peru estava ocupada ou à procura de trabalho. Do total que estava efetivamente trabalhando, 57% destes profissionais atuam no setor de serviços, em especial no segmento de restaurantes e hotelaria (24%) ou prestando serviços terceirizados (9%). Já outros 21% dos venezuelanos se encontravam empregados na atividade comercial, além de outros 15% estavam empregados no segmento de manufatura e 6% na construção civil. Sobre os referentes ocupações, os profissionais venezuelanos ocupam cargos de limitados conhecimentos e/ou poder de decisão, como cozinheiros (14%), atendentes (11%), faxineiros ou domésticos (6%), vendedores (6%) ou motoristas (6%). Quando se analisa a perspectiva de gênero nestes recortes, há emblemáticas considerações estruturais: enquanto as mulheres detinham maior participação em atividades como faxineiras e serviços domésticos, atendentes ou ajudantes de cozinha, os homens apresentavam maior relação com atividades de motoristas, pedreiros e porteiros. Ainda que 81% dos venezuelanos que viviam no Peru em 2018 tinham entre 15 e 60

anos, persistem diferenças estruturais: enquanto o total de homens venezuelanos inativos era de apenas 3%, esse dado chegava a 15% no caso das mulheres.

Adentrando-se a questão de gênero, os resultados de outra pesquisa³⁴ (Care, 2020) sobre a inserção de mulheres refugiadas no Peru mostraram que 60% das entrevistadas detinham algum nível de ensino superior (técnico ou universitário), enquanto 85% possuíam experiência prévia de trabalho em diversas áreas, indicando uma grande variedade de habilidades para sua inserção laboral. Deste recorte apresentado, 75% disseram ter algum tipo de renda, sendo que 47% das entrevistadas estavam trabalhando, principalmente na informalidade (74%); 28% empreendiam seus próprios negócios – muitas optam por esse tipo de trabalho para ter condições de cuidarem de seus filhos; 10% eram donas de casa e 15% desempregadas. Ainda assim, 59% das mulheres entrevistadas estavam buscando recolocação no mercado de trabalho, evidenciando a insatisfação com os postos até então ocupados (em sua maioria aquém de suas capacidades).

Os dados da Care (2020) confirmam haver no Peru uma percepção generalizada nos empregadores de que as mulheres venezuelanas não desejariam cumprir a jornada de trabalho. Adicionalmente, alguns empregadores consideram que as mulheres venezuelanas têm um “sentimento de superioridade”, não são trabalhadoras natas e estão relacionadas com a desonestidade ou com a criminalidade. Muitas dessas ideias são construções de “experiências próprias”, mas também de “comentários de pessoas próximas” e das “notícias na mídia”.

Da perspectiva das venezuelanas, porém, mais de 50% das entrevistadas indicaram trabalhar 10 ou mais horas por dia. Ainda assim, essas longas jornadas não estavam em sintonia com a remuneração mensal: 41% das pesquisadas não recebiam sequer salário mínimo e 55% das receitas obtidas oscilavam entre esse valor e o custo médio de aluguel de uma casa para quatro pessoas, reforçando assim a questão de dependência e do ciclo vicioso de vulnerabilidade do qual a população venezuelana está submetida.

Dentre as dificuldades de integração apresentadas pelas mulheres venezuelanas no Peru, destacam-se as diferenças culturais (que impactam a

³⁴ A referente pesquisa foi feita com 503 mulheres venezuelanas em situação de refúgio e migrantes, cuja maioria (79%) haviam ingressado no Peru entre 2018 e 2019, tendo deixado a Venezuela por diferentes motivos: dificuldades econômicas, desabastecimento de alimentos e medicamentos, condições sociais ou políticas ou pela necessidade de reencontrar seus familiares (que haviam partido anteriormente).

percepção de como efetivamente trabalham); o elevado custo de vida (o trabalho, geralmente informal, gera poucas receitas que ainda são remetidas aos familiares na Venezuela, sendo o pagamento de aluguel uma constante preocupação); a discriminação – dados da OIM (2019) indicam que cerca de 30% das mulheres venezuelanas sofreram discriminação, especialmente no transcorrer da permanência no país; e a dificuldade de acesso à informação confiável (e mesmo de contato com os órgãos competentes para realização de denúncias de exploração).

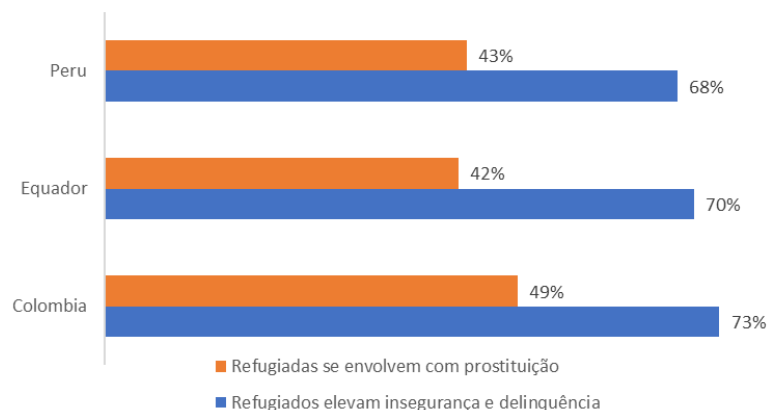
Um fator fundamental para a empregabilidade conota a importância da estruturação de redes amplas de apoio entre as pessoas venezuelanas. De acordo com Blouin (2019), 39% dos venezuelanos conseguiram emprego por meio da indicação de um amigo conterrâneo; 35% por meio de anúncios em vias públicas; e os demais conseguiram emprego por intermédio de um conhecido peruano (13%), de um parente (9%) ou de terceiros (4%). A indicação de um outro profissional venezuelano por parte de um colaborador já contratado em uma empresa reforça tanto os resultados positivos advindos com a contratação inicial como também assegura a confiança por parte do empregador, uma vez que a barreira inicial do estereótipo é superada.

Os estereótipos não se limitam a um determinado país, nem mesmo a uma única parcela da sociedade. Um estudo produzido pela Oxfam (2020) sobre as percepções de nacionais da Colômbia, Equador e Peru sobre as pessoas venezuelanas em seus respectivos países torna evidente narrativas xenófobas, patriarcais e estereotipadas a respeito dessa população. As sociedades dos países abrangidos pelo estudo são caracterizadas por sua ambivalência em relação ao fluxo de pessoas da Venezuela, oscilando entre a compreensão e a solidariedade, por um lado, e a associação dos venezuelanos à insegurança, ao colapso dos serviços sociais e a um desejo generalizado para deixarem o país o mais rápido possível, por outro.

A chegada de pessoas venezuelanas a esses países serviu de pretexto para exacerbar o sexismo pré-existente, conforme evidente no Gráfico 10. Ainda que seja difícil comprovar a ligação direta entre a percepção sexista profundamente enraizada nas sociedades e a violência a que são submetidas as mulheres venezuelanas, quase metade dos entrevistados nos três países aponta que a maioria das mulheres venezuelanas acabaria se envolvendo na prostituição, sendo esta uma possível “saída” diante a insegurança e vulnerabilidade que enfrentam. As pessoas entrevistadas reconhecem a existência de uma relação explícita entre a aparência das

mulheres venezuelanas, o sexismo prevalente na vigente sociedade, as condições precárias de deslocamento e a ameaça real de serem capturadas pelas redes de tráfico humano, contrabando e exploração sexual.

Gráfico 10 – Percepção de prostituição/delinquência entre venezuelanos/as



Fonte: OXFAM (2020)

Ao mesmo tempo em que a maioria dos entrevistados considera que as mulheres deveriam receber mais ajuda por enfrentarem maiores problemas em se deslocar (62% na Colômbia, 64% no Equador e 51% no Peru), alguns argumentos reforçam os estereótipos patriarcais e os papéis de cuidado "naturalizados" para as mulheres. Assim, a imagem construída das mulheres venezuelanas as expõe a maiores riscos de abusos, exploração e violência, insegurança no trabalho e reprodução de imagens que as veem em funções reprodutivas e de cuidado ou submetidas à exploração sexual.

Embora a maioria das pessoas entrevistadas pela pesquisa não se considere racista – apenas um ou dois em cada 10 entrevistados – elas geralmente consideram a sociedade como racista (entre cinco ou seis em cada 10 entrevistados). Da mesma forma, apenas 30% dos entrevistados na Colômbia, 35% no Peru e 38% no Equador consideram que "o impacto da migração é positivo para o país em um nível cultural" – a maioria das pessoas nos três países pensa que as pessoas venezuelanas devem regressar ao seu local de origem "assim que a situação por lá melhorar".

A ideia de que 'os venezuelanos pegam empregos' e 'empurram para baixo os salários' exerce uma forte influência na opinião pública. De acordo com os dados da pesquisa, cerca de 70% das pessoas no Peru, Equador e Colômbia considera que o fluxo de venezuelanos faz a média salarial diminuir e piora as condições de trabalho.

Essa narrativa de 'competição por recursos' não parece considerar a situação estrutural dos mercados de trabalho dos países anfitriões, caracterizada por elevada precariedade dos postos e informalidade nos contratos. Em muitos casos, a pesquisa sugere que são os empregadores que se beneficiam, aproveitando da necessidade imediata das pessoas de gerar renda para pagar menos pelo mesmo trabalho, fragilizando as existentes condições de trabalho – e isso prejudica a todos os trabalhadores.

Os dados do estudo confirmam a ampla opinião de que os serviços públicos (em especial saúde e educação) estão saturados em associação à chegada de pessoas da Venezuela: oito em cada 10 dos entrevistados colombianos disseram que os serviços sociais estão entrando em colapso devido ao fluxo de venezuelanos; no Peru e no Equador, sete em cada 10 pessoas têm essa mesma percepção. Torna-se importante frisar que a noção de "colapso de serviços" reforça um falso senso de competição por recursos já escassos, pois ignora a pré-existência de serviços públicos que já eram inexistentes e insuficientes antes da chegada dos venezuelanos. Tal posição suscita questionamentos sobre porque algumas pessoas têm acesso a benefícios ou serviços e outras não, o que prejudica o debate sobre o dever de garantir direitos a todos, independentemente de sua origem ou condição social. O estudo revelou que as populações nacionais dos três países pesquisados acreditam que o fluxo de venezuelanos não beneficia a economia nacional. No Peru, 64% dos entrevistados acreditam que os venezuelanos levam muito mais recursos do que arrecadam para o país, sendo que este mesmo índice varia no Equador (48%) e na Colômbia (56%).

3.1 Perfil da população refugiada e empregabilidade no Brasil

Entre 2011 e 2021, cerca de 298 mil pessoas de outras nacionalidades solicitaram a condição de refugiado no Brasil. Apenas em 2021, o Brasil recebeu 29 mil novas solicitações de pessoas provenientes de 117 países, majoritariamente homens (54%). Ao final de 2021, havia 60 mil pessoas refugiadas reconhecidas no país, com 3.086 pessoas reconhecidas como refugiadas apenas neste ano, sendo 77% venezuelanos e 50% crianças entre 5 e 14 anos – e as mulheres representaram 53% do total de reconhecimentos concedidos.

Em uma pesquisa conduzida pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) sobre o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil³⁵ (ACNUR, 2019a), fica evidente que essa população possui elevado capital linguístico e formação educacional acima da média brasileira: 34% dos entrevistados concluíram o ensino superior – muitos com curso de pós-graduação. Porém, dentre os entrevistados, apenas 3% dos refugiados conseguiram revalidar seus diplomas e 79% destes trabalhadores tinham renda inferior a R\$ 3.000,00, sendo que 19% dessa população estava desempregada - ainda que 79% tenham interesse de empreender no país. O acesso ao mercado de trabalho foi apontado como o principal obstáculo em conseguir emprego por 227 entrevistados (46%), sendo também registrado como dificuldades o não domínio do idioma local (30%), o fato de serem de outra nacionalidade (20%) e a falta de recursos para buscar empregos (ACNUR, 2019a).

Na outra ponta do processo está o estudo “Caminhos para o Refúgio” (CARVALHO, 2017), que ouviu 386 profissionais de seleção e recrutamento de empresas da região metropolitana de São Paulo, evidenciando que mais de 90% dos profissionais declararam desconhecerem que para contratar um refugiado os procedimentos são exatamente os mesmos de contratação de brasileiros. A falta de informação sobre o processo de contratação de profissionais refugiados e o medo de auditorias por parte de órgãos de fiscalização eram os principais entraves para a inserção de refugiados no mercado de trabalho. Ao responder sobre como os profissionais de recursos humanos percebiam o tema, 64,7% dos profissionais de recursos humanos confundem a condição de refugiado com a de imigrante muito empobrecido; 63,2% acreditam que os procedimentos são mais complexos na contratação de refugiados; e 47,8% afirmaram que os colegas evitam a contratação de refugiados ou imigrantes porque terem receio de auditorias. A pesquisa se aprofunda ainda sobre estereótipos ao questionar a propensão ao aprendizado de novas funções por parte da região de origem dos profissionais. Enquanto os europeus tiveram a maior menção relacionada a “capacidade de liderança” (com 49% das respostas), os africanos se destacaram pela menção sobre “força física” (74%) e os profissionais da América Central sobre “aceita salários menores no início” (65%).

³⁵ Esta pesquisa encomendada pelo ACNUR não contemplou as pessoas de nacionalidade da Venezuela, pois à época o número de venezuelanos reconhecidos como refugiados era inexpressiva para as estatísticas nacionais.

Historicamente, nos últimos 10 anos, a presença de profissionais de outras nacionalidades no mercado de trabalho formal brasileiro foi marcada por um crescimento significativo, passando de 55,1 mil em 2010 para 147,7 mil em 2019 (OBMIGRA, 2020). No Brasil, as estatísticas da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial (R4V) atualizadas em agosto de 2022 apontam para um total de 358.412 pessoas em condição de refúgio (refugiadas reconhecidas e solicitantes da condição de refugiado) e migrantes venezuelanas.

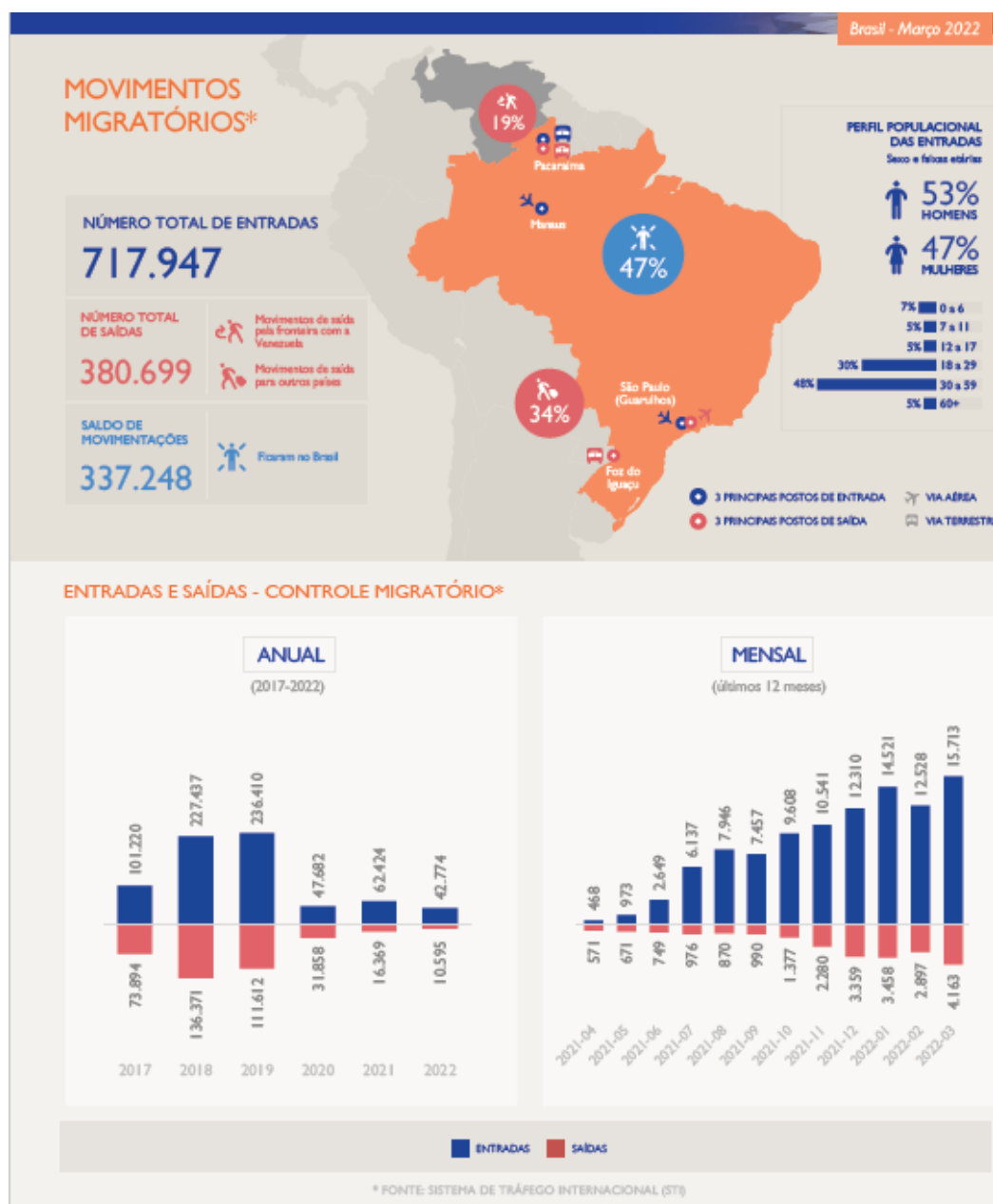
Entre janeiro de março de 2022, 42.775 venezuelanos entraram no Brasil e 10.595 saíram do país. Majoritariamente, essas pessoas ingressam no Brasil sobretudo através da divisa entre Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e Pacaraima, no norte do estado de Roraima, fluxo que foi oficialmente interrompido em março de 2020, com o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela em decorrência da pandemia³⁶ – ainda que entradas por caminhos alternativos (trochas) eram realizadas, conforme se nota no Gráfico 11. O acesso ao território brasileiro esteve condicionado a controles sanitários obrigatórios, incluindo teste Covid-19 e vacinação, efetuados pelo Núcleo de Saúde de Acolhida da Operação Acolhida. No entanto, a vigente insuficiência de vacinas e a reduzida capacidade de recursos humanos limitaram a resposta prevista, resultando em acesso restrito aos processos de documentação das pessoas venezuelanas. Em decorrência desse cenário, os venezuelanos que precisavam de proteção internacional ao tentarem cruzar a fronteira oficial relataram episódios de suborno por funcionários da fronteira venezuelana e permaneceram expostos a abusos e exploração, deixando muitos sem outra opção a não ser cruzar irregularmente pelas “trochas”.

Em 2015 eram pouco mais de 700 mil pessoas que haviam deixado a Venezuela em função da deterioração substancial da qualidade da vida e da violação de direitos humanos no país, agravado pelos embargos econômicos liderados pelos

³⁶ Em 23 de junho de 2021, a Presidência da República, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Saúde aprovaram a Portaria 655, que estabeleceu medidas de flexibilização – e não abertura plena – para os venezuelanos “vulneráveis” afetados pela crise humanitária na Venezuela. A Portaria afirma que as fronteiras terrestres do Brasil – exceto a com o Paraguai – permanecem fechadas, mas introduz mudanças nas restrições excepcionais e temporárias de entrada, incluindo o trânsito livre entre “cidades gêmeas” na Venezuela e no Brasil; entrada no Brasil de cidadãos venezuelanos e residentes legais na Venezuela e sua posterior regularização; e regularização do status (pedido da condição de refugiado e autorizações de residência migratória) para cidadãos venezuelanos e residentes legais da Venezuela que entraram no Brasil de forma irregular durante o fechamento da fronteira.

EUA³⁷, a situação seguiu se deteriorando no período. Em abril de 2020 este número elevou-se para 5 milhões de pessoas, tornando-se então o maior fluxo forçado de deslocamento nas Américas (R4V, 2020).

Gráfico 11 – Número de entradas e saídas de venezuelanos no Brasil

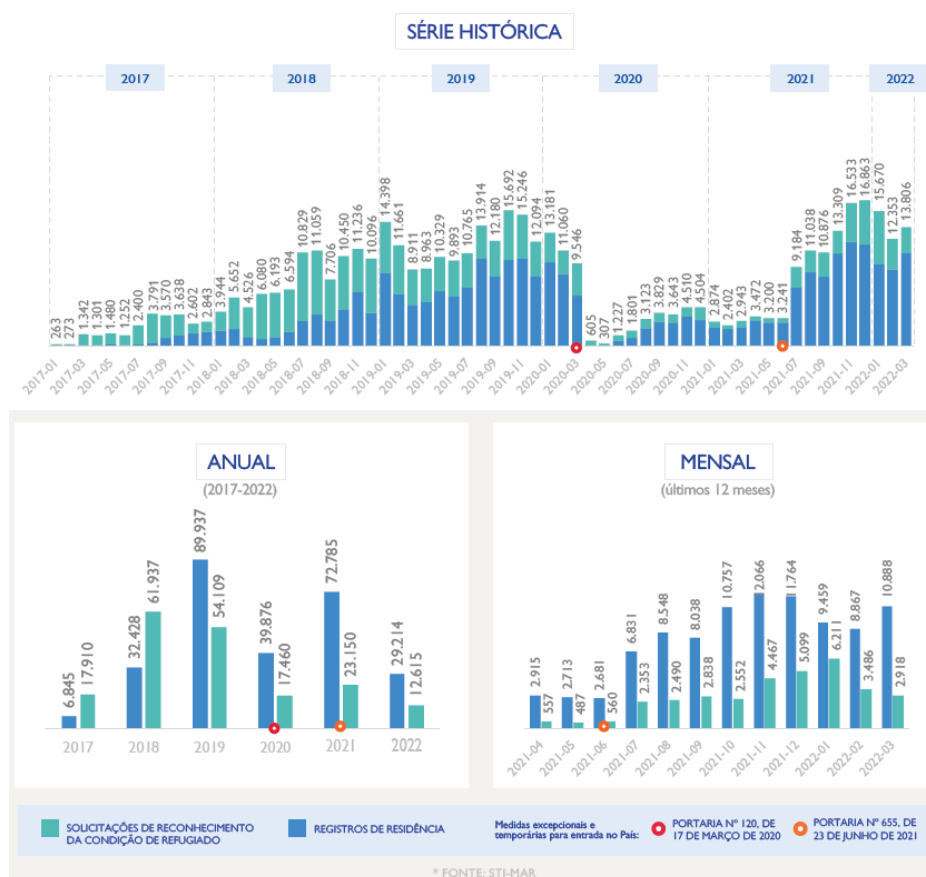


Fonte: OIM (2020)

³⁷ Em agosto de 2019, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou o congelamento de todos os ativos da Venezuela em solo americano. A medida se soma a uma série de punições já aplicadas ao governo do presidente Nicolás Maduro, considerado ilegítimo por Washington. O bloqueio anunciado afetou "todos os ativos e interesses em propriedade do governo da Venezuela nos Estados Unidos", acrescentando que esses bens "não podem ser transferidos, pagos, exportados, retirados ou manejados". Vetou-se a entrega ou recebimento de "qualquer contribuição ou provisão de fundos, bens ou serviços por ou para o benefício de qualquer pessoa cujas propriedades e interesses estejam bloqueados sob esta ordem".

No Brasil, até março de 2022, havia 120.635 pessoas migrantes da Venezuela com residência temporária e 79.255 com residência por tempo indeterminado. Outras 95.454 pessoas haviam solicitado a condição de refugiado e 51.578 já haviam sido reconhecidas como refugiadas pelo governo brasileiro, conforme contabilizados no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Venezuelanos solicitantes de refúgio e de residência no Brasil



Fonte: OIM (2022)

Com um recorte específico sobre a população venezuelana, dados derivados do Cadastro Único (CadÚnico) coletados em dezembro de 2019 pelo ObMigra (2020) revelam que as pessoas venezuelanas inscritas no sistema tinham, em média, menos recursos do que seus pares brasileiros. A renda média do venezuelano cadastrado era de R\$85, enquanto a do brasileiro era de R\$307. Consequentemente, cerca de 72% dos venezuelanos viviam na extrema pobreza (com renda mensal inferior a R\$89 na época) enquanto 48% dos brasileiros cadastrados estavam nessa condição. Em contraponto à renda está a educação. As pessoas venezuelanas cadastradas no

CadÚnico tinham maior nível de escolaridade: 27% têm ensino superior e 42% têm ensino médio, em comparação com 3% e 20% dos brasileiros, respectivamente. Esse maior grau de educação também se reflete no perfil das pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família³⁸, onde 42% dos beneficiários venezuelanos tinham ensino médio, enquanto 15% têm ensino superior, em comparação a 19% e 1% dos beneficiários brasileiros, respectivamente.

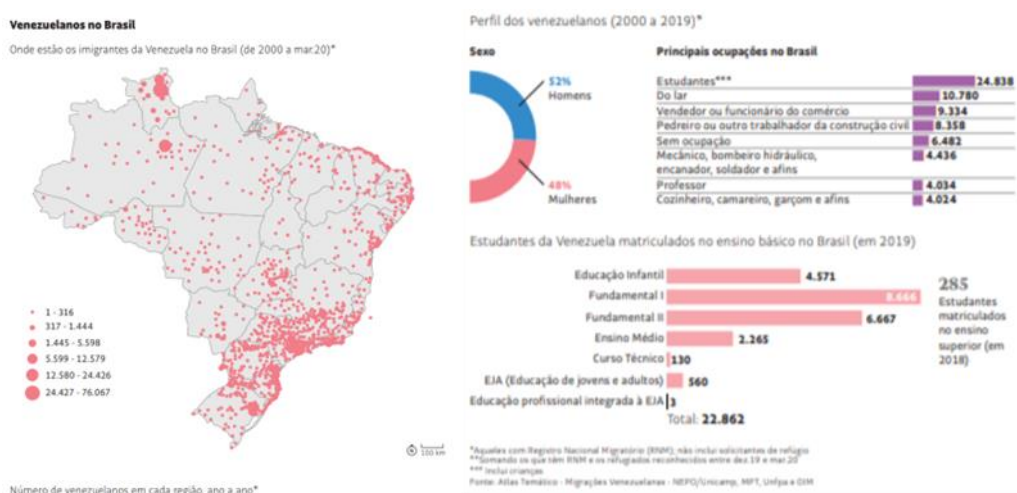
Da mesma forma, de acordo com os micro dados da PNAD (OBMIGRA, 2020), enquanto 35% das pessoas brasileiras têm nível fundamental e 36% cursam ou completaram o ensino médio, 13% das pessoas venezuelanas interiorizadas cursaram ou estão cursando a educação básica e 61% cursam ou completaram o ensino médio. O percentual de adultos com ensino superior é praticamente o mesmo na média entre brasileiros e a população venezuelana interiorizada (em torno de 15%). Porém, dentre a população venezuelana, as mulheres têm formação superior maior que os homens (16,5% e 12,5% respectivamente), reforçando novamente a discrepância de gênero na interiorização para trabalho. Pessoas com ensino superior completo representam um número maior de interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada (25,7%) – ainda que seja compreensível em termos de possibilidade de inserção laboral, em muitos casos são postos de trabalho que subutilizam os conhecimentos e as experiências existentes (ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021).

Em termos sociais, o tamanho das famílias venezuelanas registrado (de 2,8) é um pouco maior do que o das famílias brasileiras (2,7). As mulheres venezuelanas tinham mais filhos pequenos (na faixa etária de 0 a 5 anos) do que suas pares brasileiras e, comparativamente, as famílias venezuelanas registradas também tinham menos probabilidade de ter mulheres chefes de família – os chefes de família venezuelanos têm maior probabilidade de serem autônomos do que os chefes de família brasileiros, embora os meses trabalhados sejam substancialmente menores. Vale ressaltar que, em 2019, os venezuelanos representavam 12% do total de migrantes e refugiados que trabalhavam no setor formal do país (CAVALCANTI et al., 2020).

³⁸ Estimativas aproximadas sugerem que cerca de 2.777 venezuelanos se beneficiaram do Programa Bolsa Família entre abril e novembro de 2020. Em decorrência da pandemia de Covid-19, os beneficiários venezuelanos do Bolsa Família aumentaram de cerca de 15 mil em fevereiro de 2020 para cerca de 48 mil em abril de 2020. De qualquer forma, os venezuelanos ainda constituem uma pequena fração das pessoas em situação de vulnerabilidade registradas no CadÚnico, com 0,01 venezuelanos registrados para cada brasileiro em 2018, que aumentou para 0,10 venezuelanos registrados para cada brasileiro em 2020.

O número de venezuelanos se elevou de cerca de 14 mil no primeiro trimestre de 2015 para cerca de 263 mil até o segundo trimestre de 2020 (R4V, 2020), distribuindo-se para cerca de 1.300 municípios brasileiros (ou 23%), de acordo com o Atlas Temático Migrações Venezuelanas (BAENINGER, DEMÉTRIO e DOMENICONI, 2020), conforme ilustra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Perfil e distribuição de venezuelanos no Brasil em março de 2020



Fonte: Jornal Folha de São Paulo (29 de setembro de 2020)

Estudos publicados no Brasil (BAENINGER, DEMÉTRIO e DOMENICONI, 2020; SIMÕES, 2017) revela ter havido, entre 2012 e 2020, cinco ondas migratórias de pessoas venezuelanas ao Brasil, já em decorrência da conjunção das crises política, econômica, social e humanitária naquele país. A primeira corrente marca o período entre 2012 e 2014, composta por refugiados e imigrantes altamente qualificados que chegaram principalmente por vias aéreas, em especial pelo aeroporto de Guarulhos (São Paulo). A opção feita de vir ao Brasil se deu em especial devido às restrições de entrada impostas pelos países economicamente mais ricos, como Estados Unidos e Espanha. A maior parte desse fluxo ficou concentrada na região Sudeste do Brasil.

A segunda grande corrente, entre 2015 e 2017, é composta pela classe média venezuelana, com mais entradas sendo registradas por via terrestre, via Pacaraima (RR), buscando oportunidades em outras cidades brasileiras por conta própria. Esse fluxo se caracterizou inicialmente como movimento pendular, sendo um deslocamento momentâneo, motivado pela busca por medicamentos, insumos básicos e geração de renda imediata (por diárias de serviços), retornando posteriormente à Venezuela. Já

no segundo momento, muitos homens adultos venezuelanos passaram a permanecer no Brasil, no Estado de Roraima, com a perspectiva de retornarem à Venezuela caso a situação melhorasse, havendo então a intensificação do fluxo para a capital Boa Vista em busca de oportunidades de geração de renda.

Já a terceira onda começou a chegar a partir de meados de 2018, estendendo-se até o momento de fechamento de fronteira por razões sanitárias, sendo contextualizada pela piora da crise econômica e humanitária na Venezuela. O perfil destas pessoas é composto por renda mais baixa, muitas delas vindas em núcleos familiares que se estabeleceram em Roraima e partiram em busca de outras oportunidades de trabalho e renda para outros estados brasileiros por meio do processo de interiorização promovido pela Operação Acolhida – neste momento a Operação Acolhida é estruturada e se torna o principal projeto de resposta articulada entre os diferentes atores que passaram a estar mais presentes nas capitais do norte do país, em especial Boa Vista (RR) e Manaus (AM).

Mais recentemente, a partir de 2019, com a quarta corrente, nota-se uma mudança no perfil das pessoas venezuelanas que chegaram ao Brasil em busca de proteção internacional. Com os homens adultos já instalados em diferentes municípios do país, o fluxo de seus familiares de diferentes graus de parentesco, envolvendo mulheres, crianças e idosos em situação de vulnerabilidade, tornou-se uma realidade que requereu atenção específica nas respostas e estratégias de acolhida e integração.

Já a quinta onda é derivada do fechamento da fronteira por justificativa sanitária (de transmissão do novo Coronavírus) e do consequente esfacelamento das condições de regularização (e consequentemente da garantia de direitos), pois com as fronteiras fechadas as entradas continuaram existindo, em menor número, porém em maior grau de vulnerabilidade, sem que houvesse de imediato a regularização dos novos entrantes, assim como houve relatos de deportação (prática esta fundamentalmente contrária ao Estatuto do Refugiado e à proteção internacional dos refugiados) e de ações de coites (ou atravessadores) que cobraram taxas para “liberar a passagem” de pessoas pelas chamadas “trochas” (ou caminhos alternativos), mitigando ainda mais a já instável situação de quem tinha por necessidade atravessar a fronteira.

Após estes marcos, um mais recente poderia ser considerado como a sexta onda, referente à reabertura parcial da fronteira em razão da diminuição dos casos de Covid-19, fato este ocorrido em 24 de fevereiro de 2022 – um ano e três meses depois

de seu fechamento devido a “medidas sanitárias”. A portaria 655, publicada pelo Ministério da Casa Civil, autorizou o ingresso diário de 50 venezuelanos (que devem apresentar exames negativos para Covid-19 para poder entrar no país).

Uma pesquisa encomendada pelo ACNUR ao Pólis (2021)³⁹ revela que, em relação à proficiência em português, 11,8% das pessoas venezuelanas abrigadas em Boa Vista apresentam ou proficiência muito alta e 29,6% alta, enquanto 31,7% têm proficiência baixa e 26,9% muito baixa, ou seja, a maioria (58,6%) têm a proficiência muito baixa ou baixa. Na alta proficiência estão mais homens do que mulheres (refletindo uma desigualdade estrutural que, como consequência, posiciona homens como potencialmente mais “preparados” para o mercado de trabalho brasileiro) e também estão nesse grupo pessoas com alta escolaridade e pessoas com mais predisposição de deixarem os abrigos – via interiorização.

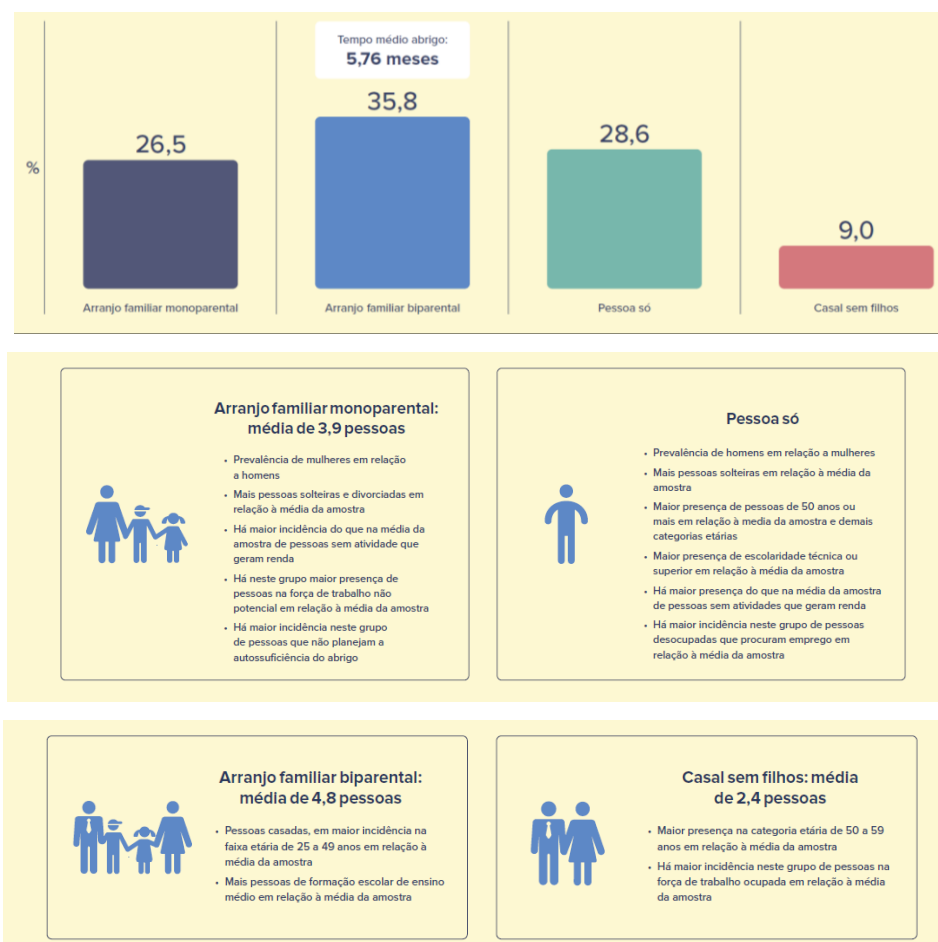
De acordo com a mesma pesquisa (PÓLIS, 2021), o tipo de arranjo familiar é uma variável que tem efeito significativo sobre o tempo de permanência nos abrigos implantados em Boa Vista (RR) como parte da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos no país. De acordo com os dados levantados, conforme o Gráfico 14, famílias monoparentais representam 26,5% da amostra – em geral chefiadas por mulheres – registram em média 8,4 meses no abrigo, o que representa duas vezes mais tempo no abrigo do que os casais sem filhos (que representam 9% da amostra), cujas médias registraram 3,8 meses. Pessoas sós, que constituem 28,6% da amostra, estavam em média há 4,1 meses no abrigo. As famílias biparentais, que são 35,8% da amostra, apresentaram tempo médio de 5,8 meses nos abrigos, portanto, também inferior ao tempo médio das famílias monoparentais. Conclui-se, portanto, que famílias tendem a permanecer mais tempo nos abrigos pelo fator da dificuldade de encontrar empregos em comparação com pessoas solteiras ou casais sem filhos, sendo esta uma demanda por parte dos empregadores.

Se por um lado a expectativa de trazer filhos e cônjuge da Venezuela é a principal explicação para a menor aderência ao programa de interiorização do governo

³⁹ A pesquisa “Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)” tem por elemento de análise as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas – e os seus respectivos arranjos familiares – presentes nos cinco centros de acolhimentos administrados pelo ACNUR e AVSI Brasil na capital Boa Vista: Rondon 1, Rondon 2, Rondon 3, São Vicente 1 e Pricumã, que acolhem pessoas venezuelanas não indígenas. Dentre o universo de 1.963 pessoas abrigadas, compondo 687 arranjos familiares nestes cinco abrigos, foram selecionadas 332 unidades amostrais, com margem de erro máximo de 3,9 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

federal, para se deslocar para outras localidades Brasil adentro, por outro lado, este é um fator que estimula a prospecção e planejamento do futuro: ter pessoas na Venezuela que gostaria de trazer para o Brasil é variável que aumenta em 2,8 vezes a chance de uma pessoa planejar a sua autossuficiência e saída do abrigo temporário (PÓLIS, 2021).

Gráfico 14 – Arranjos familiares de venezuelanos abrigados em Boa Vista/RR



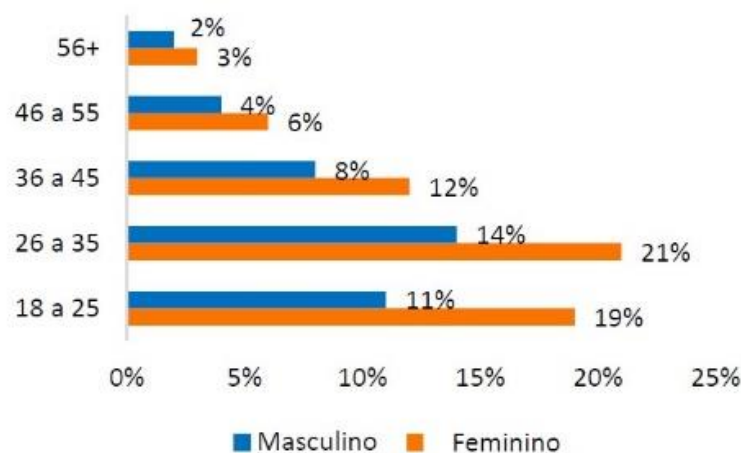
Fonte: Pólis (2021)

Em uma outra pesquisa, produzida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019) sobre o perfil da população venezuelana residente no Estado de Roraima⁴⁰, as seguintes características foram apontadas: em relação ao estado

⁴⁰ A referente pesquisa foi realizada entre 30 de outubro e 18 de novembro de 2019, envolvendo 1.767 venezuelanos entrevistados com mais de 18 anos, em 14 municípios do estado de Roraima: Boa Vista, Pacaraima, Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, São Luis do Anauá e São João da Baliza. O tamanho da amostra foi calculado estatisticamente para atingir um nível de confiança de 98,85%, com margem de erro de 2,99%, com base em números oficiais de entrada e saída de venezuelanos.

civil, 58% eram solteiros, 39% eram casados ou com união estável, 2% eram divorciados e 1% viúvos. Sobre a distribuição por sexo e idade dos entrevistados, sem que seja uma amostra representativa do total, 61% eram do sexo feminino e 39% masculino, divididos de acordo com o Gráfico 15.

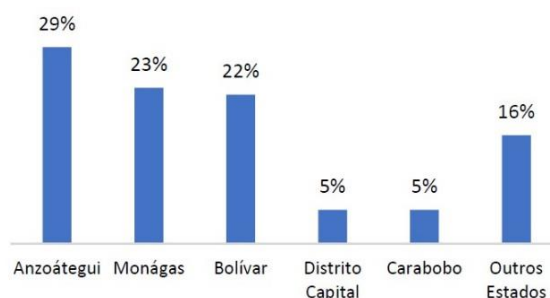
Gráfico 15 – Distribuição por sexo e idade dos entrevistados



Fonte: OIM (2019)

Em relação a origem dos entrevistados, apresentado no Gráfico 16, a maioria (78%) veio dos Estados de Anzoátegui, Monagas e Bolívar, que são aqueles geograficamente mais próximos ao Brasil, evidenciando o caráter emergencial e imediato do deslocamento involuntário, assim como a tendência de limitação orçamentária para deslocamentos mais distantes e por outros modais que não sejam o terrestre. A proximidade física entre o ponto de partida e o local de chegada também é considerado já pensando no retorno, algo que tende a se tornar mais distante dos almejos de cada pessoa refugiada ou migrante.

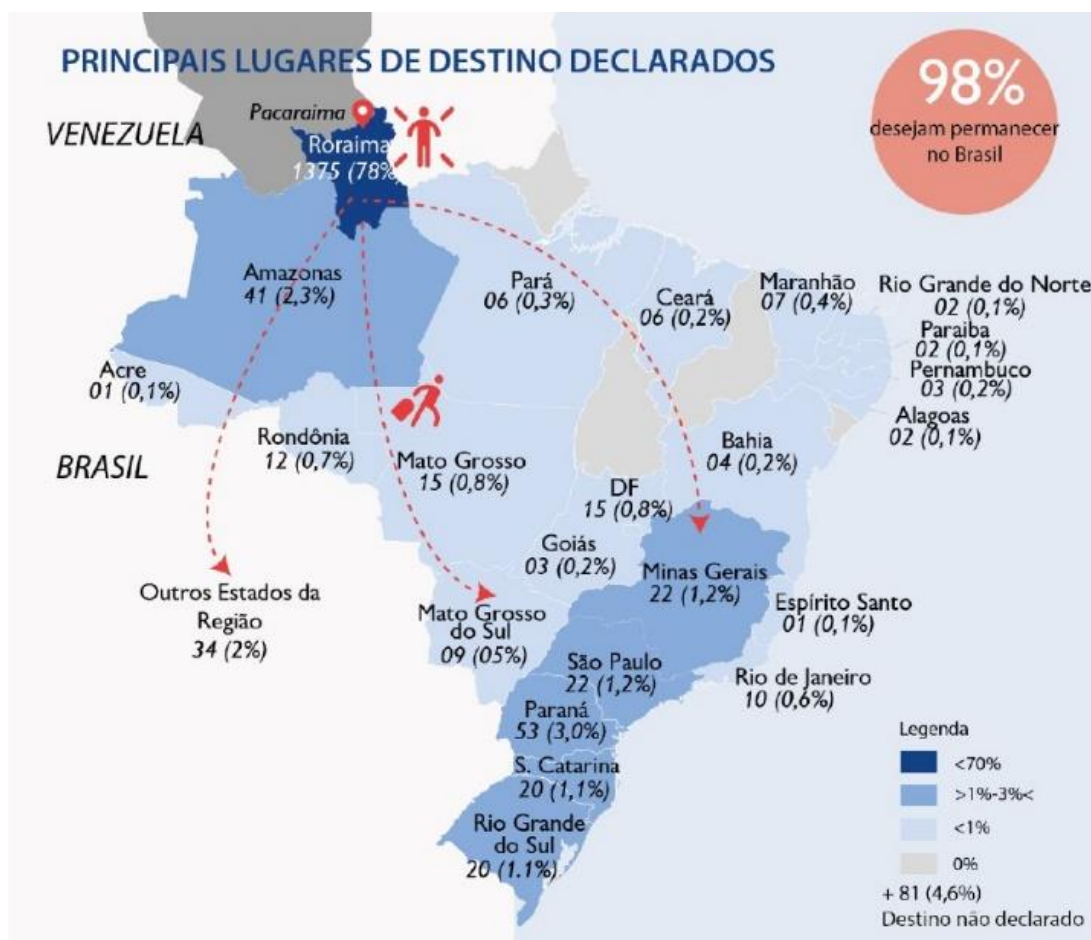
Gráfico 16 – Principais estados de origem dos venezuelanos



Fonte: OIM (2019)

Quase a totalidade dos entrevistados (98%) expressou intenção de permanecer no Brasil, sendo que 78% declararam como destino final o estado de Roraima – as demais localidades como destino estão listadas no Mapa 2, havendo uma evidente correlação com a percepção de oportunidades de emprego e de conhecidos interiorizados (laços sociais).

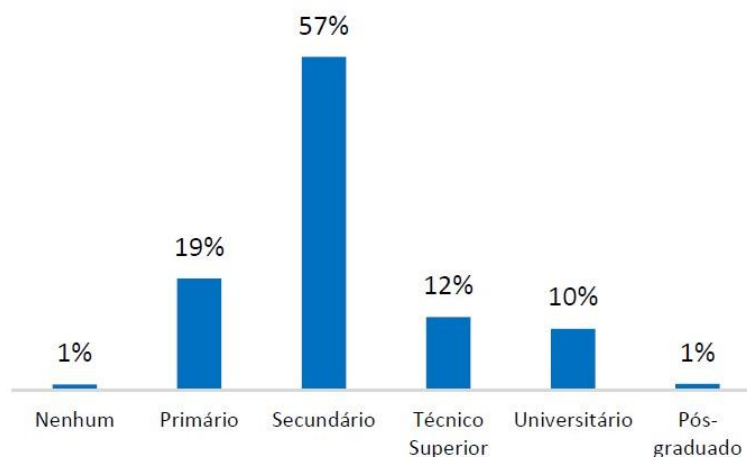
Mapa 2: Estado de interesse em permanecer no Brasil



Fonte: OIM (2019)

Em relação ao nível educacional, como se nota no Gráfico 17, a maioria dos venezuelanos entrevistados tinha pelo menos o ensino médio completo. Nesse aspecto, não se observaram disparidades nos níveis alcançados entre homens e mulheres, sendo a maior diferença notada no nível universitário: 12% dos homens entrevistados atingiram esse nível, contra 8% das mulheres. O dado de venezuelanos no ensino superior, percentualmente, é o dobro da população brasileira, desmistificando, portanto, a opinião muito comum em diferentes partes do mundo de que refugiados são desqualificados e miseráveis.

Gráfico 17 – Nível educacional dos entrevistados

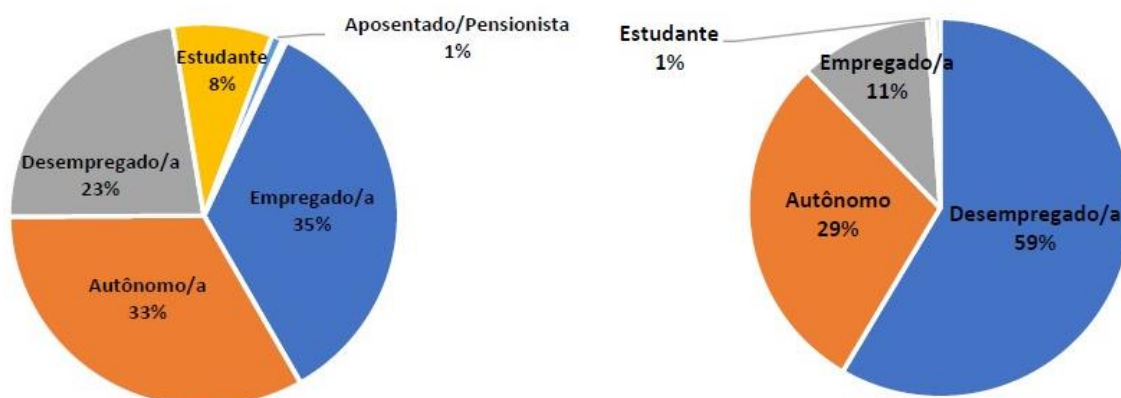


Fonte: OIM (2019)

Similarmente, a pesquisa Pólis (2021) revela a predominância dos ensinos fundamental e médio completos por parte das pessoas refugiadas e migrantes abrigadas em Boa Vista, atingindo o índice de 84% com essa escolaridade. Além disso, outros 10% têm formação técnica e 6% possuem formação superior. É grande, em todas as três categorias de escolaridade pesquisada, a disponibilidade manifesta para o exercício de uma variedade de tarefas: 64% relatam experiência em mais de uma área de atuação – o que é sugestivo de disposição ao trabalho em mais de um ofício; 30% declaram ter experiência em um tipo de ocupação ou ofício; 6% não têm nenhuma experiência prática em qualquer tipo de ofício.

Na perspectiva da situação laboral, conforme destacado no Gráfico 18 (OIM, 2019), enquanto na Venezuela a maioria dos entrevistados trabalhava de forma autônoma ou assalariada, no Brasil, a maior parte dos entrevistados estava desempregada. A situação de desemprego é majoritária mesmo entre os venezuelanos que se encontram no Brasil há mais de um ano, embora com índice menor do que entre os que chegaram há menos tempo: as pessoas que chegaram no Brasil em até um ano, 64% estão desempregados, contra 52% dos que chegaram no Brasil há mais de um ano. Respectivamente, entre os que estão no Brasil em até um ano e há mais de um ano, 27% e 33% se declaram autônomos, assim como 9% e 15% se diziam desempregados. Ou seja, embora o número de empregados quase dobre e a proporção de autônomos se eleve em 22% ao passar 12 meses, o percentual de desempregados é muito elevado.

Gráfico 18 – Situação laboral na Venezuela (esquerda) e no Brasil (direita)



Fonte: Pólis (2021)

No Brasil, 71% dos venezuelanos que estavam empregados indicaram que não haviam assinado um contrato de trabalho, ou seja, atuavam no mercado informal. A maioria dos que trabalhavam de forma autônoma ou assalariada no Brasil recebiam menos do que um salário mínimo, conforme destacado no Gráfico 19. Além disso, 65% dos entrevistados relataram ter dependentes financeiros, a maioria dos quais estavam na Venezuela, e 36% dos entrevistados disseram enviar recursos para o seu país de origem, principalmente dinheiro, reforçando a característica de terem que gerar renda de forma imediata, pois há pessoas que dependem desta para sua sobrevivência no país de origem.

Gráfico 19 – Remuneração dos venezuelanos no Brasil



Fonte: OIM (2019)

Dos entrevistados que trabalharam ou realizaram alguma atividade no Brasil, 18% afirmaram não ter recebido um bom tratamento. Deste total, 35% dos entrevistados relataram ter sofrido alguma forma de discriminação, principalmente por causa de sua nacionalidade (97%), referindo-se a xenofobia. O tema do trabalho é o

que mais desperta interesse por informação em relação aos venezuelanos, seguido por alimentação, educação e capacitação, e ajuda médica, conforme demonstrado no Gráfico 20, agrupando as três principais demandas descritas por cada pessoa entrevistada, dividido por sexo (OIM, 2019). Interessante a análise de que os temas de maior interesse são comuns a ambos os sexos, embora os que tenham afinidade com bem-estar (como alimentação e saúde médica) são de maior interesse do público feminino, assim como assistência de documentos e segurança são temas de maior interesse do público masculino.

Gráfico 20: Temas prioritários mencionados por venezuelanos no Brasil



Fonte: OIM (2019)

Em face da diversidade de formação e experiências profissionais da população venezuelana abrigada em Boa Vista (PÓLIS, 2021), as atividades e ofícios que são mais recorrentes condizem com os descritos na Tabela 13, representando uma grande variedade de atividades laborais em que apenas as três primeiras mencionadas têm dois dígitos percentuais, sendo majoritariamente de baixa qualificação e suscetíveis às instabilidades econômicas, resultando em postos frágeis e temporários em suma.

De acordo com a mesma pesquisa, integram a força de trabalho ocupada no Brasil aqueles respondentes que, no mês de referência da pesquisa, estavam trabalhando em emprego regular, como autônomos diaristas, como autônomos ambulantes ou como empreendedores. Em dezembro de 2020, a força de trabalho ocupada representou 25,6% dos respondentes dos abrigos cobertos pelo estudo. As pessoas na força de trabalho desocupada – que estavam desempregadas e

procurando se inserir no mercado – representam 21,7%. Já aqueles desempregados que não procuraram emprego no mês que antecedeu esta pesquisa - por motivos diversos –, embora estivessem disponíveis para o trabalho, integram a força de trabalho potencial: são 16,9%. Donas de casa, estudantes, idosos, pessoas com problemas de saúde, que não estão disponíveis para o mercado, estão fora da força de trabalho e integram o grupo da força de trabalho não potencial (35,8%), conforme ilustrado no Gráfico 21 (PÓLIS, 2021).

Tabela 13 – Principais ocupações laborais de venezuelanos

Principais ocupações laborais	
cozinheiro/auxiliar de cozinha	13,5%
pedreiro/mestre de obras/assentador de pedras	10,3%
comércio e vendas	10,3%
limpeza e manutenção	6,4%
professor/educador	5,4%
costureira/crochê/trabalhos em tecidos	4,8%
cabelereiro/estética/manicure/pedicure	4,5%
motorista/motorista de caminhão e máquinas agrícolas	3,2%
outros	41,7%

Fonte: Pólis (2021)

Gráfico 21 – Situação da força de trabalho de venezuelanos no Brasil

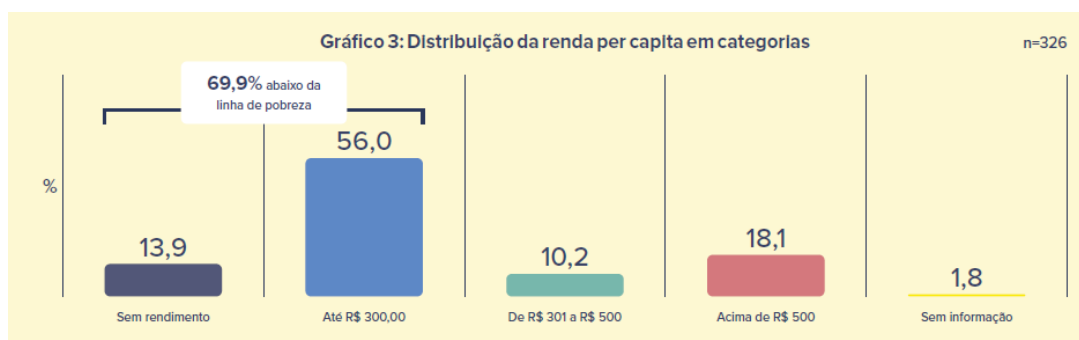


Fonte: Pólis (2021)

Enquanto a força de trabalho ocupada e com potencial para ser integrada ao mercado (ocupados, desempregados e desalentados 36% restantes, é a categoria de maior vulnerabilidade social e é composta, principalmente, por mães solas, idosos e pessoas com problemas de saúde. 58% estão na faixa etária de 25 a 49 anos, sendo também elevada a frequência de pessoas com mais de 65 anos nessa categoria, a quem o tempo de permanência nos abrigos é maior que a média geral.

Um importante fator caracterizado pela pesquisa Pólís (2021) é de que os anos avançados de estudo, como a formação técnica ou superior, não tem sido facilitador de inserção da população venezuelana no mercado de trabalho brasileiro. Ao contrário, há maior presença de pessoas até o ensino fundamental no grupo “força de trabalho ocupada” (25,6% do total) do que de pessoas com escolaridade até o ensino médio e de escolaridade superior ou técnica. Além de constituir apenas um quarto de seu contingente, a “força de trabalho ocupada” de profissionais venezuelanos nos centros de acolhida em Boa Vista está inserida principalmente na informalidade e é, em grande medida, subutilizada, já que há uma insuficiência de horas trabalhadas: 20% trabalham em média até 10 horas por semana; 15% trabalham entre 10 e 20 horas; 34% entre 20 e 40 horas; e 30% mais de 40 horas na semana. O rendimento médio proveniente do trabalho é de R\$ 840,10 (30% inferior ao salário mínimo). Considerando-se os benefícios governamentais de ajuda financeira, a renda média em dezembro de 2020 das famílias venezuelanas acolhidas nos centros temporários foi de R\$ 757,60, tornando a renda per capita média dos venezuelanos residentes nos abrigos da Operação Acolhida de R\$ 316,00, estando 70% deles abaixo da linha de pobreza (conforme ilustrado no Gráfico 22).

Gráfico 22 – Distribuição da renda per capita em categorias

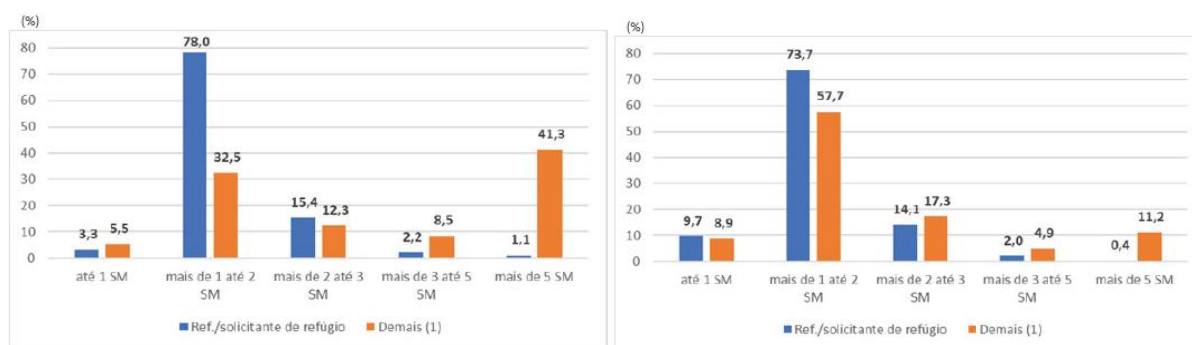


Fonte: Pólís (2021)

Em um contexto específico de análise envolvendo venezuelanos residentes no Brasil, a desigualdade de rendimentos é facilmente identificada à medida em que o grupo formado por refugiados e solicitantes da condição de refugiado se encontra. Esta parcela da população de outras nacionalidades é muito mais representada nos recortes salariais de até 2 salários mínimos (SM), tornando-se praticamente sem representação na faixa mais elevada de rendimentos.

Esta estrutura de distribuição segundo o status de reconhecimento de sua condição, entre refugiados e migrantes, contabilizada em 2010, tem se modificado levemente ao longo do tempo e, salvo pequenas modificações, manteve sua estrutura em 2019. Enquanto 11,2% dos imigrantes, em geral, recebiam acima de 5 SM, os refugiados/solicitantes da condição de refugiado representavam apenas 0,4% de ocupados nessa condição. Considerando as faixas superiores a 3 SM, os percentuais eram de 16,1% contra 2,4%, respectivamente, conforme indica o Gráfico 23. A justificativa para essa diferença em relação aos status residente temporário x solicitante de refúgio pode se dar como resultado da falta de informação sobre como contratar essa população e o medo de auditorias do Ministério do Trabalho no caso dessas contratações, conforme revelou Carvalho (2017). Dados de sua pesquisa constataam que 91,2% dos profissionais de recursos humanos no Brasil declararam que desconhecem os procedimentos de contratação de profissionais refugiados – que são exatamente os mesmos para brasileiros.

Gráfico 23 – Renda média mensal de refugiados e migrantes em 2010 e 2019



Fonte: OBMIGRA (2020)

De acordo com os dados do ObMigra (Cavalcanti et al, 2020), nos primeiros seis meses de 2019, a movimentação de trabalhadores venezuelanos foi superior à de todo o ano de 2018, o que sinaliza que o mercado de trabalho formal vinha absorvendo fortemente este contingente – impactos pelo contexto da pandemia. Tais dados reforçam a predisposição da população venezuelana em assumir oportunidades de trabalho formal em diferentes localidades, assim como também representa a dinamicidade do perfil de trabalho dessa população – ainda que os postos de trabalho correspondam a de menor qualificação (havendo uma potencial perda de desenvolvimento conjunto de conhecimentos – entre empregador e empresa contratante).

Em uma análise mais ampla, Hallak e Simões (2020) discorrem sobre as desigualdades de rendimentos dos imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, analisando o período entre 2010 e 2019. A análise detalha como as desigualdades relacionadas à região de origem (imigrantes do Norte Global têm rendimentos mais altos em comparação com os do Sul); sexo (as mulheres imigrantes recebem cerca de 70% do valor dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino); cor ou raça (branca, em maioria europeus, receberam rendimentos muito superiores aos negros); status migratório (refugiados e solicitantes de refúgio têm rendimentos mais baixos que os demais imigrantes) e idade (imigrantes entre 40 a 65 anos, em geral, tem rendimentos mais altos), estão presentes de forma evidente no mercado de trabalho dos imigrantes no Brasil.

Do total de ocupações dos postos formais de trabalho no Brasil, dentre a população de outras nacionalidades, as mulheres ocupam menos de 30%. Tonhati e Macedo (2020) analisaram o perfil de mulheres imigrantes empregadas formalmente no mercado de trabalho brasileiro, entre 2010 e 2019, constatando que são em sua maioria jovens, com nível de instrução de ensino médio completo, provenientes dos países da América Latina (com destaque para as haitianas, venezuelanas, cubanas e paraguaias), atuando no mercado de trabalho dos setores de limpeza, produção ou venda de alimentos, trabalho em frigoríficos e atividades de serviço, com renda média de dois salários mínimos e residentes no estado de São Paulo e na região Sul. Embora os dados das bases de dados RAIS-CTPSCAGED demonstrem haver, em números absolutos, uma crescente inserção laboral de mulheres imigrantes em trabalhos formais no Brasil de 2011 a 2019, em termos relativos observa-se que o mercado formal de trabalho não absorve por completo essa mão de obra. Em 2019, pré-pandemia, foram emitidas 39.813 carteiras de trabalho para mulheres imigrantes no Brasil, mas apenas 28.096 foram admitidas em algum tipo de emprego formal.

Ao se analisar a Tabela 14, em comparativos de anos pré-pandêmicos, conforme se avançam os anos (e a continuidade das crises que afetam os respectivos países de origem, como a Venezuela), mais limitado é a absorção da mão de obra de pessoas menos qualificada, persistindo, assim, um delicado ciclo de vulnerabilidade. Outro ponto de destaque se refere aos altos índices de desligamentos e o baixo saldo empregatício das mulheres imigrantes no país em todos os anos da série histórica. Tal fato indica que há um alto índice de rotatividade laboral neste segmento, o que pode potencializar sua vulnerabilidade.

Tabela 14 – Movimentação de trabalhadoras formal de acordo com a instrução

Nível de instrução	2011			2015			2019		
	Total	Admiss.	Deslig.	Total	Admiss.	Deslig.	Total	Admiss.	Deslig.
Total	100,0	54,3	45,7	100,0	52,0	48,0	100,0	57,0	43,0
Sem instrução	0,2	0,1	0,1	1,0	0,6	0,4	1,4	1,0	0,4
Ensino fundamental incompleto	6,1	3,4	2,7	11,1	6,1	4,9	7,4	4,3	3,1
Ensino fundamental completo	7,9	4,4	3,5	11,5	6,2	5,3	8,4	4,7	3,6
Ensino médio incompleto	7,3	4,0	3,3	7,7	4,1	3,6	6,9	4,1	2,9
Ensino médio completo	39,4	21,7	17,7	43,0	22,6	20,4	49,5	28,4	21,1
Ensino superior incompleto	6,5	3,3	3,2	3,9	1,9	2,0	4,2	2,3	1,9
Ensino superior completo	32,7	17,4	15,3	21,9	10,5	11,4	22,2	12,1	10,1

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2020.

Fonte: OBMIGRA (2020)

Entre as venezuelanas, a maioria destas profissionais foi admitida para a ocupação de faxineira, totalizando 915 admissões no total de 2011 a 2019. No entanto, outras ocupações também empregam um número expressivo de venezuelanas: alimentadora de linha de produção, auxiliar nos serviços de alimentação, operador de caixa e atendente de loja e mercados, conforme consta na Tabela 15. Portanto, a maioria das venezuelanas foi admitida para trabalhar com atividades de serviço (2.108), um ramo de emprego formal que tende a ser muito influenciado pela volatilidade do mercado e pelo aquecimento ou não da economia, o que durante a pandemia de Covid-19 foi seriamente impactado⁴¹.

Tabela 15 – Movimentação de trabalhadoras formal de acordo com a ocupação

Principais ocupações	Admiss.	Deslig.	Saldo
Total	10.208	4.804	5.404
Faxineira	915	360	555
Vendedor de comércio varejista	641	365	276
Auxiliar nos serviços de alimentação	656	284	372
Atendente de lanchonete	626	311	315
Operador de caixa	631	303	328
Alimentadora de linha de produção	529	146	383
Cozinheiro geral	387	188	199
Auxiliar de escritório	280	139	141
Atendente de lojas e mercados	285	127	158
Assistente administrativo	271	125	146
Outros	4.987	2.456	2.531

Fonte: OBMIGRA (2020)

⁴¹ Como reflexo da pandemia de Covid-19, durante o primeiro semestre de 2020, os impactos no mercado de trabalho foram desiguais a depender da nacionalidade, do perfil do trabalhador e do setor de atividade econômica. Haitianos e venezuelanos que exerceram atividades laborais em setores de atividades econômicas vinculados à indústria e especialmente ao final da cadeia produtiva do agronegócio, sofreram pouco impacto durante os primeiros meses da pandemia. Por outro lado, imigrantes e refugiados que atuam em atividades de serviços como restaurantes e lanchonetes, mulheres e aqueles de maior escolaridade sofreram mais proporcionalmente os efeitos negativos da pandemia (CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2020).

Ainda com base nos dados da RAIS-CTPS-CAGED, em 2019, a diferença mensal de rendimento entre homens e mulheres foi de R\$ 297 – homens refugiados e imigrantes recebiam em média R\$ 2.262 mensais e as mulheres R\$ 1.965. Mesmo com a diminuição na diferença entre os rendimentos ao longo dos anos recentes, as mulheres de outras nacionalidades tiveram uma média de rendimento menor que os homens em todos os anos da série histórica. Ademais, é importante destacar que a queda na diferença entre os rendimentos médios de homens e mulheres refugiadas e imigrantes não se deu por um movimento de igualar esses rendimentos, mas por uma maior inserção laboral dos imigrantes em ocupações de baixa remuneração.

Desde 2010, o número de solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho formal manteve um crescimento positivo contínuo. Em 2014, o quantitativo de ocupados se intensificou enquanto, em 2016, elevou-se o número de não ocupados (contemplando tanto trabalhadores do mercado informal como também desempregados). Em 2017, o número de não ocupados totalizou 13.290 pessoas e o total de ocupados foi de 8.493 solicitantes de refúgio e refugiados muito em razão dos trabalhos regulares informais e dos “bicos” realizados por esta população em decorrência da necessidade imediata de geração de renda. Portanto, ao término de 2017, havia mais solicitantes de refúgio e refugiados fora do mercado de trabalho formal. Tal aferição demonstra que um expressivo contingente da força de trabalho não estava inserido no mercado de trabalho formal, condicionando a essa população uma série de inseguranças econômicas e, conseqüentemente, sociais, como fragilidade da garantia de direitos em termos de moradia, saúde e trabalho.

Em 2011, a distribuição por nível de instrução dentre os profissionais ocupados estava concentrada no ensino fundamental incompleto (53,1%), revelando a baixa qualificação da força de trabalho empregada no mercado formal naquele momento. Em 2017, a situação se alterou e 59,8% dos solicitantes de refúgio e refugiados trabalhando formalmente possuíam no mínimo ensino médio completo. Se no início da série, as ocupações na indústria concentravam mais de 73% dos postos de trabalho dos profissionais solicitantes de refúgio e refugiados, este percentual se reduziu para 49,9%, em 2017, refletindo na maior participação dos serviços e comércio, que variaram de 10% a 32%, entre 2011 e 2017, assimilados pelos respectivos grupos de atividade econômica (Tabela 16).

Quando o foco é colocado nas horas semanais trabalhadas, verifica-se que os solicitantes de refúgio e refugiados enfrentam, em sua maioria, jornadas exaustivas, dedicando ao trabalho 44 horas ou mais por semana. Entre 2011 e 2017, mais de 90% desses trabalhadores tinham esse período de trabalho. Já sobre a média salarial entre essa população, ao longo dessa série histórica, ficou pouco acima de 1,5 salário mínimo, com variação real de 9,1% neste período. É importante salientar que a média dos salários observados em 2017 para o mercado de trabalho em geral foi de R\$ 2.112,07, valor este que supera a média recebida pelos solicitantes de refúgio e refugiados em 28,3%. Esse resultado sinaliza haver uma exploração dessa força de trabalho que, como já visto, possui boa qualificação educacional.

Tabela 16 – Refugiados, de acordo com grupos de atividades econômicas

Grupos de Atividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	239	484	2.271	5.037	6.446	6.539	8.493
Agropecuária	1	9	59	60	68	120	135
Indústria	83	124	1.391	2.984	3.488	2.994	3.293
Construção	26	56	169	479	608	470	584
Comércio e reparação	35	129	303	659	892	1.101	1.722
Administração pública	1	1	1	3	6	11	14
Educação, saúde e serviços sociais	5	11	29	50	119	175	255
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-
Demais serviços	88	154	319	802	1.265	1.668	2.490
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Não especificado	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: OBMIGRA (2019)

Os dados de rendimento corroboram para o entendimento de que os solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social, sofrendo assim uma inconsistência de status (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015). Assim essas pessoas estão se inserindo no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia.

Atentando-se especificamente aos venezuelanos, a pesquisa REACH (2018) realizada em Boa Vista (RR) e Manaus (AM) revelou que 76% dos domicílios pesquisados relataram ter pelo menos um membro familiar trabalhando, principalmente em trabalhos informais e inconstantes, embora 89% deles relataram ter pelo menos um membro em busca de melhor oportunidade de trabalho. Além disso, 24% das famílias pesquisadas disseram não ter nenhum membro familiar empregado – os abrigos formais de Boa Vista (31%) e as populações de abrigos vulneráveis de Boa Vista (49%) tiveram as taxas mais altas de desemprego domiciliar. Proporções mais altas de empregos informais sem contrato foram relatadas em Manaus (75%), abrigos formais de Boa Vista (73%) e abrigos vulneráveis de Boa Vista (72%). Do total de membros ocupados do domicílio, 25% eram trabalhadores por conta própria e apenas 19% tinham carteira de trabalho assinada (emprego formal), reforçando assim o caráter da informalidade da mão de obra venezuelana no país (conforme ilustrado na Tabela 17).

Tabela 17 – Tipo de contrato por localidade de venezuelanos

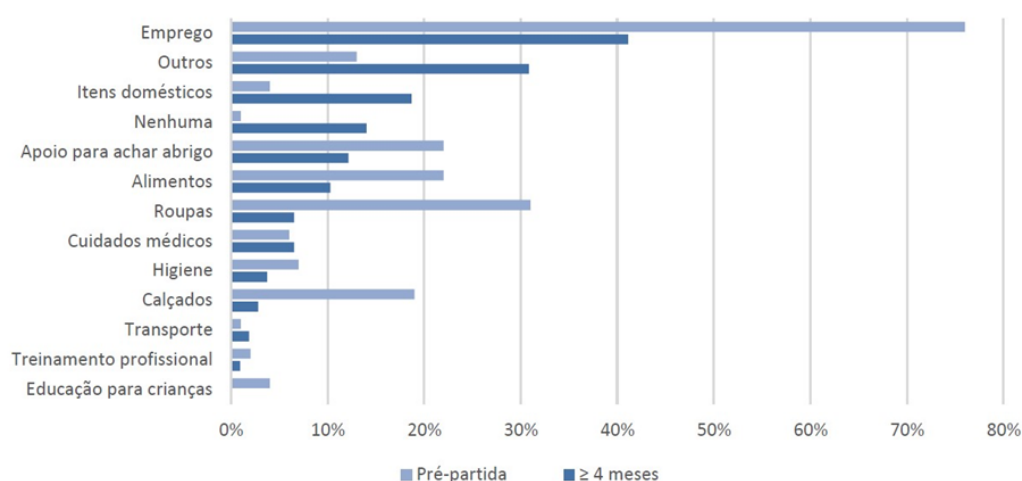
	Informal - no contract	Self-employed	Formal - contract	Not sure
Boa Vista rented/owned/shared	53%	30%	20%	1%
Boa Vista formal shelters	73%	24%	6%	3%
Boa Vista vulnerable shelters	72%	26%	2%	0%
Roraima towns	58%	32%	16%	1%
Manaus	75%	10%	22%	0%
Pacaraima	62%	40%	12%	0%
Overall	61%	25%	19%	1%

Fonte: REACH (2018)

Em outra pesquisa (REACH, 2019) realizada com pessoas venezuelanas que participaram da estratégia de interiorização do governo federal brasileiro, ainda que também não seja considerado um levantamento estatisticamente representativo, alguns resultados específicos são relevantes para o direcionamento desta tese. O primeiro recorte interessante da pesquisa é sobre o interesse da população refugiada em aderir ao programa de interiorização do Governo Federal em razão da baixa dinamicidade da economia de Boa Vista (composta majoritariamente pelo funcionalismo público e configurada pela escassez de distritos industriais e empresas

privadas⁴²⁾, impulsionando assim a busca por emprego como o principal fator motivador do deslocamento voluntário das pessoas venezuelanas para outras cidades. Essa realidade foi confirmada pela pesquisa: 75% das pessoas entrevistadas optaram pelo programa de interiorização devido à expectativa de encontrar melhores oportunidades de renda e subsistência, conforme indica o Gráfico 24.

Gráfico 24: Necessidades prioritárias das famílias venezuelanas



Fonte: REACH (2018)

Outro elemento interessante se refere ao nível educacional dos núcleos familiares que participaram do programa de interiorização. As pessoas interiorizadas anteriormente à aplicação da pesquisa detinham uma qualificação mais elevada do que a população pesquisada. Tal dado pode ser justificado pelo perfil do fluxo de uma população em necessidade de ajuda humanitária: quanto mais o tempo passa, mais vulnerável é o perfil da população que chega ao país de acolhida em função da depreciação social no país de origem, no caso, a Venezuela.

Complementarmente, há evidentes indícios de sucesso da interiorização no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho brasileiro por parte da população

⁴² A pesquisa Perfil dos Estados Brasileiros 2017 (Estadic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que a Região Norte é a que mais emprega funcionários públicos no país. O Estado do Acre ficou em primeiro, com 6,8%, Roraima em segundo com 6,2% e Amapá com 6%. A chamada “economia do contracheque” é muito conhecida no Estado por conta da escassez de distritos industriais e empresas privadas. Em Roraima, a administração pública é a que mais contrata, seja de forma direta ou indiretamente, com serviços de empresas terceirizadas que realizam trabalho para o setor público. Em relação ao setor industrial, mesmo que esteja crescendo no Estado, ainda acontece de forma lenta e não oferece tantas oportunidades de contratação quanto ao serviço público. Os dados mostram que o número de funcionários públicos estaduais passa de 24 mil servidores, considerando as administrações direta e indireta. Já na Prefeitura de Boa Vista, o número de servidores municipais chega a 9.778, entre efetivos, comissionados, contratos temporários e seletivos.

venezuelana: da amostra pré-partida, 80% dos núcleos familiares indicaram ter pelo menos um membro em idade ativa (entre 16 e 65 anos) procurando emprego ativamente; índice este que ficou em 60% entre aquele que foram interiorizados entre seis e oito semanas; e de 50% entre as famílias que se realocaram há mais de quatro meses. Ou seja, ao longo do tempo, por meio da interiorização, as pessoas venezuelanas conseguem emprego, e em um curto espaço de tempo – a média temporal para que os membros dos núcleos familiares da amostra “mais de quatro meses” encontrassem emprego foi de aproximadamente 1,2 mês.

Muito em função destes resultados, a pesquisa Pólis (2021) destacou que a maior parte dos refugiados e migrantes venezuelanos, moradores de abrigos em Boa Vista (RR), estava disposta a ser interiorizada (72,6%), deslocando-se de forma voluntária para outras localidades no Brasil onde haja, principalmente, melhores possibilidades de emprego e geração de renda. Dentre os interessados, 80,7% gostariam de trazer um ou mais familiares ao país, reforçando o potencial da interiorização como movimento contínuo de fluxos agregados, seja pelos vínculos familiares, seja pelas proximidades sociais. Fica evidente, portanto, que o interesse no deslocamento está diretamente relacionado com o acesso ao mercado de trabalho, elemento que agrega autossuficiência, autonomia, autoestima e, conseqüentemente, facilita a garantia de direitos.

Em consonância com estes dados, uma pesquisa interagencial das Nações Unidas (ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021) revelou haver grande potencial de ampliação da interiorização junto à população abrigada em Roraima. De acordo com estes dados, 76,2% dos abrigados têm interesse em sair do estado. O grande interesse pela interiorização por parte das pessoas refugiadas e migrantes é justificado estatisticamente: dados desta mesma pesquisa revelam que a taxa de desocupação da população interiorizada é de 17,8% ante 30,8% da população venezuelana abrigada em Boa Vista (não-interiorizada). Novamente, trabalho e o fator da renda são cruciais para a tomada de decisão de deslocamento: enquanto a renda média das pessoas venezuelanas interiorizadas e ocupadas é de R\$ 1.352,20 (ligeiramente superior ao salário-mínimo vigente no Brasil), para as pessoas venezuelanas abrigadas em Boa Vista/RR, o rendimento médio foi de R\$ 594,70 (quase três vezes inferior ao rendimento médio da população residente em Roraima).

A pesquisa Pólis (2021) confirma haver elevação da renda mensal média das pessoas que foram realocadas. Enquanto a renda mensal média era de R\$ 532,00 na

amostra pré-partida, para os núcleos familiares que compõem a amostra de quatro meses após a realocação a renda média salta para R\$ 1.758,00, ou seja, acima de três vezes mais. Há, portanto, um claro indicativo de ganhos financeiros para as pessoas interiorizadas. Da mesma forma, antes da interiorização, um em cada três (33%) núcleos familiares não tinham nenhuma renda e dentre os que declararam ter renda mensal, 20% ficava abaixo da linha de pobreza⁴³. Dentre a amostra “mais de quatro meses”, estes números se alteraram substancialmente, onde apenas 5% dos entrevistados indicaram que seu núcleo familiar não detinha nenhuma fonte de renda e outros 5% relataram ter uma renda diária inferior a R\$ 10,00 por dia.

Porém, evidentemente os gastos destas famílias potencialmente também são maiores, contribuindo assim, por um lado, para maior movimentação da economia local (nas cidades de acolhida) e, por outro lado, para o endividamento das famílias interiorizadas – de modo geral, um em cada quatro núcleos familiares interiorizados pelo menos quatro meses antes da pesquisa indicaram possuir algum tipo de dívida no momento da entrevista (este dado representa um aumento acentuado em comparação com a amostra pré-partida, onde a média de endividamento era de um a cada 10 núcleos familiares)⁴⁴. As razões do endividamento dos núcleos familiares da amostra “mais de quatro meses” estavam relacionadas com o pagamento de contas de serviços até então inexistentes, em muitos casos, em Boa Vista (por terem estado abrigados, em sua maioria). Contas de aluguel, alimentos, transporte urbano e serviços como água e energia, assim como a chegada de novos membros da família (transporte aéreo) estavam entre as despesas recorrentes entre diferentes famílias.

Um indicador específico revela a dualidade quando se analisa os índices separadamente de sua conjuntura. Sobre o percentual de gastos com alimentação, enquanto a mostra pré-partida apresentou uma taxa de despesas alimentares de 34%

⁴³ A linha de pobreza é baseada em um cálculo fornecido pelo Banco Mundial, também adotado pela ONU, que atualmente é de US\$1,90 por dia, ou seja, em torno de R\$10,00 diários. Mais informações sobre o índice da pobreza podem ser acessadas pela página específica do Banco Mundial em www.worldbank.org/en/topic/poverty#:~:text=Poverty%20At%2DA%2DGlance&text=According%20to%20the%20most%20recent,extreme%20poverty%20remains%20unacceptably%20high.

⁴⁴ De acordo com os dados do relatório Reach (2019), a incidência da dívida foi particularmente elevada entre os núcleos familiares da amostra de mais de quatro meses de interiorização que tinham sido realocados por meio da modalidade “reunificação familiar”, com 50% das famílias endividadas (muito provavelmente pelos esforços financeiros de possibilitar que os novos membros familiares pudessem chegar ao local de destino. Já as demais modalidades de interiorização apresentaram índices menores de endividamento, respectivamente: “sociedade civil” (24%); vaga sinalizada para trabalho (17%); e “abrigo-abrigo” (13%).

da receita familiar, este índice caiu para 23% entre as famílias integrantes da amostra “mais de quatro meses”. No entanto, a redução é inversamente proporcional ao investimento feito, pois mais gastos com alimentação foram registrados, além de outros gastos que passaram a consumir parcela ainda maior da receita gerada pelos núcleos familiares.

A fim de compreender a influência do nível de escolaridade na renda do grupo de quatro meses após a interiorização, os perfis foram agrupados em quatro categorias: núcleos familiares cujo maior nível de escolaridade era o ensino fundamental (composto por 14% da amostra), relataram renda média de R\$ 1.788,00; o grupo seguinte, com ensino médio completo (composto por 51% da amostra), declararam renda média de R\$ 1.751,00; outro grupo com diplomas técnicos (representando 14% da amostra) relataram renda média de R\$ 1.449,00; e outro grupo, com mais anos de escolaridade e em posse ao menos de um diploma universitário (20% da amostra) relataram renda média de R\$ 1.960,00. Assim, na correlação entre anos de estudo e renda média dos venezuelanos que foram interiorizados, fica evidente o nivelamento “por baixo” do tipo de trabalho ao qual essa população tem acesso, havendo um acréscimo inferior de 10% na média salarial entre profissionais com ensino fundamental e com ensino superior concluídos – referente ao ingresso destes profissionais no mercado de trabalho, sem que tenha havido um acompanhamento da ascensão dos profissionais mais qualificados. Porém, ainda que haja uma rápida ascensão destes profissionais mais qualificados, o fato é que o potencial de melhor contribuírem com seus conhecimentos técnicos e experiências prévias majoritariamente não é considerado.

Ao fazer o cruzamento entre o nível de escolaridade e o tipo de emprego exercido, conforme a Tabela 18, ainda que os dados reforcem a aparente inexistência de uma correlação clara entre nível de instrução e qualificação do emprego, não se pode afirmar, tampouco, o contrário – de que não há uma relação direta entre ambos os recortes. Fatores como oportunidades de trabalho insuficientes nos cargos de maior qualificação e a burocracia para a revalidação de diplomas no território brasileiro, por exemplo, podem ser entraves efetivos para que os conhecimentos advindos com os venezuelanos não sejam plenamente absorvidos.

Tabela 18 – Tipo de emprego de venezuelanos por nível de escolaridade

	Emprego Formal	Autônomo (Empresário/a)	Informal (regular sem contrato)	Trabalho por diária
Ens Fundamental	79%	0%	14%	14%
Ensino Médio	58%	5%	22%	24%
Diploma Técnico	73%	5%	16%	16%
Universitário	68%	11%	26%	21%
Renda domiciliar	R\$ 1.919,00	R\$ 600,00	R\$ 1.642,00	R\$ 1.125,00

Fonte: REACH (2019)

Sob a perspectiva dos venezuelanos que buscam as vagas de emprego, 33% dos núcleos familiares entrevistados indicaram ter dificuldade de encontrar emprego (índice cai para 17% na amostra “mais de quatro meses”); 23% relataram alguma dificuldade associada à barreira linguística (13% na amostra “mais de quatro meses”); e cerca de 10% disseram ter enfrentado problemas como a falta de documentação comprobatória para cumprimento das exigências de processos seletivos formais (índice cai para 7% na mostra “mais de quatro meses”)⁴⁵. Em face destas dificuldades, justifica-se, como medida alternativa de geração de renda, o fato de refugiados venezuelanos com formação superior terem se tornados empreendedores no Brasil, ainda que não haja uma formalização de uma parte considerável desta vertente de atuação profissional.

Uma das observações hipotéticas da pesquisa realizada pela Reach (2019) é de que um emprego formal ou mesmo informal, porém regular, gera um efeito positivo na taxa de escolaridade das crianças que integram os núcleos familiares. Complementarmente, a pesquisa deduz que os níveis de renda não apresentam um impacto significativo sobre a matrícula de crianças em escolas e que núcleos familiares monoparentais têm menos probabilidade de ter os seus filhos na escola quando comparados aos de famílias com dois chefes.

⁴⁵ Entre as dificuldades para encontrar emprego citadas pelos núcleos familiares da mostra de “mais de quatro meses”, não contabilizadas na análise geral junto aos demais grupos, destacam-se preocupações sobre proteção e direitos, com 13% dos respondentes – fato este associado aos descontos na folha de pagamento e a continuidade do posto de trabalho após o período de experiência. De forma interessante, fatores como discriminação e xenofobia foram citados como entraves apenas por atores-chave que atuam no tema de empregabilidade para venezuelanos, talvez pelo fato desta população ainda não ter se atentado às discriminações estruturais no Brasil (sendo que este fator foi citado pelos refugiados que vivem no Brasil há mais tempo, de acordo com a pesquisa ACNUR (2019).

A pesquisa Pólís (2021) afirma estarem menos propensas à interiorização pessoas que têm vínculos com grupo social primário – como cônjuges e filhos – que permanece na Venezuela, desejando os trazer ao Brasil. Outro recorte de interesse em permanecer geograficamente próximo à Venezuela estão os perfis entre pessoas na força de trabalho não potencial e com 60 anos ou mais, ou seja, o reduzido grupo de pessoas venezuelanas que não tem interesse em trabalhar no Brasil (por quaisquer que sejam os motivos) tende a não querer ser interiorizadas e a permanecer nos abrigos por mais tempo nos abrigos do que aqueles refugiados e migrantes dispostos à interiorização – por mais que haja quatro diferentes modalidades de interiorização, há, na visão do venezuelano, um vínculo direto entre interiorização e geração de renda. Por outro lado, o perfil que está mais propenso à interiorização é composto majoritariamente por homens, jovens e pessoas com potencial de empregabilidade imediata (ou seja, estão desempregadas e dispostas a trabalhar).

A pesquisa revela ainda que o tipo de arranjo familiar e o nível de proficiência em português não estão associados à disposição de interiorização, embora a proficiência em português seja um fator que amplia as chances de autossuficiência dessa população: quem fala o idioma local (português) tem 5,2 vezes mais chances de planejar o seu futuro no curto e médio prazo. Além desses fatores, também ter pessoas na Venezuela que gostaria de trazer para o Brasil é variável que aumenta em 2,7 vezes a chance de uma pessoa planejar a sua autossuficiência e saída do abrigo, ao passo em que arranjos monoparentais têm menor probabilidade de planejar a autossuficiência.

Embora mulheres e homens em idade economicamente ativa (18-59 anos) representem respectivamente 24,9% e 24,3% das pessoas abrigadas em Boa Vista (ACNUR, 2021b), fica evidente a perspectiva de gênero quando se faz um comparativo deste mesmo perfil sobre as pessoas que foram interiorizadas nas quatro modalidades: 27% são mulheres e 29% são homens. Porém, quando se limita à interiorização de Vaga de Emprego Sinalizada para esta faixa etária, apenas 19% são mulheres e 55% são homens, revelando a gritante disparidade e maior dificuldade de promover meios facilitadores para a efetiva integração local de mulheres.

De forma similar, os resultados da pesquisa ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres (2021) revela questões de gênero e raça/cor como dimensões estruturantes das desigualdades percebidas junto à população venezuelana, tanto interiorizada como abrigada. Considerando-se o recorte de inserção laboral e renda, os dados desta

pesquisa revelam que as mulheres têm uma participação maior entre as pessoas desocupadas e entre aquelas cuja força de trabalho é subutilizada. Enquanto o rendimento médio mensal da população venezuelana interiorizada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$ 1.325,20, o das mulheres é ainda menor: R\$ 1.043,30. Quando desagregado por raça/cor, essa disparidade no rendimento médio salta para R\$1.591,8 para os homens brancos frente a R\$1.041,6 entre as mulheres negras. O rendimento médio mensal per capita entre a população venezuelana interiorizada e seus corresidentes é de apenas R\$ 601,50. Finalmente, entre a população desocupada, o tempo médio sem trabalhar após a interiorização é quase dois meses maior entre as mulheres (7,7 meses) em comparação com os homens (6,0 meses).

Em entrevistas realizadas com atores-chave⁴⁶ sobre o processo de integração local dos venezuelanos interiorizados, os impactos positivos se dariam principalmente pelas trocas culturais entre os recém-chegados e a comunidade de acolhida, assim como a maior disponibilidade de mão de obra qualificada e apta ao trabalho, o que agregaria elementos para a economia local e para o desenvolvimento econômico como um todo. Entretanto, há também preocupações por parte dos informantes entrevistados na medida em que, nos médio e longo prazos, poderia haver um potencial aumento nas taxas de desemprego, assim como uma sobrecarga na existente capacidade dos serviços públicos para atender as necessidades das populações regionais somada à dos venezuelanos, podendo ainda ocasionar tensões e resultar em discriminação e xenofobia.

Em geral, os atores-chave consideraram que a receptividade das comunidades de acolhida dos venezuelanos era alta e tais impressões foram confirmadas pelos dados da pesquisa: 64% dos núcleos familiares da mostra “mais de quatro meses” relataram ter recebido apoio de famílias brasileiras de forma direta (82% dos casos), de associações comunitárias locais (12%) ou de compatriotas venezuelanos (6%). As principais formas de apoio recebidas se deram no âmbito de doações de alimentos e itens não alimentícios; fornecimento de informações relevantes (como apoio para oportunidades de emprego); e apoio com dificuldades do idioma ou de comunicação com os serviços locais.

⁴⁶ São considerados “atores-chave” uma parcela dos prestadores de serviço relevantes de algumas comunidades anfitriãs que agregam uma compreensão qualitativa dos esforços de integração, buscando compreender como a interiorização de venezuelanos é percebida localmente, dentre as oportunidades e preocupações existentes.

3.2 A Operação Acolhida e a interiorização laboral de venezuelanos

A resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos no Brasil tem chamado a atenção internacional em função da estruturação e implementação do programa iniciado em março de 2018, chamado Operação Acolhida, Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum). Implementado pelo governo federal brasileiro no estado de Roraima, trata-se da primeira missão de natureza humanitária em território nacional, contando com a participação de diferentes interlocutores⁴⁷ e que se tornou a principal via de integração laboral de venezuelanos no Brasil.

Em linhas gerais, a Operação Acolhida está organizada em três pilares:

1. Ordenamento de fronteira e documentação: consiste em ações voltadas para a provisão de regularização no país, como acesso à documentação, vacinação e identificação de casos de vulnerabilidade para os devidos encaminhamentos específicos;

2. Acolhimento e assistência humanitária: refere-se ao amparo emergencial de abrigo, alimentação e atenção à saúde, dispondo respostas às necessidades mais imediatas e urgentes no atendimento da população venezuelana;

3. Interiorização: programa inovador que, em face das dificuldades de deslocamento desde Boa Vista, facilita o transporte voluntário de refugiados e migrantes venezuelanos para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica. Até dezembro de 2021, a interiorização já beneficiou 66.257 mil venezuelanos que foram realocados de forma voluntária para 788 municípios brasileiros.

A Tabela 19 descreve a construção da Operação Acolhida e os atores envolvidos nesse processo desde o seu início até a consolidação da estrutura vigente.

Tabela 19 – Histórico da Operação Acolhida no Brasil

Mês	Órgãos e ações implementadas
-----	------------------------------

⁴⁷ Integravam a Operação Acolhida ao término de 2022 oito ministérios do Governo Federal (Ministério da Cidadania, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores), sob coordenação direta da Casa Civil; nove agências das Nações Unidas no Brasil (ACNUR, OIM, ONU Mulheres, OPAS, PNUD, UNAIDS, UNESCO, UNFPA e UNICEF); três organizações da sociedade civil (ADRA, AVSI Brasil e Caritas); Associações, Confederações e Fundações (ABEAR, CNC, CNI, CNM e FBB); empresas e entidades privadas (Azul, Franport, Gol, GRU Airport, Inframerica, Latam, Sebrae e Viracopos Airport); e órgãos públicos (como a DPU).

Agosto/2016	Incorporação de R\$ 9,6 milhões ao orçamento de Boa Vista (Saúde)
Outubro/2016	MRE, MJSP (Departamento Nacional de Migrações, Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, Polícia Federal - Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiros), MD, GSI, ABIN, Exército Brasileiro
Dezembro/2016	Ministério da Saúde (Técnicos da Força Nacional do SUS). Também contou com a presença do ministro da Saúde; Repasse de R\$ 1,3 milhão para ampliação de saúde (Estado de Roraima)
Dezembro/2016	MDS - Equipe do Departamento de Proteção Social Especial para diagnóstico e apoio às gestões locais
Março/2017	SAM/CC, MJSP, MTb, MDSA, MS, ONU e diversas instituições que trabalham com a situação de imigrantes e refugiados - Missão organizada pelo Ministério Público Federal (MPF)
Maió/2017	MDS - Visita para apoiar o estado na elaboração do plano de ação para abrigoamento
Maió/2017	SAM/CC, MJSP, MTb, MS, MDH, MRE, em parceria com ACNUR e OIM - Visita à Boa Vista e Pacaraima em conjunto com representantes do ACNUR e OIM em missão no Brasil
Maió/2017	MDS - Visita a Manaus para discutir situação dos imigrantes e apoio ao estado e município
Maió/2017	MS, MDSA em parceria com ACNUR e OIM - Visita à Boa Vista e Roraima para definições sobre abrigoamento e atendimento em saúde aos imigrantes
Junho/2017	SAM/CC - Reunião com Governo do Estado de Roraima
Julho/2017	MDH, MDS, MS, ACNUR - Reuniões com Governo do Estado de RR, Prefeituras de Boa Vista e Pacaraima para articular agenda de convergência local para atendimento aos imigrantes; Incorporação de R\$ 12 milhões ao orçamento de Roraima (Saúde) e doação de 8 ambulâncias
Agosto/2017	MDS - Apoio técnico continuado às gestões locais para atendimento aos imigrantes
Agosto/2017	MS - Apoio técnico continuado às gestões locais para atendimento aos imigrantes
Setembro/2017	Casa Civil, MDH, MDS, MEC, MS, Acnur, UNFPA, OIM – missão integrada para apoiar estado e municípios de RR
Outubro/2017	MDS - Apoio técnico para finalizar com municípios Boa Vista e Pacaraima plano para solicitação de recursos ao Ministério, visando ao abrigoamento dos imigrantes
Novembro/2017	MDS - Apoio técnico e verificação da situação do abrigo em Tancredo Neves
Dezembro/2017	MDH e MDS – Articulação, verificação da situação dos abrigos e apoio técnico às gestões locais
Fevereiro/2018	MP 820 (medidas de assistência para acolhimento), Decreto 9285 (reconhece situação de vulnerabilidade em Roraima) e Decreto 9286 (cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial); Reunião do Presidente Michel Temer com líderes em Boa Vista. Resolução no.1 estabelece o general Eduardo Pazzuello como coordenador operacional no território.
Março/2018	MP 823 (crédito extraordinário de R\$ 190 milhões para o Ministério da Defesa); R\$ 1,9 milhão para o estado de Roraima (assistência social); R\$ 600 mil para a cidade de Pacaraima (assistência social). Resolução

	no.2 institui o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes.
Mai/2018	Incorporação de R\$ 9,6 milhões ao custeio de serviços de saúde de Roraima; Boa Vista teve habilitado novo limite para assistência em saúde (R\$ 6,1 milhão); anúncio do Ministério da Saúde de um total de R\$ 187 milhões para novas ações de saúde em Roraima. Resolução no.3 institui o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes e a Resolução no.4 que institui o Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.
Junho/2018	Lei 13.684 (estabelece medida de assistência humanitária aos venezuelanos). Visita do Presidente Michel Temer às estruturas de acolhimento em Roraima; Conversão da MP 820 em Lei
Agosto/2018	Presidente Michel Temer determina uma série de medidas: intensificação dos esforços de interiorização de venezuelanos; estabelecer um abrigo de transição entre Boa Vista e Pacaraima; Visita técnica para concluir as negociações para as obras do “Linhão” (rede elétrica); Envio de 36 voluntários da área de saúde para atendimento aos migrantes; Comissão interministerial vai avaliar medidas complementares; e Reforçar a Força Nacional em Roraima (com mais 120 homens).
Outubro/2018	Resolução no.5 inclui o Ministério da Defesa e o Ministério de Segurança Pública no Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes.
Novembro/2018	MP 857 (crédito extraordinário de R\$ 75,2 milhões para o Ministério da Defesa).
Dezembro/2018	Projeto de Lei inclui recursos para o Ministério das Relações Exteriores visando doações a organismos internacionais. Resolução no.6 institui o Subcomitê federal para Acolhimento de Imigrantes Venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Resolução no.7 autoriza mudança na composição e coordenação dos subcomitês por ato do Presidente do Comitê Federal.
Janeiro/2019	Ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) preside reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial e determina continuidade dos trabalhos do comitê ao longo de 2019. MP 880 abre crédito extraordinário de R\$ 223,8 milhões para a Operação Acolhida.
Agosto/2019	Resolução no.8 indica o Coordenador Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária em Manaus/AM. Decreto 9970 dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Fonte: Operação Acolhida (2020)

O desafio que se apresenta no estado de Roraima, o único da federação que tem um posto de fronteira terrestre com a Venezuela, é a inserção laboral em um estado em que a economia é pouco diversificada e altamente dependente do setor público. Em 2018, a administração pública em Roraima⁴⁸ respondeu por 42,3% (R\$

⁴⁸ A região Norte do Brasil é tradicionalmente reconhecida como a mais pobre da federação e foi a que menos cresceu em 2019, apenas 0,5%, embora o estado de Roraima tenha sido terceiro no Brasil com o maior crescimento

5,6 bilhões) do PIB de R\$ 13,369 bilhões a preços correntes. No mercado de trabalho, o setor de “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais” respondeu por 27,5% da força de trabalho ocupada, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, novembro/2020) – a média deste mesmo índice no Brasil, naquele mês, foi de 18,2%.

A origem da Operação Acolhida se deu por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018 e dos Decretos nº 9.825 e 9.826, de 15 de fevereiro de 2018, que o governo federal reconheceu a necessidade de implementar uma resposta conjunta e efetiva em relação ao fluxo de pessoas venezuelanas com o intuito de “garantir os mesmos direitos que proporcionava aos brasileiros em face do aumento da demanda pelos serviços públicos essenciais” (Almeida, 2020). De acordo com o membro do Exército Brasileiro, a Operação Acolhida foi implantada para ordenar a resposta brasileira ao fluxo de venezuelanos ao país.

“A Operação Acolhida tem como missão realizar medidas emergenciais para evitar uma crise humanitária em território nacional, baseadas no ordenamento da fronteira, no abrigamento e na interiorização dos venezuelanos. Para isso, a operação foi estruturada em duas áreas de acolhimento e apoio: uma no município de Pacaraima e outra no município de Boa Vista. Nessas áreas, foram montadas estruturas como postos de recepção, postos de identificação, postos de triagem e abrigos, além de um Posto de Atendimento Avançado (PAA), em Pacaraima”. (Almeida, 2020).

Há uma rede de serviços que, com o estratégia de implementação e aprimoramento da resposta proferida pela Operação Acolhida, passou a ser ofertadas às pessoas venezuelanas, como regularização do status de permanência no Brasil (entre solicitante da condição de refugiado aos que buscam proteção internacional em face de se sentirem perseguidos e/ou ameaçados no país de origem ou de residência temporária aos migrantes que buscam novas oportunidades de vida); registro e fornecimento de documentos nacionais, como CPF e a CTPS; atendimento médico e

registrado, de 3,8%, chegando a R\$ 14 bilhões, puxado pelas atividades do comércio e exportações em especial de gêneros alimentícios para a Venezuela (IBGE, 2020) – foi o melhor resultado dos últimos seis anos. Porém, apesar do expressivo crescimento, o PIB de Roraima ainda é o menor do país e representa apenas 0,2% da economia nacional. Em janeiro de 2020, um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas apontou que a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de Roraima cresceu 25% entre o final de 2018 e primeiro trimestre de 2019, muito em função da chegada da população venezuelana ao estado brasileiro. A redução da inadimplência, o aumento do consumo e a confiança dos empresários refletiram positivamente na geração de empregos formais.

de saúde, como a aplicação de vacinas recomendadas pelo Ministério da Saúde e regulares no Brasil; abrigamento e alimentação em áreas delimitadas. Esta ação de vacinação direcionada para a população venezuelana parte muito mais de uma perspectiva de evitar que haja no Brasil a contaminação de enfermidades consideradas erradicadas no país, como a febre amarela, sarampo e difteria, do que propriamente de se pensar em um calendário mais amplo de vacinação para abranger também outras doenças transmissíveis no próprio território nacional.

Os abrigos que integram a Operação Acolhida foram organizados para receber as pessoas venezuelanas como um todo, atentando-se a algumas especificidades da população. O Abrigo Janokoida, por exemplo, acolhia indígenas venezuelanos da etnia Warao; o abrigo Pricumã surgiu da necessidade de melhorar as estruturas para pessoas com deficiência (PcD) ou doenças crônicas (com localização próxima da Unidade Básica de Saúde e da Área de Proteção e Cuidado); já o Alojamento BV-8 possui áreas distintas para atender tanto a famílias como a mulheres e homens solteiros, buscando garantir maior liberdade individual e coesão familiar, estando ciente das necessidades de grupos específicos.

Entretanto, alguns dilemas operacionais e de planejamento foram vivenciados na medida em que o contexto na Venezuela se manteve e, somando-se à instabilidade naquele país, a pandemia de Covid-19 assolou o mundo, ocasionando (ou justificando parcialmente) o fechamento de fronteiras e, conseqüentemente, limitando o acesso aos direitos universais de quem se via forçado a deixar seu país de origem em busca de proteção internacional. A justificativa sanitária de fechamento da fronteira terrestre em Roraima não se aplica à fronteira aérea, diferenciando-se claramente a perspectiva dos fluxos entre populações desejadas (aéreas) e indesejadas (fluxos terrestres no norte do país), confrontando ao enunciado do exército brasileiro.

Em depoimento concedido à OIM pelo General Antonio Manoel de Barros, até então o segundo comandante da Operação Acolhida (tendo sido substituído em 31 de agosto de 2021 pelo General Sérgio Schwingel), o General afirma que o programa de interiorização, um dos três grandes pilares da Operação Acolhida “é muito representativa na integração porque não se trata apenas do deslocamento de pessoas, mas sim de sua integração socioeconômica associada à sua proteção. Isso é muito mais amplo e complexo (do que apenas o deslocamento)”. No decorrer de seu depoimento, o General enfatiza o quanto o fator da empregabilidade das pessoas venezuelanas está diretamente relacionado com sua perspectiva de integração local.

“O emprego dá dignidade a todo ser humano. Buscamos inovação e estímulo em nossa proposta. Além da esperança, a Operação Acolhida gera ações concretas ligadas ao vínculo empregatício”.

Compõem o programa de interiorização quatro modalidades:

1. Abrigo-abrigo (ou institucional): saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino. Os abrigos nas cidades-destino podem ser estaduais, municipais, da sociedade civil ou federais mistos, com moradia fornecida por entidade da sociedade civil ou organização religiosa;

2. Reunião social: realiza encontros entre pessoas venezuelanas que se conhecessem e estão separadas, havendo o compromisso da pessoa já interiorizada em receber e se responsabilizar pela estadia na cidade de acolhida do ente conhecido que está em Boa Vista;

3. Reunificação familiar: promove o reagrupamento de membros familiares que, por diversas razões, estiveram separados e podem ser novamente reunidos mediante o interesse de ambas as partes;

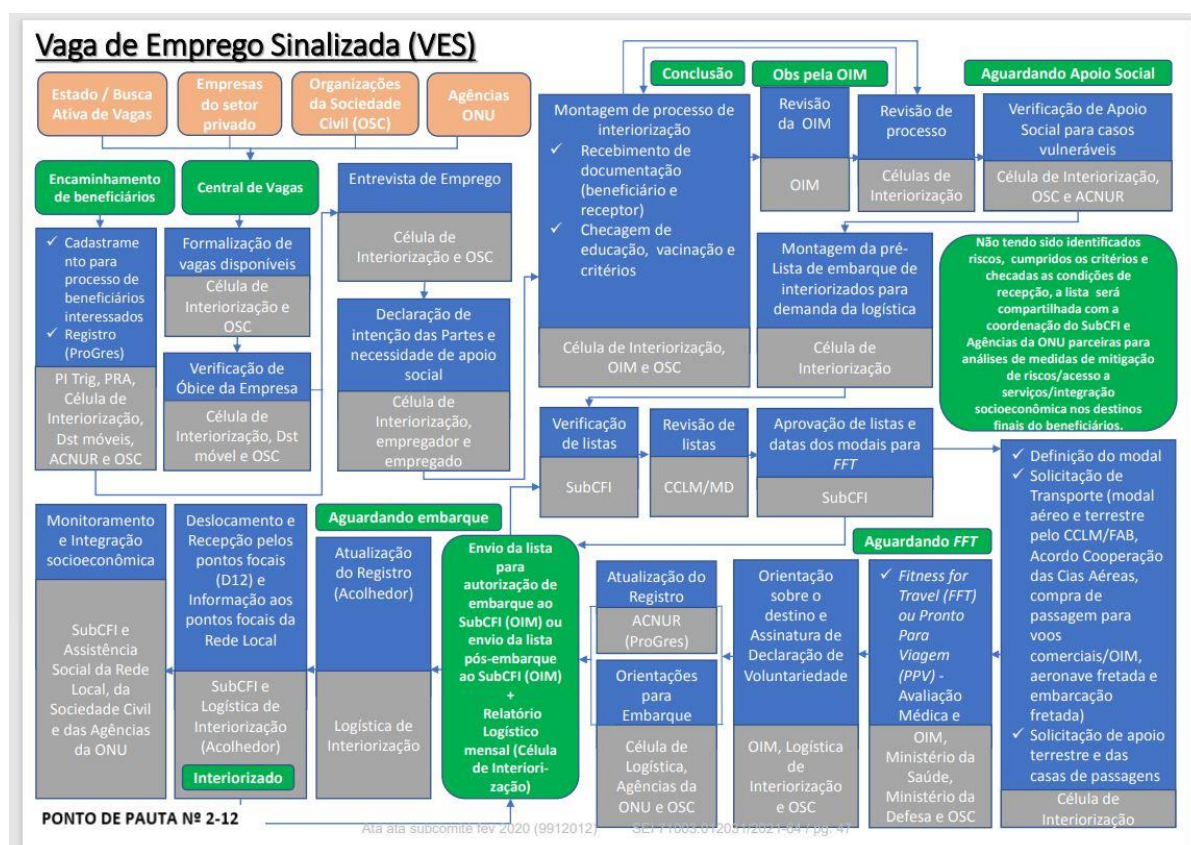
4. Vaga de trabalho sinalizada (VES): refere-se às oportunidades de trabalho que são buscadas ou mesmo recebidas pelo núcleo específico da interiorização, promovendo o encontro entre as vagas de trabalho existentes com o perfil adequado dos profissionais da Venezuela que estão residindo em Boa Vista (Tabela 20).

Dentre as quatro modalidades da interiorização, a VES é a que apresenta maior potencial para gerar soluções duradouras para os beneficiários interiorizados e seus familiares. A iniciativa se refere à busca de emprego e apoio ao recrutamento promovida pela Operação Acolhida e normalmente as oportunidades existentes decorrem da busca por parte da empresa com interesse em contratar refugiados e migrantes venezuelanos. A empresa realiza um cadastro de seu perfil junto aos militares que atuam no setor condizente da interiorização, onde se verifica os documentos das empresas e seus cadastros judiciais.

Uma vez que a verificação de antecedentes é concluída, são identificados potenciais candidatos para as vagas existentes no banco de dados do "Sistema Acolhedor" – um grande banco de dados virtual que contém detalhes de todos os beneficiários que receberam apoio dos serviços prestados pela Operação Acolhida. Os perfis dos beneficiários identificados são então submetidos às empresas interessadas, que selecionam os candidatos desejados para as entrevistas. Estes últimos são organizados em coordenação com o responsável do VES, que apoia e

acompanha os beneficiários pré-selecionados ao longo do processo de recrutamento. Uma vez selecionado o candidato e confirmado o interesse de ambas as partes, inicia-se o processo de interiorização, que já beneficiou quase 92 mil pessoas venezuelanas interiorizadas para 914 municípios até dezembro de 2022, conforme o Mapa 1.

Tabela 20 – Registro processual da Vaga de Emprego Sinalizada



Fonte: Operação Acolhida (2021)

Porém, uma vez que as pessoas venezuelanas chegam ao destino, é a coordenação e toda a articulação das redes locais que atuam para a garantia de direitos e, consequentemente, para facilitar o acesso a serviços básicos. Um exemplo que fundamenta a necessidade da articulação em rede se refere ao processo de documentação, pois com a pandemia, muitos processos para a renovação foram interrompidos pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), além do fato de que muitos processos de informação por parte dos órgãos oficiais para a tomada de decisão efetiva pela população refugiada estava toda em português ou em canais digitais específicos, desconhecidos pela ampla gama dessa população, acarretando dificuldades adicionais para a busca por vagas formais de trabalho e também de ajuda social, como o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família).

Uma série de desafios está atrelada ao processo de chegada da família que chega interiorizada para as novas localidades, mesmo quando a receita de um dos membros esteja “assegurada”, como no caso da empregabilidade via VES. Em uma pesquisa realizada pela ONG Aldeias Infantis (2021) com pessoas venezuelanas interiorizadas, as pessoas respondentes disseram que, sobre sua condição de moradia, em média, 4,4 pessoas residiam em um imóvel com 3,2 cômodos, representando 1,4 pessoas por cômodo. O principal gasto mensal das famílias se refere ao aluguel de suas residências, consumindo 40% (cerca de R\$550,00) da renda familiar declarada – em torno de R\$ 1.340,00 na média, sintetiza as dificuldades do processo de integração local, ao menos na fase inicial da chegada. Esta mesma pesquisa informa que 23% da amostra já sofreu casos de discriminação ou xenofobia no Brasil, sendo um percentual muito próximo (22%) daqueles que afirmaram que gostariam de retornar para a Venezuela assim que possível.

Em outra pesquisa (ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021) que também analisa as consequências da interiorização, com recorte específico sobre as principais dificuldades de inserção no mercado de trabalho, foram apontadas a falta de apoio à inserção, as demissões por conta da pandemia, o não-pagamento do trabalho prestado e dificuldades em encontrar vaga adequada à experiência e formação. Ainda que, em termos legais, o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado e a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM, concedida após reconhecimento da condição de refugiado) sejam documentos oficiais, na ponta, onde os serviços de atendimento são prestados, é evidente o desconhecimento dos prestadores de serviço e de profissionais de recursos humanos sobre a efetividade da documentação, como evidencia uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB)⁴⁹.

Quando perguntados sobre quais as potenciais lacunas a serem aperfeiçoadas pela Operação Acolhida como um todo, considerando o recorte de terem sido interiorizadas para abrigos parceiros do programa e sem que houvesse categorias prévias delimitadas (as respostas eram livres e intencionadas para uma ou duas

⁴⁹ O estudo, coordenado pelo professor doutor em Desenvolvimento e Cooperação Internacional da (UnB), Leandro de Carvalho, ouviu 386 profissionais de seleção e recrutamento de empresas da região metropolitana de São Paulo no segundo semestre de 2017. A falta de informação sobre como contratar refugiados e o medo de auditorias públicas no caso dessas contratações são os principais entraves para a inserção de refugiados no mercado de trabalho. A pesquisa mostrou que 91,2% dos profissionais declararam que desconhecem que para contratar um refugiado os procedimentos são os mesmos de contratação de brasileiros. Com recorte dos profissionais que já tiveram experiência de trabalhar com profissionais refugiados, 94,5% aprovaram o trabalho executado por eles.

palavras cada respondente), as palavras agrupadas em uma nuvem de menções foram expostas no Gráfico 25.

Destacam-se as palavras relacionadas tanto ao “emprego” como “trabalho” e “oportunidade”, refletindo assim a extrema importância dada a quem chega em uma nova localidade ao fator de geração de renda para sua efetiva integração. Para além da inserção laboral, as demandas correlacionadas ao trabalho são por melhores oportunidades de emprego e também para a realização de cursos de capacitação profissional e de português, em especial para mulheres com filhos. Outras expressivas menções feitas coletivamente se referem ao sentimento de agradecimento pelos esforços feitos pela Operação Acolhida, assim como também “informação” e “segurança” para que possam prosperar na nova localidade.

Gráfico 25: Nuvem de palavras sobre as lacunas da Operação Acolhida



Fonte: ACNUR e Aldeias Infantis (2021)

Conforme os dados levantados pelo Painel de Interiorização (OIM, 2022), entre abril de 2018 e setembro de 2021, a população venezuelana interiorizada era composta majoritariamente por homens (51,7%), com pouca variação por região. As mulheres (48,3% do total) estavam sub-representadas na modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (30%) e são maioria (54%) na modalidade de reunificação familiar – justamente por estarem mais propensas a se reunir com seus parceiros e de não se separar de seus filhos. As mulheres interiorizadas têm número médio de filha(o)s corresidentes (1,54) significativamente superior aos homens interiorizados (0,99) e

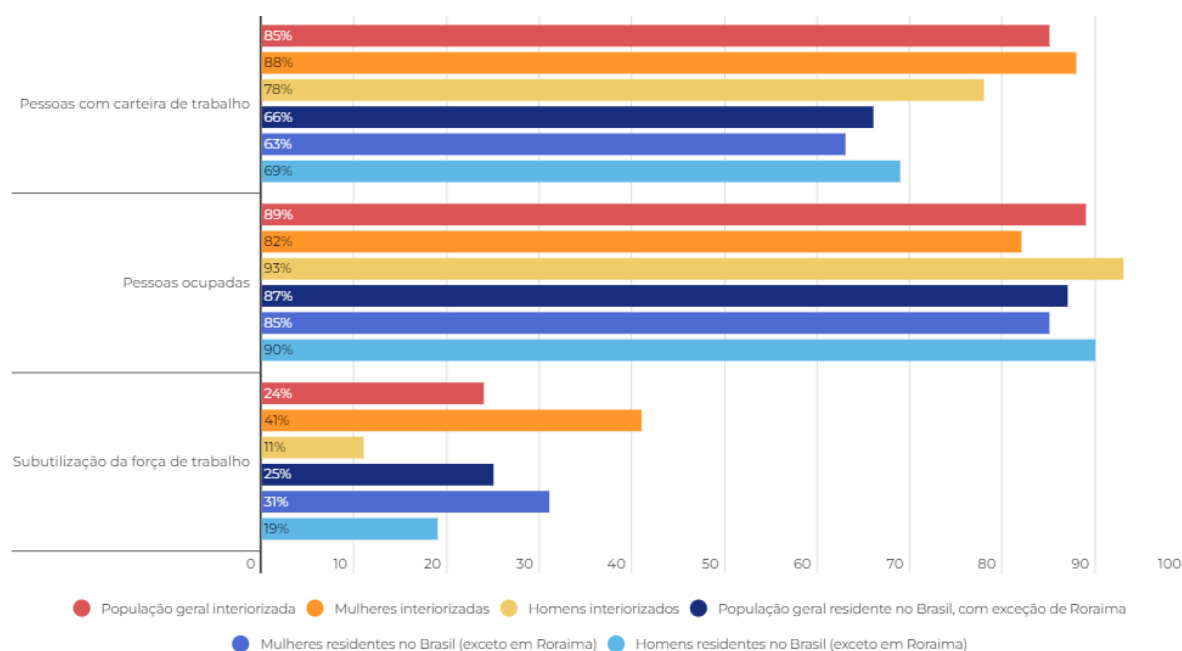
particularmente inferior se comparada à média geral para as mulheres abrigadas em Roraima (1,98), ou seja, as mulheres com mais filhos tendem a continuar abrigadas em Boa Vista e as que são interiorizadas com filhos é maior do que os homens, representando assim uma dificuldade adicional em relação à busca de emprego. Nesse sentido, dentre as modalidades de interiorização e considerando o rendimento do trabalho principal, as pessoas venezuelanas interiorizadas pela modalidade VES apresentam o maior rendimento médio (R\$ 1.608,30), superior às modalidades institucional e reunificação familiar (respectivamente de R\$ 1.211,10 e R\$ 1.214,10).

Porém, o padrão de diferenças por gênero se reflete em termos de desemprego. Dados da pesquisa Moverse sobre a questão da empregabilidade feminina (ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021) revelam que 8 em cada 10 pessoas interiorizadas estão dentro da força de trabalho (idade economicamente ativa). Porém, quando é feito o recorte de gênero, percebe-se que a participação feminina no mercado de trabalho é consideravelmente mais baixa – 72,2% contra 96,1% entre os homens. A mesma tendência se percebe nas taxas de desemprego, tanto para a população interiorizada quanto para a população que segue abrigada em Roraima. Entre pessoas interiorizadas, a taxa de desemprego é de 11% - no recorte de gênero, percebe-se que ela é de 17,7% entre as mulheres contra apenas 6,4% entre os homens. Apesar de a maioria da população venezuelana interiorizada ocupada encontrar-se empregada no setor privado (71,7%), o grau de informalidade laboral desta população é ainda relativamente alto (32,4%) e apresenta diferenças relevantes entre os sexos: a informalidade laboral das mulheres (37,3%) é 1,2 vezes maior que a dos homens (29,4%).

A pesquisa Moverse também aponta que, entre a população interiorizada, a taxa de subutilização da força de trabalho feminina (41,3%) é 3,5 vezes maior que a taxa de subutilização masculina (11,8%), conforme aponta o Gráfico 26. Com relação à subutilização da força de trabalho, a menor taxa foi registrada na modalidade de vaga de emprego sinalizada (10,4%) e a maior na modalidade de reunificação familiar (30,1%), sendo estas modalidades mais representativas entre os perfis masculino e feminino, respectivamente. Já no Gráfico 27, o comparativo entre as médias salariais reflete importantes questões de análise. O rendimento real médio mensal do trabalho principal habitual da população venezuelana interiorizada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$1.450,98, sendo quase 32% superior ao salário-mínimo vigente no Brasil em 2021, ainda que mais baixo entre as mulheres, R\$1.177,63. Em comparação com

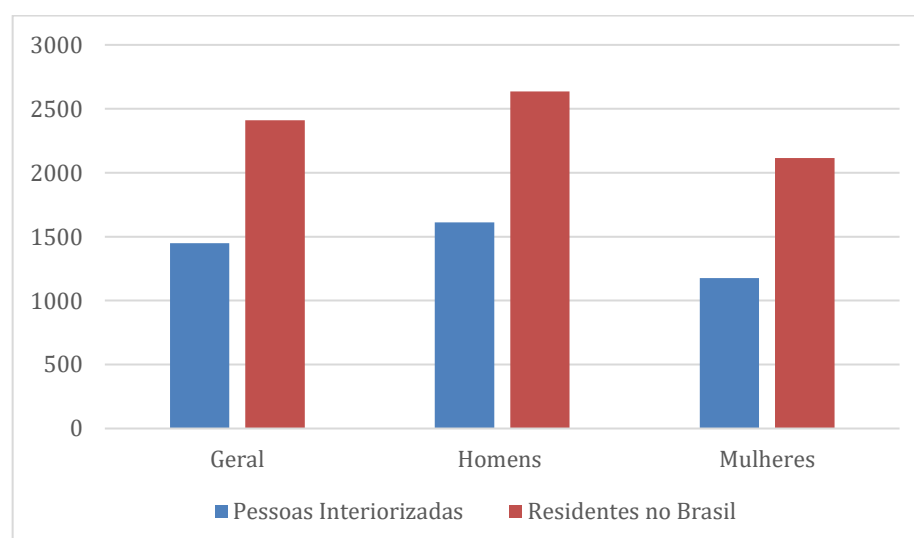
a população brasileira, as mulheres têm rendimento médio mensal individual de R\$2.215, enquanto as venezuelanas interiorizadas recebem, em média, R\$1.177, quase metade do valor. Ou seja, além do fator de gênero, incide sobre as mulheres venezuelanas o fator da nacionalidade, evidenciando a xenofobia existente na sociedade brasileira – ainda que ela não seja percebida entre as mulheres venezuelanas entrevistadas.

Gráfico 26 – Mercado de trabalho de pessoas venezuelanas interiorizadas



Fonte: ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres (2021)

Gráfico 27 – Rendimento médio mensal (R\$) por perfil



Fonte: ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres (2021)

Em entrevista concedida para a presente pesquisa, em outubro de 2019, por um profissional do 9º Contingente da Operação Acolhida que atua no núcleo de operação da interiorização, especificamente pela VES, as seguintes falas foram transcritas, evidenciando uma série de elementos que expõem as limitações de atuação do núcleo de empregabilidade da Operação Acolhida, em especial das oportunidades buscadas e da necessidade de se considerar o recorte de gênero pela equidade feminina.

O plano de ação da célula de empregabilidade da OA

“Dentro da VES temos duas equipes: a equipe de busca vaga, quem produz e sinaliza as vagas existentes; e a equipe de entrevista e processo, que dá continuidade ao processo ao entrar em contato com o empregador, verificar o perfil desejado e adequar esta oportunidade à mão de obra existente por meio de uma videoconferência que nosso contingente (10º) começou a fazer. Antes disso, havia apenas o envio do currículo para o empregador avaliar. A videoconferência sempre acontece com o empregador, o(s) beneficiário(s) e um militar – cujo papel é de facilitar a compreensão durante a entrevista, assim como também para ter a certeza dos acordos que foram firmados (mediante assinatura conjunta de um formulário, descrevendo os serviços e os benefícios).

A oferta e a busca de vagas

Há muito mais vagas que chegam para nós via contato telefônico do que nós efetivamente entrarmos em contato com as empresas – a procura (pelas vagas) já é em si muito maior. O pessoal da busca vaga faz um mapeamento das oportunidades por meio do LinkedIn, Facebook e OLX (tem muitas vagas lá, como as de caseiro), assim como realizamos também um trabalho de ‘caravanas’ em alguns estados, divulgando junto às empresas, em webinars, as oportunidades de emprego”.

A imagem da Operação Acolhida e a divulgação das oportunidades

“A divulgação da Operação Acolhida junto à opinião pública é bem complicada. Ela tem alguns vieses que fogem um pouco da nossa mão. Por exemplo, a situação política que o Brasil vive hoje, nas esferas econômica e social, pode gerar um efeito negativo (de aparente privilégio por trabalho) junto aos venezuelanos interiorizados. No site da OA, dentro da Casa Civil, tem um ícone ‘fale conosco’, onde as empresas

interessadas têm acesso à informação sobre como proceder com a interiorização. O trabalho mais forte de divulgação é feito pelas agências parceiras, já que o exército tem um viés político, fazendo mais divulgação do que as próprias Forças Armadas (como AVSI, SJMR, Refúgio 343...). Também os casos de sucesso entre os próprios empresários repercutem nesse meio”.

A busca de emprego como direito social

“O trabalho que fazemos é também de convencimento. Temos muito mais brasileiros fora do país do que pessoas de outras nacionalidades aqui. Então não são só os venezuelanos que buscam emprego aqui. Nós também buscamos emprego em outros países. Será que menos de 1% da população refugiada e migrante que vive no Brasil significa uma real ameaça de postos de trabalho?”.

Histórico da VES

“Já estamos no 10º contingente e as experiências são passadas quando um novo grupo assume as funções. Temos uma reincidência muito grande de empresas que contratam, tornam-se casos de sucesso e buscam novamente outros profissionais que serão contratados. Neste nosso contingente, pelo menos 10 empresas entraram em contato conosco para ampliar as contratações de venezuelanos. Mas há também casos que não são de sucesso, o que é muito normal. Neste caso, uma empresa que contrata 25 profissionais venezuelanos, pode acontecer de dois não se adequarem”.

Principais desafios

“A maior problemática que tínhamos era em relação a moradia. Toda empresa que trabalha com a gente já fica sabendo na entrevista de tudo o que é necessário para tocar o processo. Se alguma empresa se nega em alguma etapa ou procedimento, então já dizemos que não será possível atender a vaga. É papel do empregador buscar oportunidades de acomodação dos futuros funcionários – e de suas famílias, intermediando o processo de ter um novo lar. Sem isso não dá para fazer. Mesmo que as famílias tenham o cartão de CBI do ACNUR (para pagamento dos aluguéis iniciais), sem a orientação do empregador fica difícil”.

Interação com as empresas

“Para a empresa sinalizar a vaga par a Operação Acolhida, ela deve fornecer cinco documentos. O primeiro é o formulário de cadastro, onde ela vai especificar o que ela quer (a vaga de trabalho). O segundo é o CEIS da empresa (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), para verificar sua idoneidade. Uma declaração que não utiliza trabalho escravo, infantil ou adolescente. A CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) e o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) da empresa também devem ser encaminhados, comprovando que não tem nenhuma dependência judicial ou processo, sendo regularizada e sem qualquer bloqueio. Só com essa documentação em dia podemos dizer que essa empresa se adequa aos nossos processos de trabalho – o obvio precisa ser dito”.

Duração dos processos de vaga sinalizada

“Temos quatro celulares funcionais ligados e eles não dão conta (da demanda de vagas sinalizadas). Um processo nosso dura em média de 30 a 40 dias para ser finalizado. Cadastramento, documentação, seleção do pessoal, entrevistas... Comprometimento do empregador sobre os benefícios e o serviço indicado, assim como do beneficiário em cumprir o que foi dito é a base. O legal é que os beneficiários, ao chegar para o trabalho, tiram fotos e compartilham com a gente, mas não é toda a empresa que abre essa possibilidade. Não é um procedimento padrão que implementamos. Só agora em dezembro, dia 11, já tivemos 197 vagas”.

Transição dos contingentes

“Na transição do 8º para o 9º contingente, houve uma descontinuidade dos acompanhamentos de trabalho, gerando um entrave no processo. Foi uma experiência horrível quando nós (9º contingente) assumimos. O beneficiário chegava, com dificuldade de idioma e querendo saber como estava o processo dele, sem muitas informações precisas. A passagem de função entre um contingente e outro leva em torno de uma semana a 10 dias. Temos cerca de 650 empresas cadastradas e antes da mudança do contingente, ligamos para as empresas que não confirmaram as contratações para saber se elas mudaram de opinião”.

Entraves para o efetivo embarque dos beneficiários

“Estou com processos abertos desde setembro, já com a vaga sinalizada, entrevista feita, tudo certo, e os beneficiários estão aguardando apenas a oportunidade de embarque. Isso acontece porque em Santa Catarina, por exemplo, fechou o estado (para voos de interiorização de pessoas venezuelanas) por ocasião da Covid-19, estabelecendo condutas que acabaram criando entraves para nós. A empresa tinha que ir até a prefeitura e solicitar nominalmente a entrada dos beneficiários no estado, durando cerca de 40 dias. Em outra ocasião, uma empresa tinha pendências trabalhistas, tendo sido processada por dois funcionários, com processo já finalizado, restando apenas a atualização no site. Optamos por aguardar a atualização para de fato estarmos seguros da idoneidade. Todos esses entraves fazem parte do processo”.

Segmentos que mais empregam

“Serviços gerais é o segmento que mais emprega (venezuelanos) por não exigir muita capacitação e cujas tarefas são fáceis de serem aprendidas. Cerca de 70% dos empregados em nosso contingente se destinam a frigoríficos, pois como ‘alimentador de linha de produção, o profissional embala produtos em uma embalagem. Caseiros, motorista e auxiliar, doméstica e também trabalhadores (braçais) em cerâmicas são recorrentes. Como a interiorização já acontece há anos, as pessoas mais capacitadas já foram absorvidas pelos mercados, restando aqui (em Boa Vista) famílias cujo chefe é soldador, pintor, auxiliar de pedreiro, mecânico... Estes profissionais aceitam qualquer oportunidade de trabalho, mesmo não dialogando com a experiência prévia deles”.

Impactos da pandemia na interiorização

“Quando assumimos as tarefas, em setembro de 2020, nos foi passado pelo contingente anterior que havia muitas vagas sinalizadas de empresas que, ao entrarmos em contato para retomar o processo, elas disseram que os novos postos de trabalho foram fechados por conta da pandemia. Muitas empresas deixaram de contratar, mas nos meses seguintes todas as vagas que foram sinalizadas concluíram as contratações, até pelo perfil das vagas (de baixa qualificação)”.

Percepção sobre o desejo de ser interiorizado

“Na minha opinião, a ansiedade de ir embora, de ter uma perspectiva nova faz com que as pessoas almejem sair em qualquer que seja a modalidade de interiorização, mas a busca maior é mesmo por emprego, até porque aqui em Boa Vista está saturado – é o estado mais pobre do país”.

Fatores que atrapalham a interiorização laboral

“Há algumas características de mercado que atrapalham uma maior participação da modalidade VES na interiorização como um todo. Há muitas mulheres nos abrigos e cerca de 90% delas têm filhos, sendo que as vagas mais recorrentes são para casal sem filho ou adulto sem filho. Para nós conseguirmos uma costureira sem filho é muito difícil. Esse fator dos filhos também é a nossa realidade aqui no Brasil”.

O que poderia ser aperfeiçoado na VES

“Uma coisa que iria dar um boom na vaga de emprego seria se nós tivéssemos condomínios para venezuelanos em determinadas cidades. Alguma parceria com um montante de dinheiro para construir um prédio ou condomínio com 1.500 casas, por exemplo, para que o empregador possa não se preocupar com a moradia. A moradia, muito cara no Brasil, também deixaria de ser uma preocupação para o beneficiário. Seria um ‘Minha Casa, Minha Vida’ para os venezuelanos porque é inviável mandar um casal com filhos para uma vaga de apenas um salário mínimo e sem benefícios adicionais como a moradia. Isso nos limita muito. A moradia é nosso principal gargalo. Mas há outras questões também que dificultam, como o preconceito. Quando fazemos a busca ativa de vagas, muitas vezes ouvimos ‘você é louco? Olha a situação em que estamos e você quer dar emprego para venezuelano?’. Por outro lado, quantas matérias citam que o problema do Brasil não é o emprego, mas sim mão de obra – gente capacitada querendo trabalhar. Os venezuelanos estão recomeçando do zero e com esse argumento também sensibilizamos a empresa. Outro fator é que a comunicação também é falha, havendo muito desconhecimento sobre o processo de contratação de profissionais venezuelanos, com muitas dúvidas e desconfiança”.

Ao mesmo tempo que os voos de interiorização com a premissa de empregabilidade seguem vigentes para diversas cidades brasileiras, há de se avaliar

de que forma se dá o processo de acolhida e integração destas pessoas nas cidades de destino, onde já se tem noticiado denúncias envolvendo condições de trabalho muito aquém das exigências legais.

Em janeiro de 2020, uma migrante venezuelana foi libertada dessa condição de trabalho no Ceará. Em maio de 2021, as empresas Ambev e Heineken foram autuadas por uso de mão de obra escrava no estado de São Paulo pela Sider, empresa de transporte terceirizada cujos postos de trabalho tiveram intermediação da Operação Acolhida: 22 profissionais venezuelanos e um haitiano foram resgatados após morarem por meses na boleia de seus caminhões, sem direito a alojamento e sem acesso à água potável. Em julho de 2021, a Cia Verde Logística, empresa prestadora de serviço para empresas como Britânia, BRF Foods e Mondelez, submeteu profissionais venezuelanos a jornadas de trabalho de até 24 horas sem qualquer remuneração extra, com vagas prospectadas pela Operação Acolhida. Pouco depois, em agosto de 2021, a *Thomson Reuters Foundation* analisou seis desses casos suspeitos de exploração ou trabalho escravo envolvendo venezuelanos contratados por empresas através do programa de interiorização da Operação Acolhida, expondo os trabalhadores venezuelanos a abusos, em especial durante os momentos mais intensos da transmissão da pandemia do coronavírus, quando a fiscalização foi reduzida.

Uma análise feita pela compilação de dados, publicados pela Folha de São Paulo, revelou que das mais de 250 empresas brasileiras e multinacionais que se inscreveram para empregar profissionais vindos da Venezuela, cerca de 41 (16%) estão sendo investigadas por suspeita de violações trabalhistas. A matéria informa também que uma considerável parte das empresas interessadas em contratar profissionais venezuelanos por meio da Operação Acolhida têm vínculos com militares ou apoiaram publicamente o presidente Jair Bolsonaro, que elogiou o programa e procurou aumentar a interiorização.

Portanto, o programa de interiorização está falhando rotineiramente em fiscalizar as empresas contratantes, em atuar de forma mais coordenada com as autoridades locais e em monitorar o bem-estar dos venezuelanos que partem com a perspectiva de empregos dignos quando, na realidade, algumas ocasiões refletem em nova ameaça aos seus direitos, motivo pela qual forçou essa população a se deslocar. Em resposta, os militares brasileiros disseram à reportagem da Folha de SP que exigem das empresas o envio de documentação comprovando sua legitimidade,

incluindo um documento assinado declarando que a empresa não utiliza mão-de-obra escrava – mas este documento não tem qualquer efetividade, conforme afirma uma auditora fiscal do trabalho. Em resposta, o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) – entidade que supervisiona a Operação Acolhida no Brasil – afirma ser responsabilidade das autoridades locais (municípios e estados) uma vez que as pessoas venezuelanas são interiorizadas.

Porém, para citar apenas um caso da interiorização laboral, 60 venezuelanos chegaram a Venâncio Aires, no interior do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2020 para trabalhar na Special Brazilian Tabacos. As autoridades municipais souberam da chegada destes profissionais por meio do jornal da cidade, conforme afirmou uma funcionária Secretária de Habitação e Desenvolvimento Rural da cidade. Ela descobriu que os venezuelanos recém-contratados haviam sido alojados pelos militares em um prédio com abastecimento de água deficiente e onde dormiam 30 pessoas por quarto. Quando os auditores-fiscais do trabalho visitaram o local meses depois para investigar relatos de escravidão moderna, encontraram-no vazio e apenas seis dos venezuelanos ainda estavam trabalhando para a empresa.

A reportagem da Folha de SP afirma também que funcionários de várias cidades disseram que havia pouca ou nenhuma transparência da Operação Acolhida em relação aos empregos que ela arranjava e que as informações dos militares muitas vezes careciam de informações fundamentais, como a data de chegada dos profissionais ou o nome do empregador.

Como forma de analisar os resultados efetivos da interiorização das pessoas venezuelanas para outras localidades, em especial sobre o recorte do acesso ao mercado de trabalho brasileiro, é preciso avaliar os resultados da Operação Acolhida para além de quem foi interiorizado com a vaga já sinalizada, passando a contextualizar a situação de seus familiares adultos para que se possa ter uma dimensão mais realista dos verdadeiros impactos da interiorização no âmbito familiar, considerando as especificidades da localidade de acolhida, das modalidades de trabalho predominantes, da rede local existente e, simultaneamente, do perfil de quem foi interiorizado junto ao profissional contratado, atentando-se à perspectiva de gênero relacionada ao tipo de trabalho.

4 ESTUDO DE CASO: A INTERIORIZAÇÃO LABORAL DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS PARA CIDADES DO INTERIOR

Após toda a trajetória de teorias, conceitos, pesquisas, análises e informações coletadas e apresentadas nos capítulos anteriores, afunilando-se os temas macro para a realidade da presente pesquisa, neste capítulo é apresentado o estudo de caso da tese, pautado na metodologia do *process tracing* para que se possa buscar construir uma teoria (a ser testada por possíveis pesquisas posteriores) com base nas evidências coletadas por meio de três entrevistas realizadas com mulheres venezuelanas que foram interiorizadas pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada da Operação Acolhida. Aqui, portanto, apresenta-se os indícios para que a conclusão seja definida na sequência, propondo um diálogo entre o problema de pesquisa e a hipótese apresentada de maneira a compreender o contexto pesquisado e sua efetividade na resposta ao problema de pesquisa apresentado. Ao longo das três entrevistas realizadas com mulheres venezuelanas empregadas via VES, fica evidente como sua empregabilidade tem um impacto direto e positivo para a garantia de direitos de seus pares (familiares e grupos sociais de proximidade), desmistificando percepções que estão enraizadas em opiniões sexistas e alheias à realidade.

Utilizando-se do método de *process tracing* para sugerir uma estrutura teórica, por meio de estudos de caso, a pesquisa da presente tese busca analisar a existência de um mecanismo causal condicionante entre o fator inicial (a interiorização de famílias refugiadas pela Operação Acolhida (OA), com um membro familiar empregado pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada) e sua derradeira consequência social (a integração laboral dos demais membros familiares interiorizados, inicialmente sem emprego ou outra forma de geração de renda na nova localidade de acolhida).

A análise de que forma, ao serem interiorizados por meio desta modalidade, os cônjuges da pessoa venezuelana empregada se inserem na economia local é um estudo inédito e condiz com a necessidade de se considerar as consequências advindas da empregabilidade direta de um membro familiar aos demais componentes familiares, respondendo assim ao presente problema de pesquisa proposto: de que forma a interiorização de viés laboral contribui para a efetiva integração local da família que foi realocada para outra cidade em função do emprego de um membro.

Para se chegar aos três casos descritos abaixo, sendo composto por três diferentes pessoas e suas respectivas famílias que foram interiorizados pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES), foi necessário contatar as empresas dos tais profissionais empregados – isso porque muitas das pessoas venezuelanas interiorizadas para o trabalho não souberam responder a um questionário exploratório, inicialmente aplicado para melhor compreender o contexto da chegada dos empregados às novas localidades. Nesse sentido, as entrevistas foram feitas de forma virtual e sempre acompanhadas pelos profissionais de recursos humanos (RH) das respectivas empresas⁵⁰.

Cada um dos membros familiares entrevistados vive em uma cidade diferente, tendo em comum que todas as cidades são do interior dos estados do Paraná (PR) e de Santa Catarina (SC), as diferenças entre cada um dos casos refletem a amplitude do trabalho da Operação Acolhida neste processo de efetivar a reinserção de profissionais venezuelanos no mercado de trabalho brasileiro, tanto pelas vagas de trabalho como o perfil da população venezuelana que almeja os postos de trabalho. A seleção das empresas se deu pelo volume de pessoas venezuelanas empregadas – todas elas com mais de 100 profissionais contratados – e, em especial, pelo engajamento dos representantes da área de recursos humanos em dialogar e acolher as demandas desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2022, havendo um limite de casos pesquisados, pois a maior parte dos profissionais venezuelanos empregados por meio da Operação Acolhida são homens solteiros e o perfil de interesse da pesquisa são grupos familiares, mesmo que o agrupamento desta família nuclear tenha se dado de forma conjunta (todos os membros foram interiorizados de uma única vez) ou espaçada (quando um profissional foi empregado inicialmente para a vinda dos demais em um segundo momento). Nota-se, ao longo das entrevistas, o quão diverso são os casos e por mais que haja uma estrutura protocolar por parte da Operação Acolhida em efetivar os contratos de emprego, a chegada a nova cidade é singular e em cada um dos casos analisados apresenta desafios específicos.

⁵⁰ Ao mesmo tempo em que a participação de profissionais de RH possibilitou ampliar a compreensão da chegada, acolhida e integração dos profissionais venezuelanos nas novas cidades, por outro lado reduziu as potenciais críticas dos profissionais às empresas, embora em alguns pontos das entrevistas as pessoas venezuelanas abordaram a inserção delas nas respectivas empresas contratantes.

Por questões de proteção relacionadas a preservação das reais identidades dos profissionais entrevistados – pois todos eles mantêm parentes familiares na Venezuela e não gostariam de serem expostos, assim como em relação aos pontos críticos relacionados à Operação Acolhida, os nomes das pessoas entrevistadas foram mantidos em sigilo, assim como o nome das empresas e dos respectivos profissionais de RH que complementaram as entrevistas feitas. Da mesma forma, por solicitação das empresas, o nome dos municípios onde estão localizadas foi mantido em sigilo em função da fácil identificação que teriam pelo contingente de profissionais venezuelanos contratados nestas localidades.

O intermédio para se chegar às pessoas entrevistadas foi feito inicialmente por organizações da sociedade civil que tinham conhecimento sobre algumas empresas que contratavam profissionais venezuelanos, mas não necessariamente todos adivinha do programa de interiorização e muitas foram concretizadas sem a intermediação da Operação Acolhida. Tornou-se necessário, portanto, estreitar a relação com a OA para que a célula de interiorização laboral pudesse referenciar as empresas que mais contratam profissionais venezuelanos pela modalidade VES, agregando mais confiança junto às empresas contatadas. Tais indicações por parte da OA consideraram os dados de empregabilidade tanto em termos de número de profissionais contratados como também da realização de contratações contínuas destes profissionais⁵¹. Dentre os 16 contatos iniciais que foram feitos, quatro empresas responderam de forma positiva às entrevistas e apenas duas destas deram continuidade às entrevistas, mobilizando os gestores de RH para que pudessem indicar os respectivos perfis de interesse da pesquisa.

Pelo fato das entrevistas terem sido intermediadas entre OA e profissionais de RH das respectivas empresas contratantes, houve a participação destes nas salas virtuais durante toda a entrevista realizada com as profissionais venezuelanas contratadas. Mesmo que com algumas poucas intervenções após as falas das

⁵¹ Ainda que tenha havido pontos críticos em relação à metodologia e logística aplicada pela Operação Acolhida na forma como se deu em especial o envio e a chegada dos profissionais venezuelanos contratados, o fato da célula de empregabilidade ter indicado empresas contratantes que frequentemente os contatam apresenta um viés de relacionamento institucional de maior confiança, pois outras empresas que contrataram apenas uma única vez não foram contempladas no grupo de recomendação para as entrevistas, passando a impressão de que apenas as boas práticas de contratação foram indicadas – pois realizam constantemente contratações, razão pela qual tem sido frutífero este processo.

mulheres, a presença em si dos gestores acrescentou uma camada de inibição por parte das entrevistadas na medida em que elas não puderam se expressar livremente, por exemplo, sobre o ambiente de trabalho e receptividade por parte da empresa (institucional) e de seus pares. Pela impossibilidade de se realizar entrevistas presenciais em razão tanto da pandemia como também dos acordos acertados entre pesquisador, empresa e Operação Acolhida, este fator deve ser considerado como limitador das respostas obtidas. Abaixo estão descritos os casos, assim como as devidas análises feitas sobre cada um deles.

Estudo de caso 1

Funcionária de uma empresa⁵² de extração de matérias primas no interior do estado do Paraná, Marta⁵³, venezuelana de 32 anos e com curso técnico em administração, chegou ao Brasil em novembro de 2021 e à cidade de interiorização em fevereiro de 2022 ao ser contratada ao mesmo tempo que seu marido, muito em função dele ter assegurado durante a entrevista de emprego “que se possa contratar a ambos, ele e sua esposa, ou então não seria possível pelo fato de terem acordado pela não separação da família no território brasileiro”. Ainda que Marta tenha formação educacional superior à de seu marido, ela afirmou que dificilmente seria contratada se não fosse pela postura do esposo em assegurar que ambos fossem contratados. Isso porque ele já havia recebido outras propostas de trabalho quando ainda estavam em Boa Vista (RR), mas que sem ela e sua família, recusou as ofertas durante as entrevistas feitas junto à célula de empregabilidade da Operação Acolhida. Esta experiência de trabalho, em atividade extrativista de forma manual, em contexto rural, foi a primeira experiência do casal em sua carreira profissional.

A família nuclear de Marta no Brasil era composta inicialmente por sete membros, à saber: seu marido, seus pais e três filhos de 5, 8 e 12 anos. A dificuldade

⁵² Por questões que envolvem no cenário político atual, os representantes da empresa mencionada solicitaram que a mesma não fosse descrita na tese, temendo alguma perda de reputação em relação aos dados e informações apresentadas para a presente pesquisa. Importante destacar, dentre outros pontos redigidos no texto, que em agosto de 2022, dentre os 287 funcionários contratados no estado do Paraná, 112 profissionais (ou 39%) são venezuelanos.

⁵³ Nome fictício, para preservação dos direitos requeridos pela pessoa entrevistada.

de contratação dela e do marido, acredita ela, se dá pelo fato de terem crianças – questão essa confirmada pela entrevista feita com um oficial da Operação Acolhida, dizendo ser “mais fácil contratar homens solteiros do que qualquer outro recorte de segmento, inclusive mulheres sem filhos”.

Em Boa Vista, Marta e seu marido não conseguiram nenhum emprego formal e em face desta dificuldade, iniciaram um trabalho informal, vendendo lanches, sucos e refrigerantes em diferentes locais de Boa Vista – esta fonte de renda gerava uma receita média de R\$ 750,00 por mês e foi com este recurso que possibilitou a vinda dos pais de Marta ao Brasil. Torna-se importante mencionar que esta receita bruta só foi possível pelo fato da família ter se beneficiado do abrigamento e alimentação propiciada pela ajuda humanitária do governo brasileiro, pois sem este apoio a receita gerada teria que ser completamente destinada para as duas fontes de despesa mencionadas.

Quando chegaram em Boa Vista, após uma breve estadia em Pacaraima-RR, o casal e seus dois filhos passaram três noites nas ruas da capital roraimense antes de serem efetivamente alojados em um dos abrigos da Operação Acolhida, espaço este ofertado muito em função da situação de vulnerabilidade atrelado à presença das crianças. Os pais de Marta chegaram ao Brasil quatro meses após a vinda dela com seu marido e filhos, tendo eles chegado já diretamente ao abrigo pelo perfil de vulnerabilidade. Três meses depois, ela e seu marido conseguiram a vaga de emprego para o casal, que passou a sustentar a família – inclusive dos demais membros familiares (expandido) que seguem residindo na Venezuela, como o sogro e sogra de Marta e outros parentes do casal (em especial os tios e tias mais idosos).

Após a contratação do casal pela empresa sediada no Paraná, a renda média mensal do casal se elevou para R\$ 2.800,00, uma elevação de 73%, além do evidente acréscimo da proteção advinda da contratação formal (como auxílio doença, salário maternidade, FGTS, férias, 13º salário, aposentadoria, seguro desemprego, entre outros) – este salário é variável a cada mês, pois além da receita fixa, há também um acréscimo por desempenho, a depender dos resultados extraídos dentro do período trabalhado. A previsibilidade do salário propiciado pelo regime formal de trabalho é um elemento fundamental para que possa haver um planejamento familiar – em especial de remessas ao exterior (países de origem) – e isso agrega a família um componente não apenas de maior segurança financeira, mas também de autoestima,

de equilíbrio das tensões (saúde mental) e mesmo de desempenho no trabalho, permitindo focar nas atribuições, como relatou Marta.

Considerando os gastos feitos pela família em razão na renda gerada, uma parcela considerável é consumida em três principais grupos de despesas (aluguel, representando 27% do total; envio de remessas aos parentes que seguem vivendo na Venezuela (22%) e alimentação (18%), seguidos por despesas fixas (energia, gás e água) e despesas médicas (em razão dos idosos no lar).

Um fator determinante da continuidade do casal no emprego foi justamente o fato de poder contar com a presença dos pais de Marta vivendo no mesmo espaço, pois os filhos mais velhos estão matriculados nas escolas públicas, embora o mais novo ainda não tivesse conseguido uma vaga na creche nos primeiros seis meses desde a chegada da família à nova localidade. Sem a presença dos pais de Marta, ela teria abdicado do posto de trabalho conquistado (integral) para buscar um outro trabalho – “possivelmente como doméstica ou cozinheira”, como ela comentou – para conseguir dar a atenção e cuidados necessários ao filho mais novo (de cinco anos). Novamente, a perspectiva de gênero associado ao fato de a mulher ter que se desdobrar em assumir a responsabilidade pelos filhos é evidente, o que reforça o patriarcalismo estrutural ⁵⁴ das sociedades latino americanas (WALBY, 1990; SAFFIOTI, 1992; FERNANDES, 1996; DELPHY, 2009) que enxerga a mulher como progenitora do lar, aquém de suas capacidades profissionais e mesmo intelectuais.

Antes da chegada da família ao Brasil, os dois irmãos de Marta, solteiros e mais jovens, com idades de 27 e 30 anos, já estavam no país desde maio de 2021. Eles foram os “pontas de lança” da família: pelo fato de serem mais jovens, solteiros e homens, ambos com ensino técnico (em mecânica e logística), foram os escolhidos pela família para que pudessem ir ao Brasil em busca de fontes imediatas de renda que pudessem contribuir para o sustento da família na Venezuela. Na chegada, os

⁵⁴ O patriarcado é considerado pelos teóricos mencionados um sistema social que se baseia na cultura, na normativa de relações (autoridade moral e controle dos valores) e na estrutura de poderes (social, econômico, político e simbólico) para favorecer os homens, em especial o recorte de homem branco, heterossexual e cisgênero. Na sociedade dita patriarcal, prevalecem as relações de poder e domínio do masculino sobre os demais gêneros e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual. Tal posição ocasiona melhores oportunidades e benefícios na sociedade ao grupo de maior poder e influência, como fica evidente no encaminhamento para vagas de emprego entre as pessoas venezuelanas – fato este que será abordado nos próximos capítulos.

dois jovens tiveram mais dificuldade em serem acolhidos nos abrigos devido a lotação deste perfil considerado de menor prioridade em relação a outros.

Da mesma forma que a família de Marta, ambos os jovens optaram por serem interiorizados o quanto antes, pois as oportunidades de geração de renda em Boa Vista eram escassas. Enquanto um conseguiu trabalho como empacotador em um supermercado, o outro trabalhava como folguista de uma oficina mecânica – aproveitando-se de seus conhecimentos e formação na área, mas era a demanda esporádica de reparo de automóveis que mais ditava as horas por ele trabalhadas – e pouco remuneradas (R\$10,00 e sem qualquer registro). Após três meses vivendo em Boa Vista e seguindo o mesmo princípio da família de Marta de não se separarem, eles conseguiram ser interiorizados para o interior de Santa Catarina para trabalharem em uma multinacional abatedora de aves. Ainda que a renda gerada fosse suficiente para ambos conseguirem se manter e apoiar a vinda do restante da família nuclear, assim como a necessidade dos demais membros ampliados da família, “as condições de trabalho não agradavam muito por um trabalho mecânico e em câmaras frias, muito diferente da região de Maracaibo, no noroeste da Venezuela⁵⁵, local de moradia da então família que nunca havia sequer cruzado mais de um estado no país.

Foi justamente a conquista do posto de trabalho de Marta e seu marido que permitiu também a contratação, na mesma empresa, de seus dois irmãos, em menos de três meses após a interiorização de Marta. Arcando com as despesas de deslocamento entre Santa Catarina e Paraná, a família nuclear de Marta novamente estava toda junta, após quase um ano distantes (entre maio de 2021 e abril de 2022). Quando a presente pesquisa foi realizada, em outubro de 2022, o irmão mais velho de Marta já havia conseguido um outro posto de trabalho na mesma empresa, de perfil mais de escritório ao invés de ser “mão na massa”, atuando na extração manual de produtos naturais, sendo este o afazer inicial dos membros familiares contratados. Já o irmão mais novo conseguiu outro posto de trabalho em um hotel local, atuando como recepcionista bilingue. Embora o novo salário (de R\$ 1.550,00) represente apenas 10% do salário anterior e haja mais benefícios, “o tipo de trabalho demanda menos serviço braçal e mais relacionamento com pessoas, assim como posso ter acréscimos

⁵⁵ Embora Maracaibo esteja a apenas 130km de Maicao, na Colômbia, a família optou por vir ao Brasil em razão do grande fluxo de venezuelanos para aquele país, com notória dificuldade de documentação propícia para o mercado de trabalho formal, diferentemente da realidade brasileira – ainda que o diferente idioma fosse mencionado como um fator de dificuldade adicional.

de gorjetas e ter melhor alimentação”, afirmou o irmão caçula.

Após um mês de alojamento fornecido pela empresa contratante de Marta e seu marido – sendo este um acordo firmado da empresa com a Operação Acolhida, que após a interiorização não há qualquer ação imediata ou mesmo posterior de acompanhamento em relação à população empregada –, a família alugou uma casa para que todos pudessem estar juntos, com mais privacidade, “em um espaço onde podemos estar mais à vontade, estarmos todos em uma única casa que possa nos acolher bem, pois a projeção é de ficarmos por aqui”, disse Marta já prevendo que o futuro da família esteja distante da Venezuela.

Além da moradia e alimentação gratuita no primeiro mês, a empresa contratante (de extração de matérias primas) oferece uma série de capacitações neste primeiro mês de vigência de contrato, para que os novos profissionais possa conhecer com os mais experientes e seus gestores as minúcias do trabalho a ser exercido, sem que haja neste período uma análise de desempenho ou de produtividade associada às horas trabalhadas – “é mais uma integração com seus pares profissionais, com as lideranças e com a realidade do trabalho a ser executado para que, após esse período, tenham todas as ferramentas e conhecimentos para atuarem plenamente”, como afirmou a gestora de RH da empresa.

Ainda que a família tenha sido reunificada em uma pequena cidade do interior do Paraná de cerca de 33 mil habitantes, torna-se notório pela entrevista feita o quão a empregabilidade de Marta e seu marido contribuíram não apenas para a chegada dos irmãos dela, mas também pelo acesso a outros postos de trabalho (mais condizentes com seus capitais sociais e conhecimentos), como no caso dos seus irmãos. Em paralelo, os filhos de Marta estão todos matriculados no ensino público e seus pais contam com amplo apoio no serviço de atenção à saúde provida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em suma, a qualidade de vida da família como um todo é, sem dúvida, superior à que vivenciaram em Boa Vista e está mesmo acima do padrão que tinham na Venezuela, reforçando a premissa de que a família tende a continuar vivendo no Brasil.

Quando questionada sobre a permanência na empresa, Marta afirma “ser um valor de retribuição em função da empresa ter empregado a mim e aos meus dois irmãos quando precisávamos dessa oportunidade”. Esta característica é um ponto comum aos refugiados que tendem a permanecer mais nas empresas do que os

profissionais nacionais, reforçando assim uma rotatividade menor por este sentimento de gratidão em relação ao emprego que lhes foi dado em um momento delicado de suas vidas.

O que levou a empresa a buscar profissionais venezuelanos foi a dificuldade de encontrar, no mercado brasileiro, mão de obra qualificada e disposta a se deslocar para os locais onde a empresa atua, sendo um trabalho a ser realizado em pequenas cidades. A filha da gestora de RH da empresa tem um restaurante que contratou um casal de venezuelanos para trabalhar neste comércio. Mesmo durante a pandemia, a assiduidade e o compromisso com o trabalho foram “surpreendentes, pois eles não faltaram nenhum dia e se mostraram sempre dispostos a continuar trabalhando caso houvesse demanda para além da hora contratual”. Foi este case específico que despertou interesse na gestora de RH para a contratação de outros profissionais da Venezuela. Fica evidente que a dedicação dos profissionais venezuelanos é um tema de grande interesse por parte das empresas contratantes por serem “empenhados com o trabalho e apresentam uma taxa de retenção maior do que a de profissionais brasileiros em mesmo cargo”, ao passo em que, na perspectiva dos profissionais, mostram-se completamente gratos pela oportunidade que lhes foi dada e tendem a se dedicar com afinco com o trabalho – para além do regime contratual. Outra característica marcante dos profissionais venezuelanos não se refere tanto, na visão da empresa, aos anos de estudos, mas sim à capacidade de se mostrarem sempre abertos a novos aprendizados, a exercer novos ofícios e agregar novas visões ao que “mecanicamente” é feito pelos pares brasileiros. Trata-se assim de uma importante vocação de inovação.

Neste ponto, é recorrente, por parte dos gestores da empresa, a comparação entre os profissionais venezuelanos e brasileiros, sendo que estes “são mais questionadores, reivindicando seus direitos com muito mais frequência e de forma combativa em seus discursos, enquanto os venezuelanos são mais ‘dóceis’ e sensatos sobre as demandas”, como afirmou o diretor de compras. Não se trata aqui de negligenciar os direitos dessa população, mas a forma pela qual tais questões são requeridas e negociadas. Em paralelo, os profissionais venezuelanos, em muitas ocasiões, não mostram sua insatisfação sobre algum determinado ponto ou questão que vivencia em seu cotidiano, chegando ao ponto de comunicar a liderança da empresa apenas quando já tem uma decisão tomada para deixar o trabalho, sem que

haja uma prévia ouvidoria sobre os desgastes gerados ao longo do processo e que poderiam ser mais facilmente discutidos caso houvesse abertura para tal.

A primeira vinda de profissionais venezuelanos para a capital do estado, Curitiba, foi “desencontrada” – a Operação Acolhida enviou os quatro primeiros contratados (três homens solteiros e um casado) para a capital e a empresa contratante só soube que eles já estavam na cidade após uma semana, quando a gestora de RH entrou em contato com a OA e perguntaram sobre tais profissionais. O processo de contratação inicial também não foi esclarecedor, pois “tínhamos muitas dúvidas sobre como seria este processo, se haveria alguma questão específica envolvendo direitos adicionais a esta população, quais seriam nossas responsabilidades sobre a logística...”, ou seja, os profissionais aprovados no processo seletivo (após análise de currículo e entrevista) já haviam sido enviados para a capital e as dúvidas sobre a contratação não haviam sido solucionadas. Para sanar tais diligências, foi preciso haver a intervenção da Cáritas Paraná (organização da sociedade civil), que atuou na resposta emergencial, provendo abrigo, alimentação e orientação trabalhista para que o processo de contratação pudesse ser concluído.

Este ponto da “incerteza” sobre a chegada dos profissionais contratados é um ponto crítico convergente entre as empresas parceiras da Operação Acolhida, pois a gestão de recursos humanos do setor privado trabalhada pautado nos prazos de contratação de seus colaboradores e em muitos casos, a margem deste prazo é muito ampla – “entre 30 e 45 dias é quando se tem expectativa de contratação, mas mesmo dentro desse período pode haver variação, e sempre para cima (mais dias)”, repercutindo negativamente na eficiência da gestão do processo como um todo pois as vagas ofertadas, na grande maioria dos casos, são para início imediato.

Estes quatro profissionais inicialmente contratados se adaptaram de forma muito positiva à rotina da empresa e sobre suas respectivas rotinas de trabalho. Apenas quando foram perguntados em uma análise de desempenho, no primeiro mês de contrato, indicaram outros conhecidos e familiares que ainda residiam em Boa Vista e em Manaus para postos de trabalho similares, estando aptos a se deslocarem mesmo para as filiais da empresa contratante – diferentemente de Marta e seu marido, os familiares dos três primeiros contratados (com um perfil de menor escolaridade e com mais tempo residindo nos abrigos de Boa Vista) estavam dispostos a se separar para assegurar um emprego formal.

Estudo de caso 2

A quinta pessoa venezuelana contratada pela outra filial da empresa, ainda anteriormente a chegada de Marta e em outro município, foi Josélia⁵⁶, de 33 anos. Ela teve que interromper a formação universitária que fazia como engenheira de alimentos na capital da Venezuela, em Caracas, em razão da perda do emprego e da necessidade de prover alimentos e moradia aos seus dois filhos (um casal de 9 e 12 anos) e pais ainda não aposentados e também desempregados. Ela veio com seu casal de filhos ao Brasil em busca de oportunidades de trabalho e para dar continuidade aos seus estudos, tendo conquistado apenas a primeira parte de seus anseios após mais de três anos no país – ela chegou em Pacaraima em janeiro de 2020, tendo passado rapidamente por Boa Vista (três semanas) e já se direcionou para Manaus-AM por meio da estratégia de interiorização, “onde há mais oportunidades de trabalho e menos pessoas venezuelanas competindo pelas vagas”, como alegou, gastando praticamente todos os seus recursos neste deslocamento.

Porém, com o início da pandemia em 2020, o trabalho que ela havia conquistado em uma indústria de processamento de alimentos da zona franca de Manaus teve que reduzir a produção dos produtos por falta de insumos e, consequentemente, “demitir os profissionais de menos tempo de casa”, como afirmou ela sobre a justificativa que lhe foi dada. Porém, o trabalho de Josélia foi bastante reconhecido por seus conhecimentos, dedicação e desempenho, sendo que ela foi indicada para todos os fornecedores da indústria, onde então a empresa de extração de matérias-primas uma delas e que já despertou interesse nesta nova contratação. Os colegas de trabalho de Josélia levantaram fundos que possibilitaram a vinda de seus dois filhos para Manaus e a passagem dos três para Curitiba, onde a nova empresa contratante se encarregou de fazer com que a família chegasse à nova cidade, também no interior do Paraná.

Mãe solteira, Josélia contou com o apoio da nova empresa para fazer com que seus filhos estivessem matriculados na rede pública de ensino de imediato à chegada, possibilitando que ela já pudesse exercer o posto de assistente administrativa. Com

⁵⁶ Assim como Marta, o nome de Josélia é fictício e foi utilizado para preservação dos direitos requeridos pela pessoa entrevistada.

uma receita mensal bruta de R\$ 1.800,00 (15% superior ao salário de Manaus), Josélia conseguiu manter o envio de recursos para seus pais, pagar todas as suas despesas locais (principalmente as despesas com aluguel e os custeios de casa – gás, energia e água, assim como outras despesas de educação e saúde dos filhos) e com o acréscimo de salário, contratou uma ajudante de casa para apoiar nas tarefas domésticas e cuidados com seus filhos quanto retornavam da escola. Evidencia-se aqui a transversalidade dos investimentos feitos pela profissional, girando a economia local ao mesmo tempo em que as remessas ao país de origem se mantêm necessárias.

Os outros quatro profissionais da Venezuela que já haviam sido empregados pela empresa via Operação Acolhida foram recrutados como costume, após a corriqueira entrevista do processo de contratação via núcleo de empregabilidade da OA, mas com um importante diferencial inicial, de indicação: o diretor de vendas desta filial frequenta uma igreja Batista que tem atuação em Boa Vista e em Manaus, de onde foi disseminado nesta rede religiosa o “papel social cristão” em prover oportunidades aos “irmãos venezuelanos” acolhidos no norte do país, como destacou Josélia, em que um vídeo sobre um lar de acolhimento a venezuelanos em Boa Vista foi exibido em diferentes igrejas Batistas. Assim mobilizado, esta liderança da empresa sensibilizou seus pares para que houvesse essa indicação de contratação destes profissionais, cujo teste inicial (destes quatro profissionais) foi muito bem-sucedido e abriu possibilidade para as demais contratações – contemplando, mas não se limitando aos fiéis dessa religião, tendo como principal critério de seleção o perfil profissional, como ressaltou Josélia, que também é adepta desta religião – e sem dúvida traz uma narrativa enviesada sobre esta particularidade.

Em uma única ocasião específica desta empresa, houve o desligamento de um colaborador venezuelano por conta do desempenho dele muito abaixo do esperado para as funções que haviam sido previamente acordadas. Assim que este fato ocorreu, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, contatado pelo venezuelano em busca de auxílio, entrou em contato com a empresa dizendo que seria papel dela, da empresa, arcar com a devida assistência social atrelada ao ex-funcionário pois o município não havia sido envolvido no processo de chegada desses profissionais e não teria, portanto, responsabilidade caso o programa de contratação não fosse bem-sucedido.

Ao longo da entrevista realizada com Josélia, na presença do gestor de RH – o que também limitou parcialmente sua opinião sobre temas da empresa contratante, a demissão de profissionais venezuelanos, “a grande maioria homens”, cujas dispensas foram questionadas pela Secretaria de Assistência Social do município, que questionou a empresa sobre o efetivo papel social da mesma, já que “vieram nos responsabilizar que nós é quem deveríamos arcar com a ajuda financeira por parte dos demitidos, já que nós é quem os trouxemos para o município, um absurdo”, afirmou o gestor. “Este mesmo fato, o desligamento de um profissional brasileiro, nunca nos foi questionado e agora, pelo fato de serem venezuelanos, a responsabilidade deveria ser nossa?”, questionou o gestor. Evidentemente, é papel do Estado assumir sua responsabilidade e sem que haja qualquer discernimento de perfil para o atendimento público da pessoa que busca este serviço.

Adentra-se, assim, a uma delicada questão de responsabilidade compartilhada entre os entes públicos e privados na resposta conjunta sobre o tema de empregabilidade e apoio social à chegada de profissionais venezuelanos às novas localidades, sem que se possa sobrepor as responsabilidades do estado para o setor privado e vice-versa. O fato da Operação Acolhida ser um programa gerido pelo Governo Federal e, na realidade local (dos municípios) haver discordâncias tanto sobre a gestão do processo como também sobre a efetiva participação dos entes públicos locais, sendo estes de partidos ou posições políticas contrárias à gestão federal, pode recair sobre a população civil questões de ordem ideológicas ou mesmo de políticas sociais que, constitucionalmente, devem contemplar a todos os cidadãos em regime regular no país.

Um grande diferencial destacado pelas pessoas empregadas pela VES, além dos salários fixos e formais, condiz com os benefícios que têm contribuído amplamente para a melhoria do bem-estar destas pessoas e de suas respectivas famílias. O recebimentos de cestas-básicas ou vale alimentação/refeição e plano de saúde, assim como vale-transporte, tem propiciado que os profissionais venezuelanos recém-contratados possam buscar, respectivamente, estarem reagrupados em núcleos familiares e residir distante dos locais onde as fábricas estão localizadas, pois com isso conseguem acessar de forma facilitada os serviços públicos e de atenção especializada para refugiados e migrantes (em geral mais presentes nas regiões centrais das áreas urbanas).

Josélia assegurou que parte dos recursos que ela separou pudessem ser destinados para a chegada de um casal de primos (de 30 e 35 anos) desde Boa Vista, onde estavam vivendo em um espaço alugado por Josélia. A proposta era de que os primos pudessem vir à cidade de Josélia por meio da Operação Acolhida, via modalidade de reunião familiar, mas entre esperar por mais tempo e pagar aluguel, a opção foi de receber os primos já no próximo mês, ou seja, logo dois meses após a chegada deles ao Brasil. Antes da chegada, Josélia assegurou que os mesmos fossem entrevistados pela empresa, sem terem passado pelo procedimento da Operação Acolhida “devido à demora que isso acarretaria, pois há muitas empresas querendo contratar e poucos militares para atender e concluir a logística de todo o processo”, conforme ela analisou.

Sem que tivessem concluído o ensino médio, os primos assumiram os postos iniciais de trabalho como frentista de um posto de gasolina (já que o primo era motorista de ônibus na Venezuela) e na empresa de limpeza da escola, pois foi a oportunidade que Josélia vislumbrou para que uma pessoa próxima pudesse também estar atenta aos seus filhos. Um ponto interessante de análise é que Josélia não os indicou para a empresa que trabalha por conta da “instabilidade do meu primo, que nunca gostou de ter horários fixos e isso poderia comprometer como meu trabalho seria visto na empresa”, ou seja, ela já apresenta aqui uma visão de longo prazo sobre o trabalho exercido. Pelo fato de seus primos terem horários diferentes de trabalho, Josélia também assegurou que a casa estivesse sempre com alguém quando seus filhos estavam na casa, tornando assim um espaço de maior confiança e de relações familiares mais próximas entre seus filhos – o que possibilitou dispensar a cuidadora e que seu filho mais velho (de apenas 12 anos) já assumisse responsabilidades na casa, como a limpeza, organização e ajuda do irmão mais novo em suas tarefas diárias.

Estudo de caso 3

Esta realidade foi mencionada por Marcela, jovem venezuelana solteira, sem filhos, de 22 anos. Ela chegou ao Brasil em setembro de 2019, acompanhada de seu namorado (24) e um total de outras sete pessoas com relações de parentesco (dois

meios-irmãos, três cunhados e dois primos do namorado). Ainda que todos sejam mais velhos, ela era a única com formação técnica concluída (em construção civil) e já tinha experiência de trabalho com alimentos embutidos na Venezuela, o que facilitou sua contratação para a determinada função – este fator de conseguir um trabalho condizente com a experiência prévia não é comum em relação às contratações em massa, realizadas por grandes empresas que constantemente requerem mão de obra para trabalhos mais braçais, como neste caso.

Após dois meses vivendo nas ruas de Boa Vista (RR) e três meses nos abrigos da Operação Acolhida, quase toda a família conseguiu ser realocada em postos de trabalho para três diferentes cidades de Santa Catarina – a exceção foi justamente o namorado de Marcela. Ela e todos os demais foram contratados por uma multinacional do setor de alimentos, como operador de produção (basicamente preparando materiais para alimentação de linhas de produção e abastecendo as linhas de produção), cujo salário é de aproximadamente R\$1.500,00 inicial. Em Boa Vista, enquanto Marcela dava continuidade aos ensinamentos à distância, seu namorado fazia bicos informais, atuando como cortador de grama, faxina, pintor, “em qualquer oportunidade que aparecia para juntar alguns trocados, pensando na vinda de nossos familiares para o Brasil”, afirmou Marcela. A renda média era de aproximadamente R\$500,00, variando muito de mês a mês.

Foi justamente em razão do salário fixo assegurado e dos benefícios ofertados que se tornou possível a vinda do namorado de Marcela após dois meses e meio (em maio de 2020, quando houve apenas 29 interiorizações da modalidade VES em todo o Brasil, o segundo pior índice da série histórica em função da pandemia) à cidade em que ela foi realocada, no interior do estado de Santa Catarina (SC), mesmo sem que tenha conseguido uma vaga de emprego como a conquistada por ela. A chegada de seu namorado à cidade de interiorização se deu pela modalidade de Reunião Social da interiorização⁵⁷. Marcela foi selecionada em razão de sua experiência prévia agregado aos seus conhecimentos técnicos, algo do qual ela segue investindo já

⁵⁷ Ainda que a modalidade de interiorização laboral (VES) seja a que menos transporta pessoas venezuelanas para outras localidades (com cerca de apenas 10% do total), esta modalidade influencia nos deslocamentos desta população para as demais na medida em que a/o profissional interiorizada/o pelo viés de emprego pode receber parte de sua família nuclear (interiorização familiar, que soma 16% do total) e também conhecidos e/ou amigos, desde que o receptor tenha meios para garantir a subsistência dos recém-chegados (interiorização social, a mais praticada e que corresponde a cerca de metade das interiorizações realizadas, ou 47%).

pensando no seu plano de carreiras na empresa. “Eu fui a única mulher dentre 12 profissionais contratados e tenho certeza que isso se deu pela meus conhecimentos e interesse, o que também é consequência da necessidade que tenho de gerar renda”, afirmou Marcela durante sua entrevista.

Em dezembro de 2020, Marcela e seu namorado conseguiram trazer os pais e o casal de irmãos dele pela modalidade de reunião familiar. Interessante analisar este caso que, mesmo com a fronteira terrestre entre Santa Helena (Venezuela) e Pacaraima (Brasil) oficialmente fechada, os pais e irmão do namorado de Marcela conseguiram atravessar a fronteira, regularizar seus documentos e embarcar via interiorização. Em fevereiro de 2021, a cunhada, o cunhado e o sogro já haviam sido contratados no mesmo setor onde atuava o namorado, mesclando entre os turnos dos profissionais.

Um ponto de interesse sobre as modalidades e a efetividade dos encaminhamentos voluntários de pessoas venezuelanas para as diferentes localidades é que a modalidade VES apresenta um maior tempo de despacho em comparação com as demais modalidades. Cientes desta informação, a família do namorado de Marcela decidiu inicialmente ser realocada para o município que viviam para só então buscarem trabalho, tendo sido esta oportunidade de trabalho já cogitado pela Marcela e seu namorado junto ao departamento de recursos humanos da empresa. Em Boa Vista (RR), apenas o namorado de Marcela conseguiu gerar renda, sendo que todos os demais membros da família dele viveram com os recursos que foram enviados pelo casal (Marcela e seu namorado) em razão dos trabalhos formais que passaram a exercer.

Nos primeiros dias de trabalho, mesmo contando com outros conterrâneos trabalhando no mesmo espaço, a grande dificuldade de adaptação, segundo Marcela, foi o idioma. Foram raras as ocasiões em que Marcela havia se distanciado de outros venezuelanos para quaisquer questões tratadas e no novo emprego, em função das demandas de trabalho, ela passou a trabalhar ao lado de brasileiros. Tal questão não gerou uma insegurança maior pelo fato da multinacional já ter passado por experiências anteriores como esta, havendo, portanto, mediadores de idioma (os próprios venezuelanos que foram contratados anteriormente e já conhecem os serviços a serem feitos) para que todas as informações iniciais sobre procedimentos e ofícios fossem repassadas em espanhol ao novo grupo recém-contratado,

facilitando assim o entendimento e a consequente adaptação ao posto.

Mesmo durante a vigência da pandemia de Covid-19, 12 meses após a sua contratação, outros profissionais venezuelanos que chegaram com ela já não mais estavam trabalhando na empresa, por opção do próprio grupo que buscou e encontrou outras oportunidades na mesma cidade e em outras da região, seguindo a lógica comum de que um “desbrava” o novo emprego e isso possibilita a reinserção dos demais. Em contraponto aos que partiram, Marcela iniciou um curso técnico profissionalizante pelo SENAC local com o objetivo de subir de posto dentro da empresa, algo que deve ocorrer ainda em 2022, assim que ela conseguir comprovar a conclusão do curso que está fazendo já há quase dois anos, de acordo com o gestor da profissional. “Em geral, quando sentimos que a pessoa tem o ímpeto de fazer carreira, incentivamos que isso possa acontecer, ainda mais quando a família está presente, pois é uma segurança a mais de que eles vieram para ficar”, afirma.

Essa perspectiva se dá em razão de que muitas fábricas, as grandes indústria de alimentos, estarem localizadas em cidades historicamente com baixas taxas de desemprego, no interior de estados relativamente com estabilidade econômica e baixos índices de pobreza nestes municípios. A carência de mão de obra em postos operacionais faz com que a empresa tende a lapidar os talentos para os promover, cientes de que a rotatividade é uma realidade, “ainda que os profissionais venezuelanos tenham um *turnover* inferior ao de brasileiros”, afirma o gestor de Marcela. Em pouco tempo, e por toda a sua desenvoltura, ela se tornou uma referência entre os demais contratados, atuando como “operadora tradutora”, um posto destinado a receber e explicar aos grupos recém-chegados suas atribuições e funções, assim como toda a dinâmica e rotina da empresa.

Salvo a exceção mencionada, em linhas gerais, os gestores de recursos humanos – que também acompanharam as entrevistas virtuais realizadas com as colaboradoras empregadas – disseram não haver qualquer tipo de entrave ou respaldo negativo por parte dos órgãos públicos locais e das relações institucionais entre empresa e governo local. Porém, o ponto de maior demanda por parte das famílias, e consequentemente das empresas, é justamente relacionado aos cuidados com os filhos, sendo a creche uma demanda contínua por parte das profissionais.

Um fator temporal a ser considerado é que as entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro, quando havia proximidade com o período eleitoral e ao

menos naquele momento tinha-se maior predisposição a afirmações positivas da relação entre o privado e o público – até porque as empresas contratantes dos profissionais venezuelanos têm um peso na economia local e críticas a este respeito poderiam comprometer as relações institucionais vigentes, indesejável neste período.

É evidente, na fala do gestor da Marta, uma inclinação de enxergar as pessoas venezuelanas como mais dispostas aos trabalhos físicos/manuais, o que implica um elemento de estigmatização da população como um todo, de forma similar ao recorte da pesquisa feita por Carvalho (2017), a quem verificou a associação de profissionais negros como mais propícios para trabalhos braçais. No caso da empresa em que Marta trabalha, o fato do gestor considerar os venezuelanos mais “dóceis” – e foi este o adjetivo usado – faz com que se atente a questão da exploração da força de trabalho (ainda que se tenda a cumprir o contrato previsto). E desta esfera a Operação Acolhida já não está mais presente, conforme dito anteriormente.

O gestor da Marcela mencionou que “a empregabilidade de pessoas venezuelanas é positiva em resultados e também em relação à diversidade, pois assim conseguimos tornar as fábricas mais parecidas com a realidade do país”, um evidente exemplo de conciliar uma visão empresarial (diversidade) com a questão de produtividade (dedicação e menor rotatividade). Em contraponto, algo que as empresas mencionaram passar por casos delicados dentre os empregados venezuelanos se referente ao planejamento financeiro. Esta questão foi comentada entre os gestores como um elemento negativo da contratação de “alguns profissionais venezuelanos”, em especial de homens solteiros que se agrupam e fazem mal uso de seus salários – estando em bares e casas de jogos/apostas. Este recorte também tem relação com a questão geracional, sendo que as gerações Z e Y tendem a ficar menos nas vagas de trabalho operacionais “pela inquietude e constante desejo de mudança por parte dos mais jovens e quando não ascendem rapidamente, sentem-se desprestigiados” – uma realidade tanto para venezuelanos como para brasileiros contratados.

Outro fator interessante, dito pelos gestores, é que a contratação de um profissional venezuelano em geral é mais cara, porém mais duradouro. Se a permanência é consequência da necessidade e do interesse de se gerar renda, o valor da contratação se torna mais elevado justamente pela “dificuldade de se ter uma agenda de compromissos efetivo com a Operação Acolhida, pois contratamos para

início em um determinado dia e eles chegam geralmente semanas depois”, muito em razão de voos da Força Aérea Brasileira (FAB) cancelados em razão dos usos para outras finalidades das aeronaves ou mesmo para manutenção.

Quando se dá a chegada de um/a profissional a uma cidade distante e sem qualquer referência, é em razão da extrema necessidade de se trabalhar. Quando não se tem familiares ou outros conterrâneos, conhecidos ou não, como foi no início do processo de contratação, há a necessidade de se criar uma trajetória dos primeiros passos necessários para facilitar o acolhimento de quem chega. Conforme destaca o gestor de Josélia, “neste processo deve haver o comprometimento do time onde a/o nova/o profissional vai trabalhar para que possa estar ambientado, entenda o dia a dia do trabalho e então possa render”. Mesmo cientes de que “tempo é dinheiro”, há uma clara convicção dos gestores de que contratar venezuelanos é um investimento – em amplos sentidos – que vale a pena.

5 CONCLUSÕES

O deslocamento forçado de pessoas refugiadas aumentou em escopo, escala e complexidade no Brasil, em especial a partir de 2017, quando se intensificou a entrada de pessoas venezuelanas em função do agravamento das condições sociais, políticas e econômicas naquele país, contabilizando mais de 670 mil entradas de venezuelanos no Brasil desde 2017 (R4V, 2022).

Como forma de se analisar o problema de pesquisa apresentado, cuja proposta é de elucidar de que maneira a interiorização de mulheres venezuelanas pelo viés laboral contribui para a efetiva integração local de si e de seus pares (familiares, parentes e conhecidos), realizou-se um estudo de caso analisando a trajetória de três mulheres venezuelanas, tendo como método de pesquisa o *process tracing* para que se pudesse efetivamente concluir sobre os ganhos de autossuficiência derivados da empregabilidade formal deste recorte feito.

A estruturação dos capítulos teve por base a sequência lógica de se contextualizar as formas e métodos pelos quais a pesquisa seria realizada para que se pudesse responder ao problema posto, em especial por considerar um amplo recorte de pesquisas já realizadas sobre o tema da empregabilidade de pessoas venezuelanas interiorizadas, mas sem que haja nenhum levantamento sobre as consequências da empregabilidade de profissionais junto aos seus pares sociais (familiares, parentes e/ou conhecidos), em especial por parte das mulheres venezuelanas de diferentes perfis: casada, mãe sola e solteira. A não segmentação das diversas pesquisas mencionadas nesta tese como referência permite considerar que a empregabilidade de mulheres é de fato mais complexa que a dos homens, porém, sem justificar as raízes por trás deste fato em si – como evidenciado nas entrevistas realizadas com os pontos focais de recursos humanos das empresas, como também do militar da Operação Acolhida sobre o evidente interesse por parte dos empregadores em contratar homens solteiros, desconsiderando até mesmo a formação mais condizente com determinados postos por parte das mulheres venezuelanas.

O acesso ao mercado formal de trabalho tende a agregar outros benefícios de integração pelo viés das mulheres empregadas para além dos ganhos econômicos, pois elas têm uma rede de pessoas mais diretamente dependentes de sua condição para o sustento e acesso aos direitos, como filhos e outros membros familiares, como

idosos (pais) e população em idade economicamente ativa (familiares próximos, em especial irmãos). O ciclo virtuoso da integração local de famílias venezuelanas inevitavelmente passa e é permeado pela mulher. Por este fato, as mulheres tendem a ter um acompanhamento mais próximo por parte das agências humanitárias (justificado pelo maior interesse do setor privado em contratar homens solteiros) e desta maneira, o acesso a fontes financeiras temporárias advindas de doares internacionais para o apoio na integração de pessoas em situação de maior vulnerabilidade fortalece os ganhos de integração de seus pares sociais, redimensionando a economia local de forma inclusiva e construtiva – pela menor rotatividade dos empregados venezuelanas/os. Este ciclo virtuoso depende menos do acompanhamento da Operação Acolhida, que tem suas evidentes limitações uma vez que o traslado dos profissionais decorreu para os efetivos postos de trabalho, conforme noticiado por diferentes matérias jornalísticas sobre a potencial correlação de exploração laboral associado à interiorização de pessoas venezuelanas não acompanhadas após o processo de interiorização.

Considerando-se que o acesso ao trabalho formal seja o principal mecanismo de autossuficiência e garantia de direitos por parte dos profissionais que o acessa, amplificando tais ganhos para suas relações parentais e mesmo sociais, a inserção laboral formal, além de ser o principal fator de interesse por parte dos venezuelanos adultos, é também o garantidor de divisas da integração local. Porém, conforme já destacado antes mesmo da realização da pesquisa, para além do acesso ao trabalho formal, seriam ainda mais efetivos os ganhos de integração local se o posto/cargo de trabalho conquistado pela profissional venezuelana fosse condizente com sua formação e experiências prévias. Dentre as entrevistas realizadas, apenas Josélia teve seus conhecimentos e experiência anterior de trabalho considerados como facilitador do contrato de trabalho, sendo ela também a que detém maior renda mensal dentre as entrevistadas por ter seus conhecimentos valorizados. Em comum, os casos analisados contemplam o amplo potencial das mulheres venezuelanas de buscar outras possibilidades de trabalho para seus familiares e conhecidos, inclusive já os direcionando para ampliar a rede solidária de apoio social – quando os serviços de um impactam na qualidade de apoio da outra pessoa no exercício de suas funções – assim como de realizar toda a gestão de seus filhos (quando é o caso) no contexto das responsabilidades familiares assumidas, sobrecarregando-as de forma muito mais intensa do que os homens interiorizados.

Importante frisar que o recorte feito às mulheres na pesquisa se deu após o levantamento de dados e informações de outras pesquisas e das entrevistas prévias realizadas ao campo, sendo, portanto, um ponto crítico de análise em razão de não haver um aprofundamento específico sobre esta segmentação quando se analisa a empregabilidade advinda da Operação Acolhida. Mesmo em face das dificuldades associadas às discrepâncias de sexo e composição familiar, fica evidente, como proposto pela hipótese levantada, de que a empregabilidade formal de uma mulher venezuelana realmente contribui para a garantia do exercício de direitos e de ganhos sociais não só dela mesma, mas também de seus pares, sendo que a ampliação da renda advinda com a conquista desta vaga de trabalho tende a refletir em maior bem-estar social e segurança financeira, favorecer o acesso à educação e mesmo ampliar os resultados das empresas contratantes, ainda que os dados obtidos não possam ser generalizados, pois não são representativos e tampouco são um comparativo entre os gêneros – ainda mais pelo recorte desta amostra considerar o caso de empregabilidade de duas mulheres com formação técnica concluída e uma com ensino superior, o que não representa estatisticamente o todo desta população, tendo por base a crescente desqualificação e situação de maior vulnerabilidade dos fluxos recentes, o que traria uma camada ainda mais densa para a análise da pesquisa.

Ainda que detenham formação superior acima da média entre suas conterrâneas, as mulheres venezuelanas entrevistadas assumem postos de trabalho que estão notoriamente aquém de suas capacidades e conhecimentos, havendo fatores que elevam ainda mais as barreiras para a inclusão horizontalizada, quando a capacidade dos profissionais é absorvida na íntegra pelo posto de emprego conquistado. Dentre estas barreiras, sem dúvida o sexismo estrutural é evidente inclusive na narrativa dos empregadores, havendo também outras conotações como a ligação com uma determinada religião ou mesmo a idade dos filhos que, quanto mais avançada, maior o potencial de empregabilidade – tendo-se por base a narrativa dos gestores de RH entrevistados em que “as crianças mais velhas são menos dependentes das mães”.

Um ponto de evidente atenção no estudo de caso realizado é de que, embora a análise dos postos de trabalho tenha sido feita com base na empregabilidade via interiorização com o recorte específico de mulheres, os empregos derivados de sua vinda para um novo município para trabalhar impactam mais positivamente aos homens que chegam com ou por meio delas, reforçando assim o evidente ciclo de que

eles estariam mais propensos a conquistar novas vagas de trabalho do que elas, em especial em grupos familiares onde haja crianças – cuja associação direta se daria pela responsabilidade das mães. Ainda que a presente tese tenha um interesse específico sobre os ganhos sociais advindos com a interiorização de mulheres venezuelanas, não se pode considerar este trabalho como um estudo de gênero, pois este é um conceito e não uma categoria descritiva (se assim fosse teria sido necessário entrevistar também homens e se aprofundar conceitualmente no conceito de gênero, cuja proposta não se fundamenta nesta tese).

Neste ponto, contrapõem-se a composição das forças armadas que integram a Operação Acolhida com a perspectiva de um entendimento amplo dos temas de relevância social no Brasil, como o fato mencionado de que a interiorização laboral de mulheres requer um esforço adicional de convencimento que possivelmente não é realizado nas tratativas entre empregador e força tarefa, onde então o principal empregador de profissional venezuelanos cumpre uma função executiva, não transformadora de uma realidade como seria necessário. Deixa-se, portanto, de potencializar uma ação de inclusão social – a empregabilidade de pessoas refugiadas e migrantes – em um escopo mais amplo de remodelação do mercado de trabalho, como por exemplo reforçando, junto aos empregadores, a necessidade de considerar a empregabilidade de mães solteiras em postos de alto nível hierárquico, logicamente condizente com sua característica e perfil.

Conforme apresentado no terceiro capítulo, as mulheres, em geral, são as mais prejudicadas no que se refere a inserção no mercado de trabalho formal; quando trabalham, são as que possuem menores salários; são também as que têm menor jornada de trabalho – muito em razão da necessidade das funções adicionais que exercem do trabalho doméstico e de cuidado com filhos e outros dependentes, sendo, em muitos casos, que ela se adapte à oferta de trabalho, ainda que isso a sobrecarregue em razão da pressão social de ser a “responsável pela família”. As mães-solo apresentam um nível de vulnerabilidade ainda maior em relação ao mercado de trabalho, o que muitas vezes reflete em ainda menor remuneração. Já as pessoas de baixa escolaridade (não escolarizadas e com ensino fundamental incompleto), o que não é o caso da presente pesquisa, mas sim há fundamentos em outras pesquisas aqui mencionadas, também apresentam grande vulnerabilidade em relação ao mercado de trabalho, principalmente em função de não estarem

familiarizadas com a língua portuguesa e por terem menos acesso às estruturas de informação e oportunidades.

Dentre as três entrevistas realizadas com mulheres que foram pela Operação Acolhida, há diversos elementos comuns e divergentes em suas trajetórias que também são compostas por perfis distintos. Há de se evidenciar, já de início, que as vagas de emprego são mais direcionadas para homens solteiros do que para as mulheres – os homens representam 69% dos profissionais empregados pela VES, eles são apenas 49% dos abrigados em Boa Vista ([ACNUR, 2022b](#)). Além disso, há claramente a intenção das famílias em enviar inicialmente os mais jovens ao novo destino justamente por eles terem maior potencial de empregabilidade, compondo um recorte de profissionais em idade economicamente ativa. Uma vez que o caminho esteja “desbravado”, a proposta é de fazer com que seus familiares, em especial os grupos de idades similares, possam vir na sequência, na medida em que haja uma certa estabilidade com as condições para este recebimento dos familiares.

Ainda que, de maneira geral, o número de homens e mulheres venezuelanas interiorizadas seja similar – enquanto eles representam 51,7% da população interiorizada, elas representam 48,2% – as diferentes modalidades de interiorização refletem de forma diferente este recorte de sexo, o que afeta diretamente a integração socioeconômica dessa população. Mulheres estão sub-representadas na modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (27,3%) e são maioria (57,3%) na modalidade de reunificação familiar, tornando evidente o fato de homens serem empregados para que as mulheres (com seus filhos comuns) cheguem na sequência deste processo.

Embora a maior parte da população interiorizada e abrigada resida com cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio (aproximadamente 67% do total), entre as abrigadas, verificou-se uma proporção maior de pessoas que têm filhos e filhas (91%) em relação às interiorizadas (79,2%). Pessoas interiorizadas com filhos e filhas têm participação expressiva entre as que se interiorizaram na modalidade institucional (92,2%) e reunificação familiar (83,8%) e menor entre as que foram interiorizadas com vaga de emprego sinalizada (74,5%), novamente reforçando a dificuldade de se empregar mulheres com filhos. Em contraposição, na interiorização laboral, profissionais solteiros e/ou sem filhos acabam tendo mais possibilidade de conquistarem as vagas de emprego formal.

Nesse sentido, é preciso considerar a importância das dimensões de sexo, idade, composição familiar e vínculos sociais como elementos fundamentais de

reinserção na sociedade laboral, antes, durante e após o processo de interiorização, que também tem se mostrado arcaico na forma como as oportunidades de trabalho são buscadas, assim como na articulação com as empresas no envio dos profissionais, gerando insegurança de novas contratações não pela capacidade dos profissionais venezuelanos – o que, em sua maioria, é inquestionável – mas sim na maneira pela qual a efetiva interiorização dos profissionais é realizada, dias depois do que havia sido previamente previsto.

Reconhece-se também, os êxitos e avanços da Operação Acolhida enquanto resposta humanitária do governo brasileiro diante ao fluxo de venezuelanos que buscam proteção internacional, em especial nos âmbitos de acolhida (como abrigo e alimentação) e do acesso e regularização documental, garantindo assim o usufruto dos serviços públicos e bens e serviços básicos oferecidos, ainda que tais ações estejam orçadas em contexto de emergência humanitária e não de política pública implementada, como deveria ser. Porém, há de se considerar junto ao programa de interiorização uma série de lacunas derivadas da falta de interlocução entre todos os entes atuantes: das forças armadas e do governo federal junto aos governos estaduais e municipais, ao setor privado interessado na contratação de profissionais venezuelanos que desconhecem a OA, organizações da sociedade civil e instituições que lidam com a temática. Estes desalinhamentos processuais e de logística, como destacado nas entrevistas realizadas neste trabalho, reduzem ganhos maiores do processo de integração local, sendo necessário constantes aperfeiçoamentos – como no caso da chegada de novos contingentes das forças armadas para que seja dada continuidade aos processos já iniciados – e capacidades de adaptação, como no caso da pandemia de Covid-19 em que as fronteiras terrestres permaneceram fechadas durante mais meses do que a aérea.

Profissionais do serviço público nos locais de acolhida, por exemplo, declararam-se recorrentemente estar desamparados de informações no início do programa de interiorização, deixando lacunas sobre como melhor lidar com a chegada das pessoas venezuelanas (em seus variados perfis e composição, inclusive com necessidades específicas em alguns casos) e consequentemente da responsabilidade das empresas neste processo. Da mesma forma, uma maior coordenação entre os executores de programas e os gestores públicos antes da chegada dos profissionais venezuelanos seria fundamental para promover o apoio institucional formal, visando um processo mais eficiente de inclusão desta população no mercado de trabalho local

– sem que as evidentes disputas partidárias tenham um efeito corrosivo na vida das pessoas que requerem proteção e tratamento respeitoso. A troca de saberes entre os municípios da interiorização e apresentações de resultados por parte das empresas contratantes, por exemplo, poderiam ampliar a receptividade e acolhida em outros municípios, além de tornar o processo mais harmônico entre os anseios das pessoas refugiadas e as instituições facilitadoras do processo de integração, assim como também para a população local para onde são encaminhadas as pessoas venezuelanas em suas novas etapas de vida, de forma a promover um convívio pacífico, sem xenofobia e de apoio mútuo entre as populações.

As preocupações mais evidentes relacionadas ao programa de interiorização na modalidade VES incluem a assertividade dos direitos adquiridos para que não seja realizado e muito menos perpetuado afrontas aos direitos trabalhistas, como já noticiado em diferentes matérias de investigação jornalística; a sustentabilidade dos ganhos iniciais para que se considerem políticas flexíveis/sazonais de novas contratações de colaboradores no longo prazo; e a garantia de que a receptividade inicial das comunidades de acolhida não se esgote, o que seria prejudicial tanto para os anfitriões como para os locais de acolhida, sendo necessário para isso campanhas informativas junto aos diversos parceiros locais envolvidos na resposta.

Para além do contato direto junto ao setor privado, contratante dos profissionais venezuelanos, torna-se fundamental também a articulação por parte da Operação Acolhida com os entes que exercem influência sobre as empresas, e não necessariamente apenas às de pequeno e médio portes, embora seja mais evidente nestas: a presenças das instituições religiosas, articuladas em uma rede de contatos que facilitam o trânsito de informações e mesmo a propensão de se contratar por laços de confiança que são construídos entre as instituições correlacionadas em diferentes municípios, como tem-se exemplificado no caso de Josélia (a ser aprofundado na sequência). Em muitos casos, as próprias instituições religiosas atuam de forma mais efetivas do que os serviços públicos, como por exemplo no encaminhamento e consequente contratação de postos de trabalho referenciados.

Em termos econômico e de geração de divisas locais, conforme destacado no segundo capítulo, as contribuições das pessoas refugiadas aos países e mais especificamente às cidades de acolhida se dão de múltiplas formas e cobrem aspectos de diferentes áreas, muitas das quais inquantificáveis, como no caso das esferas da cultura e do desenvolvimento social. Na movimentação da economia local, torna-se

evidente as diversas contribuições ao se agregar as pessoas refugiadas no mercado de trabalho, gerando divisas pelo pagamento de impostos, no consumo produtos e serviços, ao agregar conhecimentos e saberes técnicos aos processos produtivos e por diversificar os modelos de economia local ao empreender. Em síntese, “estrangeiros preenchem funções vitais em variados nichos de mercado, ampliando as oportunidades existentes, contribuindo para a inovação e criação de novos negócios” (SHIERHOLZ, 2013, p.30). Pela disposição de se deslocarem até onde as oportunidades de emprego são fornecidas, os trabalhadores de outras nacionalidades contribuem diretamente para o crescimento descentralizado de diversas áreas e segmentos, sem acarretar, com isso, o acréscimo nos salários de longo prazo, ao mesmo tempo em que se evita a redução de salários e do desemprego em áreas que crescem mais lentamente – muito possivelmente o que decorre por parte da interiorização de venezuelanos para diversas cidades brasileiras, embora tal fato não tenha sido estudado sob esta perspectiva.

Reforçando as pesquisas já realizadas anteriormente, divulgadas nos capítulos anteriores (ACNUR e Aldeias Infantis, 2021; ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021; REACH, 2019; Banco Mundial e ACNUR, 2021), a interiorização laboral garante efetivamente maior receita financeira, facilita o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, dinamiza muito mais a economia e, conseqüentemente, promove o bem-estar da população empregada e de seus familiares. Neste estudo de caso, o fato das mulheres venezuelanas entrevistadas estarem vivendo em cidades do interior dos estados do Paraná e de Santa Catarina reforçam tais conquistas de inclusão social. Mesmo sem que soubessem bem para onde realmente estavam sendo encaminhadas – eis mais um agravante do programa de interiorização –, sobre a realidade destas cidades em detrimento de outras – já que não tinham escolhas e sim uma única oportunidade, as mulheres venezuelanas sabiam que seria uma melhor condição do que a vigente.

A pesquisa realizada pelo ACNUR e Aldeias Infantis (2021) com a população venezuelana interiorizada pela modalidade institucional (quando deslocadas dos abrigos de Boa Vista para outros centros de acolhimento financiados pelo ACNUR) reforça a opinião positiva por parte dos beneficiários do programa: 93% dos respondentes afirmaram ser bom (46%) ou muito bom (47%) o relacionamento com seus vizinhos brasileiros; e 78% dos respondentes afirmaram não ter interesse de

retornar a Venezuela – índice este que atingiu a totalidade das mulheres entrevistadas na presente pesquisa.

Embora os gestores das empresas entrevistadas não tenham afirmado na entrevista feita com as profissionais venezuelanas contratadas, é evidente o quão um casal com filhos pode dificultar o processo de ser selecionado para as vagas de trabalho – ainda mais se a pessoa em busca de trabalho for uma mãe sola, reforçando assim o estigma e a realidade social machista e até misógina da sociedade brasileira. O grande desafio ao processo de integração local do grupo de arranjos monoparentais de venezuelanos começa por prover condições estruturais para que tais chefes de família, que são principalmente mulheres, possam dispor, ao longo de sua jornada diária, de um período ou intervalo de horas para o trabalho e que possa haver meios de apoio coletivo ou mesmo público e privado no cuidado com os filhos e com os familiares doentes – o primeiro passo para a autossuficiência é permitir que estejam disponíveis para acessar o mercado de trabalho e disso depende também a estruturação da rede pública de serviços das cidades de acolhida que integram a interiorização.

Paralelamente, a tão destacada logística da Operação Acolhida, considerada um exemplo global de distribuição das responsabilidades entre os entes federativos e de eficiência no deslocamento voluntário de pessoas para milhares de cidades brasileiras, aparenta não ser tão eficiente como no discurso. Os gestores das empresas criticam a demora e a insegurança em relação aos prazos de envio dos profissionais selecionados para o trabalho, o que acarreta uma preocupação adicional – e outras despesas não previstas – para o efetivo início dos trabalhos, como a perda da capacidade produtiva em momentos que podem ser considerados fundamentais para os fins da contratação. Essa percepção é comum entre as empresas entrevistadas, mesmo sendo elas de diferentes portes e segmentos de atuação. Aliás, há de se destacar que todas as empresas contratantes que viabilizaram as entrevistas são de grande porte, sendo uma referência de benfeitorias para os municípios onde estão localizadas – tanto pelo número de profissionais empregados, assim como na geração de divisas aos municípios.

Em paralelo, o papel exercido pelas instituições religiosas no processo de influência como agente de empregabilidade, deve ser considerado inclusive como elemento estruturante da política de interiorização – ainda que este tema requeira o aprofundamento por parte de outras pesquisas, é evidente o quanto diferentes grupos

religiosos influenciam o processo de contratação em empresas que têm em cargos de gestão profissionais de forte vínculo religioso. Possivelmente, tal influência perpassa o escopo de atuação da empresa e reflete também no âmbito público, embora tal questão demande pesquisas com este recorte para que tais indicações sejam confirmadas ou mesmo refutadas. Fato é que há este poder de influência, como foi inclusive mencionado na entrevista realizada com a venezuelana Josélia, membra de uma igreja Batista.

Adentrando-se a outros pontos de interesse específicos de cada uma das entrevistas feitas, além do viés religioso de Josélia, no que se refere ao caso da Marta destaca-se a discrepância dela possuir uma formação superior ao de seu marido e de só ter conquistado uma vaga de emprego formal por imposição dele junto ao empregador, assim como o fato dela ter conseguido dar continuidade ao seu trabalho pelo fato de poder contar com seus pais presencialmente para prover os cuidados dos filhos, em especial do mais novo, por este não ter conseguido estar matriculado na creche pública – caso contrário, sem a presença de seus pais, possivelmente sua ocupação teria menos horas de trabalho, menor rendimento e talvez sem a devida formalidade, o que a posicionaria em um patamar de dependência maior de seu marido, reforçando assim o ciclo de vulnerabilidade tão evidente entre as mães profissionais que buscam sua independência.

Já no caso de Marcela, destaca-se como diferencial entre as demais entrevistadas – e dentre as profissionais venezuelanas e refugiadas como um todo no Brasil – o fato dela ter conquistado uma vaga de trabalho condizente com a sua experiência anterior, mesmo que não seja alinhada com sua formação acadêmica. Fora do padrão também é o fato dela ter sido empregada e, por conta disso, ter conseguido trazer o seu namorado para a cidade em que foi interiorizada, pela modalidade de Reunião Social – onde a profissional teve que apresentar garantias (seus rendimentos e o tipo de contrato formal) para assegurar os meios de subsistência inicial de seu namorado.

Como possíveis encaminhamentos a serem compartilhados para que se cumpra o papel social da presente pesquisa – contemplando-se como os saberes gerados podem ser considerados e discutidos em diferentes instâncias para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas –, considerando-se tanto os estudos anteriores quanto a recente pesquisa, os seguintes aspectos são

apresentados como elementos fundamentais ao aperfeiçoamento do programa de interiorização pela modalidade VES:

1) Estabelecimento de um banco de dados integrado e descentralizado, considerando os diferentes canais de comunicação já existentes entre instituições de apoio e empresas que atuam na localidade, com informações atualizadas, padronizadas e possivelmente com currículos e carta de apresentação virtuais, além de ampla busca ativa de vagas e formação voltada para profissionais de RH de empresas cujos segmentos de atuação têm potencial de empregabilidade (considerando os diferentes de profissionais bilíngues e dispostos a se deslocarem para cidades do interior, por exemplo);

2) Sobrepor-se às condições limitantes para a empregabilidade, propiciando mecanismos (aulas virtuais) para o aprendizado de português em larga escala e de forma acessível (fora do horário comercial, via ensino à distância), assim como propiciar investimentos⁵⁸ para além do sustento, permitindo aos potenciais empregados meios para realizar entrevistas de trabalho (fornecendo ajuda de custo para transporte e conectividade/comunicação, por exemplo);

3) Combater de forma sistemática a xenofobia, causada principalmente pelo desconhecimento da causa dos refugiados ou por influência pública contrária a esta, pois opiniões públicas transfiguradas da realidade limita a absorção do potencial das pessoas venezuelanas no mercado de trabalho. Assim, torna-se fundamental atuar em campanhas de mobilização virtual ou presencial do empresariado local, provendo informações e estatísticas e qualificadas que assegurem a dinamicidade e os benefícios da contratação destes profissionais no mercado brasileiro, evidenciando os ganhos para a realidade local ao destacar características comumente sabidas por parte das empresas que já contrataram profissionais venezuelanos;

4) Estimular uma rede mais ampla e sinérgica entre os venezuelanos empregados e as instituições parceiras – ou concretizar novas parcerias, inclusive

⁵⁸ Os investimentos a serem feitos não necessariamente devem ser feitos em dinheiro, ainda que esta forma seja a mais garantidora de autonomia por parte da população beneficiária. Entretanto, experiências anteriores, como o Projeto SWAN, evidenciam elevada possibilidade de que recursos financeiros sejam remetidos para a Venezuela com o objetivo de ajudar familiares e amigos em situação de vulnerabilidade social. Apesar da extrema importância das remessas sob a perspectiva humanitária (contribuindo para a redução da miséria no país de origem), tal prática limita este apoio enquanto catalisador da inserção laboral do público de interesse, sendo necessário, além disso, que as formas de investimentos possam contemplar as finalidades como um todo, e não parcialmente (como transporte, comunicação e alimentação, por exemplo).

com centros acadêmicos de estudos – de quem atua na ponta da formação, nas localidades onde as empresas de elevada contratação estão inseridas. Uma rede ativa e direcionada para atuar em fins comuns tem maior potencial de se sobrepor aos interesses singulares de toda a articulação já existente;

5) Ampliar a ajuda emergencial/financeira junto as instituições de apoio, como os países doadores, pois tal investimento no momento de chegada à nova sociedade é o que possibilita a tranquilidade necessária para se informar e acessar as redes de serviços existentes, consequentemente garantindo que os direitos sejam postos em prática tanto em relação ao empregado recém-contratado como também junto aos demais membros de sua família com ele interiorizados, evidentemente para o primeiro emprego, quando há diversas dúvidas em termos contratuais.

Como elemento transversal a todos os pontos indicados, torna-se importante reconhecer políticas públicas garantidoras de direitos e incentivadoras de abordagens eficientes sobre a empregabilidade de pessoas venezuelanas, assim como refugiadas e migrantes de outras nacionalidades, repensando as estruturas atuais dos órgãos públicos para consumir meios que viabilizem o acesso destes profissionais à rede de serviços e orientação públicos, fortalecendo as bases tanto para o acolhimento como também para a integração dessa população. Para além de uma ação executiva, é fundamental que uma força-tarefa humanitária, independentemente da composição de seus membros, cumpra uma função de transformação social, onde a equidade de gênero não seja um mero proselitismo, mas sim uma condição assumida de forma a influenciar gestores a repensarem seus modelos de negócio, oportunizando assim que as profissionais mulheres, com ou sem filhos, sejam avaliadas para as atividades laborais com base em seus conhecimentos e que seus anseios e necessidades – como a contemplação de vagas em creches públicas para seus filhos – sejam plenamente contempladas para o efetivo processo de integração local.

REFERÊNCIAS

- ADAMSON, Fiona. *Crossing Borders: International Migration and National Security*. International Security, Vol. 31, No.1, pp. 165-199. The MIT Press, 2006.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Vozes das pessoas refugiadas no Brasil*. UNHCR Publications, 2021(a). Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/ACNUR-Relatorio-Vozes-das-Pessoas-Refugiadas-reduzido.pdf>. Acesso em 18/12/2021.
- _____. *Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil*. Publicações ACNUR e Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2019(a). Disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf. Acesso em 10/07/2021.
- _____. Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil. Publicações ACNUR e Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2020.
- _____. *Protection Monitoring Venezuela Situation*. UNHCR Publications, 2019(b). Disponível em <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/70440> . Acesso em 21/01/2021.
- _____. Global Appeal 2021 Update, 2020(a). Disponível em [https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/ga2021/pdf/Global Appeal 2021 full lo wres.pdf](https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/ga2021/pdf/Global%20Appeal%202021%20full%20report.pdf). Acesso em 21/12/2020.
- _____. *Global Trends: forced displacement in 2021, 2022(a)*. Disponível em <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020>. Acesso em 29/06/2021.
- _____. Monitoreo de protección, Enero 2019(c). Disponível em: <https://data2.unhcr.org/es/documents/details/68323>. Acesso em 21/12/2020.
- ACNUR, 2019(b). Monitoreo de protección, Marzo 2019(d). Disponível em: <https://data2.unhcr.org/es/documents/download/69261>. Acesso em 21/12/2020.
- ACNUR, 2019(c). Monitoreo de protección. Mayo a Junio 2019(e). Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/70520>. Acesso em 21/12/2020.
- ACNUR, 2019(f). Protection Monitoring Venezuela Situation. Update #1, January to June 2019. Disponível em https://www.acnur.org/op/op_prot/5d321d4f4/venezuela-situation-protection-monitoring-january-june-2019.html. Acesso em 10/02/2021.
- ACNUR, 2021(b). Dashboard do perfil dos abrigos em Boa Vista. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTRhOWVlOTgtYTtk2MS00YmY3LWEyY2Yt>

MGM1Y2MzODFiMmVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1.

Acessado em 20/01/2021.

ACNUR, 2022(b). Dashboard da estratégia de interiorização. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao>. Acessado em 20/01/2021.

ACNUR e Aldeias Infantis, 2021. *A interiorização de venezuelanos na modalidade institucional: lições aprendidas, desafios e oportunidades*. Disponível em <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/Sum%C3%A1rio-Pesquisa-Acnur-Aldeias-pt9219.pdf>. Acessado em 20/10/2022.

ACNUR e SJMR, 2020. Georreferenciamento de pessoas atendidas em 2019 pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Minas Gerais. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap_SJMR_19062020_baixa.pdf. Acessado em 23/09/2020.

ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021. Pesquisa Moverse: Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/relatorio_completo.pdf. Acessado em 22/10/2022.

Al-SHARMANI, Mulky. *Refugee Livelihoods Livelihood and diasporic identity constructions of Somali refugees in Cairo*. UNHCR Working Paper No.104. New Issues in Refugee Research. Geneva: UNHCR, 2004.

ALMEIDA, Vanderson Mota, 2020. *Operação Acolhida: prevalência dos Direitos Humanos*. Blog do Exército Brasileiro. Disponível em <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/operacao-acolhida-prevalencia-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em 04/07/2021.

ANDREAS, Peter e SNYDER, Timothy. *The Wall around the West: State Borders and Immigration Controls in North America and Europe*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2000.

ANDREWS, Gale Lacey. Sustaining relationships across borders: Gendered livelihoods and mobility among Sierra Leonean refugees. *Refugee Survey Quarterly*, 25, 2, 69-80, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAENINGER, Rosana e FERNANDES, Duval. *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil: resultados de pesquisa*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália D.; DOMENICONI, Joice de Oliveira. Atlas temático: observatório das migrações em São Paulo – migrações venezuelanas. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.
- Banco Mundial. Evento Virtual: Retos y oportunidades de la #MigraciónVenezolana en #Ecuador. 25 de junho de 2020. Disponível em www.bancomundial.org/es/events/2020/06/17/evento-virtual-retos-y-oportunidades-de-la-migracion-venezolana-en-ecuador. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
- Banco Mundial e ACNUR. Integração de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil, 2021. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pages-Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.
- BEACH, Derek e PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Michigan: University of Michigan Press, 2013.
- BEFANI, Barbara; STEDMAN, Gavin. Process tracing and bayesian updating for impact evaluation. *Evaluation*, v. 23, n. 1, p. 42-60, 2017.
- BENNETT, Andrew e CHECKEL, Jeffrey T. (Eds.). *Process-tracing: from metaphor to analytic tool. (Strategies for Social Inquiry)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BENNETT, Andrew e GORGE, Alexander L. *Case studies and theory development in the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BETTS, Alexander. Global Compact on Refugees: Towards a Theory of Change? 2018.
- BETTS, Alexander; BLOOM, Louise; KAPLAN, Josiah; e OMATA, Naohiko. *Refugee Economies: rethinking popular assumptions*. University of Oxford, 2014.
- BLOUIN, Cécile. Estudio sobre el perfil socio económico de la población venezolana y sus comunidades de acogida: una mirada hacia la inclusión, 2019. Lima: Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú.
- BRASIL. Portal do empreendedor – estatísticas. Brasília: governo federal, 2020a. Disponível em: <https://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em 15 jan. 2019.

_____. *Operação Acolhida*. Brasília: governo federal, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em 26 jan. 2020.

CARD, David. *How immigration affects U.S. cities*. CReAM Discussion Paper No. 11/07. 2007.

_____. *Immigrant inflows, native outflows and the local labor market impacts of higher immigration*. Journal of Labor Economics. Vol. 19, No. 1, pp. 22-64. 2001.

CARD, David, e DINARDO, John. *Do immigrant inflows lead to native outflows?* National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 7578. Cambridge, Mass.: NBER, 2000.

CARE (2019). *Las mujeres migrantes y refugiadas venezolanas y su inserción en el mercado laboral peruano: dificultades, expectativas y potencialidades*. Peru: PUC-Perú.

CARNEIRO, P.; LEE, S.; e REIS, H. *Please call me john: Name choice and the assimilation of immigrants in the United States, 1900-1930*. Labour Economics, 2020.

CARUSO, German, CANON, Christian Gomes e MUELLER, Valerie. *Spillover e effects of the Venezuelan crisis: migration impacts in Colombia*. Oxford Economic Papers, 2019.

CARVALHO, Leandro. *Caminhos para o refúgio: inserção produtiva e social de refugiados*. Brasília: UnB, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de. *Relatório Anual 2020*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2020.

_____. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tania. *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília 2015.

CECCHINI, Simone, MARTINEZ, Rodrigo, FILGUEIRA, Fernando e ROSSEL, Cecilia. *Towards universal social protection and policy tools. Economic Commission for Latin America and the Caribbean*. Santiago: Eclac books, 2015.

CHAMBERS, R. *Hidden Losers? The Impact of Rural Refugees and Refugee Programs on Poorer Hosts*. The International Migration Review, 20, 245-263. 1986.

- CHATTY, Dawn e MARFLEET, Philip. *Conceptual problems in forced migration*. Refugee Survey Quarterly, Vol. 32, No. 2, pp. 1–13. Oxford: Oxford Press, 2013.
- CHIMNI, BS. *From resettlement to involuntary repatriation: towards a critical history of durable solutions to refugee problems*. Jawaharlal Nehru University: New Delhi, 1999.
- COLLIER, David. *Understanding process-tracing*. *PS: Political Science and Politics*, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.
- COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. Outdate views of qualitative methods: time to move on. *Political analysis*, v. 18, p. 506-513, 2010.
- COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). *Refúgio em Número*. 4a edição, 2019. Disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em 30/11/2019.
- CRASNOW, Sharon. *Evidence for use: causal pluralism and the role of case studies in Political Science research*. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 41, p. 26-49, 2011.
- CRESWELL, John W. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage Publications, 2007.
- CRISP, Jeff. *UNHCR, Refugee Livelihoods and Self-Reliance: Brief History*. Disponível em www.unhcr.org/research/RESEARCH/3f978a894.html. UNHCR, 2003.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins e ARAÚJO, Carmem E. Leitão. *Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília: Enap, 2018.
- DE HASS, Hein. *Migration and development: a theoretical perspective*. *Migration Review Vol. 44*, 2010.
- DELPHY, Cristine. *Teorias do Patriarcado*. In: Hirata, Helena [et al] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- DICK, Shelly. *Liberians in Ghana: living without humanitarian assistance*. Working Paper No.57. New Issues in Refugee Research. UNHCR, Geneva, 2002.
- DUNNING, Thad. *Improving Process Tracing. The Case of Multi-Method Research*. In: Bennett, Andrew; Checkel, Jeffrey (Eds.). *Process Tracing. From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 211-236, 2015.
- DURAND, Jorge; PARADA, Emilio, e MASSEY, Douglas. *Migradollars and Development: A Reconsideration of the Mexican Case*. *International Migration Review*, 30, 2, 423-444, 1996.
- DUSTMANN, Christian; FRATTINI, Tommas e GLITZ, Albrecht. *The impact of migration: a review of the economic evidence*. 2007.

_____. *The labour market impact of immigration*. Oxford Review of Economic Policy, 24 (3), 477–494. 2008.

FEATHERSTONE, Andy. *Afghanistan: a case study – strengthening principled humanitarian response capacities*. Alnap. 2012. Disponível em: www.alnap.org/resource/6337. Acesso em: 24 de janeiro 2021.

FERNANDES, Florestan. A família patriarcal e suas funções econômicas. Revista da USP. São Paulo, n.92, 1996.

FRELICK, Bill. *Afterword: Assessing the Prospects for Reform of International Refugee Law*, em Hathaway (ed.). *Reconceiving International Refugee Law*, pp. 147-57. Frelick. *The Year in Review*, em The World Refugee Survey. New York: United States Committee for Refugees, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro, 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *Regional Spillovers from the Venezuelan Crisis: Migration Flows and Their Impact on Latin America and the Caribbean*. 2022.

GARDI, Rez. *The future solutions. Reference Paper for the 70th Anniversary of the 1951 Refugee Convention*. Em *People Forced to Flee: History, Change and Challenge*. 2001.

GERRING, John. *The case study: what it is and what it does*. In: Boix, Carles; Stokes, Susan Carol (Eds). *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford Press, 2007.

GLOBAL HUMANITARIAN ASSISTANCE. (2017). “*Defining humanitarian assistance*”. Disponível em www.globalhumanitarianassistance.org/data-guides/defining-humanitarian-aid. Acesso em 23 de janeiro 2021.

GRABSKA, Katarzyna. *Marginalization in urban spaces of the global South: urban refugees in Cairo*. Journal of Refugee Studies, 19, 3, 287-307. 2006.

GRAHAM, Jimmy; BLE, Martha Guerrero; PANAYOTATOS, Daphne e LEGHTAS, Izza. *From displacement to development: How Colombia can transform Venezuelan displacement into shared growth*. Center for Global Development, 2020.

GRANDI, Filippo. Opening statement at the 72nd session of the Executive Committee of the High Commissioner’s Programme. 4 de outubro de 2021. Disponível em www.unhcr.org/admin/hcspeeches/615ac6ca4/opening-statement-72nd-session-

[executive-committee-high-commissioners-programme.html](#). Acesso em 19 de janeiro 2022.

GUIZARDI, Menara Lube. Migración, integración y nacionalismo: reflexiones para una ciudadanía inclusiva. *Migraciones*, 35, 43–70. Disponível em <https://doi.org/mig.i35.y2014.002>. 2014

HALL, Peter. *Systematic process analysis: when and how to use it*. *European Management Review*, v. 3, n. 1, p. 24-31, 2006.

HALLAK, J.; SIMÕES, A. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

HORST, Cindy. *Money and mobility: Transnational Livelihood Strategies of Somali Diaspora*. Global Migration Perspective No.9. Global Commission on International Migration, Geneva: 2004.

_____. *Refugee Livelihoods: Continuity and Transformations*. *Refugee Survey Quarterly*, 25, 2, 6-22, 2006a.

_____. *Transnational Nomads*. Oxford: Berghahn Books, 2006b.

HUMPHREYS, Adam R. C. *The Heuristic Explanation of Explanatory Theories in International Relations*. *European Journal of International Relations* 17 (2): 257-77. 2010.

INEI (2018). Condiciones de vida de la población venezolana que reside en Perú. Resultados de la “Encuesta dirigida a población venezolana que reside en el país ENPOVE 2018”. Instituto Nacional de Estadística e Informática. Disponível em: www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1666/libro.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic)*, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101668>. Acesso em 30/11/2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*, 2018.

JACOBSEN, Karen. *Livelihoods in Conflict: The Pursuit of Livelihoods by Refugees and the Impact on the Human Security of Host Communities*. *International Migration*, 40, 5, 95-121, 2002.

_____. *The Economic Life of Refugees*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005.

- JUBILUT, Liliana e GODOY, Gabriel Gualano. Orgs. *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017.
- KAY, Adrian; BAKER, Philip. *What can causal process-tracing offer to policy studies? A review of the literature*. The Policy Studies Journal, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2015.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KRASNER, Stephen. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1999.
- KIRSHNER, Jonathan, ed. *Globalization and National Security*. New York: Routledge, 2006.
- LAKATOS, Eva e MARCONI, Marina. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LAZAER, Edward. *Culture and language*. Journal of Political Economy, 107(6). 1999.
- LINDLEY, Anna. *Migrant remittances in the context of crisis in Somali society*. Humanitarian Policy Group, HPG Background Paper 25, ODI. United Kingdom: 2006.
- _____. *Protracted displacement and remittances: the view from Eastleigh, Nairobi*. UNHCR Research Paper No.143. New Issues in Refugee Research, UNHCR, Geneva: 2007.
- _____. *The Early Morning Phone Call*. Oxford: Berghahn Books, 2010.
- MAHONEY, James. *The logic of process-tracing tests in the Social Sciences*. Sociological Methods & Research, v. 41, p. 570-597, 2012.
- MANACORDA, Marco; MANNING, Alan, e WADSWORTH, John. *The Impact of Immigration on the Structure of Male Wages: Theory and Evidence from Britain*. IZA Discussion paper No. 2352. Germany, 2006.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MAZZA, Jacqueline. *Venezuelan migrants under covid-19: South America's pandemic under differing emergency policies*. 2020.
- MCKINSEY & COMPANY. *Diversity Wins: How Inclusion Matters*. Disponível em shorturl.at/ghmW9. 2020.
- MILNER, James e LOESCHER, Gil. *Responding to protracted refugee situations: Lessons from a decade of discussion*. Refugee Studies Centre, Policy Briefing No.6. University of Oxford, 2011.

- MONSUTTI, Alessandro. *War and migration: social networks and economic strategies of the Hazaras of Afghanistan*. Oxford: Routledge, 2005.
- NEUMAYER, Eric. *Bogus Refugees: The Determinants of Asylum Migration to Western Europe*. *International Studies Quarterly*, Vol. 49, No. 3, p. 389-410, 2005.
- OLIVEIRA, Tadeu e OLIVEIRA, Wagner. “A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares? Imigração e Refúgio no Brasil”, Relatório Anual 2020. Brasília: Observatório das Migrações (ObMigra), 2020.
- OLIVIERI, Sergio, ORTEGA, Francesc, RIVADENEIRA, Ana e CARRANZA, Eliana. *The Labor Market Effects of Venezuelan Migration in Ecuador*. IZA Discussion Paper Series, 2020.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Monitoramento de Fluxo populacional venezuelano no Brasil DTM*. Rodada 5, disponível em: www.globaldtm.info. OIM, 2019.
- OTTAVIANO, Gianmarco e PERI, Giovanni. *Rethinking the Effect of Immigration on Wages*. National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 12496. Cambridge, 2006.
- _____. *The Effect of Immigration on U.S. Wages and Rents: A General Equilibrium Approach*. CReAM Discussion Paper No. 13/07. London, UK, 2007.
- _____. *Immigration and National Wages: Clarifying the Theory and the Empirics*. Working Paper No. 14188. Cambridge, 2008.
- OXFAM (2020). Yes, but not here: perceptions of xenophobia and discrimination towards Venezuelan migrants in Colombia, Ecuador and Peru. Great Britain: Oxford.
- PACHECO, Leonardo Peñaloza. *Living with the neighbors: The effect of Venezuelan forced migration on wages in Colombia*. CEDLAS Working Paper, 2019.
- PEDERSEN, Jens. *Humanitarian action and peacebuilding: incompatible or complementary?* The State of Peacebuilding in Africa, p. 257-275, 2013.
- _____. *A World Humanitarian Summit that Doesn't Talk About Humanitarian Action*. In MSF Analysis. 2016.
- PEIXOTO, João. *Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada*. In: REMHU, Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019.
- PEREA, Huho. *Inmigración venezolana a Perú: características e impactos macroeconómicos*. BBVA, 2019.
- PERI, Gianmarco. *Immigration, labor markets, and productivity*. *The Cato Journal* 32:1, p. 35-53, 2012.

PERI, Giovanni e SPARBER, Chad. *Task Specialization, Immigration, and Wages*. CReAM Discussion Paper No. 02/08. London, UK, 2008.

PÓLIS. *Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)*. 2021. Acessado em 16/07/2021. Disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf

R4V (2020). Mapa Peru. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7416>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

R4V (2021). *Análise Conjunta Multissetorial das Necessidades de Refugiados e Migrantes da Venezuela no Brasil*.

RAGIN, Charles. *Constructing social research: the unity and diversity of method*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

REACH. *Information Needs Assessment: Venezuelan Migration in Northern Brazil*, 2018. Disponível em https://www.impact-repository.org/document/reach/10e3bba2/reach_bra_report_ina_venezuelan_migration_northern_brazil_november_2018_en.pdf. Acesso em 22 de janeiro 2020.

_____. *A resposta humanitária no Brasil: uma análise sobre a estratégia de interiorização*, 2019. Disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/REACH_Relat%C3%B3rio-de-Interioriza%C3%A7%C3%A3o-FINAL_PORTUGUESE.pdf.

REDIN, Giuliana. *Migrações Internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SARTORI, Giovanni. *Concept misformation in comparative politics*. American Political Science Review, v. 64, n. 4, p. 1033-1053, 1970.

SARZIN, Zara. *The impact of forced migration on the labor market outcomes and welfare of host communities. Reference Paper for the 70th Anniversary of the 1951 Refugee Convention*. Em *People Forced to Flee: History, Change and Challenge*. 2001.

SASSEN, Saskia. *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. *Inmigrantes y ciudadanos: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2013.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte e REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. *Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em ciências sociais*. Revista Teoria & Sociedade, v. 22, p. 13-39, 2014.

SHIERHOLZ, Heide. *Immigration and Wages: methodological advancements confirm modest gains for native workers*. Economic Policy Institute. Briefing Paper, 2010.

_____. *Immigration and its contribution to our economic strength*. Joint Economic Committee, 2013.

SILVA, Camila Rodrigues. *Migrações de Venezuelanos para São Paulo: Reflexões Iniciais a partir de uma Abordagem Qualitativa*. In: BAENINGER, Rosana et. al. (org.), *Migrações Sul-Sul*, Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

SIMÕES, Gustavo. *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.

SIMÕES, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MOREIRA, Eduardo; SNU – SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Estudio Especializado sobre Efectos Socioeconómicos del Covid-19 en la Población Refugiada y Migrante de Venezuela en el Perú*. 2021. Disponível em <https://peru.un.org/es/114770-estudio-especializado-sobre-efectos-socioeconomicos-del-covid-19-en-la-poblacion-refugiada-y>. Acessado em 28/06/2021.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec, 2018.

STEVEN, Raphael e RONCONI, Lucas. *The Effect of Labor Market Competition with Immigrants on the Wages and Employment of Natives*. 2007.

TAYLOR, Edward. *The New Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process*. International Migration, 37, 1, 63-88. 1999.

TENT and FISCAL POLICY INSTITUTE. *Refugees as Employees: good retention, strong recruitment*. 2018.

TONHATI, Tania e MACEDO, Marília. *Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)*. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

TOOSSI, Miltra. *A century of change: the U.S. labor force, 1950–2050*. Monthly Labor Review. Maio, 2002.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). *Refugee Resettlement: An International Handbook to Guide Reception and Integration*. UNHCR, 2002.

_____. *Refugee Livelihood Project, Evaluation and Policy Analysis Unit*. UNHCR, Geneva, 2003.

_____. *Handbook for Self-Reliance*. UNHCR, Geneva, 2005.

VAUS, David. A. de. *Causation and the logic of research design*. Research Design in Social Research. London: Sage Publications, 2001.

VERME, Paolo, e SCHUETTLER, Kirsten. *The Impact of Forced Displacement on Host Communities: A Review of the Empirical Literature in Economics*. World Bank Policy Research Working Paper Series, 2019.

VRIESE, Machtelt De. *Refugee Livelihoods: a review of the evidence*. EPAU, UNHCR. Geneva, 2006.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1990.

WHITTALL, Jonathan. *Is humanitarian action independent from political interests?* International Journal on Human Rights, issue 21, ago. 2015.

WOOD, Geof. *The Politics of Development Policy Labelling*, in *Labelling in Development Policy*. Sage, London, 1985.

WORLD BANK GROUP. *Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil*. Policy Research Working Paper 9605. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/498351617118028819/pdf/Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil.pdf>. Acesso em 02/06/2021. 2021.

_____. *Forcibly Displaced - Toward a Development Approach Supporting Refugees, Internally Displaced Persons and Their Hosts*. 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). *Migration and its Impacts on Cities*. 2017. Disponível em www.weforum.org/reports/migration-and-its-impact-on-cities. Acesso em 30/11/2019.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage Publications, 2015.

YOUNG, Helen; OSMAN, Abdalmonium; DALE, Rebecca. *Darfurian Livelihoods and Libya: Trade, Migration, and Remittance Flows in Time of Conflict and Crisis*. International Migration Review, 41, 4, 826-849, 2007.

ZETTER, Roger. *Refugees and Refugee Studies - A Label and an Agenda*. Journal of Refugees Studies. Vol. I, No. I. Oxford: Oxford Press, 1988.

_____. *More Labels, Fewer Refugees: Remaking the Refugee Label in an Era of Globalization*. Journal of Refugee Studies 20(2): 172-192, 2007.

ZETTER, Roger e RUAUDEL, H. *Refugees' Right to Work and Access to Labor Markets – An Assessment*. Knomad, 2016.